



misericórdia  
do porto

Relatório e Contas





misericórdia  
do porto

Relatório e Contas



# Índice

<b>MENSAGEM DO PROVEDOR</b>	8		
<b>CORPOS GERENTES</b>	10		
<b>APRESENTAÇÃO</b>	12		
<b>1. A Misericórdia do Porto, a Igreja, o Estado e a Sociedade Portuguesa</b>	13		
<b>2. A Misericórdia do Porto e a Irmandade</b>	14		
2.1. Irmandade	14		
2.1.1. Assembleia Geral Ordinária	14		
2.1.2. Assembleia Geral Extraordinária	14		
2.1.3. Movimento da Irmandade	14		
<b>PARTE GERAL</b>	16		
<b>3. Serviços Partilhados e Corporativos (SEPARCO)</b>	17		
3.1. Serviços Partilhados e Corporativos / Departamentos Centrais (SEPARCO)	17		
3.2. Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional	17		
3.2.1. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo	18		
3.2.2. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo - Evolução	19		
3.2.3. Prestadores de Serviço	19		
3.2.4. Colaboradores Aposentados na SCMP em 2015	19		
3.2.5. Caixa Privativa em 31.12.2015	20		
3.2.6. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) - Acidentes de Trabalho	20		
3.2.7. A Formação Profissional	21		
3.2.7.1. Os Números de 2015	21		
3.2.7.2. Áreas de Formação	21		
3.2.8. Estágios	22		
3.2.9. Políticas Ativas de Emprego	23		
3.2.10. FEAS - Fundo de Emergência de Apoio Social	23		
3.3. Departamento de Sistemas de Informação	24		
3.3.1. Otimização da Infraestrutura TI da SCMP	25		
3.3.1.1. Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais UOS - SCMP	25		
3.3.1.2. ISO 20000 (Service Desk) e Easyvista	25		
3.3.1.3. Otimização dos Sites da SCMP	25		
3.3.1.4. Programa Segurança de Informação da SCMP	25		
3.3.2. Otimização do Ciclo de Gestão Administrativo, Financeiro e Hoteleiro	26		
3.3.2.1. Implementação de Novo Modelo Operativo	26		
3.3.3. Otimização da Área da Saúde no Ciclo de Gestão Clínica	26		
3.3.3.1. Carta de Alta - PDS	26		
3.3.3.2. Plataforma Digital de Registo CRN	27		
3.3.3.3. Módulo Aplicacional para a Cardiologia	27		
3.3.4. Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO)	27		
3.3.5. BI / Analítica - BIG DATA	28		
3.3.6. Outras Áreas	29		
3.4. Departamento de Gestão Administrativa e Património	30		
3.4.1. Cartório Privativo	30		
3.4.2. Arrendamentos	30		
3.4.3. Cemitério Privativo	30		
3.4.4. Arquivo Geral	30		
3.4.5. Expediente Geral	30		
3.4.6. Clientes	31		
3.4.6.1. Rendas em Atraso	31		
3.4.7. Área de Manutenção e Conservação	31		
3.4.8. Gabinete Técnico do DGAP	32		
3.4.9. Programa "Reabilitar para Arrendar"	33		
3.4.10. Bolsa Nacional de Terras	34		
3.4.11. Central de Compras	35		
3.5. Departamento de Atividades Culturais	38		
3.5.1. Casa da Prelada	39		
3.5.1.1. Arquivos e Bibliotecas	39		
3.5.1.2. Tratamento Documental	39		
3.5.1.3. Formação Profissional	40		
3.5.1.4. Biblioteca e Salas de Leitura	40		
3.5.2. Serviços Educativos e Públicos	41		
3.5.2.1. Visitas Orientadas e Livres	41		
3.5.2.2. Atividades	41		
3.5.2.3. Acolhimento de Eventos	42		
3.5.3. Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO)	42		
3.5.3.1. Património Cultural	42		
3.5.3.2. Aquisição de Obras de Arte	42		
3.5.3.3. Estudos e Investigação	43		
3.5.3.4. Públicos	43		
3.5.3.5. Atividades	43		
3.5.3.6. Gestão Operacional e Comercial	44		
3.5.3.7. Divulgação	45		
3.6. Departamento de Contabilidade e Finanças	46		
3.6.1. Operação Áreas   Objetivos e Ações	46		
3.6.2. Metas Alcançadas	47		
3.6.3. Novos Projetos	47		
3.6.3.1. BI / BA (Business Intelligence / Business Analytics)	47		
3.6.3.2. Gestão da Cobrança   Follow UP do Esforço da Cobrança	47		
3.7. Gabinete de Auditoria Interna	48		

3.8. Departamento de Empreendedorismo Social e Comunicação	51	6.3.3. Interdições / Inabilitações	99
		6.3.4. Serviço de Enfermagem	99
		6.3.5. Serviço de Terapia Ocupacional	100
<b>PARTE ESPECIAL</b>	52	6.3.6. Centro de Dia de Alzheimer	101
<b>4. Intervenção Social</b>	53	6.3.7. Serviços Farmacêuticos	101
4.1. Ação Social e Comunitária	53	6.3.8. Investimentos	101
4.1.1. Atendimento à Comunidade	53	6.3.9. Atividades e Eventos	101
4.1.2. Cabaz de Natal	54	<b>7. Desenvolvimento Agrícola - Quinta D'Alva</b>	102
4.1.3. Avaliações Socioeconómicas / Relatórios Sociais	54	<b>8. Ensino Especial - Centro Integrado de Apoio à Deficiência (Instituto S. Manuel e Instituto Araújo Porto)</b>	104
4.1.4. Voluntariado	54	8.1. Oferta de Serviços CIAD	104
4.1.5. Habitação em Regime de Renda Apoiada	54	8.2. Princípio EQUASS - Destaques	105
4.2. Respostas Sociais Dirigidas às Populações Seniores	55	8.3. Objetivos Operacionais - Desempenho das Respostas do CIAD	108
4.3. Respostas Sociais Dirigidas às Vítimas de Violência Doméstica	57	8.3.1. Escola Especial	108
4.3.1. Casa de Santo António (CSA)	57	8.3.2. Centro de Atividades Ocupacionais	109
4.3.2. Casa Bento XVI	58	8.3.3. Lar Residencial	110
4.4. Respostas Sociais Dirigidas à População em Situação de Sem-Abrigo	59	8.3.4. Formação Profissional	111
4.4.1. Casa da Rua - D. Lopo de Almeida	59	8.3.5. Imprensa Braille - Centro Professor Albuquerque e Castro	112
4.4.2. Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins	60	<b>9. Educação - Colégio de Nossa Senhora da Esperança</b>	113
4.5. Projetos Especiais	61	9.1. Recursos Humanos	114
4.5.1. Chave de Afetos	61	<b>10. Justiça - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino)</b>	116
4.5.2. Banco do Vestuário	63	<b>11. Ambiente - Parque da Prelada</b>	117
4.6. Certificação ISO 9001:2015 - DISG	63	<b>NOTAS FINAIS</b>	118
4.7. Empreendedorismo e Inovação Social	63	<b>SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	120
<b>5. Juventude - Colégio Barão de Nova Sintra</b>	64	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	125
5.1. Intervenção Psicossocial	64	<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	160
5.2. Educação e Formação e Aproveitamento Escolar	65	<b>EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL</b>	163
5.2.1. Apartamento de Pré-Autonomização Manuel Ramos	65	<b>PARECER DO DEFINITÓRIO</b>	183
5.3. Parcerias / Atividades	65	<b>PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL</b>	187
<b>6. Saúde</b>	68		
6.1. Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz	68		
6.2. Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves	76		
6.2.1. Relações Institucionais	78		
6.2.2. Análise SWOT ao Exercício de 2015	79		
6.2.3. Atividade - Perfil da Prestação Realizada	80		
6.2.4. Evolução da Execução do Contrato	93		
6.2.5. Recursos Humanos Afetos à Operação	94		
6.2.6. Perspetivas para 2016	96		
6.3. Centro Hospitalar Conde de Ferreira	98		
6.3.1. Atividade Geral	98		
6.3.2. Consulta Externa	99		

# [ Destaques 2015 ]

## Academia da Misericórdia

Inauguração  
**Parque Avides  
Moreira** no CHCF  
24 DE MARÇO

Abertura **MMIPO**  
15 DE JULHO

INCLUSÃO:

Criação de **Hortas  
Acessíveis** CIAD

**Imprensa Braille**  
com novas instalações



SAÚDE:  
Hospital da Prelada  
com **Novas  
Especialidades**

CRN consolida  
**Rede de Medicina  
Física de  
Reabilitação**  
do SNS

ECONOMIA SOCIAL:  
**Inovação e  
Empreendedorismo**

Criação do  
**Conselho de Ética  
para a Área Social**

REABILITAÇÃO:  
SCMP candidata-se  
ao programa  
**“Reabilitar para  
Arrendar”**

# Mensagem do **Provedor**

*"A necessidade de resolver as causas estruturais da pobreza não pode esperar; e não apenas por uma exigência pragmática de obter resultados e ordenar a sociedade, mas também para a curar de uma mazela que a torna frágil e indigna e que só poderá levá-la a novas crises".*

Francisco, exortação apostólica *Evangelii Gaudium*



Como manda a tradição, cumpre-me apresentar o Relatório e Contas de 2015, de acordo com o nosso Compromisso e a Lei, em mais um momento em que a palavra crise deixou de ser novidade para passar a ser uma normalidade aceite por todos nós.

Gostava de caracterizar este ano de 2015 como um ano onde procuramos, acima de tudo, continuar o esforço sustentado de reformas que permitam à Misericórdia do Porto continuar a desenvolver a sua missão de presença junto das pessoas mais desfavorecidas da nossa sociedade.

Os elevados níveis de fiscalidade têm conduzido os portugueses a um processo acelerado de empobrecimento que não se reflete na pujança da economia e na criação clara de emprego.

A globalização das economias e os problemas das praças financeiras, com destaque para as sucessivas resoluções dos Bancos, obrigam os Estados e as pessoas a esforços sucessivos que permitam continuar a desenvolver as mais elementares funções desse mesmo Estado.

Ora, ganha aqui particular destaque o Estado Social, como grande conquista civilizacional que permite responder às necessidades dos mais desprotegidos das sociedades, em geral os idosos e as crianças.

Um novo fenómeno surgiu entretanto neste ano de 2015. A quantidade, nunca vista, de pessoas que foram obrigadas a deixar as suas casas e as suas localidades para fugir à guerra, às doenças e à fome.

Perante isto, foi também o ano que o Papa aproveitou para lançar um convite a toda a comunidade mundial, ao lançar o Ano do Jubileu da Misericórdia.

Francisco, convicto que está da necessidade de alertar as consciências dos homens e mulheres, fez um convite a todos nós. Refletir sobre a carta de missão que são as catorze obras de Misericórdia. Em cada uma há uma história de amor e de resiliência. Sempre em nome do próximo.

A mensagem deste ano não pode ainda esquecer a continuação dos problemas da demografia, a esperança que o Tratado de Paris traz para o equilíbrio ambiental do planeta ou o acentuar das preocupações em volta do encontro das religiões e no seu significado para o Homem e como justificação do terrorismo mundial.

Continuamos, pois, a seguir este caminho. Um caminho onde não existem facilidades, mas antes a preocupação que a nossa principal missão não seja esquecida. Saber que hoje as Obras de Misericórdia interpretadas à luz da moderna doutrina social da Igreja continuam a ser o fundamento único de uma verdadeira cultura de solidariedade.

Continue Nossa Senhora da Misericórdia a guiar-nos nesta missão.

Porto, 24 de fevereiro de 2016

O Provedor  
António Manuel Lopes Tavares



## Corpos Gerentes

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente**

Jorge Rui Moita Pereira Cernadas

**Secretários**

António José Barbosa Samagaio

José Manuel Lemos Pavão

### Mesa Administrativa

**Provedor**

António Manuel Lopes Tavares

**Vice-Provedor**

António Luís Abranches Canto Moniz

**Tesoureiro Geral**

Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias

**Culto e Cultura**

Francisco Ribeiro da Silva

**Modernização Administrativa e Sistemas de Informação**

António Ernesto Silva Carvalho de Brito

**Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial**

Francisco Castelo Branco Ribeiro

**Área Social, Mulheres e Jovens**

Maria Albertina Amorim Coelho



Jorge Eduardo  
Silva Ferreira Dias

António Ernesto  
Silva Carvalho de Brito

António Luís  
Abranches Canto Moniz

António Manuel  
Lopes Tavares

## Definitório

### Presidente

Joaquim Sabino Rangel Pamplona

### Vice-Presidente

Silvério Santos Brunhoso Cordeiro

### Secretário

Joaquim Silva Vianez

### Vogais

António Alves Teixeira do Carmo

Justino dos Santos



Maria Albertina  
Amorim Coelho

Francisco  
Ribeiro da Silva

Francisco  
Castelo Branco Ribeiro



# APRESENTAÇÃO





# 1. A Misericórdia do Porto, a Igreja, o Estado e a Sociedade Portuguesa

Ao longo do ano de 2015 soubemos manter uma relação de proximidade com todos os setores da sociedade portuguesa, com os mais altos dignatários da Igreja e os representantes, democraticamente eleitos pelos portugueses, do Estado.

Pela primeira vez na história da Misericórdia do Porto foi possível juntar, no mesmo momento, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, o Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos e o nosso então Capelão Mor, Padre Américo Aguiar, numa simbólica visita à nossa Instituição.

Momento alto foi também a visita do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, aquando da inauguração do MMIPO, juntamente com outros membros do Governo como o ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, secretários de Estado da Cultura, do Ordenamento do Território, da Segurança Social e da Saúde, presidentes da Câmara do Porto e de Vila Nova de Gaia, o antigo presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim, o antigo ministro da Saúde, António Correia de Campos, bem como variados altos funcionários da administração pública.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto continuou a manter, ao longo do ano de 2015, as mais profundas relações institucionais com os mais variados quadrantes da sociedade portuguesa.

A Misericórdia do Porto tem estado atenta à “grande cidade” e à sua área metropolitana mantendo uma grande capacidade de intervenção junto das mais variadas instituições, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana ou a SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana.

Continuamos, assim, a saber honrar a nossa história e a capacidade de saber fazer bem, numa linha de melhor misericórdia para mais misericórdia.

## 2. A Misericórdia do Porto e a Irmandade

### 2.1. Irmandade

#### 2.1.1. Assembleia Geral Ordinária

Foi realizada a Assembleia Geral, em 31 de março, para a "Apreciação e votação do Relatório e das Contas do ano de 2014", acompanhados dos respetivos Pareceres do Definitório e do Revisor Oficial de Contas. Ambos os documentos foram aprovados, por unanimidade, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

#### 2.1.2. Assembleia Geral Extraordinária

Foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, em 25 de julho, para a "Apreciação e votação da proposta da Mesa Administrativa e outras alterações ao Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto" e para a "Apreciação e votação da proposta da Mesa Administrativa e outras alterações ao Regulamento Eleitoral da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto". Ambos os documentos foram aprovados, por unanimidade, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

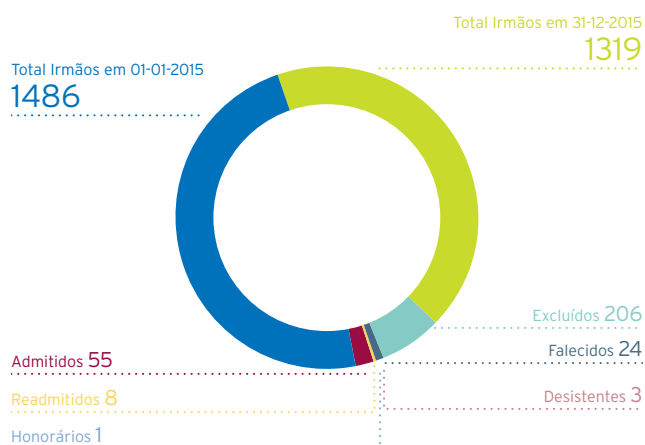
#### 2.1.3. Movimento da Irmandade

Com um total em janeiro de 1486 Irmãos, registou-se o seguinte movimento durante o ano de 2015: 55 admissões, 8 readmissões, 3 desistentes, 24 falecidos, 206 excluídos (por falta no cumprimento das quotas dos anos de 2012 e 2013) e 4 nomeações para Irmão Honorário, posicionando a Irmandade para um número global atual de 1319.

A atribuição do Grau de Irmão Honorário foi entregue aos Excelentíssimos Senhores Dr. António Fernando Correia Campos, antigo Ministro da Saúde (04 de março), Dr. Bernardo José Ferreira Reis, Provedor da Santa Casa da

Misericórdia de Braga (22 de abril), Dr. Manuel Ferreira Teixeira, Secretário de Estado da Saúde (20 de maio) e Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Mesário da Área da Cultura (22 de julho). Lamentamos, ainda, o falecimento do Irmão Honorário e Presidente do Definitório, José Rodrigues Silva Caiano, em 14 de junho de 2015.

Como referência, o quadro que segue:









# PARTE GENERAL

**EU VISTO  
CAMISOLA!**

**EU VISTO  
CAMISOLA!**

**EU VISTO  
CAMISOLA!**

**EU VISTO  
CAMISOLA!**

**VISTO  
CAMISOLA!**



## 3. Serviços Partilhados e Corporativos (SEPARCO)

### 3.1. Serviços Partilhados e Corporativos / Departamentos Centrais (SEPARCO)

O ano de 2015, na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas na Instituição, constituiu mais um passo de maturação e consolidação do esforço de centralização de serviços, e consequente uniformização de procedimentos, em ordem à obtenção de maior eficiência com consequentes ganhos de produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais plasmados nos Regulamentos Internos institucionais, no âmbito da criação dos SERVIÇOS PARTILHADOS & CORPORATIVOS (SEPARCO).

### 3.2. Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional

A área do desenvolvimento do capital humano constituiu uma opção estratégica para a Misericórdia do Porto no sentido de uma maior exigência na seleção e formação dos seus profissionais. Uma forte aposta institucional que ficou plasmada na criação da Academia Misericórdia (AM) que procedeu à:

- Implementação de uma nova Política de Formação - de realçar que no domínio da formação, o volume da mesma teve um acréscimo de 5% relativamente ao ano transato, abrangendo cerca de 60% dos colaboradores da Instituição.
- Criação de um Manual de Qualidade da Atividade Formativa;
- Definição do organograma e do Regulamento da Academia Misericórdia;
- Reestruturação do processo de Recrutamento, Seleção e Acolhimento de Recursos Humanos;
- Elaboração do Manual de Descrição e Análise de Funções - numa primeira fase envolvendo o Departamento de Intervenção social e Gerontológica (DISG);
- Gestão do processo de transição relativo ao pedido de Certificação da Misericórdia do Porto, como entidade Certificada pela DGERT;
- Elaboração do Manual de Acolhimento da Misericórdia do Porto;
- Apresentação do novo Sistema de Gestão e Avaliação do Desempenho, combinando a avaliação de competências e objetivos grupais, contemplando a atribuição de recompensas associadas ao grau de desempenho de cada colaborador;
- Criação e implementação do Questionário de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores;
- Conclusão da centralização dos Serviços de Recursos Humanos no DRHFP, no âmbito da criação dos SEPARCO, e redefinição do organograma do Departamento;
- Potencialização da monitorização e melhoria dos procedimentos organizacionais;
- O desenho dos processos organizacionais responde de forma inovadora às exigências internas e externas para uma prestação de serviços de qualidade transversais a toda a organização;
- O Portal do Colaborador otimizou-se ao nível da adesão dos colaboradores a este recurso, revelando uma crescente consciência do papel integrador desta funcionalidade no âmbito da gestão dos Recursos Humanos;
- A análise e otimização dos modelos organizacionais de gestão de recursos humanos, assentes na gestão de competências, tem sido objeto de melhoria contínua por parte da Organização;
- O incremento, alargamento e diversidade das respostas sociais, levou a que o processo de admissão, bem como de mobilidade interna dos recursos disponíveis, se afirmasse

como um reflexo deste modelo de gestão, através de uma rigorosa análise dos perfis e competências e da sua respetiva adequação às funções e cargos pretendidos, visando o alcance da excelência no desempenho e a realização profissionais.

## Os Recursos Humanos

### 3.2.1. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo

Estabelecimentos   departamentos	2012	2013	2014	2015
Gestão Administrativa e Património	47	40	40	42
Recursos Humanos Formação Profissional	7	6	7	16
Departamentos Centrais/Comissão Executiva	---	---	1	1
Gabinete Assuntos Jurídicos e Contencioso	2	3	2	3
Gabinete Auditoria Interna	2	2	6	6
Gabinete Engenharia Organizacional	---	---	---	3
Gabinete Qualidade	---	---	---	3
Gabinete Religioso e Culto	4	3	4	4
Contabilidade e Finanças	13	13	27	30
Sistemas de Informação	5	5	3	13
Atividades Culturais (a)	17	17	17	34
Empreendedorismo Social de Comunicação	---	---	7	3
GEPRO	1	1	---	---
Casa Cultura Desporto	1	---	---	---
Intervenção Social e Gerontológica	11	11	13	13
Arco Maior	---	1	1	2
Serviços de Saúde	4	4	19	18
ERPI - S. Lázaro	65	59	61	59
ERPI - Nossa Senhora da Misericórdia	43	47	52	46
ERPI - Pereira De Lima	21	20	16	15
ERPI - Quinta Marinho	31	28	25	18
Serviço Apoio Domiciliário	---	---	---	13
CAS - D. Manuel Martins	---	6	6	7
Casa Da Rua - D. Lopo de Almeida	9	9	8	8
Casa Santo António	8	8	8	7
Colégio Barão Nova Sintra	33	31	29	27
Colégio Nossa Senhora da Esperança	63	66	73	74
Centro Integrado Apoio à Deficiência (b)	58	55	67	67
Artes Gráficas Serviços Imprensa	5	5	5	5
Projetos Especiais Sociais (Banco Vestuário)	3	4	3	6
Projeto "Pacheco d' Almada"	1	---	---	---
Parque da Prelada	4	13	8	4
Parque Dr. Avides Moreira	---	---	---	2
Quinta Barca d' Alva	6	6	4	8
Estabelecim. Prisional Sta. Cruz do Bispo (c)	25	25	24	26
Hospital da Prelada (d)	504	488	425	435
Centro Hospitalar Conde Ferreira	192	215	205	187
Centro Reabilitação do Norte	---	---	194	203
<b>TOTAL</b>	<b>1 185</b>	<b>1 191</b>	<b>1 360</b>	<b>1 408</b>

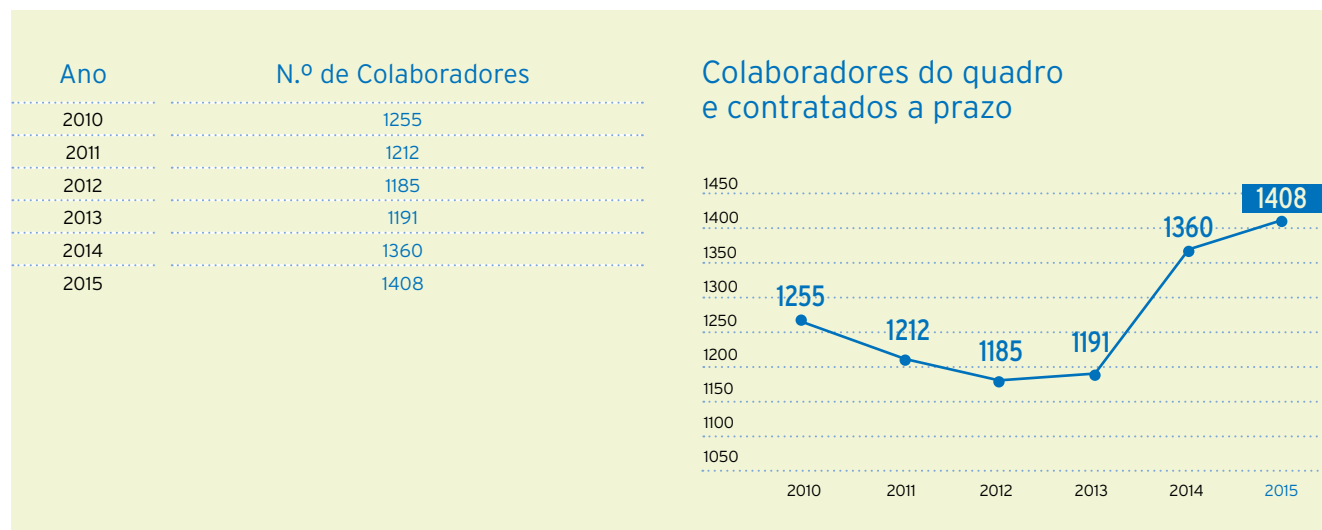
(a) No Departamento de Atividades Culturais estão incluídos 22 colaboradores afetos ao MMIPO.

(b) No CIAD estão contabilizados 14 colaboradores do CPAC.

(c) Em 2015, 20 Colaboradores do quadro + 2 Termo Certo + 4 Termo Incerto, ao abrigo do Acordo com DGRSP.

(d) Estão incluídos 4 médicos do Internato a Termo Incerto.

### 3.2.2. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo - Evolução



### 3.2.3. Prestadores de Serviços

Prestadores de Serviços	2012	2013	2014	2015
Departamento Centrais + EPSCB	34	24(e)	25 (e)	24 (e)
Hospital da Prelada	14	19	20	26
Centro Hospitalar Conde Ferreira	5	4	1	1
Centro Reabilitação do Norte	---	---	10	5
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>47 (e)</b>	<b>46 (e)</b>	<b>56 (e)</b>

(e) Estão incluídos 11 Prestadores de Serviços do EPESCB.

### 3.2.4. Colaboradores Aposentados na SCMP em 2015

Categoria	N.º de Colaboradores	Categoria	N.º de Colaboradores
Ajudante Enfermaria	1	Enfermeiro Generalista	1
Auxiliar Ação Médica	1	Enfermeiro Sénior	2
Chefe de Secção	1	Escriturário Principal	3
Chefe de Serviços	1	Guarda	1
Chefe de Serviços Gerais	1	Jornaleiro	1
Cozinheiro 2ª	1	Lavadeira	2
Educadora Infância	1	Motorista de Pesados	1
Eletricista 3ª	1	Prefeito	2
Encarregada Serviços Domésticos	1	Roupeira	1
Encarregado Geral	1	Tesoureiro	1
Enfermeira Geral	1	<b>TOTAL</b>	<b>26</b>

### 3.2.5. Caixa Privativa em 31.12.2015

Aposentados	Média Idades	Sexo Feminino	Sexo Masculino	TOTAL
Aposentados Caixa Privativa	86	32	15	47
Subsídios às Viúvas dos Aposentados	76	5	0	5
<b>TOTAL</b>		<b>37</b>	<b>15</b>	<b>52</b>

### 3.2.6. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) - Acidentes de Trabalho

No decorrer do ano de 2015 foram cumpridas todas as obrigações estipuladas na legislação em vigor sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) - Lei 102/2008, Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro, com o intuito de:

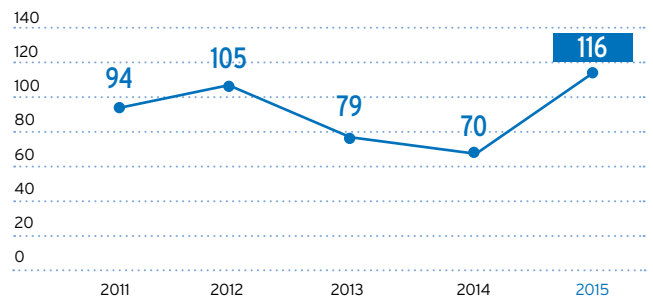
- Promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, proporcionando postos de trabalho que garantam a integridade física e psíquica dos colaboradores;
- Aumentar a produtividade e qualidade dos serviços;
- Implementar uma filosofia de prevenção de riscos, de modo a reduzir o número de dias de trabalho perdidos e/ou incapacidades;
- Controlar os níveis de agentes nocivos a que os trabalhadores estão expostos;
- Diminuir o risco de aparecimento de doenças profissionais.

A prevenção dos riscos profissionais deve assentar numa correta e permanente avaliação de riscos que inclui a educação, a formação e a informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho e de hábitos de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

#### Nº Acidentes de Trabalho ocorridos entre 2011 e 2015

2011	2012	2013	2014	2015
94	105	79	70	116

#### Nº Acidentes de Trabalho ocorridos entre 2011 e 2015





## 3.2.7. A Formação Profissional

### 3.2.7.1. Os Números de 2015

	2015	VARIAÇÃO (2014/2015)
Volume de Formação (H)	7 484	+5%
Colaboradores que frequentaram formação	834	+11%

### 3.2.7.2. Áreas de Formação

#### ÁREA DA SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO (SHST)

Cuidados Seguros  
 Gestão de Resíduos Hospitalares  
 Higienização de Espaços e Equipamentos  
 Implementação de Medidas de Autoproteção  
 Manipulação de Alimentos  
 Manuseamento Seguro de Medicamentos  
 Movimentação e Transporte de Cargas  
 Normas de Utilização e Colocação de Produtos de Apoio  
 Prevenção e Controlo da Infecção Hospitalar  
 Prevenção de Cortes e Picadas  
 Prevenção de Quedas  
 Riscos Ergonómicos  
 Riscos Psicossociais do Trabalho  
 Segurança Contra Incêndio - Emergência Hospitalar e Manuseamento de Extintores  
 Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - noções gerais  
 Segurança Transfusional  
 Suporte Básico de Vida/Primeiros Socorros

#### ÁREA SOCIAL / IDOSOS

Produtos TENA  
 Sociedade e Envelhecimento

#### ÁREA DE ENQUADRAMENTO NA EMPRESA

Acordos e Convenções nas UOS/SCMP  
 Atendimento a Familiares e Visitantes  
 Atendimento ao Público e Gestão de Reclamações  
 Auditoria Interna na Saúde  
 Cobit  
 Conservação de Documentos e Fotografia  
 Ética Profissional, Deontologia e Procedimentos Internos  
 Formação e Certificação ISSO 31000 Risk Manager  
 Gestão Energética e seus Impactos no CRN

Gestão de Processos  
 Introdução ao Controlo e Auditoria Interna  
 ISSO 9001 - Lead Auditor  
 Lidar com a Violência Física e Verbal  
 Liderança de Equipas e Gestão do Tempo  
 Master Gestor da Qualidade  
 Serviços Partilhados e Compras Públicas  
 Sistema de Avaliação e Gestão do Desempenho - Norma ISSO 10667:2014  
 Técnicas de Vigilância Museológica

#### INFORMÁTICA

IPortalDoc  
 Informatização de Registos de Enfermagem  
 Nova Plataforma da Segurança Social

#### ÁREA DE CONTABILIDADE, GESTÃO E FINANÇAS

Atualização Fiscal 2015

#### ÁREA DA SAÚDE

Abordagem do Risco Cardiovascular  
 Auxiliar de Ação Médica - Formação Inicial  
 Deglutição & Disfagia  
 Doença Vasculiar Cerebral  
 Farmacovigilância  
 Humanização dos Cuidados  
 Lesões Vertebro-Medulares  
 MRSA - Staphylococcus Aureus resistente à Meticilina  
 Neurologia  
 Posicionamento, Transferência/Mobilização de Utentes  
 Proteção de Utentes Vulneráveis  
 Responsabilidade Médica: quando o Direito se encontra com a Medicina  
 Suporte Avançado de Vida - Adulto  
 Suporte Avançado de Vida - Pediátrico  
 Tratamento de Feridas

### 3.2.8. Estágios

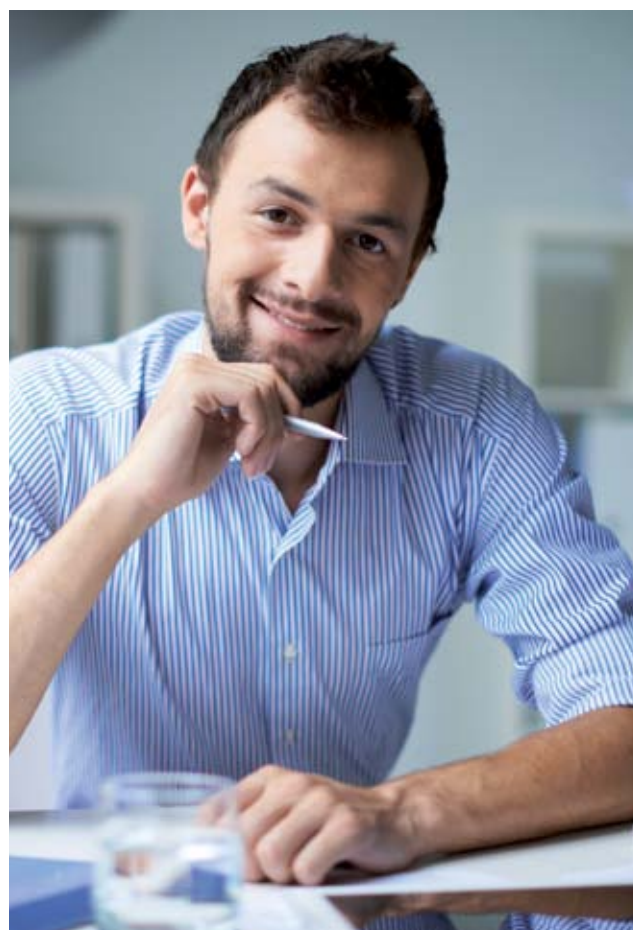
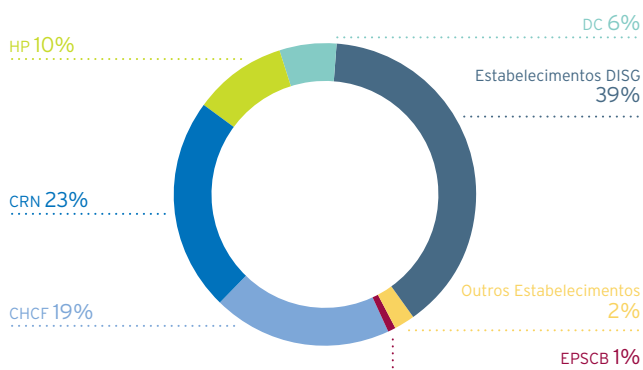
A Misericórdia do Porto acolheu um total de 285 estágios, conforme gráfico abaixo, sendo que a maioria esteve distribuída pelos diferentes estabelecimentos afetos ao SEPARCO (55), no Centro de Reabilitação do Norte (61) e no Centro Hospitalar Conde de Ferreira (51).

Os 285 estágios dividiram-se em:

- 269 estágios curriculares (94,4%);
- 4 estágios de acesso à profissão (arquiteto/nutricionista/farmacêutica/psicóloga) (1,4%);
- 12 estágios cofinanciados pelo IEFP (4,2%).

	Estágios Curriculares	Estágios de Acesso à Profissão	Estágios Cofinanciados pelo IEFP	TOTAL
Departamentos Centrais	10	2	5	17
CBNS	2	---	---	2
CNSE	3	---	---	3
CIAD	---	---	2	2
CSA	4	---	---	4
CR	1	---	---	1
ERPI NSM	40	---	---	40
ERPI QM	20	---	---	20
ERPI PL	6	---	---	6
ERPI SL	41	---	---	41
EPSCB	4	---	---	4
C.H. Conde Ferreira	51	1	1	53
Centro Reabilitação Norte	61	---	3	64
Hospital Prelada	26	1	1	28
<b>TOTAL</b>	<b>269</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>285</b>

#### Distribuição dos Estágios acolhidos em 2015



### 3.2.9. Políticas Ativas de Emprego

Ao abrigo das Políticas Ativas de Emprego, a Misericórdia do Porto integrou 5 desempregados subsidiados, no âmbito das Medidas Contrato Emprego Inserção (CEI) e Contrato Emprego Inserção + (CEI+).

Área / Profissão	Departamento / Estabelecimento
Carpinteiro	DGAP
Eletricista	DGAP
Pintor	CHCF
Técnico Superior Administrativo	DRHFP
Lavandaria/Limpezas	ERPI QUINTA MARINHO
Governante Serviços Domésticos	QUINTA BARCA D' ALVA

### 3.2.10. FEAS - Fundo de Emergência de Apoio Social

Ao longo do ano de 2015, foram apoiados 35 colaboradores da Misericórdia do Porto ao abrigo do FEAS. Os pedidos efetuados envolveram um montante de 30 760€, estando em dívida (a 31/12/2015) 3 287,26€. Na origem dos pedidos estiveram, maioritariamente, situações de dívidas e empréstimos para saldar (55%), bem como as despesas com a saúde (17%), as despesas com a educação (14%) e as despesas não planeadas (14%). Relativamente à composição do agregado familiar, constata-se que os colaboradores que mais recorreram ao FEAS, no ano de 2015, integram famílias nucleares (51,4%) e famílias monoparentais (34,3%). Apenas 14,3% dos colaboradores que recorreram ao FEAS vivem sozinhos. Os montantes solicitados são, em média, repostos ao FEAS, ao longo de 10 meses.



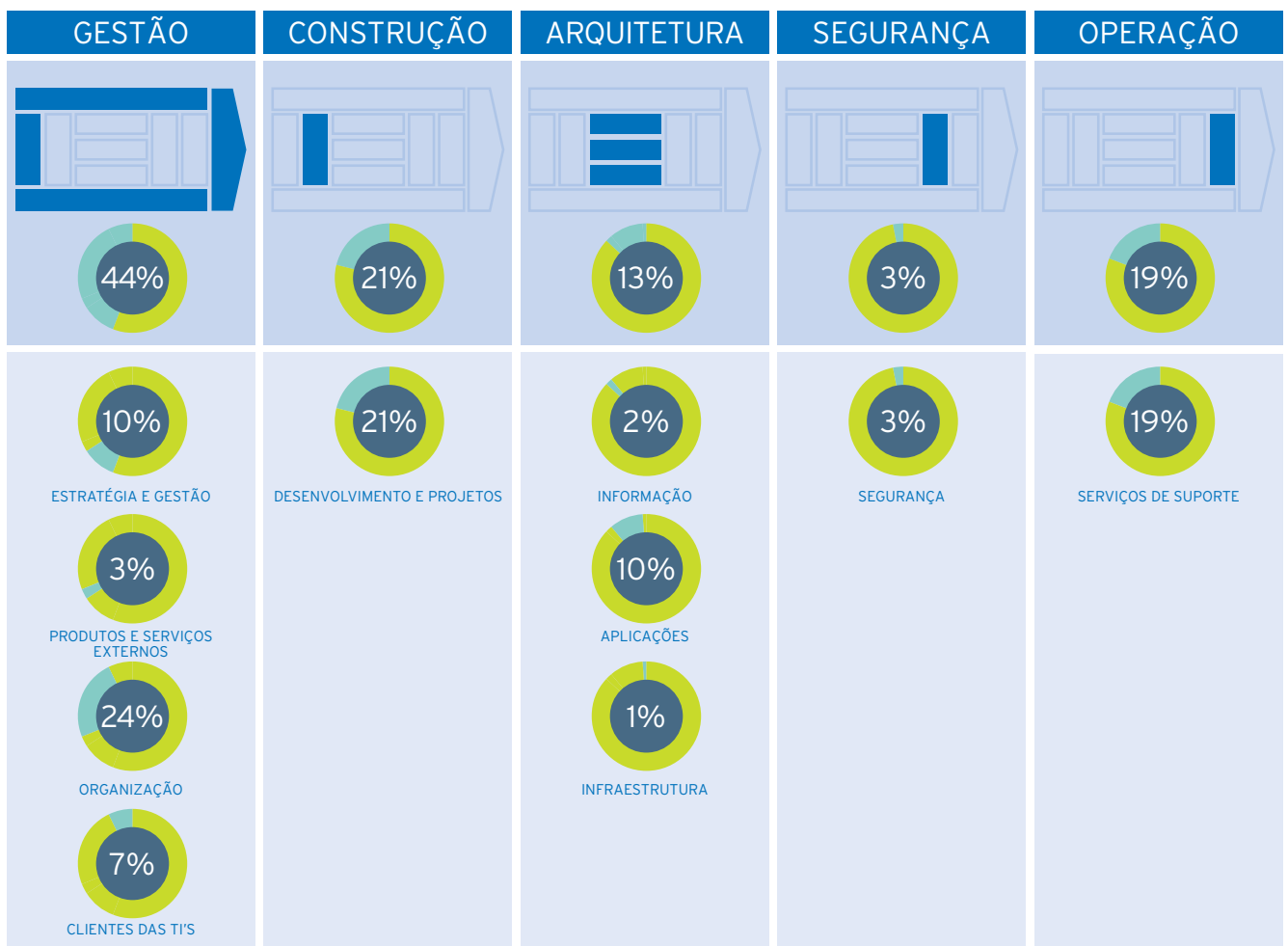
### 3.3. Departamento de Sistemas de Informação

Durante o ano de 2015, o foco e esforço do DSI, centrou-se na concretização das iniciativas planeadas, considerando o Plano Diretor para os Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação da SCMP, os respetivos princípios orientadores bem como o Plano de Atividades SI/TIC 2015.

Nesse sentido, tomamos como base o Plano Diretor para os Sistemas e Tecnologias da Informação e Comunicação (SI/TIC) da SCMP, aprovado já em 2014, que descreve e caracteriza a visão do DSI para o desenvolvimento dos SI/TIC a médio prazo.

Relembramos os três principais objetivos definidos para o triénio 2014-2017, nomeadamente a **3ª Plataforma de Inovação Tecnológica**, a **Certificação ISO20000 ServiceDesk** e a **Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais**, sendo que é nossa convicção que ações TI desenvolvidas durante o ano de 2015, já concluídas ou ainda em curso, irão contribuir para alcançar os objetivos propostos. O DSI tem vindo a implementar e a otimizar soluções com o objetivo de criar valor para os seus *stakeholders*, colocando como objetivo da governança corporativa a obtenção de benefícios através da otimização dos riscos e dos recursos relacionados.

#### Distribuição Atividade DSI 2015 - Documento fornecido pelo Gabinete de Engenharia Organizacional (GEO) com base na Comissão de Programas e Projetos TI SCMP





Em 2015, foram realizadas diversas iniciativas com objetivo à concretização dos projetos planeados e dar resposta às necessidades operacionais existentes, designadamente no âmbito das seguintes áreas de atuação e projetos, dos quais destacamos as seguintes.

### 3.3.1. Otimização da Infraestrutura TI da SCMP

#### 3.3.1.1. Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais UOS - SCMP

Iniciou-se o processo de fusão e consolidação aplicacional pelas aplicações associadas ao Sistema de Gestão Integrado do Circuito do Medicamento (SGICM), uma vez que se trata de uma área mais propícia à unificação dos dados e dos processos, nomeadamente através da implementação do Modelo de Multiempresa.

Será desta forma possível garantir a centralização e unificação de todas as funções associadas às áreas de logística, dando resposta a algumas das premissas da estratégia da SCMP, como a centralização dos processos de aquisição e a implementação do conceito de armazéns avançados, devidamente enquadrados no Projeto de Fusão das Farmácias da Misericórdia do Porto - Fase II Implementação, com arranque previsto para 2016.

#### 3.3.1.2. ISO 20000 (Service Desk) e Easyvista

Fruto da decisão estratégica tomada pela Misericórdia do Porto no sentido de implementar uma solução de gestão de Serviços TIs de acordo com a norma de referência ISO 20000, foi iniciada a implementação do modelo de gestão de serviços de acordo com a *framework* ITIL e a Norma ISO 20000:2011 para os serviços disponibilizados pelo DSI. O objetivo deste projeto é implementar os requisitos mandatários da norma ISO 20000:2011, de forma a garantir o planeamento futuro da respetiva certificação.

#### 3.3.1.3. Otimização dos Sites da SCMP

Este projeto tem como objetivo principal dotar a Misericórdia do Porto de sites que caracterizem e apresentem a instituição e as atividades por ela desenvolvidas e constituam uma referência de consulta e de divulgação de todas as informações referentes à instituição, para sensibilização, divulgação, promoção de todas as atividades, publicação de documentos, formulários e outros materiais e sobretudo para apresentação institucional. Com este projeto pretende-se agregar valor de forma a projetar o diálogo e intercâmbio com instituições estrangeiras congêneres e publicar e apoiar a divulgação dos trabalhos realizados pela Misericórdia do Porto.

#### 3.3.1.4. Programa Segurança de Informação da SCMP

A segurança é um processo transversal às organizações, sendo a sua base cada vez mais tecnológica e sofisticada, pelo que foi considerado prioritário pela Misericórdia do Porto definir políticas consistentes, procedimentos eficazes e a participação ativa de todos os colaboradores da instituição, no sentido de garantir e gerir de forma eficaz e abrangente todos os aspetos relacionados com a Segurança da Informação. Neste sentido, o Plano Diretor SI/TIC SCMP 2014-2017, definiu como prioritária a implementação do Plano de Segurança e Risco TI, pelo que foi aprovado e publicado um documento de estratégia em matéria de *Cybersegurança*, refletindo este documento uma proposta de diretiva/programa sobre a segurança da informação e *Cybersegurança*. Neste contexto, foi elaborado um programa que está alinhado com o plano estratégico e visa igualmente um maior envolvimento na segurança da informação e *Cybersegurança*, enquadrado na análise das plataformas críticas para suportar as áreas de atuação da SCMP adotando medidas que impliquem a obrigação de notificação de incidentes críticos bem como a implementação de boas práticas em matéria de gestão das SI/TIC.

## Programa de Segurança da Informação na SCMP Roadmap

ANO 1	ANO 2	ANO 3
<p><b>Definição e Implementação</b></p> <p>O ano 1 será de definição e implementação da <i>framework</i> de Segurança da Informação em articulação com a <i>framework</i> do Sistema de Informação. Serão implementadas as áreas prioritárias para responder aos principais Riscos e Objetivos da SCMP.</p>	<p><b>Operacionalização</b></p> <p>O ano 2 será de operacionalização das componentes prioritárias e evolução da <i>framework</i> para cobertura de novas áreas. Serão definidos os Objetivos, métricas e metas para que seja possível avaliar o desempenho da Segurança da Informação na SCMP.</p>	<p><b>Melhoria contínua</b></p> <p>O ano 3 será de consolidação da <i>framework</i> de Segurança da Informação da SCMP e melhoria contínua das componentes já implementadas através do reforço dos requisitos de desempenho.</p>

2016



2018

### 3.3.2. Otimização do Ciclo de Gestão Administrativo, Financeiro e Hoteleiro

#### 3.3.2.1. Implementação de Novo Modelo Operativo

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) reúne um conjunto de unidades que atuam em diferentes áreas: Ação Social, Saúde, Ensino e Formação, Bem-estar e Ambiente, Culto e Cultura, entre outros, obrigando a um controlo de gestão mais rigoroso e detalhado. Por outro lado, os custos com serviços partilhados ou corporativos têm de ser isolados de forma a poderem ser posteriormente refletidos nas várias áreas nas respetivas percentagens.

Neste contexto, efetuou-se uma alteração ao seu modelo operativo que passa sobretudo pela reestruturação da sua contabilidade de gestão assentando em três dimensões principais:

- Eliminação do conceito da Unidade de Exploração da empresa GIAF;
- Alteração à estrutura analítica, distribuindo-se em áreas de exploração e em serviços partilhados e corporativos;
- Alteração da estrutura dos grupos de terceiros.

### 3.3.3. Otimização da Área da Saúde no Ciclo de Gestão Clínica

#### 3.3.3.1. Carta de Alta - PDS

Este projeto permitiu dar resposta a requisitos em termos de conformidade legal impostos pelo regulador externo DGS, no âmbito da disponibilização de toda a informação clínica relevante através da Plataforma de Dados de Saúde (PDS).

Recorreu-se à implementação do módulo aplicacional específico para o efeito, bem como ao desenvolvimento de mecanismos TI necessários para garantir o aumento da qualidade e quantidade da informação relativa aos registos clínicos, disponíveis em formato eletrónico nos Sistemas Aplicacionais das UOS-SCMP, de forma estruturada e normalizada de acordo com o Despacho n.º 2784/2013 do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde. A Misericórdia do Porto aguarda pela disponibilização do acesso à referida Plataforma por parte da SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde).

### 3.3.3.2. Plataforma Digital de Registo CRN

Foi implementada uma solução que permitiu a harmonização da utilização dos dispensadores médicos atuais à tecnologia computadorizada sem fios e com autonomia para um turno de trabalho, obtendo-se uma otimização direta da preparação/administração da terapêutica a plataformas informáticas medicamente certificadas. Neste contexto, foi implementada a solução de encontro às necessidades que estarão presentes no dia-a-dia do Centro de Reabilitação do Norte, com uma autonomia elevada focalizando o suporte aos cuidados de saúde dos doentes, bem como tendo em consideração o processo evolutivo de aplicações orientadas à tecnologia "tátil" para 2016.

### 3.3.3.3. Módulo Aplicacional para a Cardiologia

Foi feita a aquisição de Solução Integrada de Cardiologia, com a implementação de um sistema de gestão de informação produzida ao nível da Cardiologia, internacionalmente reconhecido como CIS - *Cardiology Information System*. Neste projeto foi realizada a integração do traçado ECG no EPR e respetivo arquivo no E-Results. Em termos de resultados foram alcançados os objetivos

de otimização dos cuidados prestados na valência de Medicina Interna e Cardiologia; o registo exaustivo das atividades executadas neste âmbito e o tratamento, conservação e transmissão de informação entre Unidades Operacionais de Saúde da Misericórdia do Porto.

### 3.3.4. Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO)

Este projeto visou a informatização do Museu da Misericórdia do Porto - MMIPO de forma a agilizar os processos de organização, pesquisa, classificação, localização, segurança e controlo de acessos, aumentando, desta forma, a eficiência no atendimento às solicitações que lhe são dirigidas. As SI/TIC foram implementadas numa perspetiva de modernização num suporte eficaz e eficiente no apoio à gestão do Museu da Misericórdia do Porto, sendo garantida a sua evolução com flexibilidade e agilidade, assim como a abertura de um museu tecnologicamente capacitado e orientado nas temáticas a apresentar à população em geral. Procedeu-se à instalação e implementação de soluções de TI de forma escalável, que permitam o crescimento/evolução do museu e que garantam aos visitantes uma experiência próxima das obras que pelas soluções TI implementadas (Realidade Virtual Aumentada, Aplicação MMIPO) permitem ao utilizador ter uma experiência única e autónoma.

## Componente Multimédia Museu SCMP



### 3.3.5. BI / Analítica - BIG DATA

Foram realizados trabalhos de otimização no sentido de melhorar a componente operacional e de gestão ao nível da área de BI (*Business Intelligence*) /Analítica das UOS-SCMP, integrando o processo de *upgrade* da solução atual do Sistema de Informação de Gestão. Para ajudar a lidar com os desafios da transformação digital e da gestão da mudança foi desenvolvido um modelo que permite avaliar o nível de maturidade em vários domínios da Big Data & Analítica de Negócio da Misericórdia do Porto e das tecnologias “*as is*”, identificando as oportunidades de utilização dos dados, tecnologia e analítica existente. Adicionalmente foram analisadas as competências analíticas e tecnológicas existentes na equipa, parceiros e fornecedores no sentido de promover provas de

conceito e projetos de protótipo, salvaguardando desta forma os investimentos a realizar pela Misericórdia do Porto, numa perspectiva de adoção de padrões (ferramentas, métodos, procedimentos) para toda a instituição, baseada na mesma tecnologia e no mesmo ambiente. Assim, o conhecimento é compartilhado por toda a organização e a informação está disponível a partir de um único ponto, e de uma forma que será facilmente adotada por todos os utilizadores. Neste contexto, foi iniciada a especificação relativa à implementação da solução iBlsmartGiaf, solução de *Business Intelligence* do GIAF para responder às necessidades de obtenção de Relatórios e Análise de Informação ao nível do DCF e DRHFP, com previsão de implementação durante 2016.

#### Atividade DSI Programa TI/Tempo 2015 - Documento fornecido pelo Gabinete de Engenharia Organizacional (GEO) com base na Comissão de Programas e Projetos TI SCMP

PROGRAMA TI	TEMPO	PRINCIPAIS PROJETOS TI
Otimização do Ciclo de Gestão Administrativo, Financeiro e Hoteleiro da SCMP	 <p>33%</p> <p>946hh</p>	Gestão Documental - UOS (511hh) Otimização Soluções Aplicacionais Área Ensino (147hh) Dietética (109hh) Implementação Workflow Requisições Alimentação SCMP (94hh) Cabimentação Orçamental de Aquisições (72hh) Gestão de Rendas (8hh) Consolidação/Centralização do ERP (5hh)
Otimização da Infraestrutura TI da SCMP	 <p>47%</p> <p>1319hh</p>	Museu Santa Casa Misericórdia do Porto (616hh) Otimização dos Sites SCMP (485hh) Fusão e Consolidação das Plataformas Aplicacionais SCMP-UOS (180hh) Renovação Evolução da Infraestrutura Tecnológica (20hh) Comunicações IP-CRN (18hh)
Otimização da Área da Saúde no Ciclo de Gestão de Doentes	 <p>2%</p> <p>44hh</p>	MFR Ambulatório (44hh)
Otimização da Área da Saúde no Ciclo de Gestão Clínica	 <p>18%</p> <p>494hh</p>	Implementação de Solução Integrada de Cardiologia (285hh) Otimização Módulo Aplicacional Bloco Operatório (102hh) Implementação CIPE (58hh) Interface e Integração Informação Clínica PDS (44hh) LIS - Laboratório de Análises Clínicas (5hh) PCE - Bloco Operatório (1hh)
Otimização da Área de Projetos Especiais	 <p>0%</p> <p>0hh</p>	



### 3.3.6. Outras Áreas

O Valor das SI/TIC para a Misericórdia do Porto tem mantido a estratégia para dar resposta aos processos de negócio de forma mais fiável, com menor custo associado, desenvolvendo as iniciativas necessárias para entregar novos produtos e serviços com maior agilidade, promovendo um melhor serviço ao Cliente TI e fornecendo informação que permita a tomada de decisão. Neste domínio, foram desenvolvidas iniciativas no sentido de promover a experiência do consumidor final contribuindo para a divulgação da marca da Misericórdia do Porto, nas suas áreas de atuação.

A crescente dependência de Informação e Tecnologias para a criação de valor e a hiperconetividade resultante da utilização de redes de comunicações globais fazem com que a Misericórdia do Porto esteja cada vez mais exposta a novas ameaças que requerem novas abordagens de gestão e controlo. Tendo em consideração uma visão holística do Sistema de Informação, em 2015, foi criado um programa

de Segurança da Informação onde foi realizado o desenho e implementação de um ambiente de controlo e gestão (Pessoas, Processos e Tecnologias) que garanta uma adequada resposta aos riscos que podem explorar vulnerabilidades dos recursos da Misericórdia do Porto e afetar a confidencialidade, integridade e disponibilidade do ativo Informação, comprometendo a capacidade da Organização de atingir os seus Objetivos. As ameaças à Segurança da Informação variam de acordo com o contexto de cada Organização, dependendo dos recursos existentes, das vulnerabilidades relacionadas e da capacidade de resposta, nomeadamente da efetividade do ambiente de controlo.

O maior envolvimento e a participação de todos os profissionais da Misericórdia do Porto como contribuição de sucesso para a realização de iniciativas e projetos de onde resultaram novas ideias e perspetivas que marcaram a diferença em 2015 foram fundamentais para estes resultados.

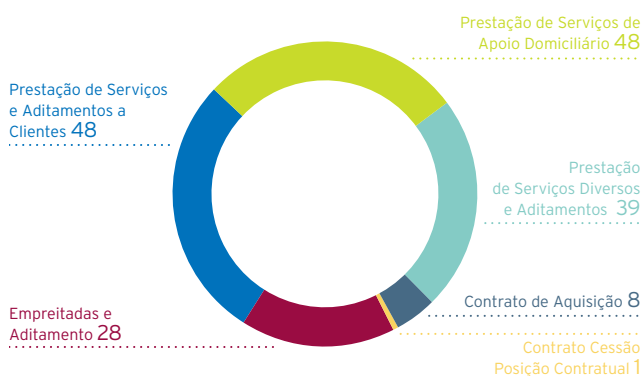


## 3.4. Departamento de Gestão Administrativa e Património

### 3.4.1. Cartório Privativo

Havendo lugar a diversas empreitadas e a prestação de serviços, quer a clientes dos equipamentos sociais, quer aos utentes de apoio domiciliário, estes em interligação com o DISG, foram elaborados os respetivos contratos.

De seguida, o quadro respetivo:

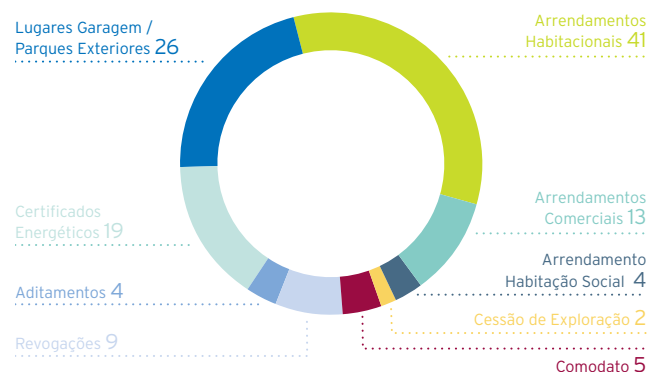


Referimos ainda que, em 13 de maio de 2015, foi celebrada a Escritura de Compra e Venda dos dois prédios sitos na Rua do Pinheiro Manso, n.ºs 297/299/301/303/305 e n.º 325, cujos coproprietários são a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a D. Maria Helena Morais Barbot de Azevedo Mavigné Campos e Matos, respetivamente, na proporção de 6/16 e 10/16.

### 3.4.2. Arrendamentos

Ao longo deste período realizaram-se 41 arrendamentos habitacionais, 13 arrendamentos comerciais, 2 cessão de exploração, 4 em Habitação Social, 5 de comodato, 9 revogações, 4 aditamentos, 26 uso/ocupação de lugares de garagem e pedidos/emittidos 19 certificados energéticos.

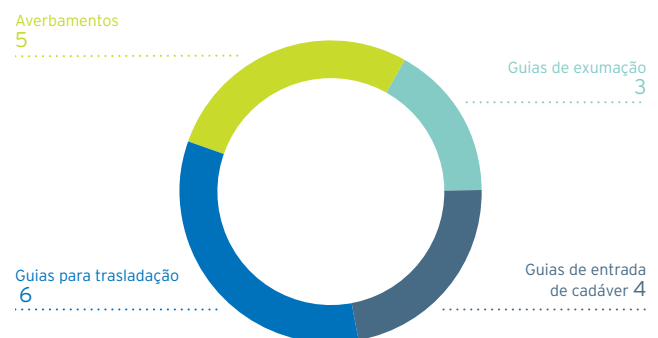
Neste movimento, houve sempre a intervenção dos serviços, para a elaboração do relatório de vistoria do espaço a arrendar, ou para a supervisão do desempenho do Setor de Conservação, para a realização das condições de habitabilidade através de pequenas obras, ou de empresas da especialidade, quando as melhorias eram de grande vulto.



### 3.4.3. Cemitério Privativo

Foram emitidas 4 guias para entrada de cadáver, 6 guias para transladação, 3 guias de exumação e realizados 5 averbamentos.

Como referência, o quadro que segue:

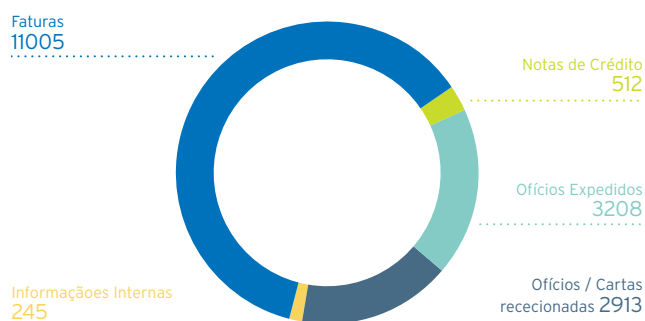


### 3.4.4. Arquivo Geral

Houve a continuidade da seleção e arquivo de toda a documentação rececionada, em cada respetivo processo, a fim de poder dar uma resposta exata a qualquer tipo de consulta, dentro e fora do Departamento, para apoio dos mais diversificados pedidos.

### 3.4.5. Expediente Geral

Com a implementação da "Gestão Documental", no intuito de se eliminar a circulação de documentos em suporte de papel e para a redução dos custos e dos espaços de armazenamento, verificou-se um aumento substancial na circulação de todos os documentos a serem digitalizados, com os respetivos registos, tendo sido rececionados, no SEPARCO, 2913 ofícios, 245 Informações Internas, 11005 faturas, 512 notas de crédito e 3208 ofícios expedidos.

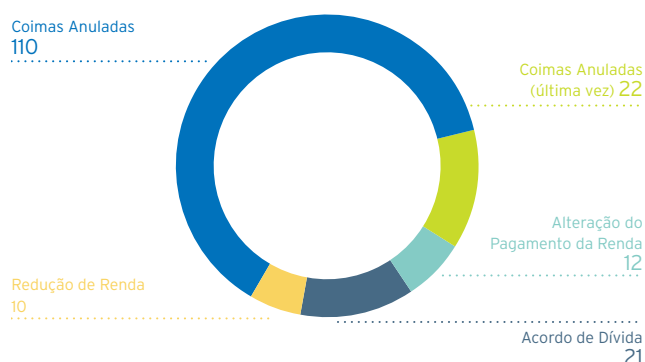


## 3.4.6. Clientes

### 3.4.6.1. Rendas em Atraso

Ao longo deste período de tempo, no âmbito do universo do Inquilinato, continuam os pedidos de ajuda para o cumprimento do pagamento da renda, desde a redução no seu valor mensal até à apresentação de plano de pagamento para a amortização de valores em débito, através da assinatura do respetivo Acordo de Dívida no GAJC, tendo sido ainda os Inquilinos atendidos nos pedidos da anulação das coimas aplicadas sobre a renda pelo incumprimento fora de tempo.

Nunca esquecendo a verdadeira missão da Misericórdia do Porto, sempre foi dada uma resposta a todas as situações, de acordo com o perfil económico-social dos Inquilinos que aqui se dirigiram, que se traduziu em 21 Acordos de Dívida, 10 reduções nos valores da renda mensal, 110 coimas anuladas, onde se integram 22 coimas anuladas pela última vez, e 12 alterações da data limite para pagamento da renda.



## 3.4.7. Área de Manutenção e Conservação

O setor de conservação do DGAP, no decorrer do ano 2015, deu continuidade aos procedimentos estabelecidos no ano anterior, tendo como primordial objetivo a resolução das não conformidades persistentes ao longo do tempo, no que respeita ao Património Operacional e de Rendimento.

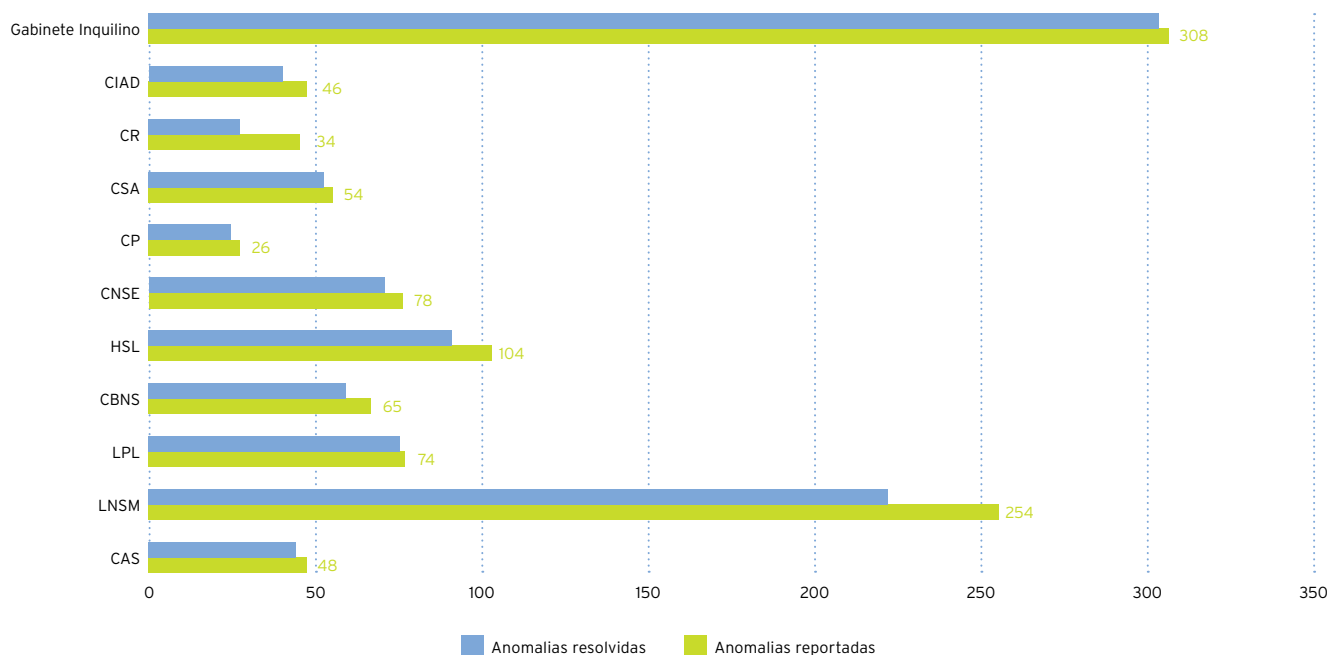
No decorrer do ano 2015 a eficaz prestação deste setor permitiu verificar-se a nível de reclamações um decréscimo significativo.

Foram desenvolvidas empreitadas gerais de reabilitação integrais em apartamentos do Património de rendimento nos seguintes locais:

Alameda Eça de Queirós (4), Complexo do Luso (9), Complexo Lima (2), Complexo Nau Trindade (3), Complexo Daniel Constant (5), Outros (8).

O gráfico apresentado de seguida, representa as anomalias reportadas/resolvidas, dos vários estabelecimentos e património de rendimento:

### Anomalias Reportadas/Resolvidas



### 3.4.8. Gabinete Técnico do DGAP

No que respeita à equipa técnica do DGAP foram asseguradas internamente as seguintes valências:

#### 1. Elaboração de memórias descritivas de obras:

- Arco Maior II
- Instalações Sanitárias do LNSM
- Quinta de Grijó
- Travessa da Maceda 53
- Rua de Cedofeita 98/102
- Rua Silva Porto 121 r/chão
- Av. Fernão Magalhães 1091-41
- Intervenção no r/chão da CSA
- Rua Dr. Alves da Veiga, 83
- Rua 9 de Julho, 218
- Rua da Alegria, 1802- 22
- Iluminação Pública e Infraestruturas do Parque da Prelada
- Iluminação da Fachada do MIPPO
- Rua do Loureiro 86

#### 2. Projetos de Arquitetura:

- Sede da Misericórdia do Porto - IAP
- Reorganização interior do CIAD

- Fusão das Farmácias - Hospital da Prelada
- Reabilitação do R/Chão do edifício A5 do CHCF
- Criação de nova Teoria Ocupacional do CHCF
- Retificação de implantação do LNSM
- Reabilitação do recreio e campo de jogos do CNSE
- Criação de gabinetes relativos ao programa Rubrik
- Reabilitação do r/chão da ala poente do CNSE
- Reabilitação de diversas áreas devolutas do CNSE
- Reabilitação do imóvel sito na Avenida da Boavista 1065
- Licença Utilização do imóvel da Rua de Cedofeita 98
- Licença Utilização do imóvel da Rua do Bonfim 155

#### 3. Projetos de segurança contra incêndios e medidas de autoproteção:

- Medidas de autoproteção do CRN
- Medidas de autoproteção da Casa da Prelada
- Projeto de segurança contra incêndio da Reorganização interior do CIAD
- Projeto de segurança contra incêndio do R/C da Ala Poente do CNSE

#### 4. Fiscalizações e acompanhamento de obras:

- MMIPO
- Criação de gabinetes relativos ao programa Rubik
- Reabilitação do recreio e campo de jogos do CNSE

- Remodelação das Instalações sanitárias do LNSM
- Rua de Cedofeita 98
- ERPI - S. Lázaro: reabilitação da ala Monteiros dos Santos
- Reabilitação das fachadas do edifício do Luso
- Arco Maior II

5. Higiene e Segurança no Trabalho:

- Análise dos acidentes de trabalho
- Avaliação de riscos de cada posto de trabalho
- Gestão de resíduos
- Realização de ações de formação
- Coordenação das empresas de manutenção de elevadores e AVAC
- Acompanhamento do Processo de certificação do CRN pela ISO 14001

6. Auditorias Energéticas:

- ERPI Nª Sr.ª da Misericórdia
- Colégio Nª Sr.ª da Esperança

7. Diversos

- A receita obtida pela valorização do papel/cartão foi na ordem de €1.661,05.

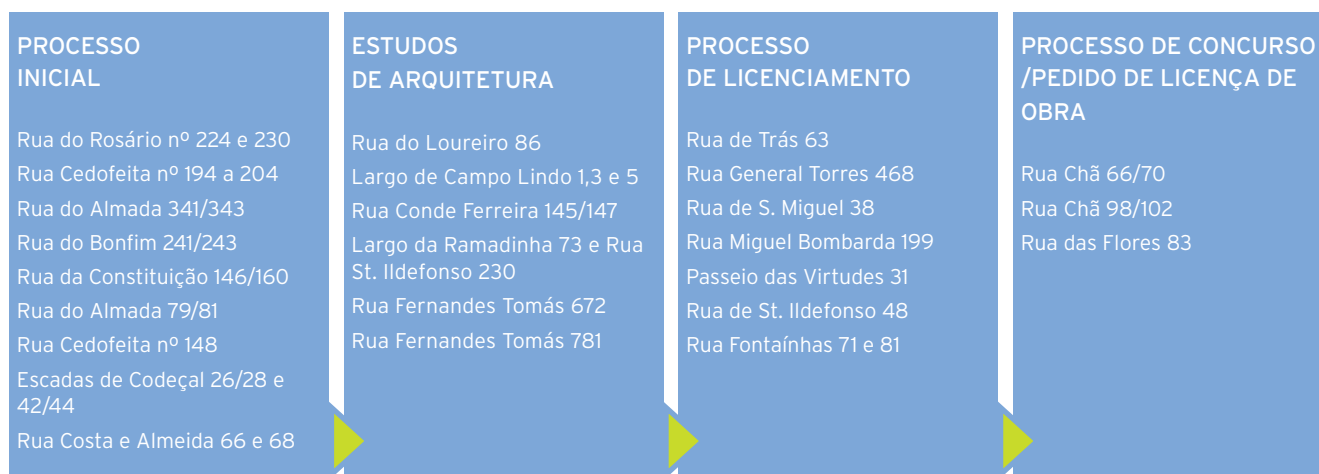
### 3.4.9. Programa “Reabilitar para Arrendar”

No dia 10 de julho de 2015 foi celebrado o protocolo de cooperação institucional no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

A Misericórdia do Porto selecionou um conjunto de 35 imóveis em fraco estado de conservação que possuem os requisitos necessários para integrarem este programa. Apresentam características espaciais e funcionais predominantemente para habitação tendo também alguns afetação para comércio ao nível do R/C.

Um das condições fundamentais é a aplicação de renda condicionada nas frações destinadas para habitação ao longo do prazo de pagamento do financiamento. A este respeito, o financiamento poderá ir até 90%, com uma taxa de juros de 2,9% com duração de 15 anos.

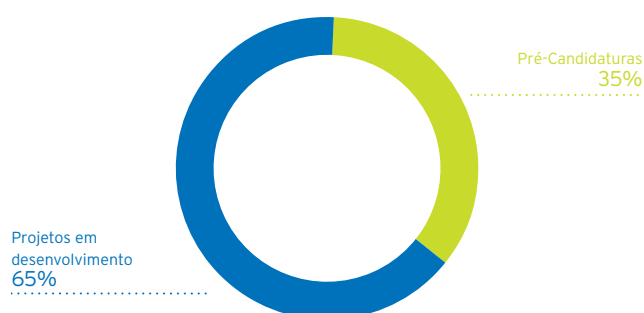
Os processos de reabilitação de cada um destes imóveis traduzem-se em 26 projetos que se encontram nas seguintes fases de desenvolvimento:



Foram já submetidos no Programa e aprovado pela IHRU, 9 projetos na fase de pré-candidatura.

Encontram-se em desenvolvimento Projetos de Reabilitação com afetação destinada a serviços, que não se enquadram no Programa Reabilitar para Arrendar:

- ERPI Quinta do Marinho;
- Rua Cândido dos Reis 91;
- Rua Cândido dos Reis 135;
- Av. dos Aliados 165.





### 3.4.10. Bolsa Nacional de Terras

O Projeto de Bolsa Nacional de Terras, no âmbito do Ministério da Agricultura, é um mecanismo de facilitação do conhecimento das terras disponíveis que dispõe de um sistema de informação, em suporte informático e de uma rede de entidades de proximidade ao cidadão.

Este projeto tem os seguintes objetivos:

- Facilitar o acesso à terra;
- Facilitar o encontro entre oferta e a procura;
- Apoiar a mobilização de terras rurais;
- Promover a utilização da terra para fins produtivos.

Os terrenos disponibilizados até maio/2016 estão isentos de pagamento de taxa de custos de gestão.

A Instituição aderiu a este projeto pelos seguintes motivos:

- Os terrenos encontrarem-se abandonados;
- Não estarem a ser rentabilizados;
- Evitar notificações e coimas das respetivas Câmaras por falta de limpeza do terreno;
- Regularizar a situação jurídica dos terrenos no Serviço de Finanças e na Conservatória do Registo Predial, caso existam irregularidades;
- A curto prazo não está previsto qualquer metodologia para a rentabilização dos terrenos.

Apresentamos a lista de terrenos a serem integrados na Plataforma da Bolsa Nacional de Terras:

#### Listagem Terrenos

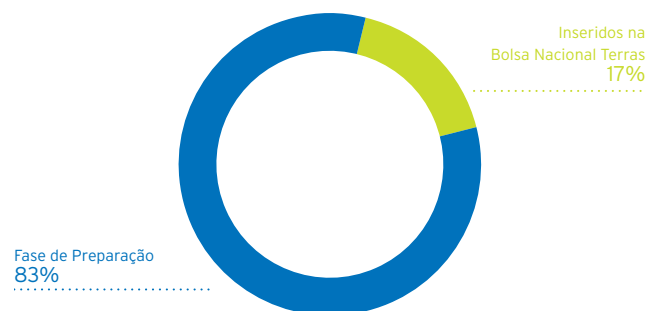
Nome	Concelho/Freguesia	Área/m <sup>2</sup>
Casal da Lanchinha	Almada / Charneca Caparica: Sobreda	21.880.00
Bairro Alto - Vila Chã	Lamego	
Vale Claro	Lamego	
Lugar de Tocos - Campo do Salgueiral	Ovar / São João	4.700.00
Rio Mau / Sorte da Chamusca	Penafiel / Rio Mau	1.200.00
Rio Mau / Sorte do Couto	Penafiel / Rio Mau	2.300.00
Rio Mau / Sorte da Chamusca	Penafiel / Rio Mau	1.750.00
Lugar de Poço de Cabaços (Rústico) Ponte de Lima	Ponte de Lima / Feitosa	3.354.00
Lugar do Alacral - Vinha	S. João da Pesqueira / Nagoselo Douro	12.000.00
Lugar de Lobatos - Vinha	S. João da Pesqueira / Nagoselo Douro	4.450.00
Lugar de Lobatos - Vinha	S. João da Pesqueira / Nagoselo Douro	1.200.00
Quinta da Chamorra / Lugar da Chamorra	Vila Nova de Gaia / Gulpilhares / Valadares	5.100.00
Quinta de Grijó / Lugar da Póvoa	Vila Nova de Gaia / Sermonde: Grijó	20.617.00
Bouça do Picoto	Vila Nova de Famalicão / Gavião	31.600.00
Bouça do Landeiro	Vila Nova de Famalicão / Nine	3.000.00
Quinta de Juncainho / Lugar de Padrão	Vila Nova de Famalicão / Vilarinho Cambas	61.000.00

Até ao momento já foram inseridos inserido 3 terrenos na Plataformas:

- Quinta de Juncainho / Lugar de Padrão
- Lugar de Poço de Cabaços
- Quinta de Grijó

Os terrenos em fase de preparação são aqueles em que é imprescindível o reconhecimento *in loco*, recolha de fotografias e fazer levantamento topográfico caso seja necessário.

A Misericórdia do Porto, como Instituição, é pioneira em Portugal neste projeto inovador.



### 3.4.11. Central de Compras

Num mundo onde os recursos são cada vez mais escassos e onde o tempo assume uma importância cada vez maior, torna-se primordial às empresas serem eficazes e eficientes no desempenho da sua atividade diária.

Os processos de compra, sendo parte integrante da atividade operacional, assumem cada vez mais um papel importante na criação de valor e de transparência para a Instituição. Aliás, a Misericórdia do Porto recebeu uma menção honrosa, na área da economia social, como a Instituição mais transparente no procedimento de aquisições de compras através da rede Vortal.

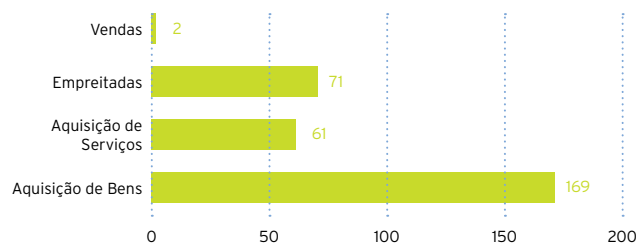
Relativamente à Misericórdia do Porto, a Central de Compras, como mais abaixo se poderá constatar, continua a ter um papel primordial na obtenção de poupanças (significativas) que de outra forma não seriam atingidas.

Ao todo, foram já abertos 281 procedimentos, que representam um valor global de aquisições e vendas de 8.343.784,96€ (valor após negociação), sendo que o maior valor corresponde às empreitadas, espelhando o esforço feito em reabilitação e manutenção do património da SCMP.

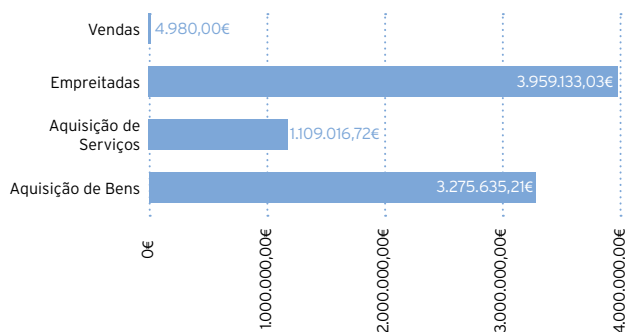
#### Procedimento e Finalidades

	Qt. Proced.	Total
Aquisição de Bens	169	3.275.635,21€
Aquisição de Serviços	61	1.109.016,72€
Empreitadas	71	3.959.133,03€
Vendas	2	4.980,00€

#### Qt. Proced.

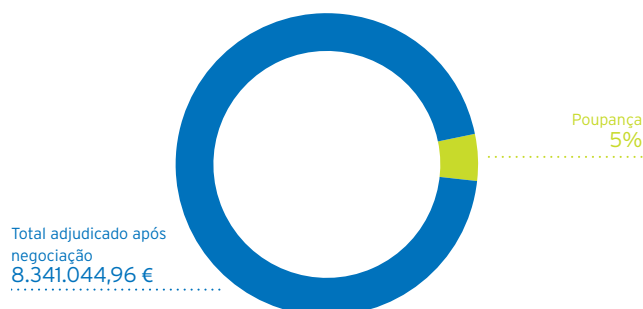


#### Valores por tipo de procedimento



Todas estas aquisições são negociadas antes de serem adjudicadas, traduzindo-se essa negociação na obtenção de poupanças significativas para a Misericórdia do Porto. Em 2015 foram obtidas poupanças de 480.476,20€, representando 5% do valor da proposta.

As poupanças obtidas são muito importantes, uma vez que têm impacto direto no Resultado Líquido da Misericórdia do Porto.



### Avaliação de Poupança efetuada com negociações de Procedimentos

	Valores	Percentagem
Total Orçamentado	8.821.521,16 €	
Total adjudicado após negociação	8.341.044,96 €	
Poupança	-480.476,20 €	5%

Apesar do número de procedimentos abertos, há ainda a considerar diversas aquisições realizadas mas ao qual não foi dado número. Isto ocorre em duas situações:

- Compras de baixo valor em que a consulta ao mercado é feita como se de um procedimento normal se tratasse mas ao qual não é atribuído número uma vez que o custo administrativo da compra seria

superior ao da compra em si;

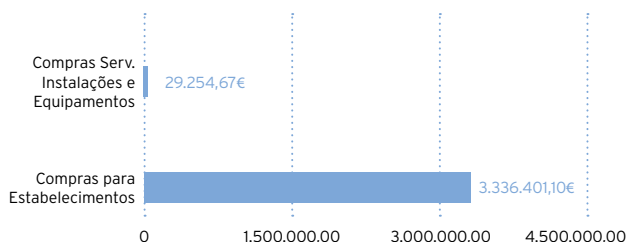
- Compra realizada ao abrigo de contrato em vigor como sejam serviços de alimentação, detergentes, utensílios de limpeza, etc.

Assim, podemos ver no gráfico abaixo como estão distribuídas estas compras:

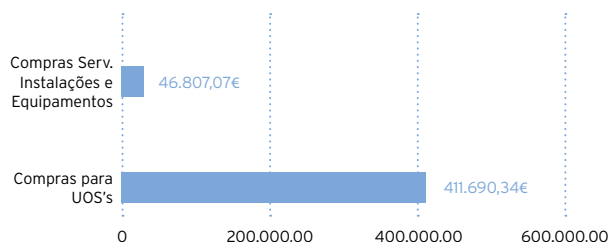
### Diversas Compras não sujeitam a Procedimento (Notas de Encomendas)

	Total
Compras para Estabelecimentos	3.336.401,10€
Compras Serv. Instalações e Equipamentos	29.254,67€
Compras para UOS's	411.690,34€
Compras Serv. Instalações e Equipamentos	46.807,07€

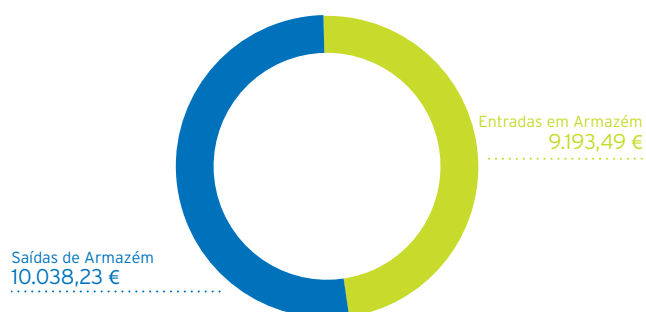
#### Estabelecimentos



#### UOS'S



Relativamente ao Armazém Central, verifica-se a tendência dos anos anteriores de realizar compras *just in time* por forma a não haver capital investido desnecessariamente. Isto consegue-se graças à cooperação / parceria estabelecida com os fornecedores que garantem um nível de serviço elevado (entregas atempadas, corretas e sem falhas).



### Movimentos de Armazém dos Departamentos Centrais

	Total
Entradas em Armazém	9.193,49 €
Saídas de Armazém	10.038,23 €

Cada vez mais a atividade da Central de Compras é entendida de forma positiva por todos, levando a que haja menos situações excecionais, ou seja, aquisições feitas sem passar pela Central de Compras. Deste modo, a forma de comprar é mais eficiente e eficaz, traduzindo-se nas poupanças obtidas, numa maior celeridade dos processos, garantido a total transparência das aquisições, possibilitando ainda a identificação, mitigação e monitorização.





### 3.5. Departamento de Atividades Culturais

O momento mais marcante do ano 2015, no que diz respeito à área da Cultura, foi sem dúvida a abertura e entrada em funcionamento do Museu da Misericórdia do Porto - MMIPO.

A inauguração do Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto, em 15 de julho, foi a concretização de uma ideia que remonta aos finais do século XIX, quando era Provedor o Conde de Samodães e que ganha forma no século XXI.

A concretização deste projeto iniciou-se com a deslocação dos serviços administrativos da Santa Casa e a transferência do arquivo histórico e da biblioteca para a Casa da Prelada, no ano de 2013, libertando o edifício da Rua das Flores para funções culturais.

Em 2012 havia sido elaborado o projeto de reabilitação e adaptação arquitetónica e as obras tiveram início em 2014, em empreitada adjudicada à empresa Habitãmega. Estes dossiers foram conduzidos pelo DGAP, que mantém agora a responsabilidade pela manutenção do edifício.

Ainda no final desse ano, foi criada uma equipa multidisciplinar responsável pelo Desenvolvimento do Programa Museológico, a qual esteve operacional até ao momento da inauguração. A criação desta equipa formada por elementos internos da Misericórdia do Porto, mas também por elementos externos, procurou associar à criação do Museu instituições da cidade do Porto passíveis de contribuir com conhecimento específico e um posicionamento particular que só poderiam resultar em benefícios para o projeto final. Por isso se procurou a colaboração da autarquia, do Museu Nacional Soares dos Reis e da Universidade Católica, representantes de interesses e fins diversos, mas passíveis de se articular e convergir para a definição de um programa coerente e atual.

Na proximidade do grupo de trabalho esteve sempre a figura do Mesário do Culto e Cultura da Misericórdia do Porto, Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, que acompanhou criticamente os trabalhos, observando a articulação entre o seu desenvolvimento e os interesses institucionais em causa, para lá de ter fornecido o inicial e inestimável contributo científico.

Durante o processo de desenvolvimento do programa museológico do MMIPO e preparando a sua abertura, foram projetadas e concretizadas as seguintes publicações:

- A **Igreja Privativa** da SCMP, por José Ferrão Afonso;
- A pintura **Fons Vitae**, por Regina Andrade;
- Percurso pela **História e Acção da Misericórdia do Porto na Cidade**, por Francisco Ribeiro da Silva;
- **Roteiro do Museu**, por Laura Castro;
- **Desdobrável**.

Todas as publicações são bilingues e com custos de produção controlados para permitir valores de venda a públicos atrativos.

Aprovado o programa museológico, foram desencadeados todos os procedimentos necessários à conceção e execução do Projeto Museográfico levado a efeito por empresas da especialidade. Seguiram-se os trabalhos de montagem de estruturas expositivas e colocação de peças com respetivas tabelas, legendas e textos de sala.

Concretizou-se no presente ano a modificação da estrutura organizativa do DAC, que está atualmente definida em dois equipamentos culturais abertos ao público diariamente a saber:

- Casa da Prelada;
- Museu da Misericórdia do Porto - MMIPO.

## 3.5.1. Casa da Prelada

### 3.5.1.1. Arquivos e Bibliotecas

A informação apresenta-se, em todas as épocas, como um instrumento importante para a sociedade, para a sua organização e funcionamento, para o aperfeiçoamento das suas instituições, para o exercício do poder, para a conquista e ampliação de direitos e deveres.

Entende-se por gestão de documentos “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermédia, tendo em vista a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Para tomar decisões, recuperar a informação e preservar a memória institucional é preciso estabelecer um conjunto de práticas que garanta a organização e preservação dos arquivos (histórico e intermédio).

### 3.5.1.2. Tratamento Documental

A transferência do acervo documental constitui um processo delicado, tecnicamente complexo e moroso, na medida em que, justamente pelo seu valor, a documentação deverá ser incorporada nas melhores condições de identificação, tratamento e acondicionamento físico de modo a estar acessível à consulta o mais rapidamente possível.

O ano foi dominado pela movimentação de grandes volumes documentais, tanto de carácter histórico, como no domínio do Arquivo Intermédio.

No dia 14 de outubro deu-se início à transferência do acervo documental, com datas anteriores a 1976, do Hospital de Santo António para o Arquivo Histórico, na Casa da Prelada, num total de 80 metros lineares de documentação.

Tarefa várias vezes idealizada, não tinha ainda sido possível levá-la a efeito. Este ano e depois de um trabalho de negociação ao nível da Administração da Misericórdia do Porto e da Administração do Centro Hospitalar do Porto/Hospital de Santo António (HSA), foi possível concretizar a transferência da documentação gerada no período em que aquela unidade de saúde estava sob administração da Santa Casa. Trata-se de documentação com muito

interesse para a história da cidade e, em particular, para a história da Misericórdia do Porto. São de salientar algumas séries documentais tais como: *contas, conselho médico, correspondência, direção e mesa do Hospital, movimento de doentes, urgência*, entre outras. No depósito do Arquivo do HSA foi retirada das estantes, colocada em caixas devidamente identificadas e elaborada uma tabela de correspondência entre a documentação e respetivas caixas.

De seguida foi transferida para a Casa da Prelada, onde foi objeto de desinfestação por método anoxia. Após a desinfestação, a documentação foi colocada, ordenadamente, nas estantes no depósito do Arquivo Histórico e, finalmente, com vista a facilitar o acesso à informação, proceder-se-á à atribuição de cotas topográficas e à criação de instrumentos de pesquisa.

A documentação que deixou de ter valor administrativo para os departamentos que a produziram, mas que urge preservar, foi transferida para o Arquivo Intermédio. Nesse sentido, procedeu-se ao seu acondicionamento e inventariação de forma a facilitar o acesso sempre que for requisitada pela entidade produtora.

No final do mês de dezembro deu-se início ao processo de transferência do acervo documental dos depósitos existentes no Instituto Araújo Porto (IAP) para o Hospital da Prelada.

Tendo em conta a importância de que se reveste a preservação documental deu-se continuidade à digitalização de documentos de valor histórico.

O tratamento físico da documentação foi objeto de grande atenção, nomeadamente ao nível da conservação e restauro. Nesta área foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Intervenção conservativa em sete livros manuscritos, pertencentes ao acervo documental da Misericórdia do Porto.
- Colagem, estabilização e reforço de lacunas de seis mapas do livro *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1914-1915*.
- A nível de encadernação foi realizado o tratamento conservativo de vinte e nove *Missais Romanos*, nomeadamente a limpeza, hidratação e consolidação do couro; tratamento de metais e folha de ouro, inseridos como elementos decorativos; limpeza e estabilização dos elementos decorativos em prata da encadernação do *Missal Romano, impresso na Tipografia Régia em Lisboa, 1820*.
- Tratamento e acondicionamento do documento *Exéquias do Rei D. Carlos, Misericórdia do Porto, 1908*.

- Do espólio fotográfico, pertencente ao Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, foi realizado em seis fotografias a higienização, limpeza a seco, limpeza química, preenchimento de lacunas, consolidação e reparo de rasgões.

### 3.5.1.3. Formação Profissional

Complementando as alterações operadas no âmbito da conservação e restauro de documentos gráficos, foi considerada fundamental a aposta na formação e na criação de condições que permitam a intervenção sistemática nos acervos à nossa guarda. Foram por isso concretizadas as participações nas seguintes ações de formação: *workshop* subordinado ao tema *Conservação de Fotografia*, realizado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa em 5 e 6 de março, com a coordenação da empresa *PH Neutro* e a formadora Dra. Catarina Mateus e *workshop de Conservação de documentos com tinta ferrogálica: da Teoria à Prática*, de 7 a 9 de outubro, organizado pelo Arquivo Distrital do Porto, Universidade do Porto e UP digital, com as formadoras Dras. Sílvia Sequeira e Laura Moura.

### 3.5.1.4. Biblioteca e Salas de Leitura

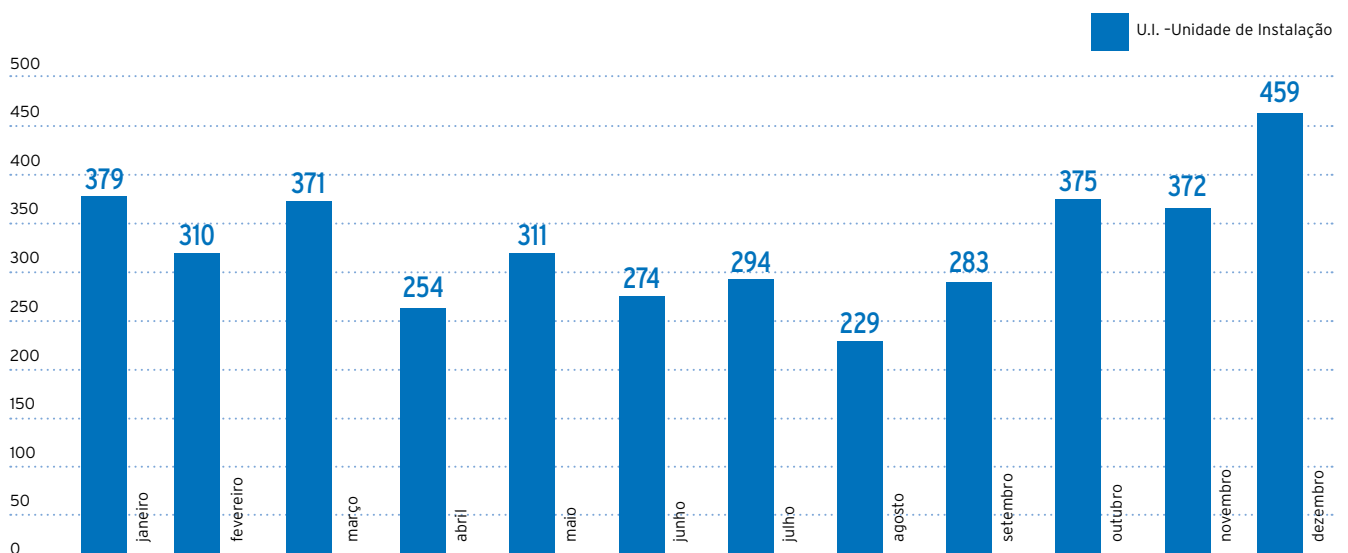
A Biblioteca da Casa da Prelada registou um crescimento acentuado, cerca de 20 m/l, de espécies bibliográficas a que foram atribuídas cotas, colocadas as respetivas etiquetas e catalogadas na base de dados.

Para dar cumprimento a um dos objetivos fundamentais dos Arquivos, disponibilizar os fundos documentais e prestar apoio e orientação à pesquisa, sempre que solicitado, a Casa mantém em funcionamento salas de leitura abertas diariamente ao público. Para além disso, é disponibilizada também a documentação que integra o Arquivo Intermédio e que é frequentemente requisitada pelos Estabelecimentos/Departamentos da Misericórdia do Porto.

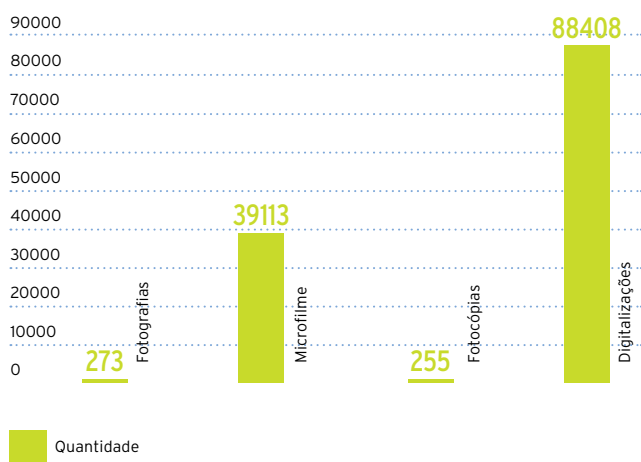
A consulta do acervo documental é feita através da consulta direta dos documentos e, quando existe, da sua reprodução (microfilmagem e digitalização) e por vezes, para obstar à falta de reprodução, são solicitadas fotografias de documentos que são feitas por colaboradores e equipamento do Arquivo.

Relativamente aos anos anteriores, registou-se um crescente movimento da consulta e reprodução de documentos. A análise dos gráficos que se seguem mostra claramente a ordem de grandeza do aumento desse movimento.

### Consulta de Documentos



## Reprodução de Documentos



### Outras atividades desenvolvidas

- Sempre que solicitado, visitas orientadas ao Arquivo Histórico com enfoque no acervo documental e instalações.
- Inserção da informação contida nas fichas de “Educandos” e “Colaboradores” numa base de dados.
- Colaboração ao nível da seleção, reprodução e descrição dos documentos gráficos que estão expostos no MMIPO.

## 3.5.2. Serviços Educativos e Públicos

### 3.5.2.1. Visitas Orientadas e Livres

Durante o ano de 2015, o Serviço Educativo realizou várias visitas orientadas para escolas, professores, estudantes universitários, universidades seniores, instituições de solidariedade social e outros grupos institucionais. De entre as razões que levaram estas entidades a visitarem o espaço da Casa da Prelada destacam-se as seguintes: conhecer a Casa (história, património, jardim e reabilitação); visitar as exposições temporárias; visitar o espaço no âmbito de roteiros nasonianos, do Caminho de Santiago, de passeios culturais pela cidade e do conhecimento e descoberta do património local.

Podemos pois afirmar que para além da Casa se afirmar como Arquivo Histórico e de este ser procurado por investigadores e estudiosos de diferentes domínios de interesse, existe um número significativo de pessoas

que procuram este lugar pelas suas características de espaço verde com uma forte componente patrimonial.

No ano de 2015, o Serviço Educativo contabilizou 1368 visitantes, sendo 1048 de visitas livres e 320 de visitas orientadas. Deve aqui ser referido que em julho se concretizou a transferência deste serviço para o MMIPO, onde foi reforçado no que respeita a recursos humanos e onde passou a realizar as suas funções com um âmbito mais alargado.

Trata-se de uma reconversão e ampliação de funções, que deixaram de estar apenas vocacionadas para a Casa da Prelada e que se desenvolvem agora nos dois equipamentos culturais afetos ao DAC.

### Visitas à Casa da Prelada

Meses	Livres	Orientadas	TOTAL
janeiro	28	75	103
fevereiro	37	26	63
março	114	65	179
abril	130	39	169
maio	52	29	81
junho	74	82	156
julho	129	0	129
agosto	171	0	171
setembro	105	0	105
outubro	69	4	73
novembro	98	0	98
dezembro	41	0	41

### 3.5.2.2. Atividades

- 08 jan. a 02 mai. - Acolhimento do Curso Livre de Estudos do Porto, em parceria com a Escola Superior Artística do Porto.
- 11 fev. - Abertura da exposição fotográfica “Macau é um Espetáculo”, que esteve patente no átrio e nas salas de espera do Hospital da Prelada.
- 25 mar. - No âmbito das férias da Páscoa, foi realizada uma visita orientada, um workshop de desenho e a atividade “Observação da Biodiversidade no Parque da Prelada” para um grupo de crianças/jovens do Centro de Estudos Maria Miguel. Esta última atividade esteve a cargo do CIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, da Universidade do Porto.



- 28 mar. - Dia Nacional dos Centros Históricos, com a realização de duas visitas orientadas e de dois apontamentos musicais no órgão de tubos da Igreja Privativa, protagonizados pelo organista Filipe Veríssimo.
- 17 abr. - Abertura da mostra fotográfica “Rio D'Ouro”, da autoria de Joana Pereira, que esteve patente durante um mês na Sala Azul.
- 18 abr. - Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, com a realização de duas visitas à exposição “Casa da Prelada - Memórias de um Espaço” e de um concerto a cargo da Orquestra do Instituto Orff do Porto.
- 25 mai. - Realização de um debate inserido no ciclo “Um objeto e seus discursos por semana”, dedicado ao Labirinto da Prelada, que contou com a presença de Alexandre Quintanilha e de Aurora Carapinha, moderado por José Ferreira e Silva.

### 3.5.2.3. Acolhimento de Eventos

Devemos aqui referir o interesse que a Casa tem despertado como espaço vocacionado para a realização de encontros e formações. Sendo uma área ainda muito embrionária, tem condições de registar algum crescimento, agora que estão garantidas as rotinas associadas às cedências, sempre em respeito pela vocação do conjunto edificado (casa e envolvente) e a especificidade do serviço âncora aqui instalado.

Decorreram 33 sessões no âmbito de ações de formação, workshops e cursos livres. A Casa acolheu a realização de 11 eventos protocolares e reuniões de âmbito público e, ainda, 6 reuniões internas da Misericórdia do Porto.

## 3.5.3. Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO)

### 3.5.3.1. Património Cultural

O setor anteriormente designado por Património Artístico sofreu ao longo do presente ano profundas alterações organizativas. Deixou de ter a seu cargo a organização de atividades de animação cultural para passar a centrar o seu trabalho nos domínios do *inventário*, das *reservas* e da *conservação e restauro* das coleções.

Prosseguiram, assim, os esforços de recolha de bens móveis dispersos por diferentes espaços da Santa Casa e ainda de peças do Lar das Fontainhas, seu acondicionamento, transporte e guarda nas *reservas*, mantendo sempre atualizadas as bases de dados associadas e procurando rentabilizar o espaço onde estão localizadas.

O primeiro trimestre do ano foi dominado pela articulação com a equipa multidisciplinar responsável pelo Desenvolvimento do Programa Museológico. Foi uma tarefa bastante exigente, baseada no conhecimento das diversas coleções e sistematizado no *inventário* dos bens culturais da Santa Casa. Este repositório de informação e a sua necessária correspondência com as *reservas* e com os objetos artísticos que as constituem foi durante o ano alvo de auditoria interna levada a efeito pelo GAI com resultados bastante tranquilizadores.

No ano 2015 merece referência pela positiva o trabalho desenvolvido no âmbito da conservação e restauro. Desde a seleção de entidades e o acompanhamento dos trabalhos realizados fora da Instituição, passando pela implementação do Plano de Conservação Preventiva do MMIPO e, por último, pela concretização com recursos internos das intervenções de restauro de um número significativo de peças, tudo foi feito respeitando a calendarização previamente estabelecida e visando a montagem da exposição permanente do MMIPO.

Foram intervencionadas internamente 22 molduras, 10 retratos, 10 esculturas, 4 relicários e 1 bandeira processional. Além destas, foram ainda concretizadas intervenções em peças de mobiliário incluídas no circuito museológico.

### 3.5.3.2. Aquisição de Obras de Arte

À semelhança dos anos anteriores, a Santa Casa continua a enriquecer as suas coleções, nomeadamente pela aquisição de obras de arte e pela aceitação de doações. No presente ano são de referir as seguintes aquisições:

- “Menino Jesus Peregrino”  
Escola portuguesa, séc. XVII
- “Em memória de alguém ignorado”  
Francisco Trábulo, 1987
- “D. Maria II”  
Escola portuguesa, séc. XIX
- “O meu sangue é o vosso sangue”  
Rui Chafes, 2015
- “Nossa Senhora da Misericórdia”  
Século XVII (espólio Alpoim Calvão)

Foram recebidas duas doações, correspondendo ao desejo dos doadores e às naturais condicionantes de qualidade e de relevância cultural associadas aos espólios.

De José Moreira:

- Oratório neoclássico em madeira, com Cristo em marfim;
- Quatro esculturas, todas em madeira policromada;
- Alto-relevo em madeira representando o "Senhor da Pedra Fria";
- Medalhão em cera com representação do *Agnus Dei*.

Do Pintor Guima:

- "O senhor, a lagosta e os outros", 1973;
- "Figura de Carnaval", 1986;
- "Asas do Sonho", 2006.

### 3.5.3.3. Estudos e Investigação

Foi autonomizada a área de Estudos e Investigação, assumindo-se como uma área estratégica na vida do Museu. Desde há alguns anos, a Misericórdia do Porto tem criado condições para que se estudem e investiguem as suas coleções, não só "abrindo portas" a investigadores, como afetando a este objetivo recursos humanos internos. Mais uma vez assim foi no presente ano, com especial destaque para a pesquisa desenvolvida em torno da peça *Fons Vitae*.

### 3.5.3.4. Públicos

Os motivos que foram identificados por quem nos visita e que justificam a deslocação são: conhecer o Museu, a história da Misericórdia e as suas coleções; promover o respeito pelo património cultural e religioso; conhecer a instituição enquadrada na história local e na história da cidade; visitar o espaço no âmbito de roteiros nasonianos e de outros realizados na zona histórica.

É para dar resposta a estas motivações que o Serviço de Públicos concebe, produz e leva a efeito não só visitas orientadas (temáticas ou generalistas), como os respetivos conteúdos, disponibilizados em diferentes suportes (folhas de sala, site, redes sociais).

Da mesma forma foi também este setor o responsável pela revisão, adequação de linguagem e tradução dos conteúdos informativos presentes ao longo de todo o circuito museológico.

Foi iniciada no quarto trimestre a conceção de três fichas temáticas de exploração da exposição permanente, duas de carácter generalista e uma vocacionada para públicos específicos.

Desde a sua abertura em 15 de julho e até ao final do ano, foram contabilizados 1393 visitantes integrados em visitas orientadas ao museu.

### 3.5.3.5. Atividades

Decorreram no MMIPO as seguintes atividades:

- 4 jun. - Ciclo de Conferências MMIPO  
*"A Igreja Privativa da Misericórdia do Porto e a Rua das Flores"*, Prof. Doutor José Ferrão Afonso
- 18 jun. - Ciclo de Conferências MMIPO  
*"A Pintura Maneirista"*, Prof. Doutor José Manuel Tedim
- 2 jul. - Ciclo de Conferências MMIPO  
*"Os metais preciosos ao serviço da Fé: a propósito do acervo argênteo da Misericórdia do Porto"*, Prof. Doutor Gonçalo Vasconcelos e Sousa
- 16 jul. - Ciclo de Conferências MMIPO  
*"A Museologia e o Museu da Misericórdia do Porto"*, Prof.<sup>a</sup> Doutora Laura Castro
- 26 e 27 set. - Participação nas Jornadas Europeias do Património 2015. Foram realizadas duas visitas orientadas ao Museu, intituladas "À Descoberta do MMIPO", e um percurso pedestre intitulado "Assistir aos enfermos e visitar os Presos", entre o Museu e o Hospital de Santo António.
- 29 set. - Conferência com o Arquiteto Gonçalo Byrne, intitulada "Arquitetura e contemporaneidade: dos tempos da história aos tempos do projecto", realizada no âmbito da abertura do ano letivo 2015/2016 do Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura da ESAP - Escola Superior Artística do Porto.
- 13 e 16 out. - Acolhimento do Festival Internacional de Órgão do Porto e Grande Porto, com a realização de dois concertos na Igreja Privativa da Misericórdia do Porto.
- 15, 19 e 22 out. - Participação no "Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja. Património Religioso: Identidades e Lugares". O MMIPO participou nesta iniciativa com a realização das seguintes visitas: "À Descoberta do MMIPO"; "Casa da Prelada - Memórias e Identidade

de um Espaço” e “A Igreja do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança”.

- 31 out. - Acolhimento do ciclo de debates “Um objeto e seus discursos por semana”, dedicado ao *Fons Vitae*, que contou com a presença de Carlos França, Jonatham Saldanha, moderado pelo Provedor António Tavares.
- 12 nov. - Inauguração da exposição temporária “Topázio - 140 anos de prata”.
- 25 nov. - Concerto “Sons do Barroco” com a Orquestra do Norte, na Igreja Privativa.
- 11 dez. - Concerto de Natal com a Orquestra do Norte, no âmbito da *Programação de Natal*, na Igreja Privativa.
- 11 dez. - Inauguração da árvore de Natal do MMIPO by Topázio, da autoria de João Jesus, na Galeria dos Benfeitores.
- 12 e 13 dez. - Acolhimento do Ciclo de concertos “Natal à Porta” - Porto Lazer, no âmbito da *Programação de Natal*: o primeiro decorreu junto à fachada da Igreja Privativa; o segundo, no seu interior.
- 15 dez. - Realização de uma visita orientada intitulada “Rua das Flores: território, identidade, património”, no âmbito da *Programação de Natal*.
- 17 dez. (até 20 jan. 2016) - Inauguração da exposição do quadro “Santa Maria Madalena”, de Josefa de Óbidos, na Sala da Memória, no âmbito da *Programação de Natal*. Esta foi a última exposição da pintura em Portugal, antes de seguir definitivamente para o Museu do Louvre, em Paris.
- 17 dez. - Conferência sobre a pintura “Santa Maria Madalena” de Josefa de Óbidos, proferida por Joaquim Caetano (Museu Nacional de Arte Antiga), no âmbito da *Programação de Natal*, na Galeria dos Benfeitores.
- 18 dez. - Realização de uma visita/conferência sobre a pintura “Adoração dos Reis Magos” atribuída a Vieira Lusitano, por Nuno Resende (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), na Galeria dos Benfeitores, no âmbito da *Programação de Natal*.

• 19 dez. - Concerto do Grupo Coral da AXA, no âmbito da *Programação de Natal*, na Igreja Privativa.

• 28 dez. - Concerto do Coro Gregoriano do Porto, no âmbito da *Programação de Natal*, na Igreja Privativa.

### 3.5.3.6. Gestão Operacional e Comercial

Com o início do funcionamento do MMIPO foi necessário estruturar uma área de atividade dedicada ao setor comercial e relações externas e que é responsável pela gestão da loja (desde a aquisição/produção de *merchandising* à venda ao público), pela cedência de espaços, pelo funcionamento da receção e gestão da bilheteira, pela promoção do Museu junto de operadores e agentes do setor turístico. Esta última componente representa um grande investimento de relacionamento e de informação, junto das entidades que acolhem e promovem as visitas de grupos (de turistas e outros) e que são um dos alvos fundamentais da nossa atuação.

Centram-se também aqui os esforços de articulação com as restantes áreas do MMIPO já referidas, de forma a garantir uma integração de valências e de saberes, visando não só uma eficiente gestão diária da operação, bem como a implementação de uma estratégia de relações externas que permita o crescimento sustentado do número de visitantes.

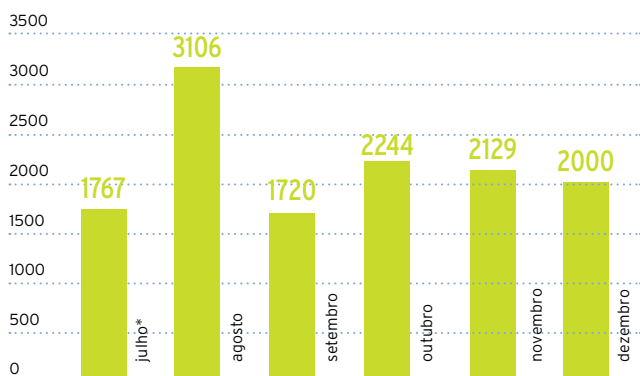
De 15 de julho e até ao final do ano visitaram o Museu 12.966 pessoas.

Mês	VISITANTES
Julho *	1767
Agosto	3106
Setembro	1720
Outubro	2244
Novembro	2129
Dezembro	2000
<b>Total</b>	<b>12966</b>

\*Aberto apenas metade do mês

A abertura do Museu aconteceu em plena época alta, facto que justifica uma afluência muito superior durante o primeiro mês e meio de atividade.

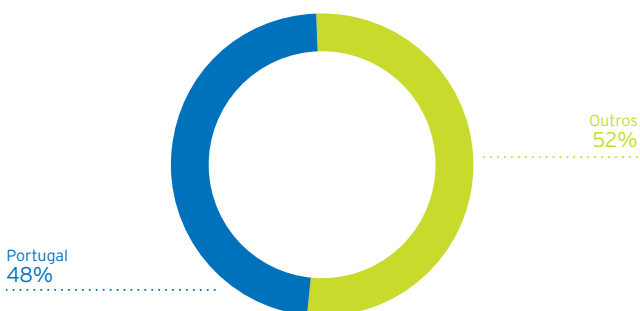
## Visitantes



\* Aberto apenas metade do mês.

Cerca de 52% dos visitantes foram de nacionalidade portuguesa, enquanto 48% foram visitantes estrangeiros.

## Portugal e outros países



No que diz respeito aos visitantes estrangeiros, verifica-se que o maior número é de França, seguido por Espanha e Reino Unido. É de salientar que Espanha e França representam cerca de 47% do total de visitantes estrangeiros.

## Países com mais visitantes

País	PERCENTAGEM DO TOTAL DE ESTRANGEIROS
França	26,16%
Espanha	20,99%
Reino Unido	10,12%
Brasil	7,87%
Holanda	5,33%
Itália	5,25%
Alemanha	4,46%

É igualmente importante referir que o MMIPO já foi visitado por cidadãos de mais de 40 países diferentes.

## 3.5.3.7. Divulgação

Foi definida a imagem do MMIPO e elaborado internamente o Manual de Normas Gráficas, documento que visa garantir a coerência das diferentes peças comunicacionais e que foi utilizado quer nas publicações editadas, quer nos suportes informativos (na exposição permanente, nas aplicações informáticas, nos materiais de divulgação) já produzidos, devendo continuar a ser usado em toda a comunicação nos anos próximos.

Procedeu-se à monitorização, atualização e criação de conteúdos para o *site* do MMIPO, para o *site* institucional da Misericórdia do Porto, na área Cultura, e para o Boletim Interno.

Dos contactos estabelecidos pelo Serviço de Públicos e pela área Comercial e Relações Externas com diversas instituições, nomeadamente com escolas, colégios e universidades seniores, foi desenvolvida uma base de dados, em permanente crescimento. A captação de contactos foi beneficiada com a disponibilização do Livro de Elogios, de fichas de contactos e com a possibilidade de as pessoas poderem inscrever-se *online*.

Tendo em vista uma comunicação integrada, foram realizados vários contactos com instituições e com portais de divulgação, no sentido destes disponibilizarem e atualizarem informações úteis sobre o Museu.





## 3.6. Departamento de Contabilidade e Finanças

### Áreas

Contabilidade e Fiscalidade	Tesouraria	Contas a Pagar	Contas a Receber	Faturação	Seguros	Controlo de Gestão
-----------------------------	------------	----------------	------------------	-----------	---------	--------------------

O exercício de 2015 figurará como o ano da consolidação dos Serviços Partilhados (SEPARCO) da Misericórdia do Porto e nesse cenário o DCF evidenciou-se pela forma estruturante com que abraçou a estratégia de centralização de serviços, mais concretamente na sua área de intervenção - Área da Contabilidade e Finanças da Misericórdia do Porto.

As áreas do DCF, criadas em 2014, atingiram a sua maturidade operacional, quer na vertente interna do departamento quer na vertente externa enquanto fornecedor de serviços e orientador de políticas corporativas neste novo paradigma assente na prestação de serviços e corporização de políticas transversais.

### 3.6.1. Operação Áreas | Objetivos e Ações

Contabilidade e Fiscalidade | Adoção de políticas contabilísticas e fiscais transversais

Contas a Pagar | Concentração dos pagamentos numa ótica de racionalização de recursos

Contas a Receber | Implementação de novo Procedimento da Gestão Global da Cobrança

Tesouraria | Otimização dos recursos financeiros

Faturação | Implementação de regras tendentes à uniformização dos critérios contabilísticos e fiscais

Seguros | Gestão integrada de toda a carteira de seguros da SCMP

Controlo de Gestão | Reporte mensal ao nível da prestação de contas nas vertentes financeiras e analíticas e acompanhamento da execução dos Contratos e Protocolos

A Área de Seguros, última a ser criada, entrou em fun-

cionamento em 2015 e fez a evolução que era desejável podendo-se afirmar que a Misericórdia do Porto concentra hoje uma experiência e conhecimento fulcral na gestão da carteira de seguros.

O Controlo de Gestão, tendo em conta as dificuldades inerentes ao desenvolvimento de uma atividade desta natureza, atingiu os objetivos a que nos propusemos no início deste exercício. Esses objetivos materializavam-se na criação de um reporte mensal transversal abrangendo não só os aspetos relacionados com as peças contabilísticas tradicionais mas também outra informação de gestão. Outra tarefa desenvolvida por esta área foi a prestação de contas mensais com base numa informação analítica com especial relevo para a área da saúde onde foi feito um trabalho de raiz.

Para ajudar a interiorizar a área de atuação do DCF no universo da Misericórdia do Porto a Mesa Administrativa aprovou o Regulamento da Área Financeira que entrou em vigor no dia 1 de junho de 2015.

Este Regulamento define e apura o modelo interno para as vertentes contabilísticas e fiscais, gestão da tesouraria integrando os pagamentos e recebimentos, o reporte analítico da exploração e da produção, a faturação e o tratamento das carteiras de seguros da Misericórdia do Porto.

## 3.6.2. Metas Alcançadas

Ultrapassado o objetivo de concentração da ferramenta suporte à atividade do DCF, resultando na conversão dos vários GIAF's no GIAF UNI no início de 2014, foi repensado, já em 2015, para efeitos de uma melhor performance nos serviços prestados, uma nova alteração neste domínio que eliminará definitivamente o conceito multiempresarial da Misericórdia do Porto, consubstanciando-se essa alteração na edificação de um GIAF único e transversal a implementar a partir de 1 de janeiro de 2016.

Esta nova filosofia ficará alicerçada numa estrutura que terá subjacente o Novo Modelo Operativo da Misericórdia do Porto permitindo numa só plataforma conhecer e perceber a atividade desta Instituição na ótica da Área de Exploração | Centro e Resultado | Valência.

Desta forma ficará assegurada a independência dos estabelecimentos face aos seus compromissos e obrigações operacionais.

Esta filosofia estender-se-á ao nível da gestão de terceiros onde será possível pela mesma ótica analisar as contas correntes e as suas variações para deste modo podermos aferir de uma forma clara a contribuição de cada Centro de Resultado para libertação de fundos (Cash Flow).

## 3.6.3. Novos Projetos

### 3.6.3.1. BI / BA (Business Intelligence / Business Analytics)

No âmbito do tratamento e divulgação das contas de exploração e informação da dívida de terceiros foi desenvolvida, na segunda metade do ano de 2015 e com vista à sua aplicabilidade no início de 2016, uma ferramenta BI/BA (Business Intelligence/Business Analytics) que irá permitir a divulgação do reporte mensal, já referido e enquadrado na área de intervenção do Controlo de Gestão, de uma forma mais célere e desmaterializada. Pretende-se com esta ferramenta disponibilizar pelos meios informáticos a referida informação aos responsáveis pelos Centros de Resultados.

### 3.6.3.2. Gestão da Cobrança / Follow UP do Esforço da Cobrança

A implementação do Procedimento de Gestão da Cobrança obriga a municiar a área de Contas a Receber de um instrumento que permita obter um registo permanente e atualizado do esforço desenvolvido na cobrança de valores. Para o efeito será estudada uma solução informática, no início de 2016, sendo que o objetivo passa pela sua implementação no decorrer desse ano.

O Novo Modelo Operativo da Misericórdia do Porto permite numa só plataforma conhecer e perceber a atividade desta Instituição na ótica da Área de Exploração | Centro e Resultado | Valência.

## 3.7. Gabinete de Auditoria Interna

Estabeleceu-se para 2015, a nível macro, a ambição de disponibilizar uma função de Auditoria Interna (AI) mais eficaz, eficiente e sustentável, totalmente alinhada com as necessidades e expectativas da Santa Casa e para tal, identificaram-se as áreas de foco da atividade de AI, de acordo com os riscos chave da Organização.

Num modelo que permitiu melhor orientar as práticas e o trabalho de Auditoria Interna (AI), em função dos requisitos para dinamização do próprio modelo de avaliação da Gestão de Riscos na Misericórdia do Porto estabeleceu-se os programas chave (conjuntos de iniciativas de AI agrupadas por temática/processo/função dentro da Organização), que permitiram concretizar uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia e eficiência da gestão dos riscos, dos controlos e dos processos de governação na Instituição.

Com base nesta metodologia e de forma a assegurar um maior alinhamento com as necessidades da Misericórdia do Porto foi adicionalmente definido e aprovado o Programa de Iniciativas de Auditoria Interna, que elencou e calendarizou todo o trabalho planeado.

Os objetivos definidos para a atividade de Auditoria Interna foram gradualmente implementados não só como função interna devidamente legitimada para dar garantias aos Cor-

pos Gerentes da Santa Casa, no que concerne a governação, gestão de risco e controlo interno, mas principalmente como parceiro colaborativo, que apoia os Órgãos de Gestão e Direção, na persecução dos seus objetivos.

O Gabinete desenvolveu 16 trabalhos de AI, 6 dos quais não planeados, dos quais resultaram 126 recomendações.

Desde o início do ano, no âmbito do Programa de Avaliação de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQ-MEC) e concluído cada trabalho de auditoria interna, são lançados inquéritos de satisfação, para aferir a qualidade dos serviços disponibilizados pelo Gabinete e consequentemente, identificar áreas para aperfeiçoamento nos processos e procedimentos de AI.

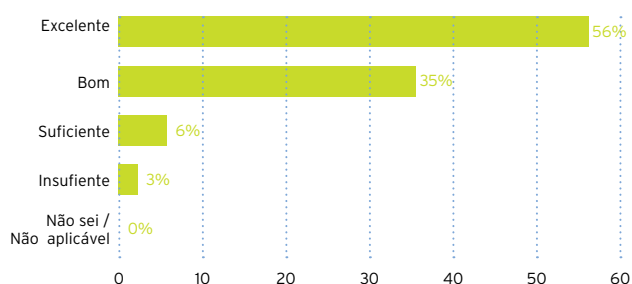
Após tratamento analítico dos dados recolhidos, publicamos a nível macro os resultados, que no nosso entender comprovam e demonstram de forma clara, que a atividade de AI é reconhecida pela Instituição, enquanto agregadora de mais-valia.

## Resultados PAQMEC - Inquéritos de Satisfação

### Sponsor

#### Relacionamento com o sponsor

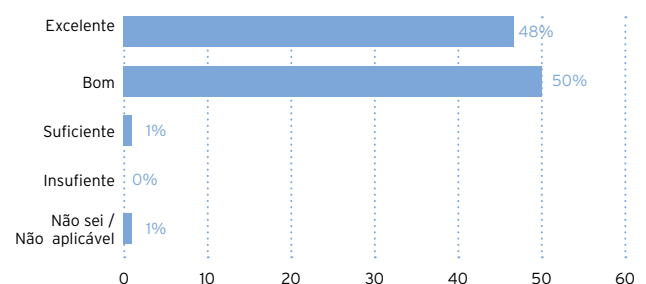
(Disponibilidade - Colaboração - Qualidade - Independência)



### Interlocutores

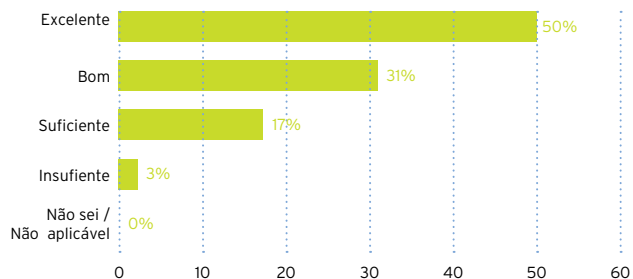
#### Relacionamento da equipa auditora

(Disponibilidade - Colaboração - Imparcialidade)



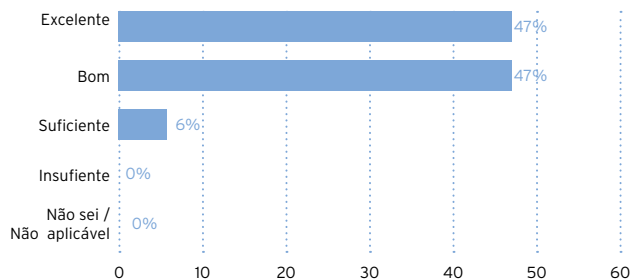
### Equipa auditora

(Objetividade - Profissionalismo - Conhecimento - Qualidade)



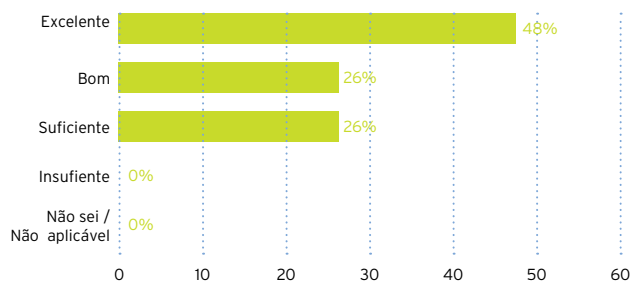
### Equipa auditora

(Objetividade - Profissionalismo - Interação)



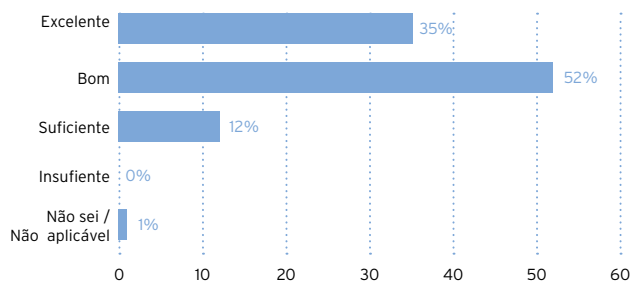
### Preparação do trabalho de auditoria interna

(Âmbito - Comunicação - Articulação)



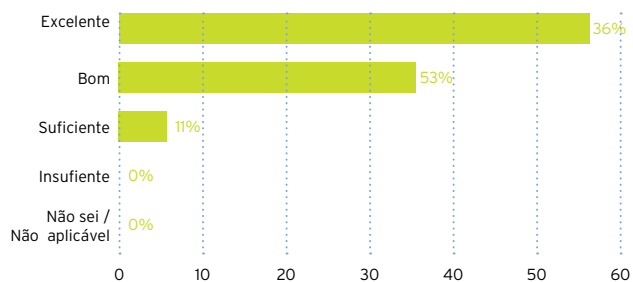
### Trabalho de campo e relatório de auditoria interna

(Duração - Precisão - Clareza - Utilidade)



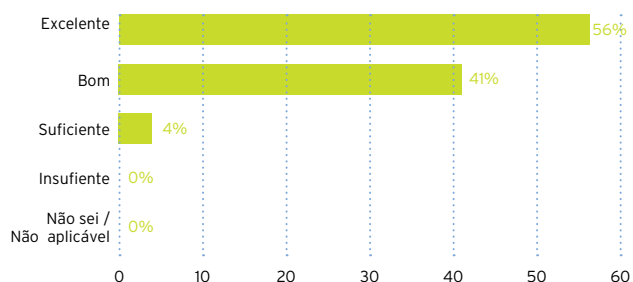
### Trabalho de campo e relatório de auditoria interna

(Duração - Oportunidade - Exatidão - Clareza - Utilidade)



### Valor agregado pelo trabalho de auditoria interna

(Gestão do Risco - Controlo Interno - Impacto na Gestão)





O Gabinete desenvolveu ainda alguns Projetos, que pelas suas características (seja a complexidade, os objetivos, ou os resultados), merecem ser destacados:

#### Projeto Certificação ISO 9001:2015 DISG

Projeto iniciado em set/2014 e com conclusão prevista para o segundo semestre de 2016, que tem como objetivo uniformizar as práticas, processos e procedimentos chave que suportam o correto funcionamento do Departamento de Intervenção Social e Gerontológica (DISG) e dos Estabelecimentos Misericórdia do Porto sobre a sua responsabilidade.

#### Projeto RUBIK

Projeto que teve como objetivo definir, estabelecer e operacionalizar na estrutura orgânica da Santa Casa Misericórdia do Porto, dois novos Gabinetes de Apoio à Gestão:

- Gabinete de Engenharia Organizacional;
- Gabinete da Qualidade.

#### Segurança na Instituição - Uma Avaliação Inicial

Trabalho que teve como objetivo, tornar mais visível e premente a temática da segurança no seio da estrutura orgânica da Misericórdia do Porto, tendo-se promovido uma reflexão conjunta, envolvendo todos os colaboradores e gestão de topo, sobre o tema da segurança e os perigos que diariamente a Instituição enfrenta.

#### Consolidação Projeto Luz

Dando seguimento ao Projeto Luz, que a Misericórdia do Porto desenvolveu em parceria com a PWC, avaliados os resultados obtidos e respetivas conclusões, o GAI desenvolveu em conjunto com os Departamentos envolvidos, um conjunto de iniciativas de forma a assegurar a consolidação do trabalho produzido e o repositório de informação criado, nomeadamente:

- Desenvolvimento da matriz de responsabilidades (matriz RACI) dos diferentes macroprocessos;
- Documentação do Plano de Resposta/Ação para implementação das diferentes oportunidades de melhoria elencadas no âmbito do Projeto Luz;
- Concretização, em conjunto com o GEO, de ação de formação específica junto de todos os *owners* de processo, que permitiu estabelecer na estrutura orgânica da SCMP, os níveis de proficiência adequados para a conceção, desenho e gestão de processos organizacionais e procedimentos de trabalho.

O número de certificações profissionais adquiridas pelos Auditores Internos da Misericórdia do Porto demonstra o esforço e o compromisso de elevar continuamente os níveis de proficiência do Gabinete.

Os resultados do Programa de Avaliação de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMEC) comprovam o foco nas necessidades da Organização, o apoio à concretização dos seus objetivos, a orientação para o cliente interno, bem como a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Auditoria Interna.

# 60%

dos colaboradores  
receberam formação

### 3.8. Departamento de Empreendedorismo Social e Comunicação

O DESC tem como objetivo garantir uma cobertura permanente dos projetos e iniciativas da Misericórdia do Porto, alicerçados na coerência, inovação e adaptação aos novos meios de comunicação.

O DESC deu início à renovação da imagem dos seus suportes de comunicação, como é o caso da revista semestral da Misericórdia e do seu Boletim Interno mensal *Fons Vitae*. Simultaneamente desenvolveu, em articulação com o DSI, um conjunto de novos sites, com destaque para a página institucional da Misericórdia do Porto.

A presença nas redes sociais como o *Facebook*, e mais recentemente o *Twitter* e o *Instagram* permitiram igualmente ao DESC uma divulgação mais regular, instantânea e próxima dos vários públicos. No âmbito da entrada em funcionamento do novo *site*, o DESC envia newsletters com carácter semanal a grupos diferenciados internos e externos.

Encontra-se, em estudo, o processo de renovação da marca da Misericórdia do Porto, com base na sua imagem original, mantendo total fidelidade aos valores da instituição, mas apostando igualmente num *brand* renovado e mais apelativo, que represente o atual projeto da Misericórdia do Porto e a sua proximidade à comunidade.

A intervenção do Departamento prevê a produção da imagem, divulgação através dos meios próprios, divulgação junto da imprensa em geral e ainda o acompanhamento logístico e protocolar dos eventos.

Assim, destacam-se as seguintes iniciativas:

- I Edição da Conferência Seniores Ativos na Biblioteca Almeida Garrett;
- Sessão Comemorativa dos 10 anos de parceria entre a Misericórdia do Porto (EPSCBF) e o Ministério da Justiça;
- 1º Aniversário do Centro de Reabilitação do Norte;
- Co-organização do I Encontro Nacional das Instituições de Solidariedade Social;
- 516 Anos da Misericórdia do Porto na Igreja Privativa da SCMP;
- Inauguração do Parque Avides Moreira;
- Inauguração das Hortas Acessíveis no CIAD;
- Inauguração do Centro Social de Alojamento de Emergência;
- VII Encontro de Quadros da Misericórdia do Porto;
- Inauguração do MMIPO;
- Concerto da Orquestra do Norte “Noites de Ópera no Douro”;
- Apoio a congressos nacionais e internacionais, conferências, assinaturas de protocolos e visitas;
- Edição e Publicação do Plano de Atividades para 2016, acompanhado de um vídeo;
- Criação de Marca para o projeto Arco Maior;
- Criação da Imagem de Natal: postais, e-postais, banners, decoração espaços e desenvolvimento de suportes de comunicação para alguns estabelecimentos;
- Edição e Publicação de Revista de Medicina Social, além do apoio à Revista Científica a lançar em 2016.



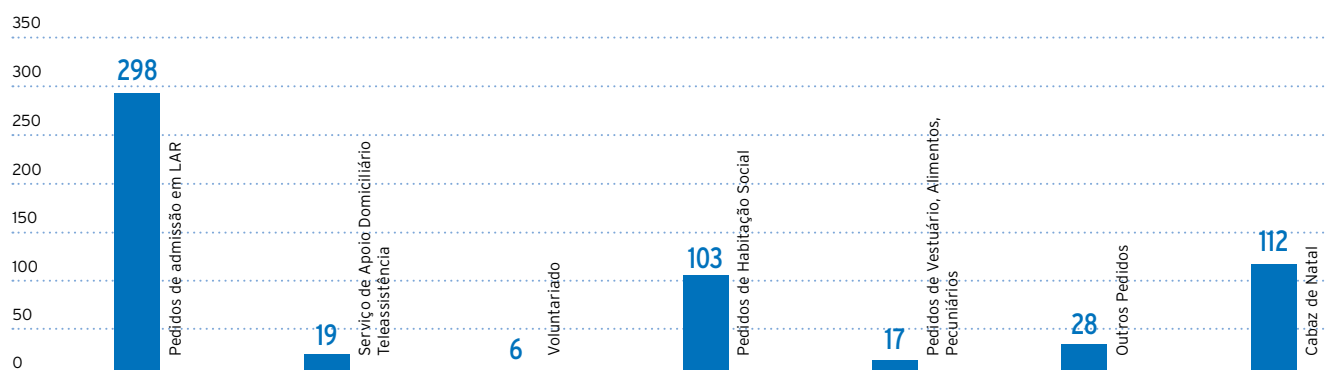
# PARTIE ESPECIAL

## 4. Intervenção Social

Consciente do seu histórico papel a Santa Casa da Misericórdia do Porto continua a eleger a inovação social como a mais importante ferramenta estratégica que poderá ajudar a construir uma sociedade com menos risco onde a exclusão social dê lugar a processos de inclusão. A coesão económica e social é fundamental no cumprimento dos direitos humanos que qualquer Estado de Direito reconhece e os preceitos constitucionais exigem no sentido de um Estado Social de igualdade de oportunidades para todos.

Exemplo desta capacidade pioneira na área da economia social é o facto de se ter este ano criado o **Conselho de Ética para a Área Social**, constituído por especialistas de diferentes áreas.

### Atendimento por tipologia de pedidos



### 4.1. Ação Social e Comunitária

#### 4.1.1. Atendimento à Comunidade

Relativamente aos anos anteriores, 2015 observou uma redução do número total de atendimentos realizados presencialmente.

Esta redução está diretamente relacionada com a adoção de novas práticas, como é o caso dos atendimentos realizados pelos técnicos via telefone e correio eletrónico, o que muitas vezes evita a deslocação dos candidatos aos serviços.

## 4.1.2. Cabaz de Natal

Foram entregues 130 Cabazes de Natal que se distribuíram da seguinte forma:

- CIAD - 12 agregados familiares;
- CBNS - 12 agregados familiares;
- CSA/CBXVI - 6 agregados familiares;
- CR-DLA - 6 agregados familiares;
- CAS - 6 agregados familiares;
- Comunidade inscrita nos Serviços da Misericórdia do Porto - 88 agregados familiares.

Considerando o critério Tipo de Família, predominaram as famílias monoparentais e os indivíduos isolados (ambos totalizaram mais de metade dos candidatos). A maioria dos candidatos residia na União de Freguesias da Zona Histórica do Porto (40%), seguindo-se a freguesia de Paranhos com 20%.

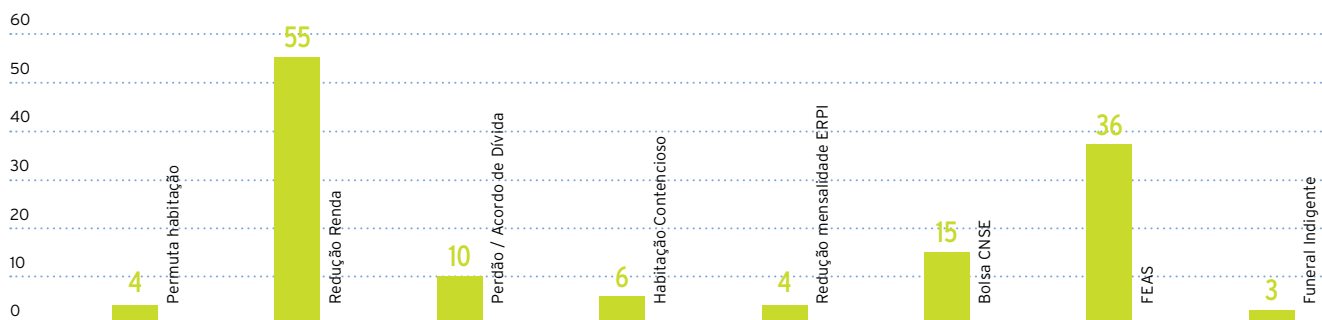
80% apresentaram como principal fonte de rendimento os benefícios sociais públicos (RSI e Pensões de Reforma, Invalidez ou Sobrevivência), mantendo-se a tendência dos anos anteriores.

## 4.1.3. Avaliações Socioeconómicas / Relatórios Sociais

Foi realizada mais de uma centena de Avaliações para dar resposta a variadas solicitações:

- Perdão/Acordo de Dívida
- Redução de renda
- Permuta de habitação
- Habitação Contencioso
- Redução mensalidade ERPI
- Bolsa CNSE
- FEAS

### Distribuição dos Relatórios Sociais por pedido



## 4.1.4. Voluntariado

Distribuídos por quatro ERPI, dois SAD, Chave de Afetos, Banco de Vestuário, Loja Social e DISG, encontram-se a colaborar com a Misericórdia do Porto 80 voluntários.

## 4.1.5. Habitação em Regime de Renda Apoiada

Decorrente da alteração da Lei que regula a atribuição de habitação e cálculo de renda em regime de renda apoiada, surgiu a necessidade de elaborar um Regulamento de Gestão do Complexo Habitacional Rodrigues Semide e dar continuidade ao reajustamento de tipologias.



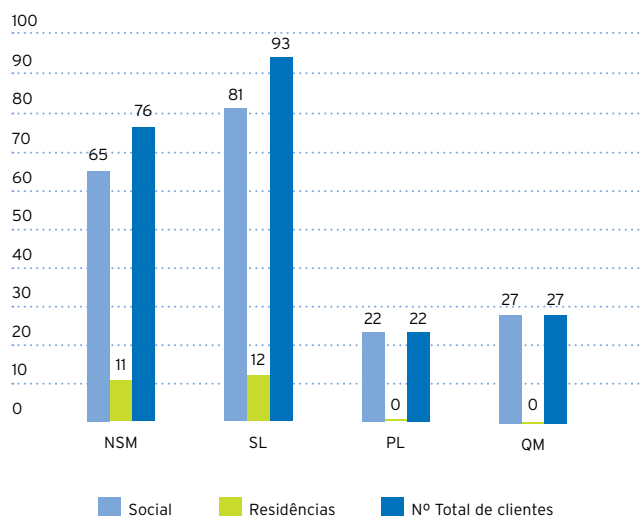
## 4.2. Respostas Sociais Dirigidas às Populações Seniores

Ao longo de 2015, mantendo o foco no cliente, a Misericórdia do Porto continua a defender e promover o respeito pelo indivíduo, satisfazendo as suas necessidades biopsicossociais, melhorando a sua qualidade de vida e promovendo o envelhecimento ativo.

De salientar que as equipas têm demonstrado o seu compromisso com a satisfação do cliente, envolvendo-se em pleno no processo de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001.

### Indicadores de Atividade

#### Frequência média mensal de clientes por ERPI



A média mensal de clientes nas quatro ERPI é de 218.

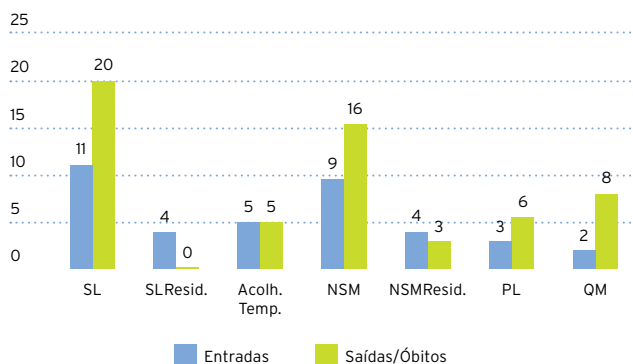
Para além deste número salienta-se o facto de terem existido 12 acolhimentos temporários por um período médio de dois meses.

#### Frequência

Em 2015 efetuaram-se 38 admissões no total das ERPI/Residências. No entanto, o número de saídas e óbitos teve uma maior incidência - 58 pessoas. Esta realidade pode ser explicada pelo contexto nacional de crise, no caso das saídas, uma vez que a maior disponibilidade dos familiares desempregados, permite que estes assumam

as responsabilidades antes assumidas pelas ERPI, para além de que o regresso do idoso à família pode representar um acréscimo ao rendimento familiar mensal. O elevado número de óbitos explica-se pelo facto de muitos clientes apresentarem já idade muito avançada aliada ao grau de gravidade do estado de saúde.

#### Movimento de clientes



#### Idade e Género

A média de idades dos clientes alojados nas ERPI é de 84 anos, mantendo-se relativamente ao ano anterior, a predominância de clientes do sexo feminino, com uma representatividade de 82%.

#### Situação Funcional

Cada vez mais se registam admissões de idosos em situação de dependência moderada ou acentuada, que os condicionam na realização das Atividades de Vida Diária e altera as necessidades e serviços a prestar, sendo pertinente recursos humanos mais especializados. A constante preocupação com a redução de custos conduziu à formação contínua dos colaboradores, tendo para tal contribuído o Gabinete de Medicina Social.

#### Melhoria das Instalações

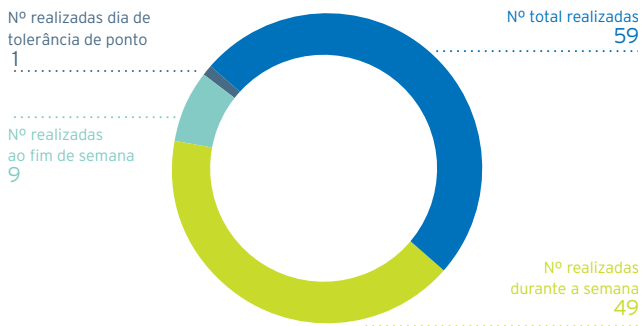
Desenvolveram-se ações de melhoria nas instalações das ERPI ao nível da segurança, funcionalidade, conforto e modernização dos espaços, nomeadamente a adaptação das instalações sanitárias e lavandaria na ERPI NSM e a criação de cinco novos quartos, modernização da área residencial e capela na ERPI SL.

#### Animação Sociocultural nas ERPI

O levantamento e a avaliação das atividades desenvolvidas são imprescindíveis para uma atuação baseada na transparência, na qualidade e na eficácia, numa perspetiva de rentabilização racional dos respetivos recursos humanos, financeiros, materiais e de promoção do sucesso da intervenção sociocultural nas ERPI.

A Animação Sociocultural tem procurado motivar os idosos, indo de encontro aos seus interesses e trabalhando as suas diversidades. Persiste a intenção de incrementar no seio das ERPI's uma cultura colaborativa e transversal com o intuito de melhoria contínua e maior número de atividades.

**Nº de Atividades**



**SAD**

Durante o ano de 2015 foram realizadas visitas domiciliárias a todos os clientes, no sentido de elaborar diagnósticos e reavaliações, para reajustar os serviços às necessidades, de uma forma mais eficaz.

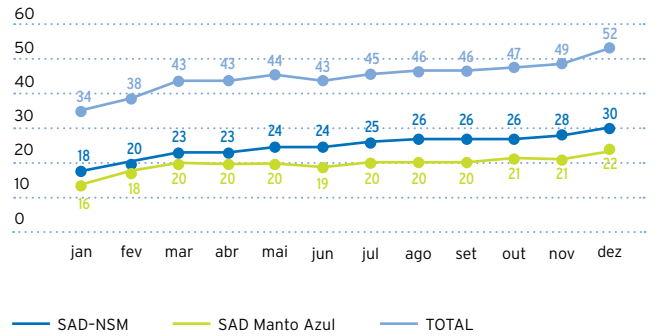
Estes cuidados acontecem muito na esfera pessoal dos clientes. No entanto, o seu papel tem de ser entendido como uma resposta social e, como tal, tem igualmente a missão de "empowerment", ao estimular a inserção na vida social e o combate à exclusão.

Denota-se ainda, que os mais recentes clientes são de uma condição financeira média. Por razões que se prendem com questões de saúde ou económicas, têm algumas dificuldades e até disfuncionalidades. São também mais atentos, mais críticos e rigorosos com os serviços, devido até ao seu grau de instrução escolar.

**Indicadores de Atividade**

**Frequência**

À data de 31 de dezembro há uma frequência de 52 clientes, sendo que 30 pertencem ao SAD-NSM e 22 ao SAD-MA.

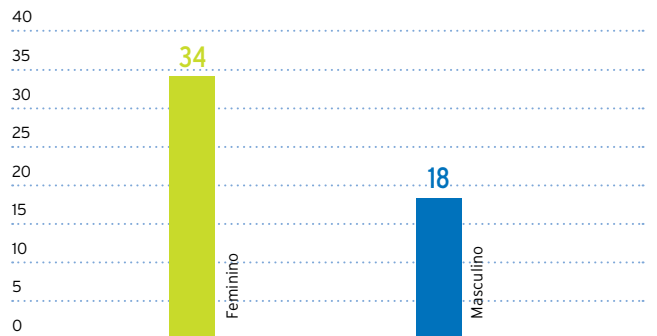


**Género e Idade**

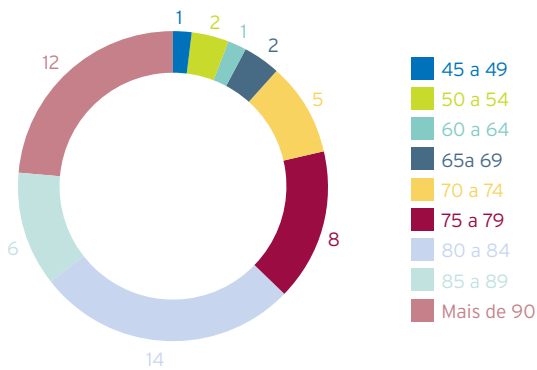
Do universo de 52 clientes, 34 são do sexo feminino e 18 do sexo masculino, com uma média de idades de 86 anos.

Os grupos etários com maior peso situam-se entre os 80 - 84, em número de 14 e acima dos 90 com 12 clientes. Verifica-se que apesar do avançado da idade, as pessoas optam por se manter no domicílio e receber os serviços que acautelem a sua qualidade de vida.

Referencia-se ainda que até aos 70 anos temos 7 clientes, devido à situação económica precária e para uma eficaz organização financeira doméstica, os clientes optam pela contratualização dos serviços pois fica mais acessível aos seus rendimentos.



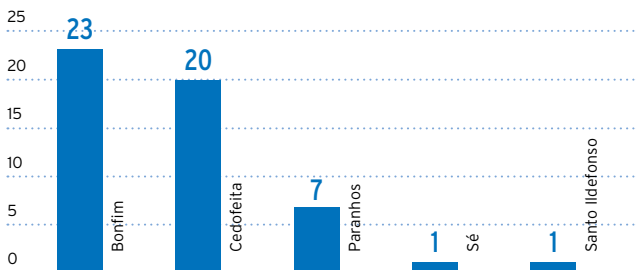
Utentes - Género - Ano 2015



**Freguesias**

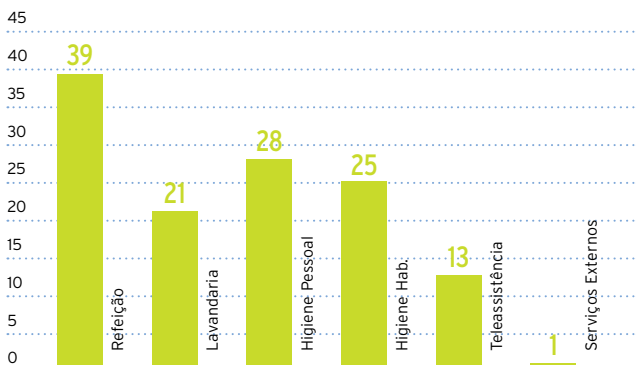
A freguesia com maior número de clientes é a do Bonfim (23) acompanhando o facto de ser a freguesia da cidade do Porto com maior número de idosos.

**Distribuição de clientes por Freguesia**



Dos 52 clientes, o maior número de pedidos recai nos serviços de Alimentação e Cuidados de Higiene Pessoal, pois são as duas necessidades mais básicas que a população necessita prioritariamente. Denota-se relativamente ao serviço de teleassistência um número de pedidos crescente, pois é um serviço que garante uma maior segurança quer ao cliente quer ao familiar. Nos valores intermédios temos os serviços de lavandaria e higiene habitacional pois também se verifica que o custo fica bastante acessível.

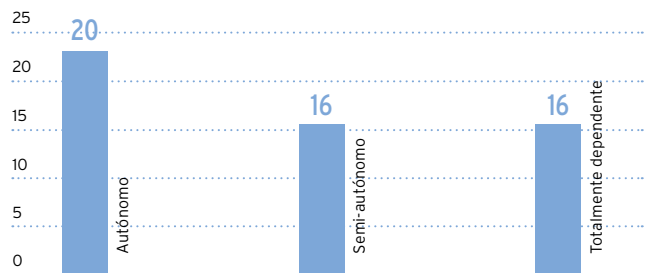
**Prestação de Serviços**



**Grau de Dependência**

Podemos observar que dos 52 inquiridos, apoiamos 16 clientes totalmente dependentes, já em situação de acamados e o mesmo número em grau de dependência moderada. Os restantes 20 são autónomos.

**Distribuição de Clientes por Grau de Dependência**



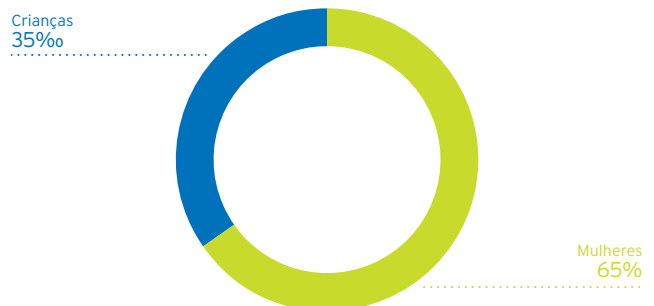
**Grau de deficiência**

Dos 52 inquiridos apenas 16 são portadores de deficiência: 3 com deficiência visual, 12 com deficiência motora e 1 com deficiência auditiva.

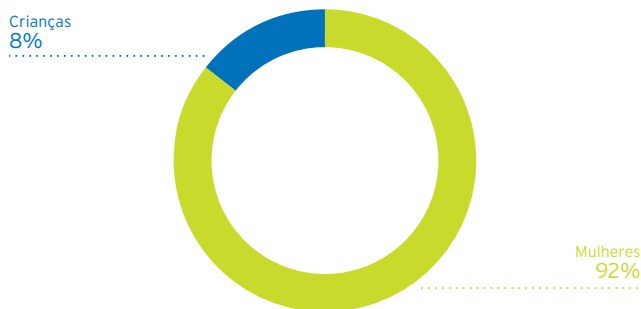
**4.3. Respostas Sociais Dirigidas às Vítimas de Violência Doméstica**

**4.3.1. Casa de Santo António (CSA)**

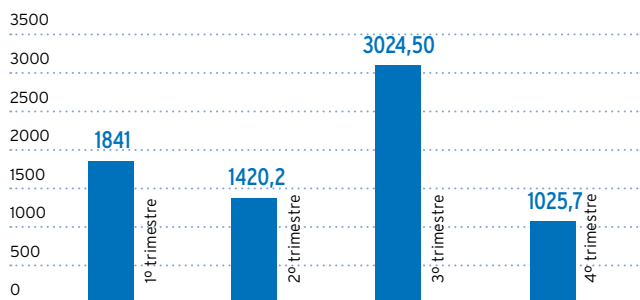
A CSA acolheu 470 utilizadoras em 2015, foram trabalhados 78 processos, dos quais 51 mulheres e 27 crianças.



Importa salientar que dos 78 acolhimentos, 21 são de emergência (20 mulheres e 1 criança), três transitaram para vaga comum.

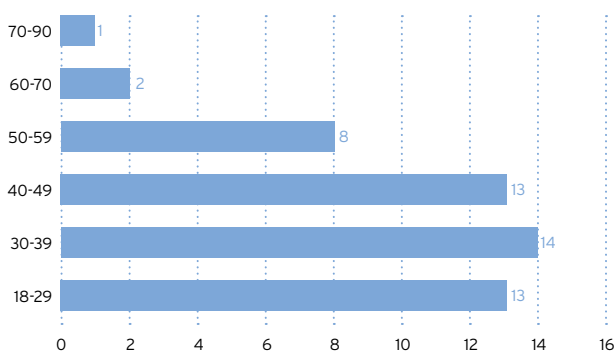


Ao nível da movimentação e até ao final do ano, verificaram-se 64 entradas e 62 saídas. Durante o ano, a capacidade da CSA permaneceu no seu máximo, cumprindo-se um dos objetivos estratégicos que é garantir a ocupação máxima.



Receitas acolhimentos de emergência no ano de 2015 (em €)

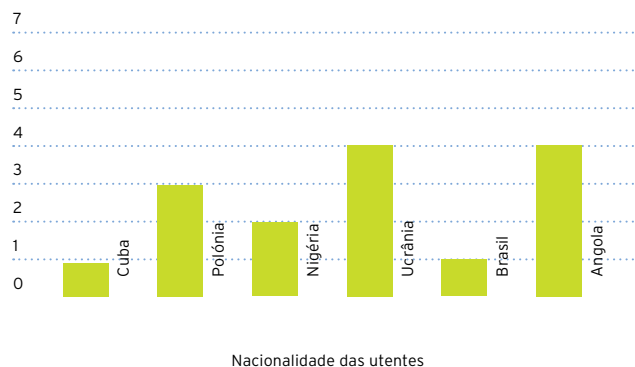
A nível de caracterização demográfica e sociocultural, a população acolhida revelou-se bastante heterógena, sendo transversal a todas as faixas etárias, com uma forte prevalência na faixa etária entre os 30-39 anos de idade.



Das 51 mulheres, 19 tinham crianças a seu cargo, sendo o grupo etário dos 6-10 anos de idade, o mais representativo.

90% dos agregados acolhidos são de nacionalidade portuguesa.

Dos restantes 10%, verifica-se que acolhemos utentes de várias nacionalidades, o que implica, por vezes, um ajustamento a uma multiculturalidade e a tudo que daí advém. São agregados que arrastam consigo um elevado risco, nomeadamente tráfico de seres humanos, exploração sexual e crime organizado, pondo em causa todo o trabalho desenvolvido.



À semelhança dos anos anteriores, podemos constatar que, em termos de escolaridade, as mulheres acolhidas possuem um baixo nível de habilitações literárias, não sendo facilitador para a sua integração no mercado de trabalho.

### 4.3.2. Casa Bento XVI

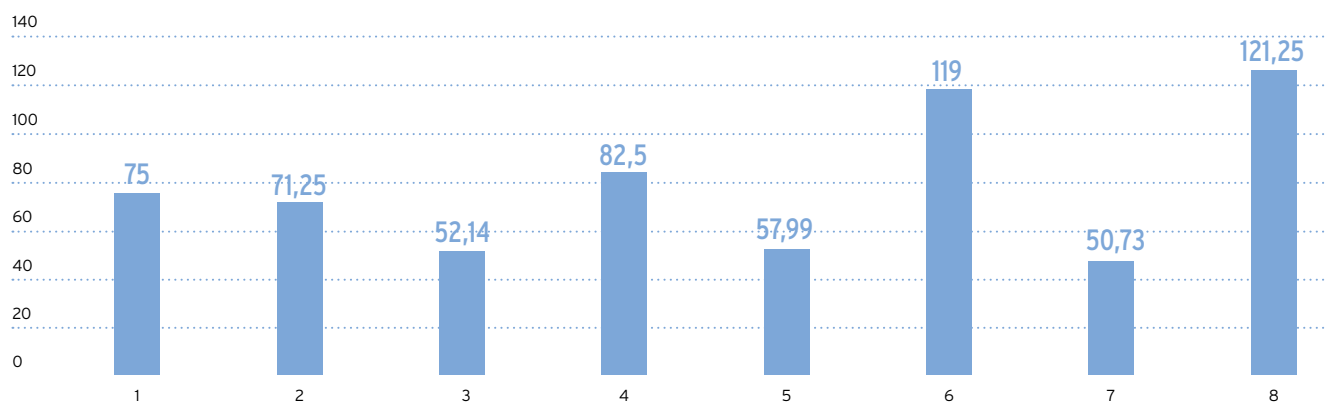
A existência de respostas de pré-autonomização é fundamental e determina a efetivação de projetos de vida sustentados que se repercutem numa maior consolidação. Definem-se como espaços onde as vítimas podem ter autonomia mas continuam com supervisão e segurança.

Um contexto institucional apesar de cumprir o seu objetivo não deixa de ser vitimizador e por essa razão é importante treinar e exercitar a autonomia para que as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica consigam enfrentar sem medos uma vida no exterior da Casa de Abrigo, este é o objetivo primordial da Casa Bento XVI - **fazer a transição para uma autonomização plena mais consistente e menos dolorosa.**

Importa salientar que, durante o ano de 2015 estiveram acolhidas 16 pessoas, correspondendo a sete agregados (8 mulheres e 8 crianças).

O valor da mensalidade é calculado em função do rendimento mensal, correspondendo este a 25% do mesmo, conforme se demonstra no gráfico:

### Valor da mensalidade (€)



O tempo de acolhimento definido no regulamento (quatro meses) tem-se revelado suficiente para que cada agregado atinja os objetivos finais definidos.

Para rentabilizar esta resposta foi celebrado um protocolo de Cooperação entre a SCMP e a Cruz Vermelha Portuguesa. Assim, a Casa Bento XVI abriu as suas portas às utentes acompanhadas e encaminhadas pela equipa técnica da Casa-Abrigo Recomeçar, gerida pela Cruz Vermelha de Matosinhos.

## 4.4. Respostas Sociais Dirigidas à População em Situação de Sem-Abrigo

### 4.4.1. Casa da Rua - D. Lopo de Almeida

A equipa multidisciplinar da Casa D. Lopo de Almeida continuou a cumprir a expressão testamentária do seu patrono evidenciando a sua intervenção técnica inovadora aos processos e atividades prestadas.



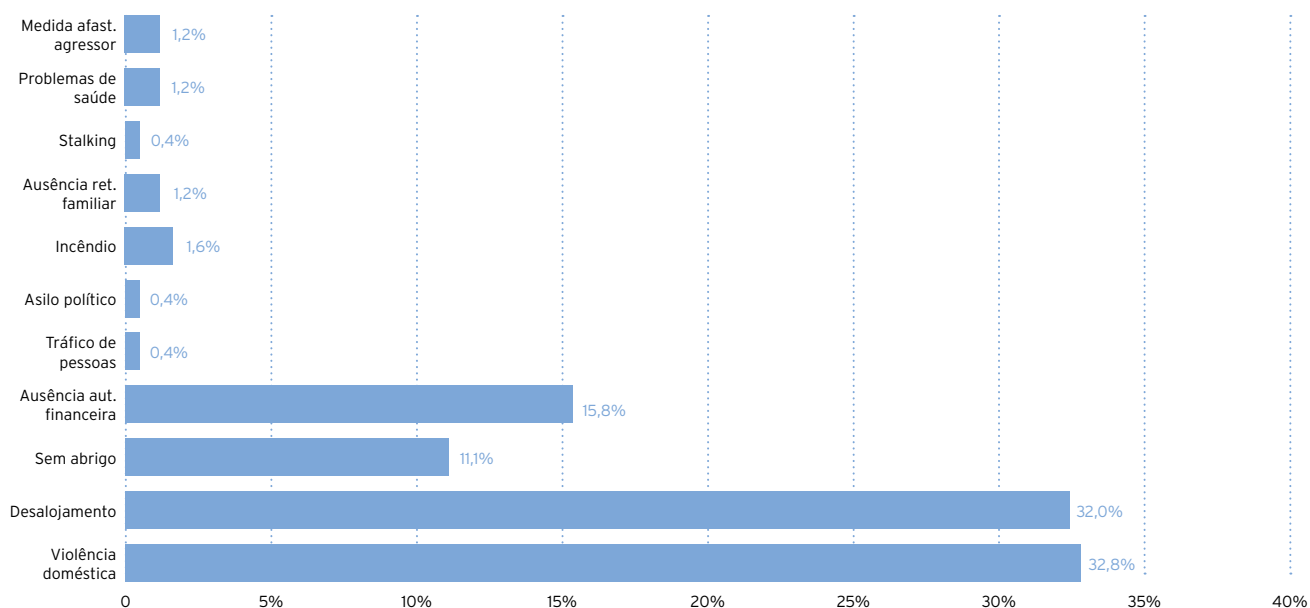


## 4.4.2. Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins

Dos 400 acolhimentos regista-se uma reincidência com 2º acolhimento no CAS de 23 utentes, dos quais 17 em vaga LNES e 6 em vaga comum.

O principal motivo do pedido de acolhimento em vagas LNES foi a violência doméstica, situação que se mantém desde o início de atividade deste Estabelecimento, onde sempre prevaleceu esta problemática.

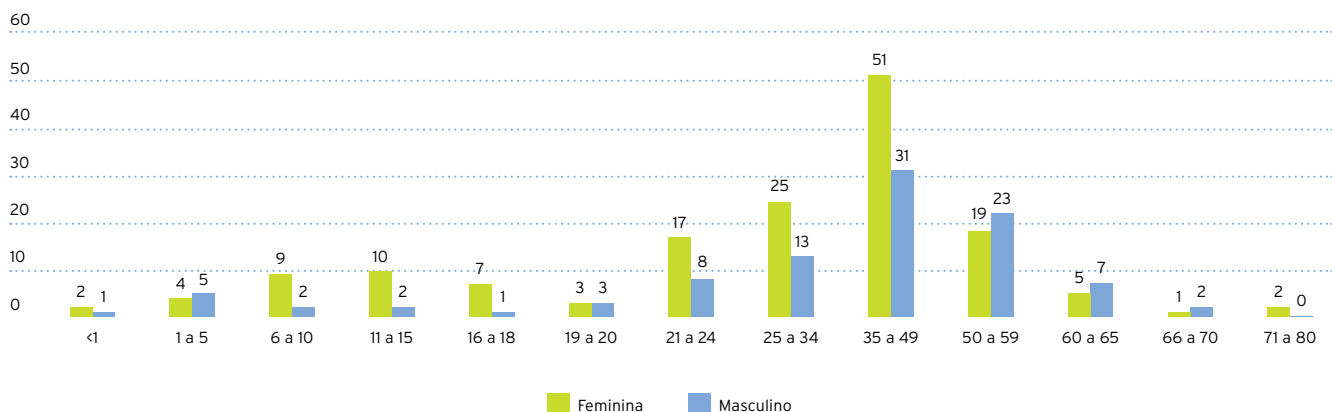
### Tipologia do pedido de Acolhimento - LNES



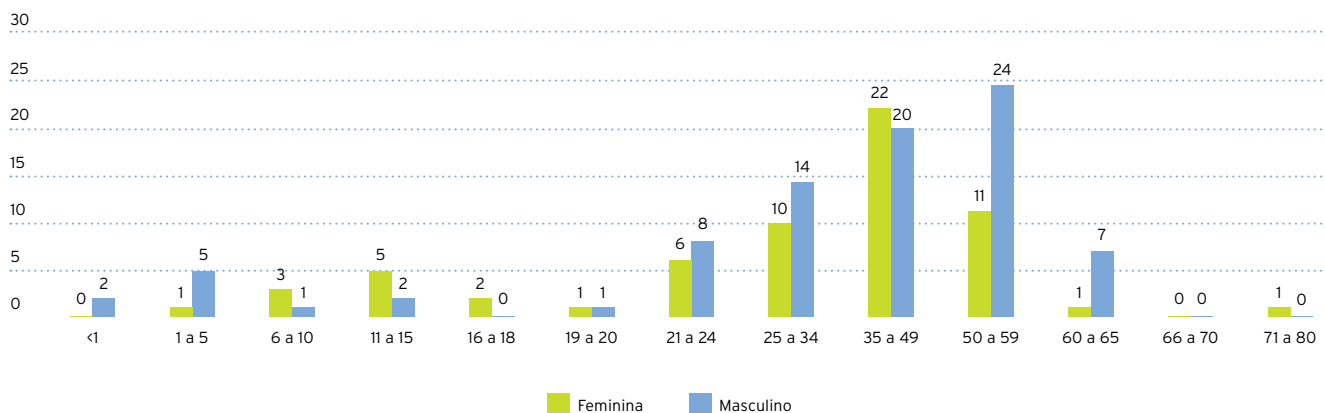
No que diz respeito às vagas comuns, são as situações de desalojamento que predominam, atingindo os 42,2% do total das vagas ocupadas.

Foram considerados nesta categoria todos os indivíduos ou famílias cujo pedido de acolhimento foi resultado de um processo que implicou a perda de habitação, ou por falta de pagamento ou incêndio, por situação de rutura com coabitantes, ou pela ausência de condições de habitabilidade.

### Faixa Etária - LNES



## Faixa Etária - Vagas Comuns



A média de idades situa-se essencialmente na faixa etária dos 35 aos 49 anos, seguida da faixa etária dos 25 anos aos 34, maioritariamente de população feminina. Trata-se essencialmente de um público jovem e em idade ativa.

De um modo geral os utentes acolhidos apresentam hábitos de trabalho.

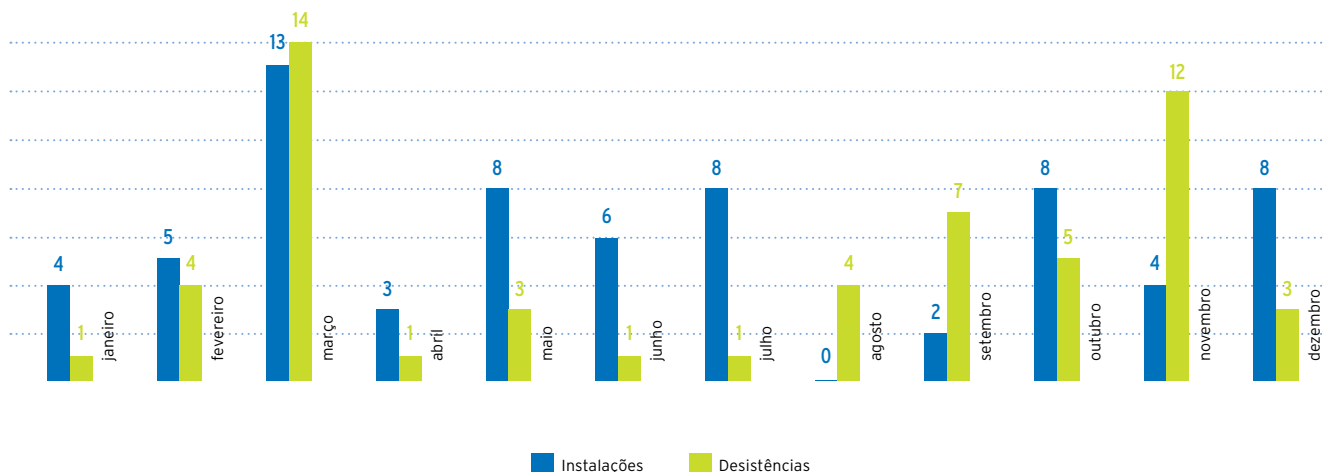
Um número significativo de utentes conseguiu emprego e ou integração em curso de formação profissional, durante o período de estada no CAS.

## 4.5. Projetos Especiais

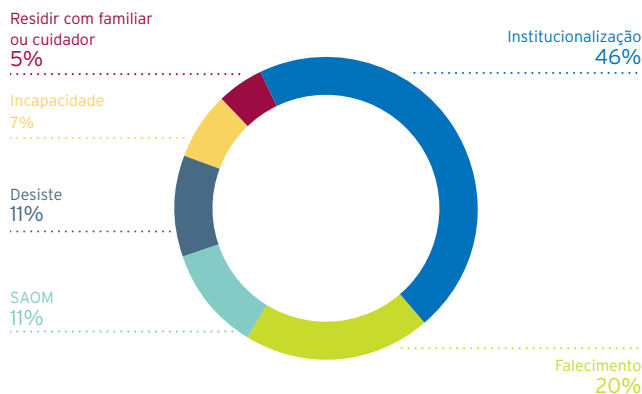
### 4.5.1. Chave de Afetos

Desde o início do programa até final de 2015, já beneficiaram do serviço de teleassistência, 258 idosos, estando no ativo 159 beneficiários (69 instalações e 56 desistências).

## Teleassistência 2015



## Causas de desistência do Chave de Afetos em 2015



### Sinalizações com instalação em 2015 para o Chave de Afetos

PSP: 28 casos

DISG: 17 casos

Juntas de Freguesia: 12 casos

Associações com Voluntariado: 7 casos

Outros: 4 casos

Centros Sociais: 1 caso

### Serviço de Teleassistência Particular (Sustentável)

Desde maio de 2012 até final de 2015 a SCMP encaminhou à empresa HelpPhone no total **52 clientes particulares**, estando no ativo 36 (21 contratualizações e 7 desistências).

### Sinalizações de casos sustentáveis em 2015

O maior sinalizador em 2015 foi o DISG, através do atendimento à comunidade, seguido das Juntas de Freguesia e da PSP.

### Voluntariado para companhia, saídas e outras necessidades em 2015

G.A.S. Porto: 60 voluntários que asseguram o apoio a 22 idosos.

Associação Coração Amarelo: 6 voluntários que acompanham 6 idosos.

SCMP: 5 voluntários que acompanham 6 idosos.

### Sessões de formação com os voluntários - Temas abordados:

- Regulamento de Voluntariado;
- Teleassistência e seus serviços. Apresentação do Call-Center;
- Ajuda nas deambulações, transferências e posicionamentos - Enfermagem;
- Condição psicológica do Idoso - Psicologia;
- Segurança pela PSP.

### Principais Resultados do Estudo do Impacto Social do Programa

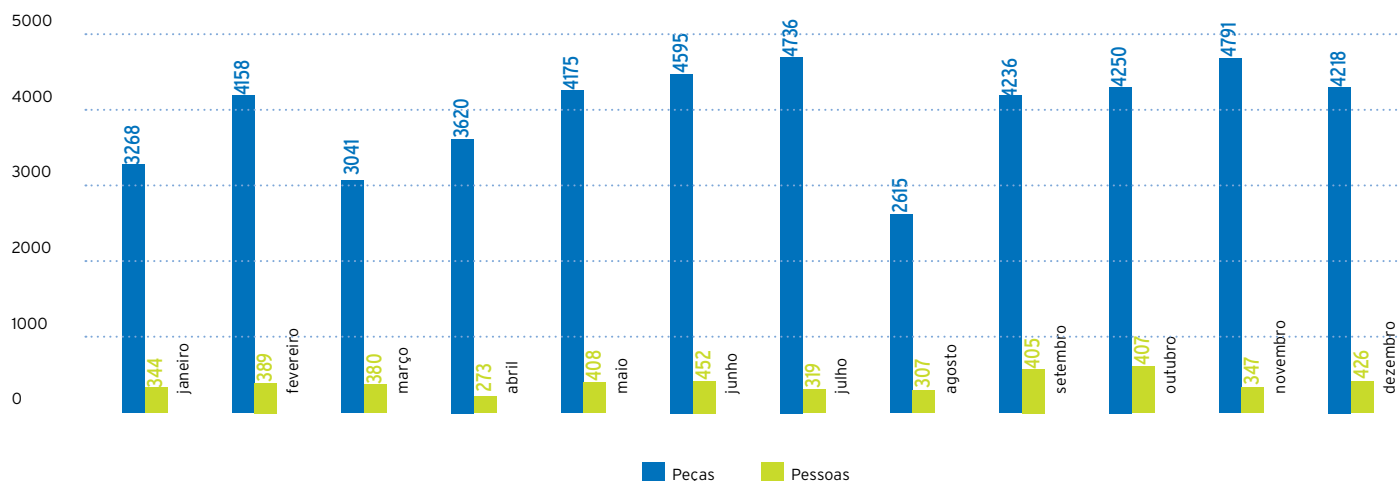
De forma a avaliar o impacto e a efetividade do programa Chave de Afetos, foi desenvolvido um estudo entre o mês de abril e agosto de 2014. A avaliação do impacto social foi feita tendo por base a metodologia SIMPLE e a metodologia SROI. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário numa amostra de 50 beneficiários (população-alvo) e também através de entrevistas a 19 elementos dos grupos de *stakeholders*.

### Principais mudanças sociais geradas nos beneficiários do Chave de Afetos

- 92% Sente-se mais seguro.
- 50% Toma a medicação regularmente devido ao programa.
- 50% Melhorou os seus relacionamentos interpessoais.
- 42% Aumentou o nº de saídas da habitação.
- 44% Vivenciou um aumento do sentimento de autoconfiança.
- 39,5% Sente que o programa colmatou a necessidade de ir para um lar.
- 9 Pessoas afirmaram que o programa diminuiu o risco de isolamento a que estavam expostos - "Se não fosse o Chave de Afetos, não estaria a falar consigo neste momento" (Anónimo).
- 62% Sente-se menos só.

## 4.5.2. Banco do Vestuário

### Distribuição de peças e número de pessoas abrangidas - Ano 2015



#### Protocolos celebrados em 2015

- Cruz Vermelha de S. João da Madeira
- Associação de Reformados do Montepio Geral Zona Norte
- Religiosas de Maria Imaculada
- Espaço T Associação Apoio Social e Comunitário
- APAM Associação de Apoio a Mãe solteira
- Associação Voluntariado do Hospital de S. João
- Chikigentil Coração com Pernas
- 1000 Rostos Associação de Ação Social
- Vida Norte - Associação de promoção e defesa da vida e da família

## 4.6. Certificação ISO 9001:2015 – DISG

Este projeto, aplicado ao Departamento de Intervenção Social e Gerontológica e estabelecimentos sob a sua responsabilidade (ERPI e SAD), desenvolveu-se ao longo de 2015, em conjunto com o Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete da Qualidade, prevendo-se a sua conclusão no ano de 2016. Pretende-se com o mesmo, criar um padrão de atuação organizacional mais evoluído, otimizado e transversal a todas as Respostas Sociais da SCMP. Tomando como exemplo as melhores práticas do setor, pretende-se assegurar níveis de desempenho organizacional, de excelência operacional e de qualidade de serviço que permitam melhores índices de satisfação interna e externa, um melhor posicionamento competitivo da SCMP para as diferentes valências da Área Social, melhores respostas sociais e uma maior notoriedade da Instituição.

## 4.7. Empreendedorismo e Inovação Social

Além do acompanhamento do projeto Arco Maior, em parceria com a Universidade Católica e o Ministério da Educação, do Banco Investimento Social (BIS), em parceria com a Misericórdia de Lisboa, Montepio Geral e a Caixa de Crédito Agrícola, esta nova unidade orgânica está a desenvolver uma nova resposta virada para o envelhecimento ativo, alternativa à institucionalização das pessoas mais seniores.

O Projeto Soluções para o Envelhecimento tem como principais objetivos:

- Consciencializar a população para as principais necessidades e problemas sociais inerentes ao processo de Envelhecimento;
- Aumentar o conhecimento das Organizações e da comunidade através da divulgação de projetos e produtos que representem uma solução para as necessidades dos seniores;
- Desenvolver respostas inovadoras que permitam a prevenção das consequências inerentes ao Envelhecimento e a melhoria da qualidade de vida dos seniores;
- Identificação de pessoas chave nas áreas Social e Saúde com conhecimento e experiência com seniores;
- Elaboração de entrevistas para envolver os colaboradores e identificar os principais problemas e necessidades dos seniores;
- Desenvolvimento de um workshop para Prever o Futuro do projeto SET;
- Início de planeamento do Seminário SET - Soluções para o Envelhecimento através da Inovação Social.

## 5. Juventude - Colégio Barão de Nova Sintra

O Colégio Barão de Nova Sintra (CBNS) deu continuidade e intensificou a intervenção específica com as crianças e jovens, os procedimentos, e a organização interna, de forma a alcançar um grau de satisfação mais elevado, tornando as suas equipas autónomas e auto suficientes.

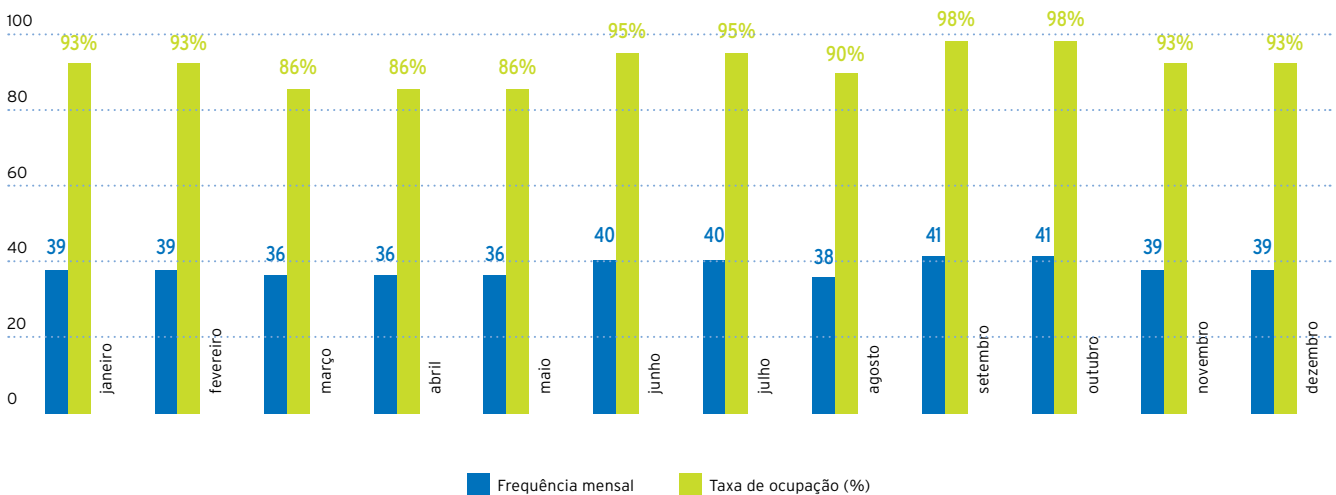
O CBNS conseguiu atingir um patamar de excelência no acompanhamento personalizado que desenvolve em prol do bem-estar psicossocial das crianças e jovens, e criou uma equipa Técnico-educativa capaz de responder em tempo útil às necessidades e problemáticas que surgem diariamente. Consciente de ser uma das unidades mais deficitárias, a redução de custos fez e continua a fazer parte de um esforço diário implementado no CBNS.

### 5.1. Intervenção Psicossocial

O Colégio Barão de Nova Sintra acolheu o total de 48 crianças e jovens, tendo o ano iniciado com 39 vagas preenchidas e registando 9 admissões na instituição nos meses seguintes. **A taxa de ocupação média anual é de 92,1%.**

Ocorreram 9 saídas, obtendo-se uma taxa de desinstitucionalização na ordem dos 23,1%, superando, deste modo, o valor anual de referência apontado pela Segurança Social. A maioria das saídas (mais propriamente 77,8%) ocorreu porque os jovens cumpriram o seu projeto de vida e regressaram ao meio de origem com a reintegração na família nuclear.

#### Frequência Mensal e Respetiva Taxa de Ocupação ao longo de 2015



Ao longo dos anos foi-se consolidando a intervenção sistemática com as crianças e jovens acolhidos na instituição e o acompanhamento contínuo das respetivas famílias.

O CBNS procurou reforçar o contacto e a articulação com as entidades externas, em particular com as organizações que laboram em meio natural de vida junto dos agregados familiares, como os Centros de Apoio Parental e Aconselhamento Parental (CAFAP), pois a intervenção imediata e ajustada à realidade de cada família é crucial.

O CBNS trabalha em parceria com as entidades na área de residência das famílias dos menores acolhidos, possibilitando o reforço da supervisão, orientação e encaminhamento dos agregados, e auxiliando igualmente na avaliação da estadia das crianças e jovens junto dos familiares. Destaca-se, desta forma, a articulação com o CAFAP Crescer em Família da Trofa (pertencente à Associação ASAS) e o trabalho com o MDV Norte - Movimento de Defesa da Vida (IPSS). Estas entidades foram parceiras do CBNS no desenvolvimento de competências pessoais, familiares e sociais



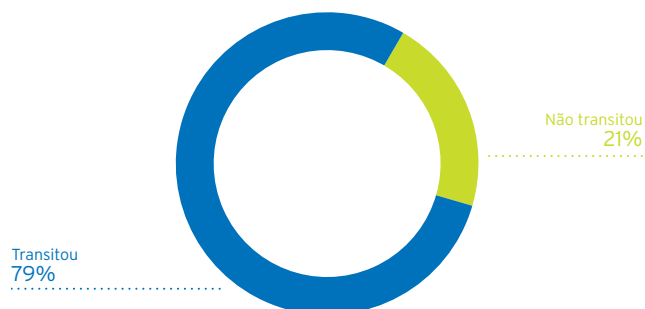
de 8 crianças/jovens, encaminhando e facilitando o acesso a recursos e no reforço/facilitação das relações familiares.

## 5.2. Educação e Formação e Aproveitamento Escolar

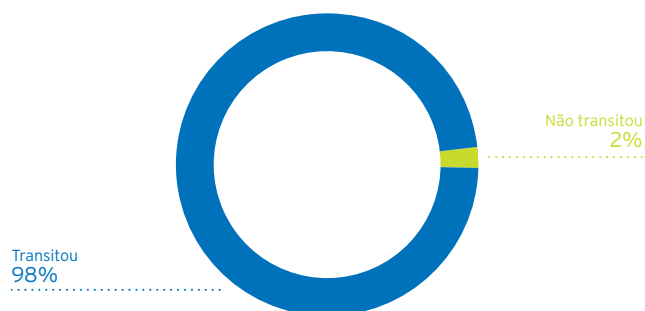
A nossa missão é ajudar as crianças/jovens a estabelecer metas alcançáveis e abrir portas para novas oportunidades em diferentes campos. Para atingir com sucesso tal desafio, empenhamo-nos fortemente na componente educativa/formativa.

Neste sentido, redefinimos mais um momento de estudo de forma a individualizar as necessidades da criança e jovem. Outra estratégia adotada passou pelo estreitamento de relações com a Direção do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, frequentado pela maioria das crianças e jovens do CBNS.

### Resultados escolares 2013/2014



### Resultados escolares 2014/2015



## 5.2.1. Apartamento de Pré-Autonomização Manuel Ramos

Mantivemos a ocupação em 100%, representada por 5 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos. Este projeto tem capacitado os jovens no desenvolvimento de competências a vários níveis, tais como gestão doméstica, responsabilidades escolares, pessoais, profissionais e sociais.

### AÇÕES IMPLEMENTADAS

- Atividade "Culinária", responsabilidade do Projeto Transformers
- Projeto "Justiça para Tod@s", Programa de promoção dos valores democráticos através da Educação para a Justiça e para os Direitos Humanos das jovens gerações
- Programas de Atividades de Lazer e Culturais (idas ao cinema, teatro, apresentação de livros, entre outras)
- Associação Juvenil ConectArt - "Projeto Porto Partida"

## 5.3. Parcerias / Atividades

A par do trabalho desenvolvido diariamente em prol do bem-estar das crianças e jovens que acolhemos, com o objetivo de lhes proporcionar um ambiente familiar tão próximo quanto possível ao de uma família, o CBNS criou parcerias e ligações com o exterior fundamentais para o desenvolvimento global de todos.

O trabalho realizado evidencia uma forma diferente de abordar a problemática das crianças e dos jovens em risco, inovadora em Portugal, o que leva o Centro Distrital da Segurança Social do Porto a considerar o CBNS como um Lar de Infância e Juventude de referência.

## Parceria

Instituto Padre António Vieira

Município do Porto e Associação Juvenil ConectArt

Protocolo com o Hospital de S. João

Mundo a Sorrir

Associação de Voluntariado Universitário

Fundação Claret - Lar Juvenil dos Carvalhos

Lipor

Câmara Municipal do Porto em co-produção com a *Circolando*

Fundação "Porto Social"

Hospital da Prelada

Transformers

Federação Portuguesa de Voleibol

BPI

Associação dos Antigos Alunos do Colégio Barão de Nova Sintra

## Projetos Desenvolvidos

"Justiça para Tod@s" - cujo objetivo foi promover os valores democráticos através da Educação para a Justiça e para os Direitos Humanos.

Projeto Porto de Partida - projeto de Intercâmbio Cultural Europeu que pretende proporcionar aos jovens, em desvantagem social, a oportunidade de participarem em intercâmbios europeus. Um dos jovens do Apartamento de Pré-Autonomização foi selecionado para participar num Intercâmbio em julho em Szeged, Hungria.

Oficina Corpo Esquisito - oficina de artes plásticas. As obras realizadas foram expostas na Associação Juvenil do Distrito do Porto durante o mês de janeiro de 2016.

O CBNS, através da Missão Saúde para a Humanidade, passou a dar estadia, acompanhamento e vigilância em ambiente de alta clínica, a crianças e jovens entre os 3 e os 16 anos, oriundos de países de expressão oficial portuguesa, até ao momento do seu regresso ao país de origem.

Prestação de serviço de Medicina Dentária 2 a 3 vezes por ano a cada criança/jovem do CBNS. Durante o ano de 2015 foram realizados mais de 80 acompanhamentos nesta especialidade.

Projeto VO.U Crescer - cujo objetivo foi auxiliarem os jovens com mais dificuldades na hora de estudo e, após esse acompanhamento, realizaram-se diversas atividades lúdico-pedagógicas dentro e fora da Instituição.

Projeto VO.U Socorrer - o principal objetivo foi dotar os jovens de conhecimentos básicos sobre primeiros socorros. Este projeto foi da responsabilidade de Estudantes Universitários da Faculdade de Medicina.

Liga de Futebol entre Lares de Infância e Juventude - os jovens do CBNS conseguiram um honroso 2º Lugar e trouxeram o prémio de melhor ataque e do melhor marcador do torneio.

Lipor Geração+ - Auditoria de Avaliação Inicial do projeto educativo implementado.

Projeto "Espírito do Lugar 1.0", inserido no Programa Cultura em Expansão - o projeto definiu como território-alvo o eixo Bonfim-Campanhã e, em colaboração com os habitantes locais, criaram um percurso entre várias estações, ou seja, breves quadros cénicos a que o público assistiu dividido em pequenos grupos. Uma das estações escolhidas foi o Colégio Barão de Nova Sintra com a participação dos jovens numa performance realizada no jardim da casa.

Missão Férias Porto - ocupação das Férias de Verão das crianças e jovens no Monte Aventino.

Bairro do Amor - "The Children Street Store" - "loja" solidária onde as crianças institucionalizadas experienciaram um dia de "compras".

Rastreios Oftalmológicos.

Atividade de "Culinária" para os jovens do Apartamento de Pré-Autonomização.

Projeto Gira-Vólei.

Oferta das prendas de Natal a todas as crianças e jovens.

Desenvolvimento de diversas atividades durante o ano.



*[Faint, illegible handwritten text, likely bleed-through from the reverse side of the page.]*





## 6. Saúde



A área da saúde pela sua importância histórica representa para a Misericórdia do Porto uma importante área operacional de intervenção que tem vindo, nos últimos anos, a alargar-se e a aumentar a captação de novos clientes, promovendo também respostas inovadoras neste domínio, nomeadamente num esforço de internacionalização.

### 6.1. Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz

No 27º aniversário da sua abertura, o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz, enquanto estabelecimento

hospitalar e inserido na rede do Serviço Nacional de Saúde, desenvolveu a sua atividade ao serviço da comunidade e no cumprimento dos objetivos e metas traçadas, sempre no cumprimento do serviço e interesse público.

Neste ano teve que se ter particular atenção aos ajustamentos impostos pelo Ministério da Saúde, nomeadamente quanto à revisão dos preços das várias linhas de produção, o Hospital da Prelada procedeu a processos de adaptação de acordo com a capacidade instalada.

Tendo em atenção as atividades planeadas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, foram concretizadas as seguintes quantidades de produção, constantes no mapa seguinte.

	SNS	SNS	Ref. mensal	Previsto	Acumulado	ICM acumu- lado Dez	Variação 2015/2014		Taxa de Execução 2015	
	2014	2015					Δ Abs	Δ %	Δ Abs	Δ %
<b>Primeiras Consultas</b>	<b>23 121</b>	<b>29 600</b>	<b>2 691</b>	<b>29 600</b>	<b>27 576</b>		<b>4 455</b>	<b>19%</b>	<b>-2 024</b>	<b>93%</b>
Cirurgia Geral	2 016	2 380	216	2 380	2 114		98	5%	-266	89%
Cirurgia Plástica	5 000	4 965	451	4 965	4 298		-702	-14%	-667	87%
MFR	3 000	4 698	427	4 698	4 483		1 483	49%	-215	95%
Ortopedia	8 701	10 266	933	10 266	10 655		1 954	22%	389	104%
Urologia	804	1 649	150	1 649	1 254		450	56%	-395	76%
Oftalmologia	3 600	5 642	513	5 642	4 772		1 172	33%	-870	85%
<b>Consultas Subsequentes</b>	<b>47 528</b>	<b>58 000</b>	<b>5 273</b>	<b>58 000</b>	<b>58 000</b>		<b>10 472</b>	<b>22%</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>
Cirurgia Geral	3 107	3 289	299	3 289	3 339		232	7%	50	102%
Cirurgia Plástica	8 900	12 073	1 098	12,073	13 480		4 580	51%	1 407	112%
MFR	5 037	6 016	547	6 016	5 774		737	15%	-242	96%
Ortopedia	13 378	17 184	1 562	17 184	17 621		4 243	32%	437	103%
Urologia	1 500	3 848	350	3 848	4 198		2 698	180%	350	109%
Medicina Interna	10 000	10 551	959	10 551	8 937		-1 063	-11%	-1 614	85%
Oftalmologia	4 500	4 290	390	4 290	3 921		-579	-13%	-369	91%
Psiquiatria	1 106	749	68	749	730		-376	-34%	-19	97%
<b>GDH Médico</b>	<b>160</b>	<b>500</b>	<b>45</b>	<b>500</b>	<b>276</b>	<b>0,7417</b>	<b>116</b>	<b>73%</b>	<b>-224</b>	<b>55%</b>
Cirurgia Geral	24	86	8	86	80	0,4446	56	233%	-6	93%
Cirurgia Plástica	46	127	12	127	61	0,4776	15	33%	-66	48%
Ortopedia	60	160	15	160	90	0,5046	30	50%	-70	56%
Urologia	30	127	12	127	45	0,4073	15	50%	-82	35%
<b>GDH Cirúrgicos</b>	<b>4 853</b>	<b>4 957</b>	<b>451</b>	<b>4 957</b>	<b>4 448</b>	<b>1,0612</b>	<b>-405</b>	<b>-8%</b>	<b>-509</b>	<b>90%</b>
Cirurgia Geral	490	608	55	608	455	0,7960	-35	-7%	-153	75%
Cirurgia Plástica	1 753	1 747	159	1 747	1 521	0,8545	-232	-13%	-226	87%
Ortopedia	2 437	2 409	219	2 409	2 224	1,1661	-213	-9%	-185	92%
Urologia	173	193	18	193	248	0,6788	75	43%	55	128%
<b>Diárias de MFR</b>	<b>6 000</b>	<b>6 000</b>	<b>493</b>	<b>5 803</b>	<b>6 000</b>		<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>
<b>GDH Cirúrgicos Ambulatório</b>	<b>4 879</b>	<b>6 000</b>	<b>545</b>	<b>6 000</b>	<b>5 706</b>	<b>0,6977</b>	<b>827</b>	<b>17%</b>	<b>-294</b>	<b>95%</b>
Cirurgia Geral	500	488	44	488	486	0,7236	-14	-3%	-2	100%
Cirurgia Plástica	1 442	1 658	151	1 658	1 247	0,7692	-195	-14%	-411	75%
Ortopedia	1 372	1 414	129	1 414	1 689	0,7632	317	23%	275	119%
Urologia	115	125	11	125	125	0,6762	10	9%	0	100%
Oftalmologia	1 450	2 315	210	2,315	2,159	0,6015	709	49%	-156	93%



Para além da contínua procura de outros segmentos de clientes, nomeadamente seguradoras, implementaram-se novas especialidades médicas, tais como Nefrologia, Dermatologia, Ginecologia, Psiquiatria e consulta de Avaliação de Dano Corporal.

Tendo como objetivo tornar o Hospital da Prelada num centro altamente especializado e diferenciado no desenvolvimento e na realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, a Santa Casa da Misericórdia do

Porto tem vindo a dotar este estabelecimento de recursos humanos e equipamentos capazes de responder a essa procura e necessidades, assegurando altos índices de qualidade.

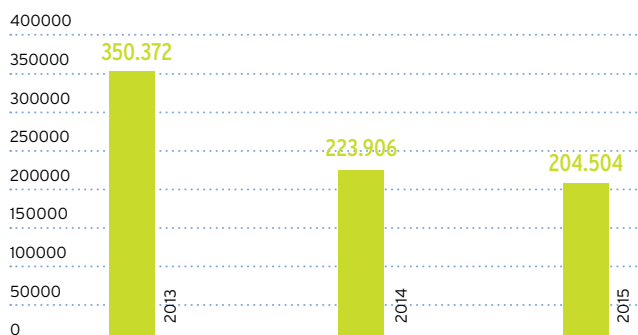
Esta evidência fica mais objetiva quando plasmada em números conforme o quadro seguinte relacionado, por exemplo, com os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica:

## I. Medicina Física e Reabilitação:

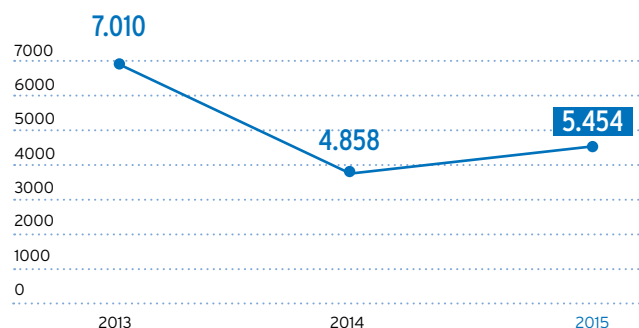
### MFR

	2013	2014	2015
Tratamentos	350.372	223.906	204.504
Nº Doentes	7.010	4.858	5.454

Hospital da Prelada - Nº Total Tratamentos MFR



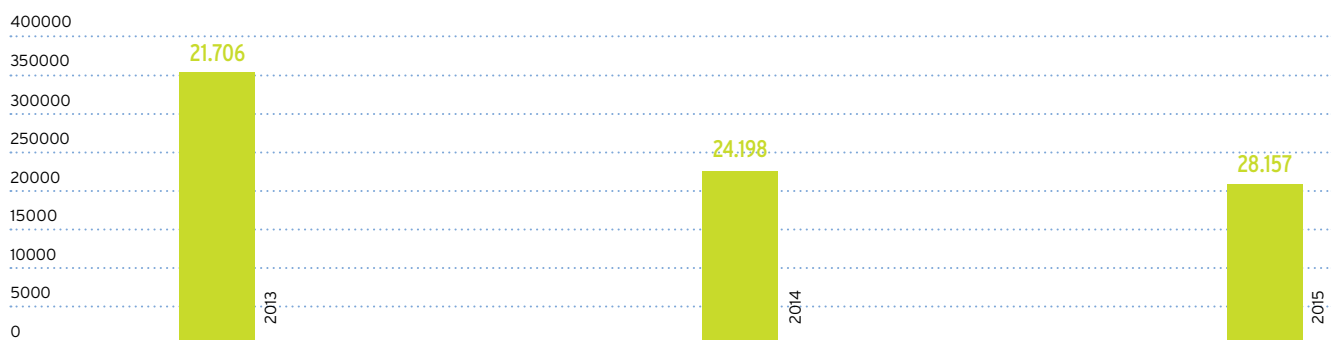
Hospital da Prelada - Nº Total Doentes MFR



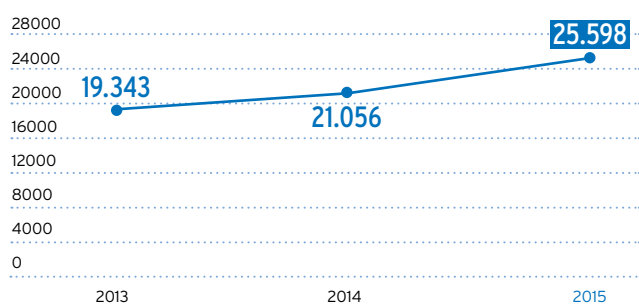
## II. Imagiologia

Imagiologia	S.N.S.			Seguros			Particulares			Outros			Total		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Ecotomografia	3 175	3 411	3 879	48	55	54	35	23	32	439	456	419	3 697	3 945	4 384
Mamografias	117	127	151		1	2	1	1	3		1		118	130	156
Radiologia	13 175	14 109	17 493	269	422	491	474	468	515	245	436	216	14 163	15 435	18 715
Radiologia de intervenção	42	52	47				1	2	2				43	54	49
Ressonância magnética (rm)	1 588	1 674	2 186	48	118	122	93	96	80	614	943	495	2 343	2 831	2 883
Tomografia computadorizada	1 246	1 683	1 842	31	54	64	50	43	54	15	23	10	1 342	1 803	1 970

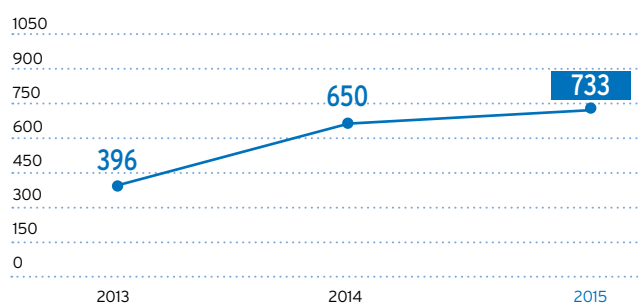
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames de Imagiologia



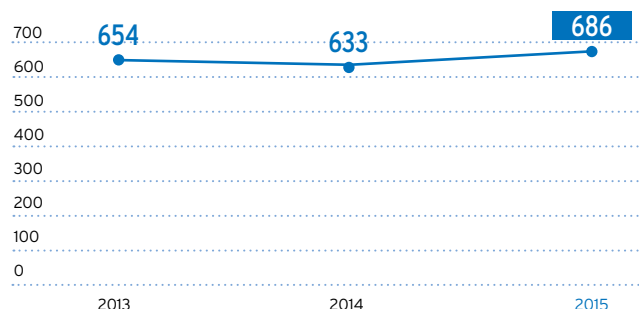
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Imagiologia: SNS



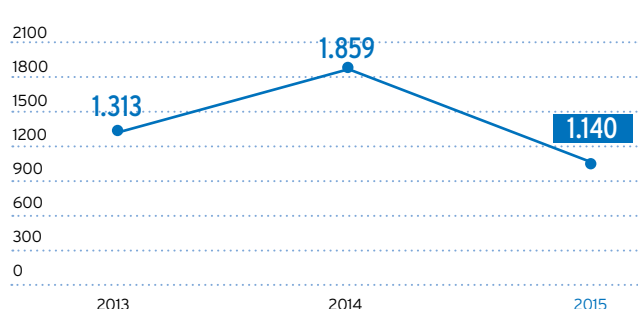
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Imagiologia: Seguros



### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Imagiologia: Particulares



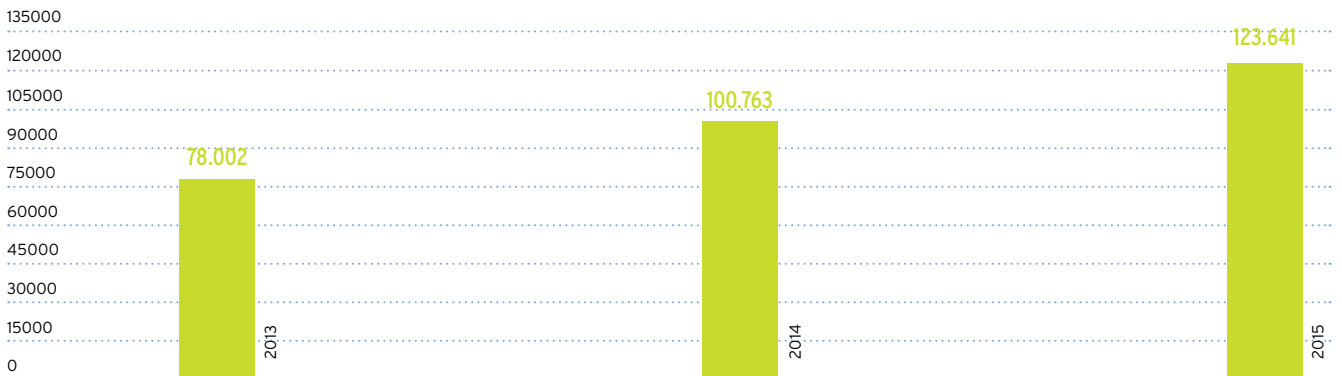
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Imagiologia: Outras Entidades



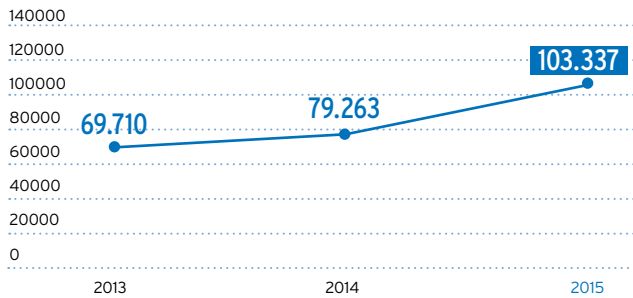
### III. Análises Clínicas:

Laboratório Análises Clínicas	S.N.S.			Seguros			Particulares			Outros			Total		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Patologia Clínica	69 710	79 263	103 337	2 591	2 504	2 524	2 215	1 786	1 826	3 486	17 210	15 954	78 002	100 763	123 641

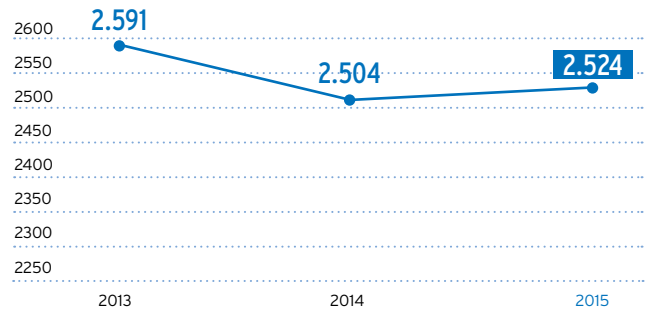
#### Hospital da Prelada - Nº Total Análises Clínicas



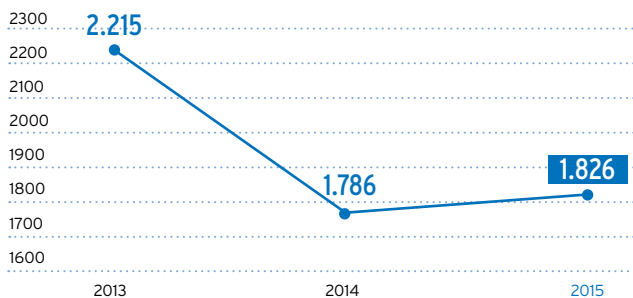
#### Hospital da Prelada - Nº Total Análises Clínicas: SNS



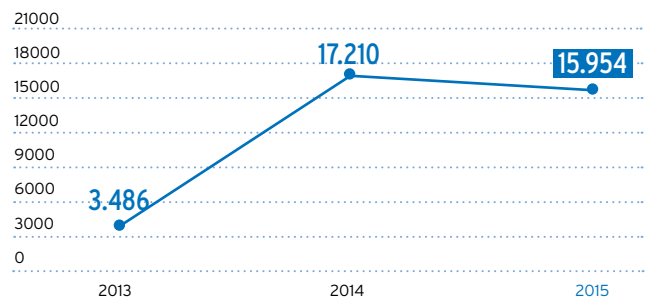
#### Hospital da Prelada - Nº Total Análises Clínicas: Seguros



#### Hospital da Prelada - Nº Total Análises Clínicas: Particulares



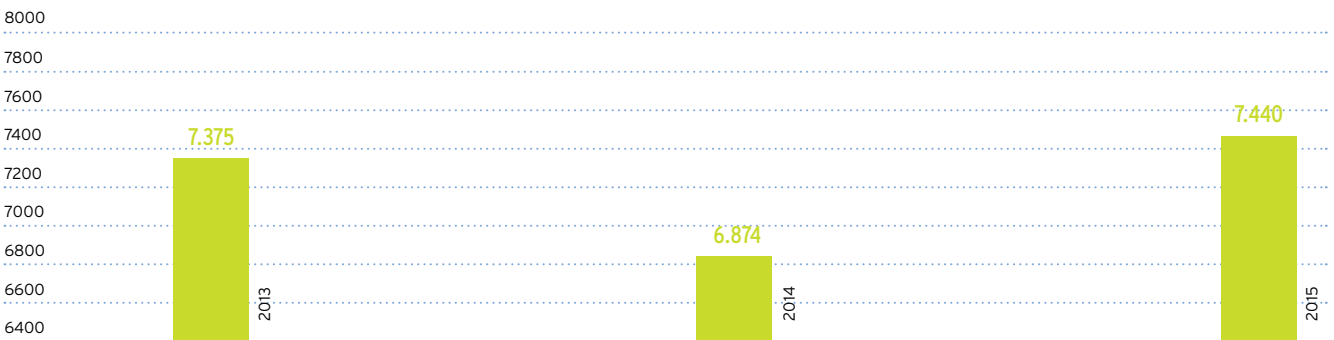
#### Hospital da Prelada - Nº Total Análises Clínicas: Outras Entidades



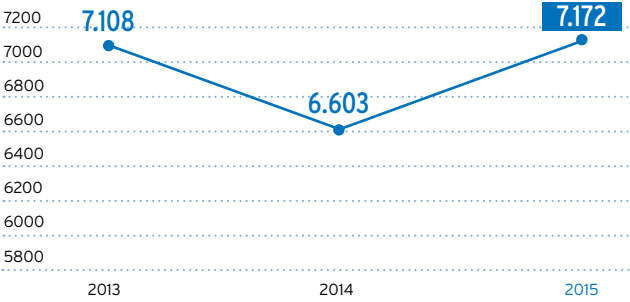
### IV. Cardiologia:

Cardiologia/Pneumologia	S.N.S.			Seguros			Particulares			Outros			Total		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
ECG	6 616	6 186	6 800	44	51	54	109	102	101	100	106	87	6 869	6 445	7 042
Espirometria simples	492	417	372	2	5	8	12	7	18				506	429	398

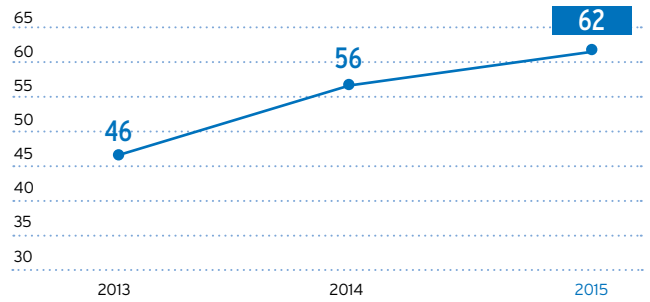
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames de Cardiologia



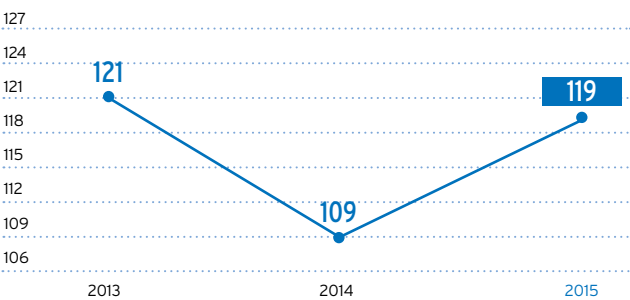
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Cardiologia: SNS



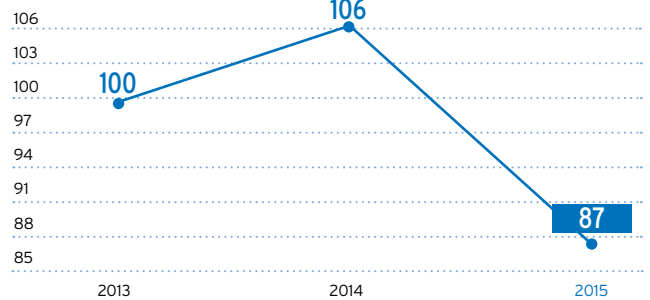
### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Cardiologia: Seguros



### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Cardiologia: Particulares



### Hospital da Prelada - Nº Total Exames Cardiologia: Outras Entidades



Nesse sentido, no âmbito do concurso público para a prestação de cuidados aos utentes do Serviço Nacional de Saúde na área da Endoscopia Gastroenterológica, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, a Santa Casa da Misericórdia do Porto apresentou uma candidatura que foi aprovada como entidade convencionada.

O apoio da Cardiologia à atividade do Hospital da Prelada também tem vindo a ser dinamizada, de modo a que seja possível criar um centro especializado nesta área. Para isso, irá ser dotado de meios tecnológicos avançados, de que é exemplo a aquisição de ecocardiógrafo de alta tecnologia. Este projeto contou com o reconhecimento e apoio financeiro da Fundação EDP.

Em 2015, foi igualmente com êxito que a recandidatura do Hospital da Prelada a Centro de Tratamento Cirúrgico de Obesidade foi renovada pela Direção Geral da Saúde. A qualidade da atividade e a humanização dos cuidados prestados por este estabelecimento é uma preocupação constante em que a opinião dos nossos utentes assume primordial importância, verificável através da aplicação mensal de inquéritos de satisfação.

Na área da informação clínica, a implementação progressiva do Processo Clínico Eletrónico resultou numa redução da utilização de papel, iniciando-se a digitalização do arquivo clínico.

O Serviço de Voluntariado, que neste momento conta com 34 voluntários, foi igualmente dinamizado, prestando um serviço inestimável aos nossos utentes.

A política de substituição de médicos aposentados tem decorrido de forma muito serena e estabilizadora. Até 2021, 60% dos médicos do Hospital da Prelada atingirão a idade de aposentação.

## Hospital da Prelada - Nº de Colaboradores ao Serviço

Grupo Profissional	31-12-2015	31-12-2014
Pessoal Dirigente	2	2
Médicos	39	40
Enfermeiros	166	153 (a)
TDT + Ajud. Fisiot.	27	27
Técnicos e Téc. Sup.	10	14
Administrativos	70	80
Pessoal Auxiliar	119	106 (b)
Operários	18	18
Capelão	0	0
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>440</b>

a) Inclui 13 Enfermeiros contratados a termo incerto (substituições temporárias - b. c. e licenças.

b) Inclui 2 Auxiliares de Ação Médica contratados a termo incerto (substituições temporárias - b. c.)

A formação contínua e a participação em eventos científicos por Médicos, Enfermeiros e Técnicos foram uma preocupação constante em 2015, bem como a formação de jovens médicos de internato, especialmente na área de Medicina Física e Reabilitação.

No cumprimento dos objetivos institucionais, e tendo em vista a promoção da qualidade e segurança dos utentes, o Hospital da Prelada tem vindo a valorizar as suas instalações e os equipamentos médicos, para além das habituais manutenções preventivas e corretivas.

Em 2015 foram, ainda, concluídos estudos e projetos com vista à aquisição de novos equipamentos, tal como um novo instrumental cirúrgico, e à valorização das instalações do Bloco Operatório.





## 6.2. Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves

“A Vida Continua” é o lema do Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves, propriedade da ARSN, gerido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, por Acordo de Gestão de 3 anos. Integra o SNS e a Rede de Referenciação de Medicina Física e de Reabilitação. Iniciou a sua atividade em 13 de dezembro de 2013, tendo sido inaugurado, oficialmente, em 25 de fevereiro de 2014, pelo Senhor Ministro da Saúde - Dr. Paulo Macedo.

O Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves (CRN), em 2015 consolidou, definitivamente, a Rede de Medicina Física e Reabilitação (RMFR) do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A Região Norte, em particular, e o País, em geral, obtiveram, através do CRN, uma solução de resposta efetiva para fazer face às necessidades dos utentes do SNS provenientes, quer dos Cuidados de Saúde Primários, quer dos Cuidados de Saúde Hospitalares.

O modelo de parceria que sustenta a operação garante uma perfeita integração e articulação de cuidados ao doente, ao longo da cadeia de valor.

O CRN, de acordo com a sua missão, cumpriu as funções de formação, ensino e investigação, transferindo para os Profissionais, Comunidade Científica e Sistema, as melhores práticas e conhecimento, garantindo a aplicação destes no tratamento dos doentes.

O CRN prestou cuidados de saúde ao SNS de acordo com os referenciais de qualidade e ambiente que garantem efetividade, responsabilidade e sustentabilidade à sua operação. O CRN obteve classificações positivas por parte dos utentes das áreas de atividade principais, designadamente consulta externa e internamento e, simultaneamente, da sua estrutura de recursos humanos.

O ano de 2015 do CRN foi positivo em diversas dimensões. Para esse efeito, foram e são fatores essenciais da gestão, a capacidade de adaptação e aperfeiçoamento constantes, trabalhar em rede, envolver todos os atores e implementar respostas efetivas e inovadoras para fazer face a necessidades/falhas de mercado reais.



## A Missão da Santa Casa da Misericórdia do Porto no Centro de Reabilitação do Norte

# MISSÃO

Criar e aumentar o impacto assistencial da SCMP na Sociedade.

Corporizar a visão da SCMP relativamente aos *drivers* dos tempos atuais, nomeadamente das redes, da escala, do envolvimento e inovação dos modelos de gestão de forma a garantir o cumprimento da missão.

Garantir a qualidade técnica e operacional do CRN.

Assegurar a transparência da informação, responsabilidade da gestão da Instituição e disciplina no acompanhamento de resultados.

Cumprir o desígnio da SCMP de Cuidar dos Enfermos. Garantir que a estrutura está à altura da História, Tradição e Pergaminhos dos 517 anos da Instituição.

Consolidar a confiança dos *Stakeholders* na SCMP.

Colocar o conceito da Sustentabilidade no foco da Organização, abrangendo as dimensões ambiental, económica, social e de governo.



## 6.2.1. Relações Institucionais

### a) Protocolos relevantes celebrados

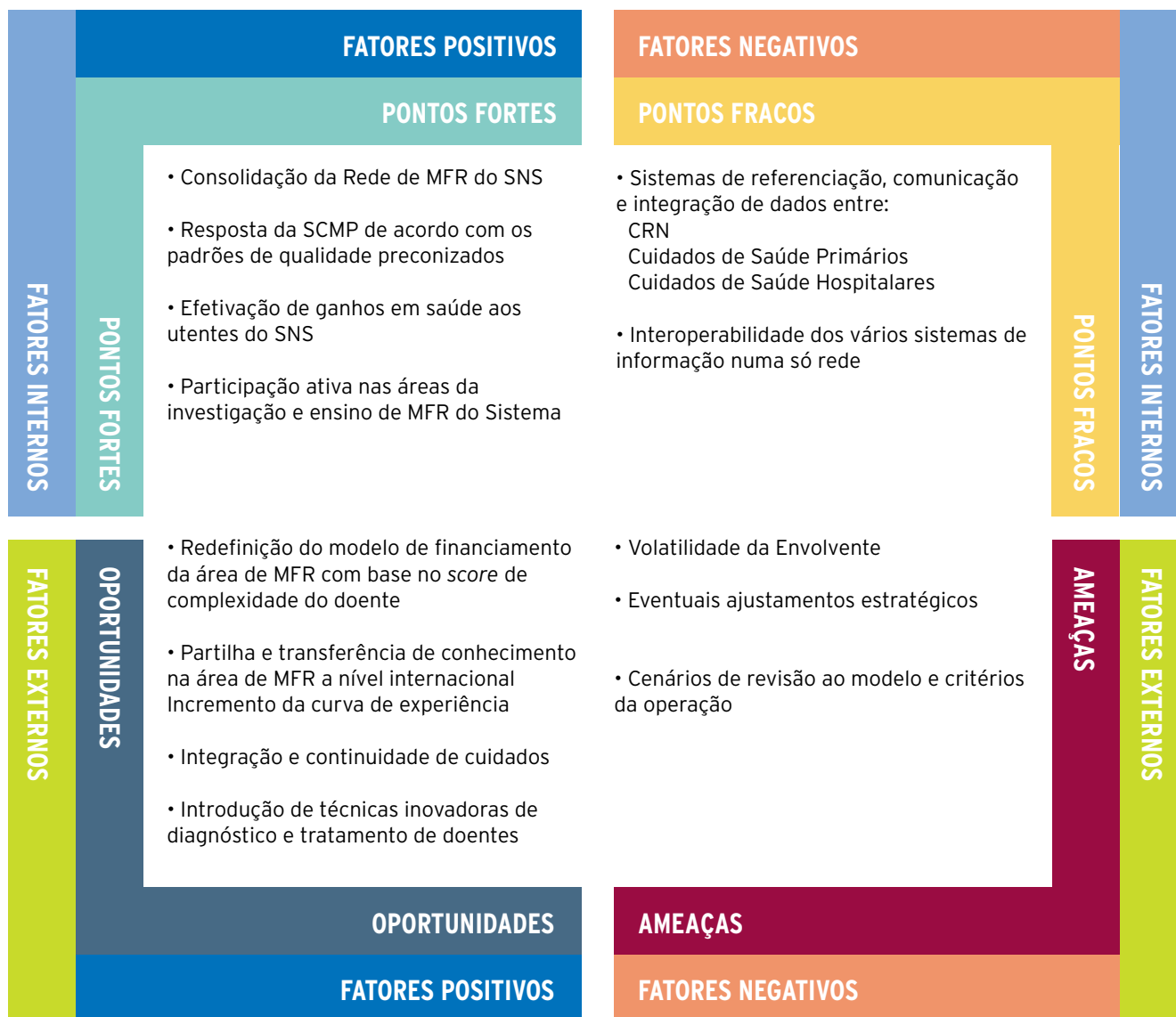
- Visita do Senhor Professor António Correia de Campos ao CRN, no âmbito da cerimónia de atribuição do título de Irmão Honorário da Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- Aprovação da ARSN da proposta da SCMP para criação das respostas Serviço de Apoio à Reintegração Familiar dos Doentes e edificação da unidade de alojamento dos familiares dos doentes internados.
- Realização no CRN das Jornadas URAP, promovidas pela ARSN com a participação da SCMP.
- Aprovação da ARSN da proposta de colaboração da SCMP com as URAP dos ACES de VNG e VNG/Espinho, ao nível de consultadoria da especialidade de Medicina Física e Reabilitação.
- Assinatura do protocolo de colaboração entre a SCMP e a Companhia de Bombeiros Sapadores de VNG, no âmbito das medidas de autoproteção constantes do plano de segurança do CRN.



### b) Iniciativas científicas e clínicas realizadas com impacto na comunidade médica e resultados em saúde

- Participação em projetos de investigação para obtenção de ganhos na área da MFR e da Instituição:
  - > Prémio Melo e Castro 2015 - Investigação no âmbito das lesões vertebro medulares - entregue em 2 dezembro 2015;
  - > Plataforma da Neuropsicologia.
- Desenvolvimento de 30 ações de formação interna e externa, com um volume global de 83,30 horas a toda a estrutura de recursos humanos da UOS CRN.
- Realização do I Congresso Internacional de Reabilitação Neuropsicológica na Lesão Encefálica Adquirida.
- Obtenção de idoneidade formativa do colégio da especialidade da Ordem dos Médicos, sendo atribuídos 36 meses de capacidade formativa para 2 internos complementares de MFR por ano, e para a realização de estágios parcelares a internos de outras instituições.
- Realização de estágios parcelares a 6 internos da especialidade de MFR e de MGF do SNS, em parcerias com os ACES da GAMP e VNG.
- Desenvolvimento e divulgação da atividade nas seguintes áreas:
  - > Núcleo de Reabilitação Neuropsicológica;
  - > Núcleo de Reabilitação de Distúrbios da Nutrição / Deglutição;
  - > Laboratório de Análise Biomecânica da Marcha;
  - > Centro de Mobilidade / Teste de aptidão para condução automóvel;
  - > Desporto Adaptado CRN (DACRN).
- Divulgação a nível interno e externo, práticas assistenciais que se consideram inovadoras e de maior eficácia, criação de consultas e intervenções médicas - ondas de choque, mesoterapia, acupuntura, laserterapia.
- Participação em 16 congressos e simpósios nacionais e internacionais, através de todos os grupos de profissionais de saúde.
- Realização de ações de formação interna visando a qualificação dos diversos grupos profissionais da área clínica (SAVA, SAVP).

## 6.2.2. Análise SWOT ao exercício de 2015



De salientar os seguintes fatores resultantes da análise SWOT:

### Pontos fortes e oportunidades

- Efetividade da resposta do CRN, proporcionando ganhos em saúde aos utentes do SNS;
- Inovação, formação, investigação no tratamento e relacionamento humanizado dos doentes;
- Potenciação da curva de experiência e conhecimento.

### Ponto fraco

- Integração dos Sistemas de Informação.



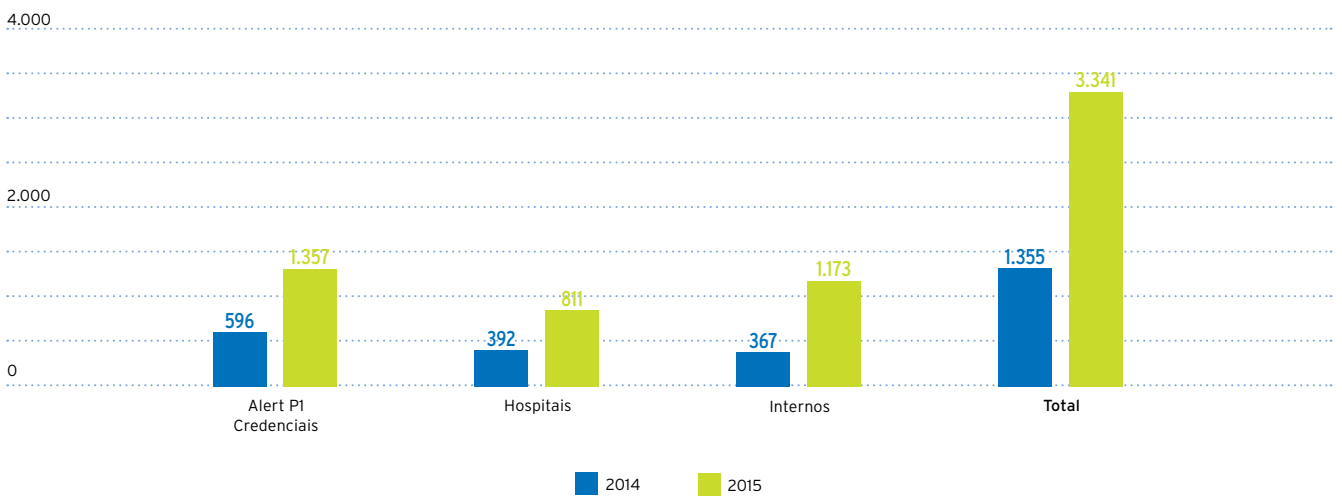
## 6.2.3. Atividade - Perfil da Prestação Realizada

### CONSULTA EXTERNA

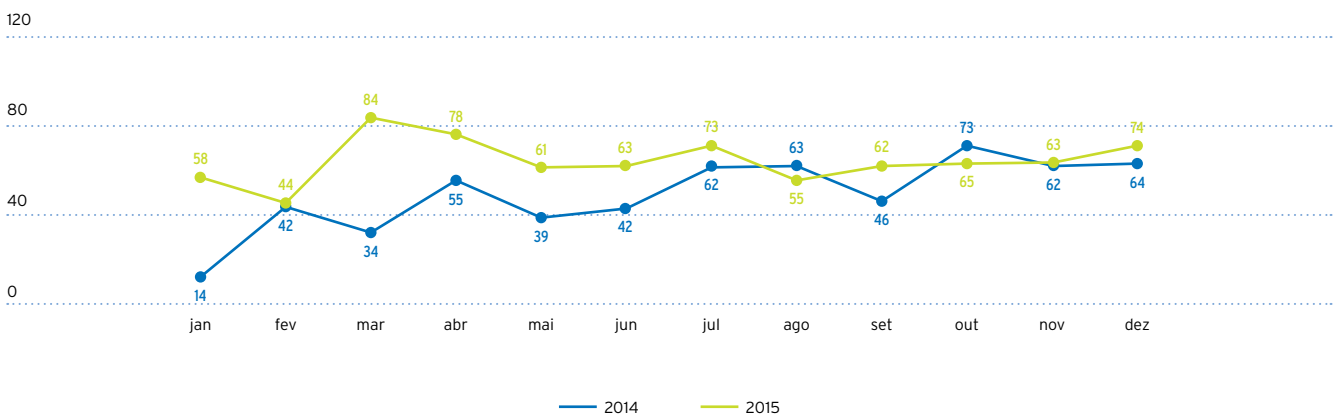
ACES	%
ACES do Porto	45,6%
ACES de Aveiro	44,1%
ACES de Braga	2,6%
ACES de Vila Real	1,4%
ACES de Viseu	0,6%
ACES de Bragança	3,3%
ACES de Viana do Castelo	2,3%
TOTAL	100%



### Pedidos Consulta por Tipo



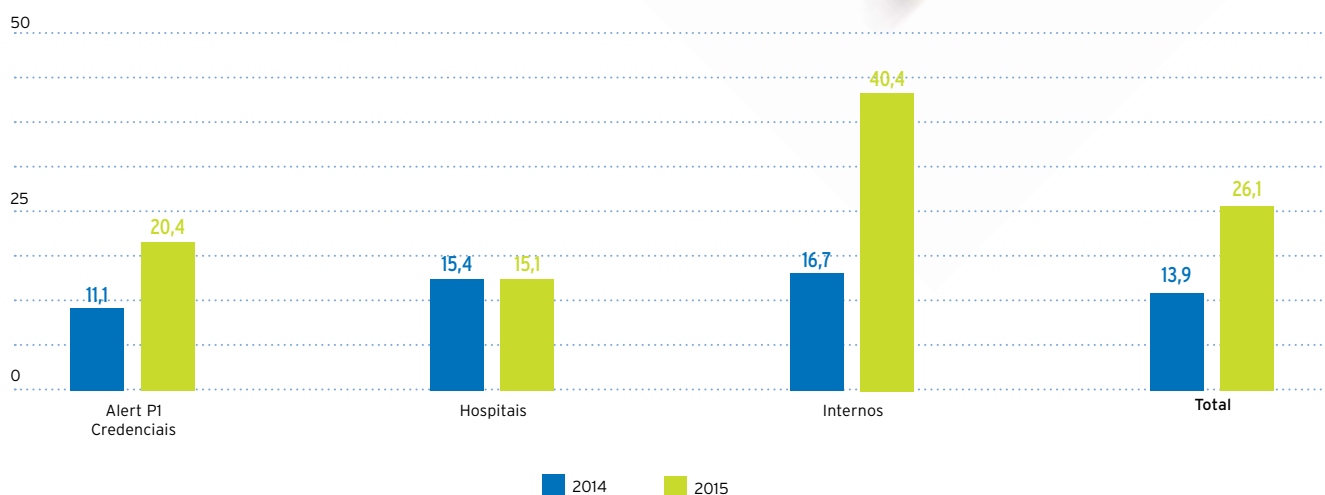
### Evolução Pedidos Alert P1



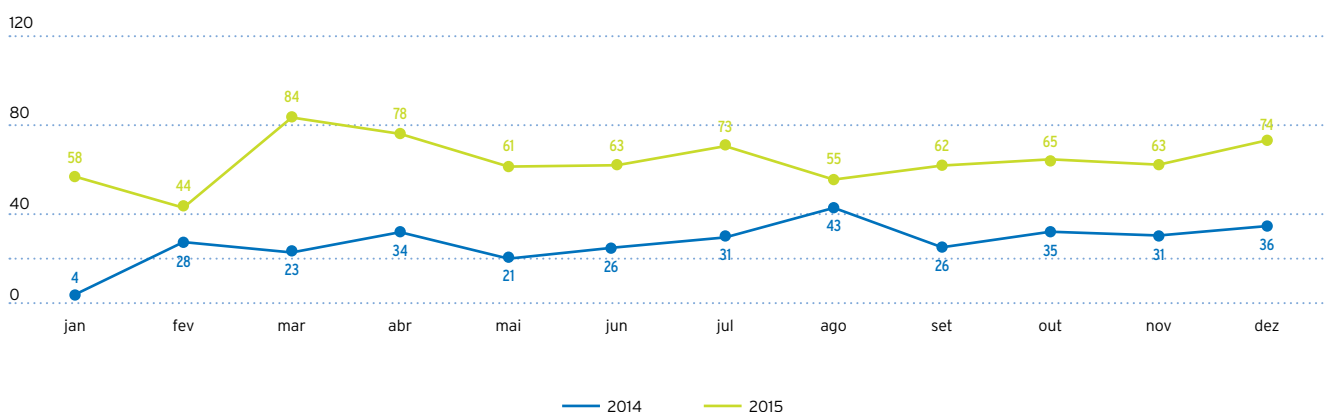
Ao nível da atividade da consulta externa, verificou-se um aumento total dos pedidos de consulta de 147%. A referênciação pelos ACES totalizou 1.357 pedidos (Alert P1+Credenciais), um crescimento de 128%, relativamente ao período homólogo. Quanto à referênciação direta efetuada pelos Hospitais, aumentou 107%, demonstrativo do papel integrador do Centro de Reabilitação do Norte na prestação de cuidados de saúde.



### TE médio por Tipo de Pedido



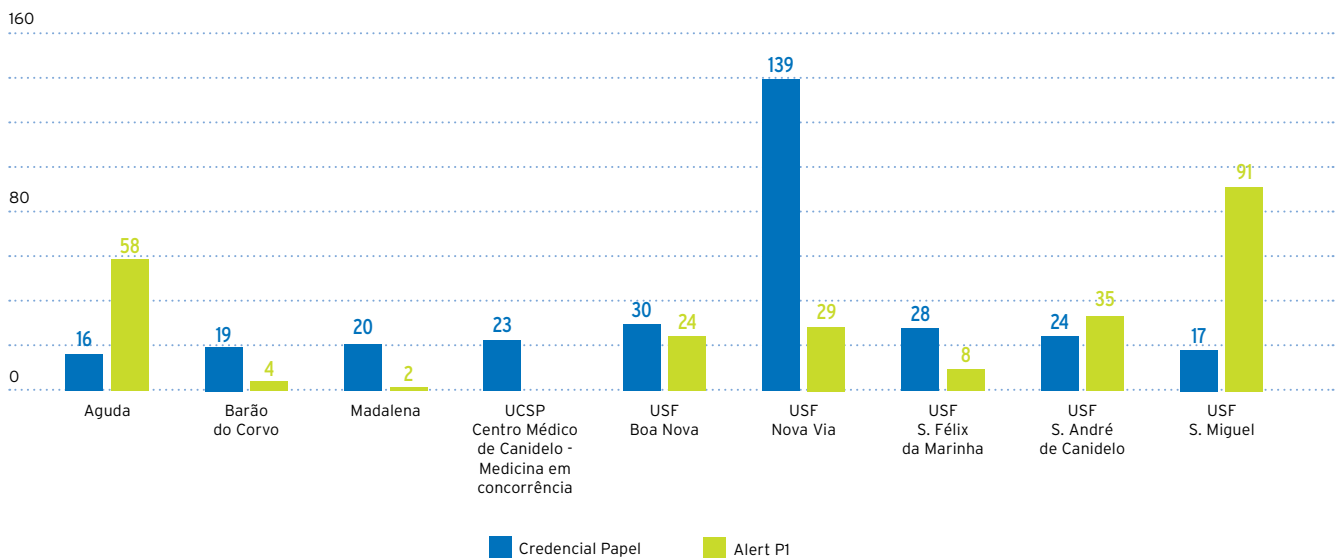
### Evolução Pedidos Alert P1



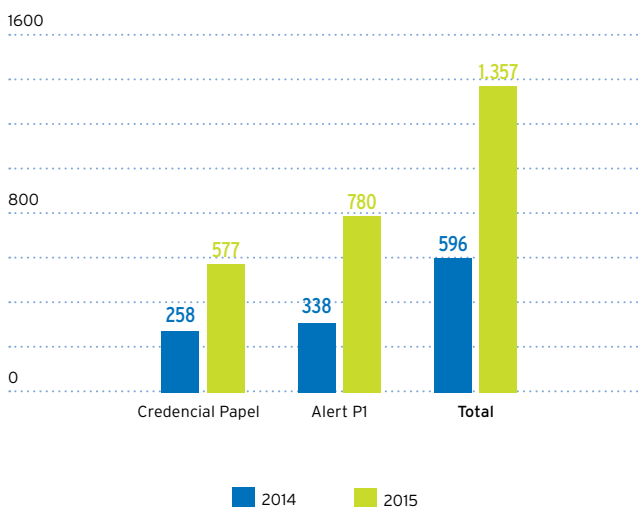
O crescimento da referênciação/procura refletiu-se num ligeiro aumento do tempo de espera para consulta, ainda que, proporcionalmente, inferior. O tempo de espera médio total para consulta foi de 26,1 dias. O tempo de espera médio da referênciação, proveniente dos ACES, fixou-se em 20,4 dias. Relativamente aos pedidos provenientes dos Hospitais, registou-se uma diminuição do tempo de resposta de -2%.

O quadro abaixo ilustra as unidades funcionais dos CSP, que referenciam utentes para o Centro de Reabilitação do Norte com maior volume de credenciais em papel. Destaca-se a UCSP - CM de Canidelo, que referenciou, unicamente, através de credenciais de papel. Já a USF Nova Via, dos 168 utentes referenciados para o CRN, apenas 17% ocorreu por via eletrónica.

#### Referenciação Centros Saúde (Credenciais Papel | Alert P1)

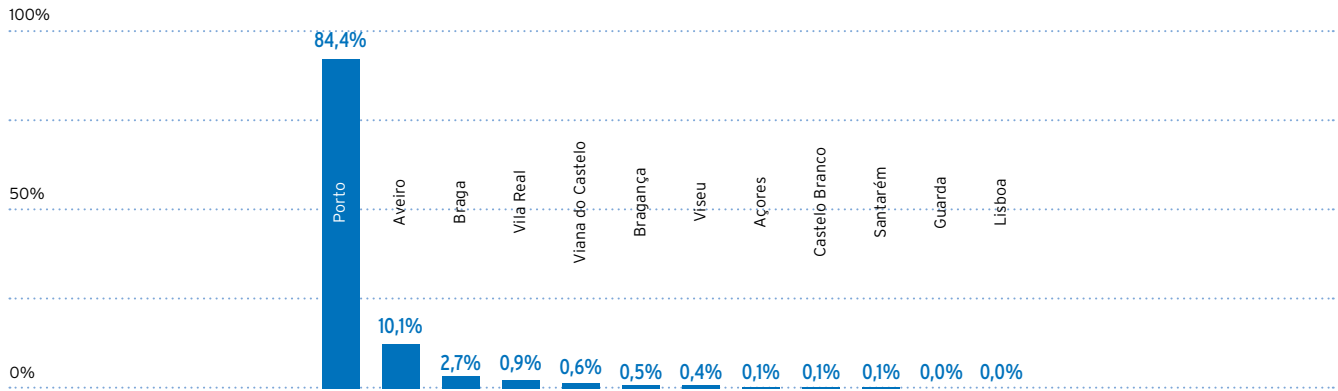


#### Evolução Referenciação CSP

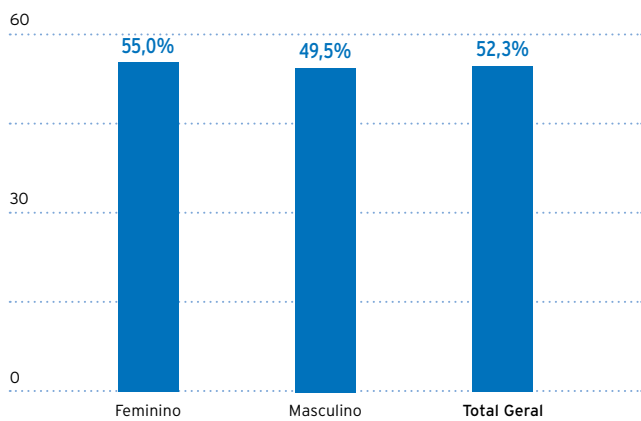


Apesar das observações/oportunidades de melhoria identificadas pelo CRN, relativamente à efetivação da referenciação por via eletrónica, verifica-se que a proporção pelas duas vias manteve-se em 2014 e 2015. Parece, portanto, necessário a EPC reforçar uma ação de sensibilização, relativamente a esta temática junto dos CSP.

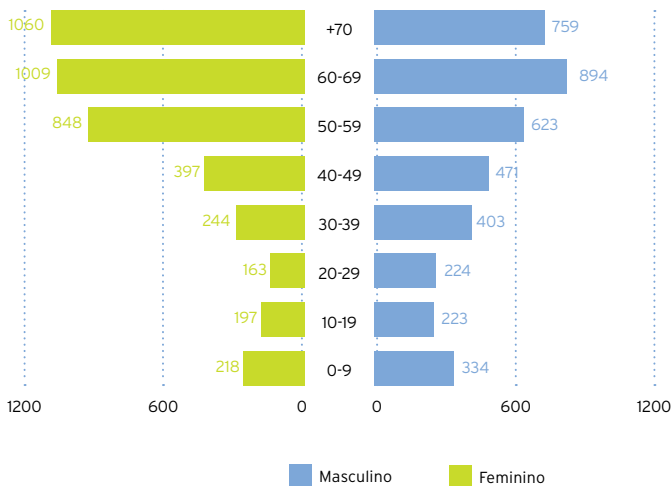
### % Consultas por Distrito



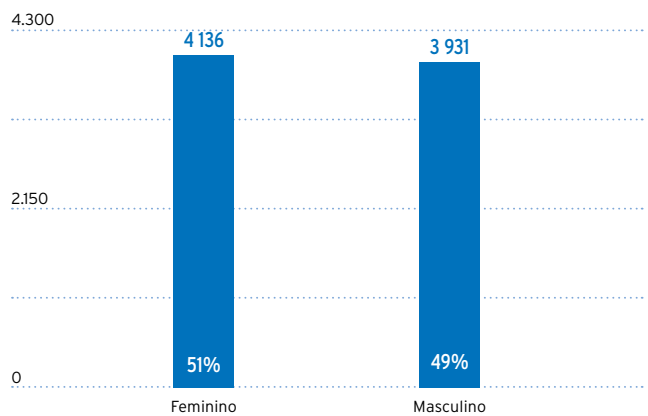
### Média Idade Consulta Externa



### Consulta Externa por Faixa Etária

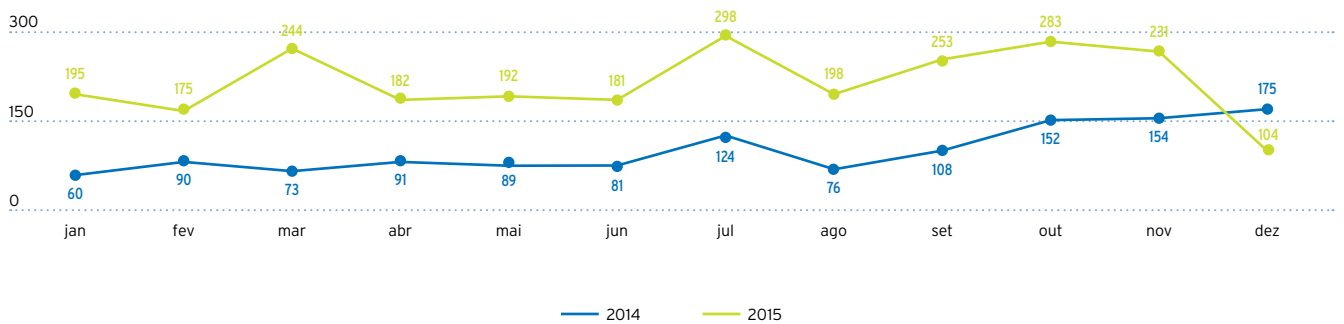


### Consulta Externa por Género

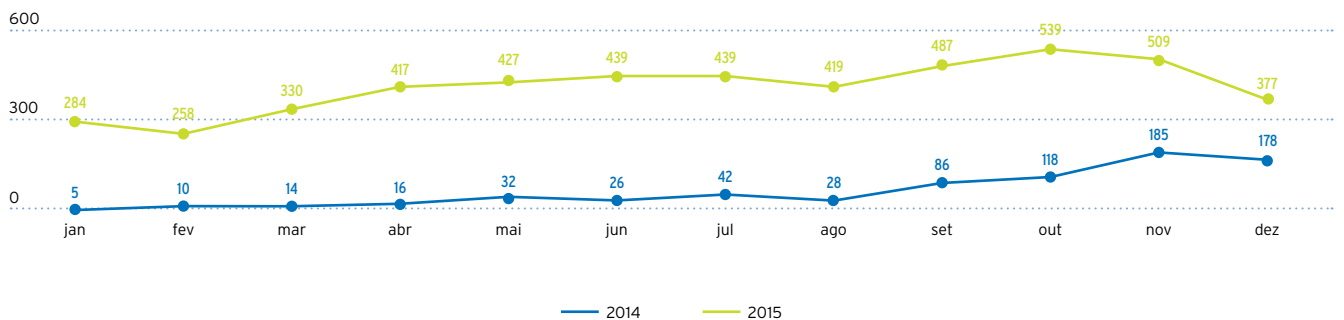


Relativamente ao perfil assistencial da consulta externa 94,5% das consultas foram realizadas a utentes dos distritos do Porto e Aveiro. Foram executadas, essencialmente a utentes do género feminino 51% e, com idade superior a 50 anos 67%.

### Evolução 1ª Consulta MFR

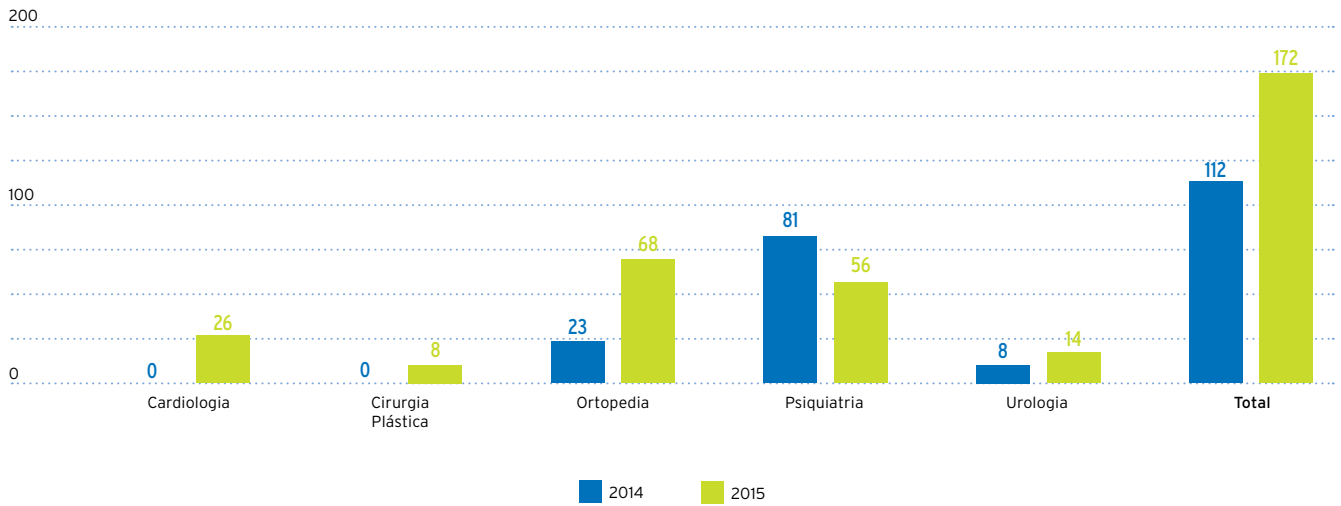


### Evolução Subsequentes MFR

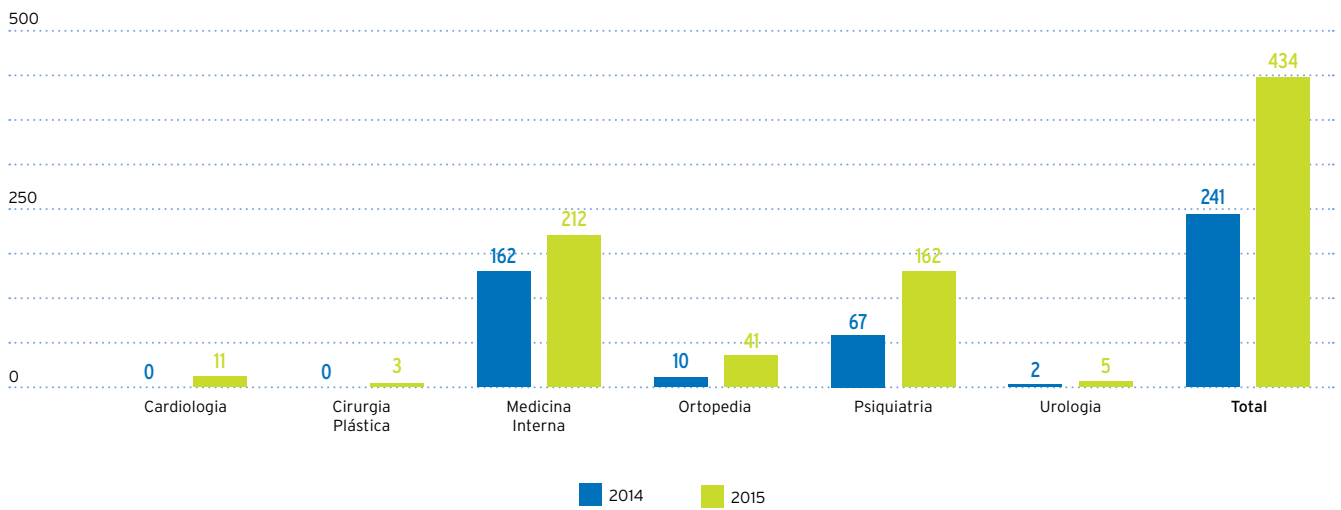




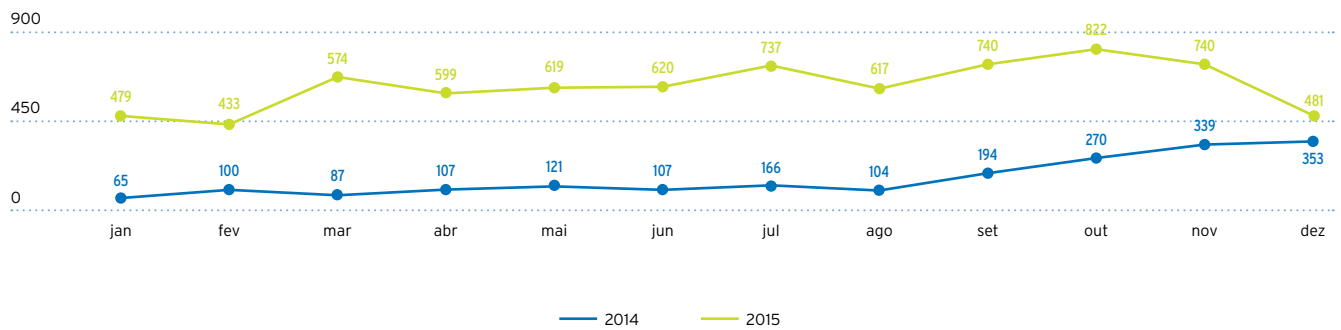
### 1ª Consultas Apoio Clínico



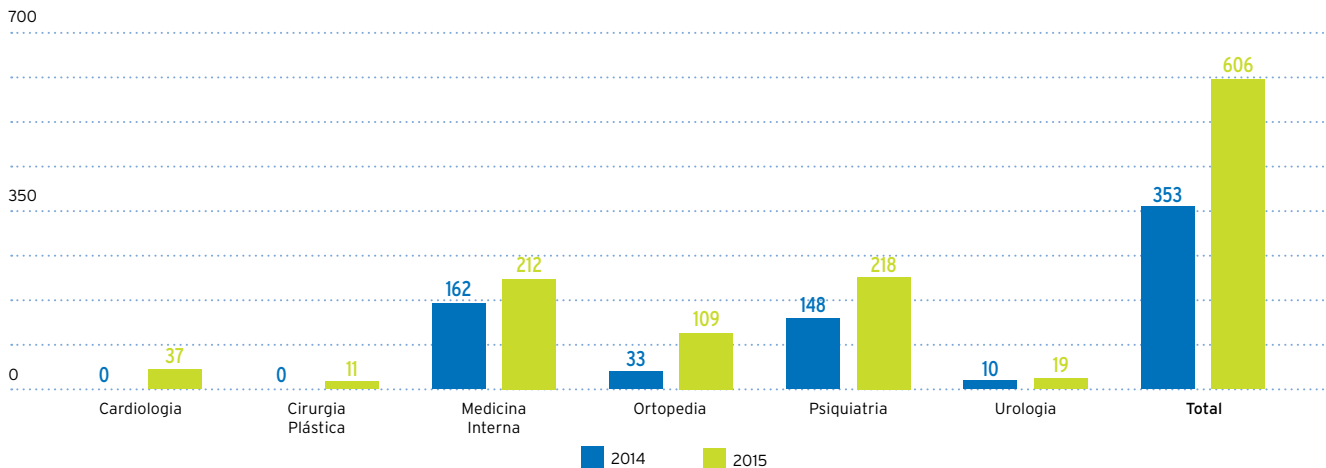
### Subsequentes Apoio Clínico



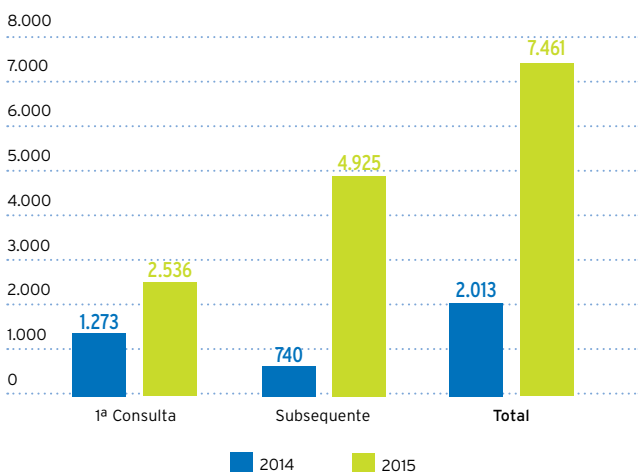
### Evolução Total MFR



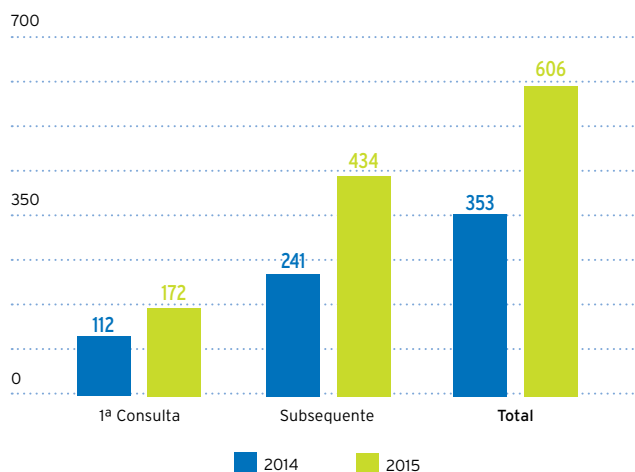
### Total Consultas Apoio Clínico



### Consulta Externa MFR



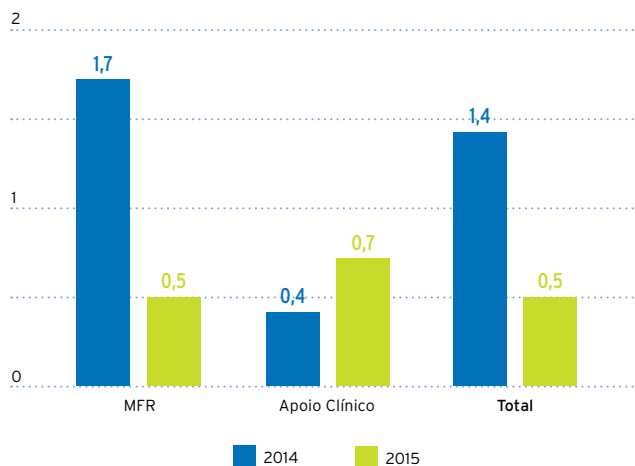
### Consulta Externa Apoio Clínico



Em termos absolutos, realizaram-se mais 5.448 consultas da especialidade Medicina Física e Reabilitação, face a igual período de 2014, correspondendo a um acréscimo relativo de 271%, 1.263 primeiras e 4.185 subsequentes, respetivamente. As consultas de apoio clínico representaram 8% do total de consultas realizadas, tendo as especialidades de Medicina Interna e Psiquiatria sido as mais representativas com cerca de 71%.

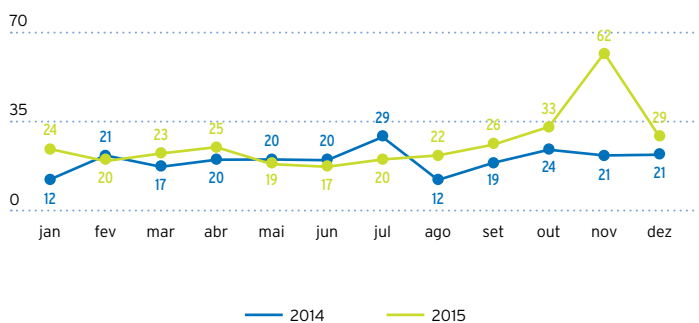
Verificou-se uma diminuição no rácio das consultas primeiras/subsequentes na especialidade de Medicina Física e Reabilitação e um aumento nas especialidades de apoio clínico. O rácio de primeiras consultas sobre subsequentes no CRN fixou-se em 0,5, correspondendo a 1 primeira consulta por cada 2 subsequentes.

### Rácio Primeiras | Subsequentes

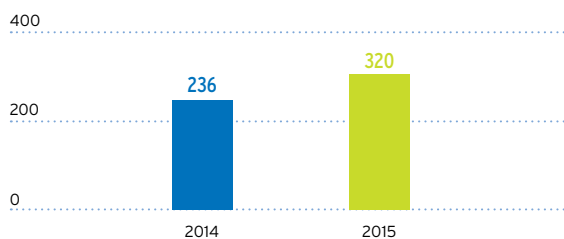


## INTERNAMENTO

Evolução Propostas de Internamento



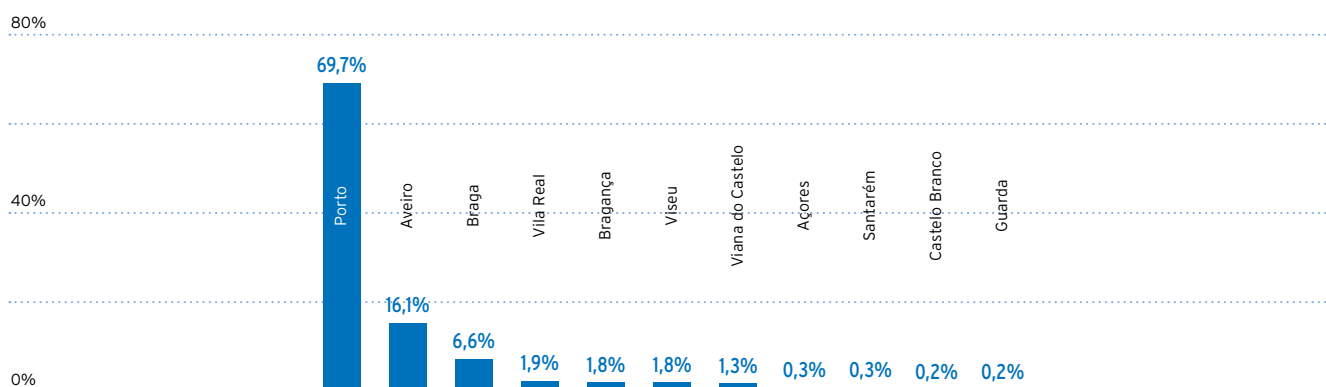
Propostas de Internamento



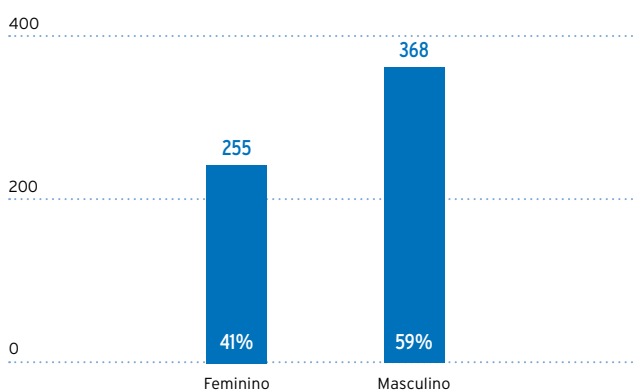
Ao nível do internamento registou-se um aumento de 84 propostas de internamento, ou seja, um acréscimo de 36%.

Dos utentes internados em 2015, 85,8% residiam nos distritos de Porto e Aveiro, predominantemente do género masculino.

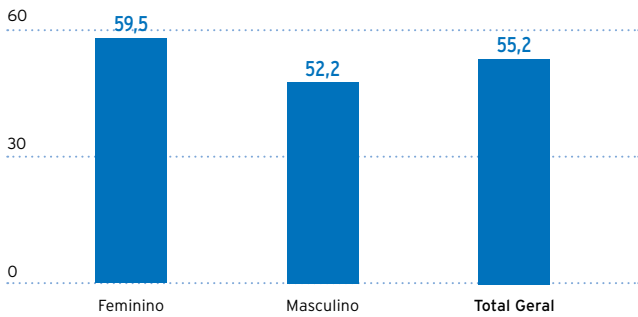
% Utentes Internados por Distrito



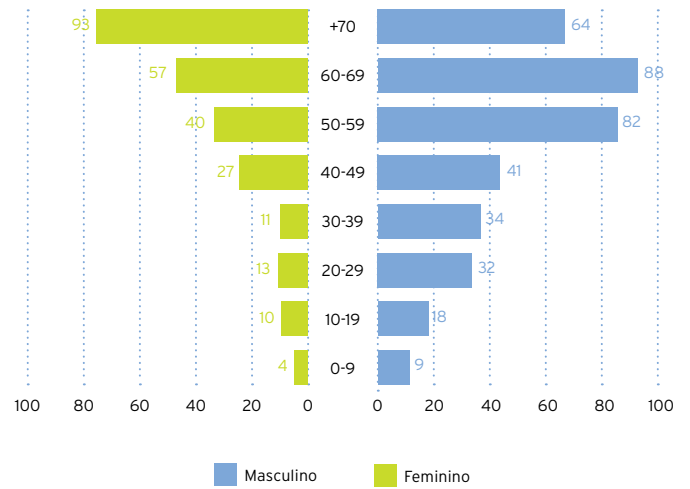
Internamento por Género



### Média Idade Internamento

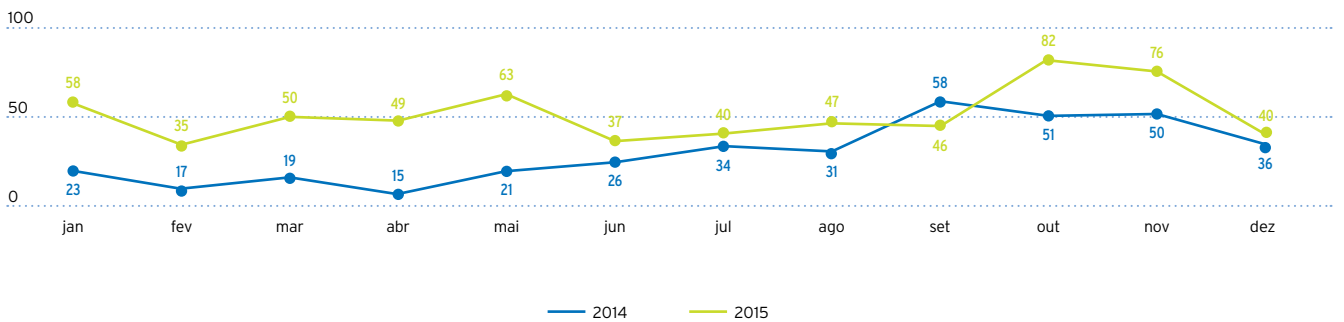


### Internamento por Faixa Etária

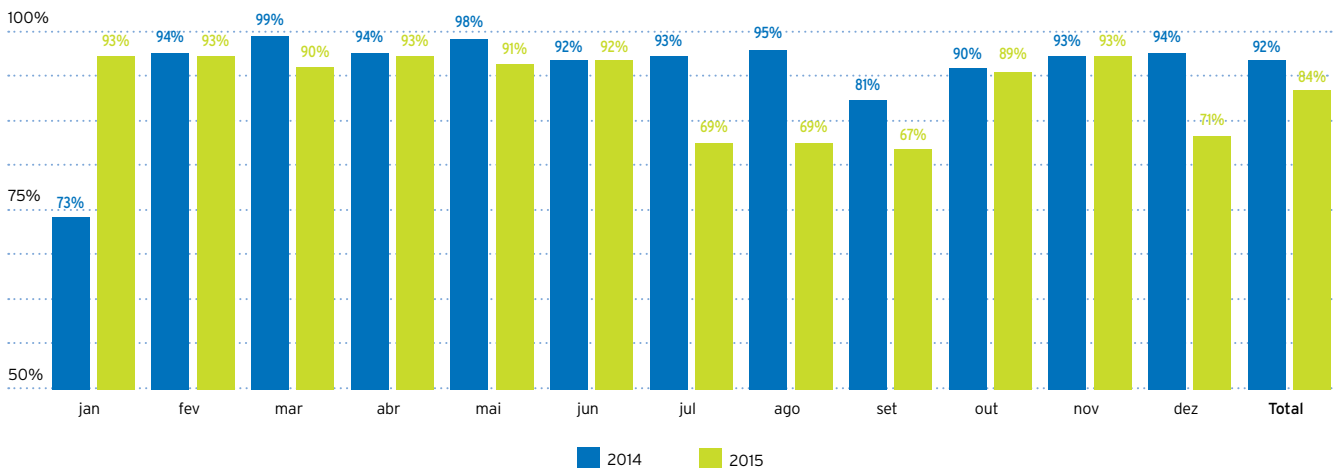


A média de idades dos utentes internados foi superior à observada na consulta externa em 6%, mantendo-se a predominância das faixas etárias superiores a 50 anos.

### Utentes Admitidos

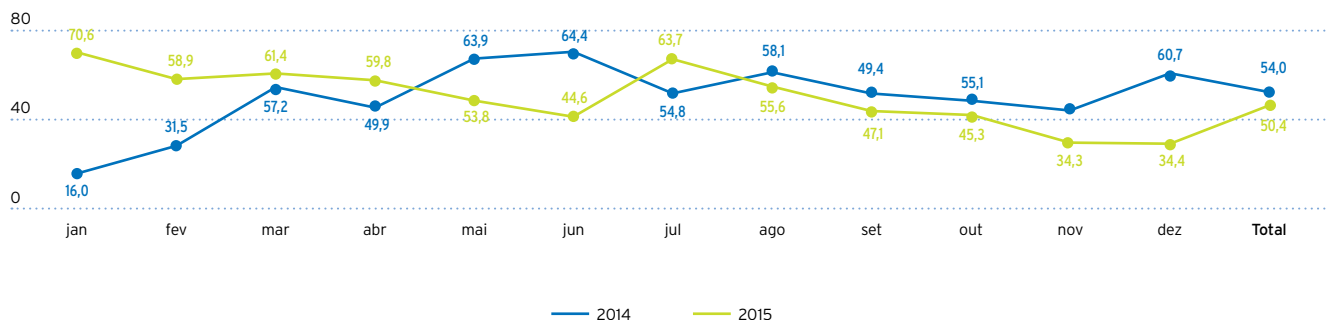


### Taxa de Ocupação



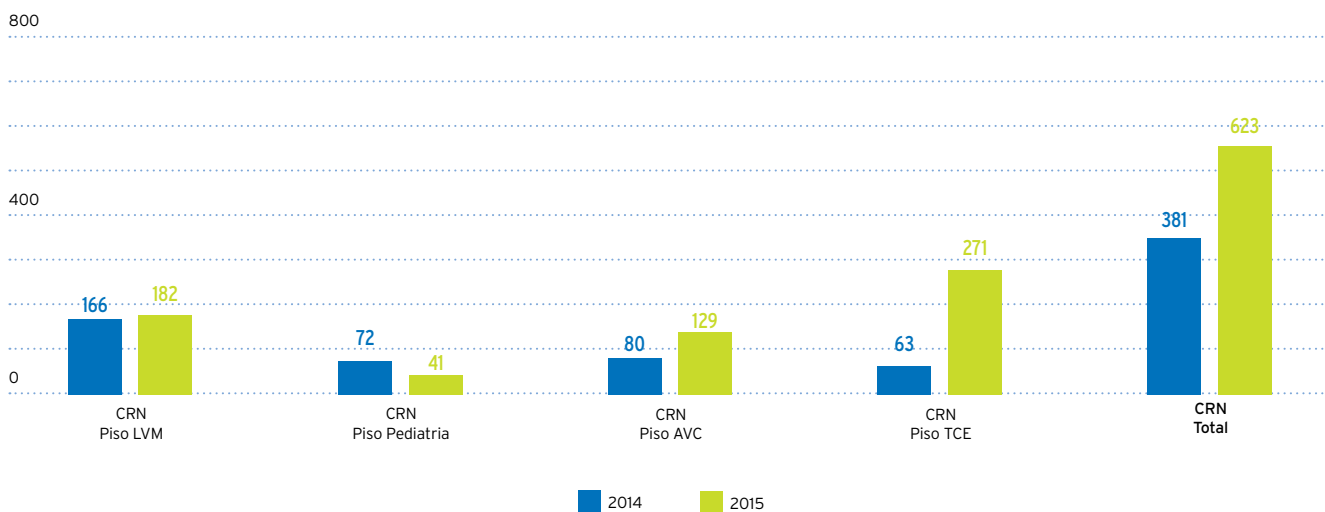
O CRN registou em 2015, uma diminuição de 8pp da taxa de ocupação comparativamente ao período homólogo, dado que o funcionamento de todas as unidades de internamento, em 2014, só ocorreu no 4º trimestre desse ano.

### Demora Média

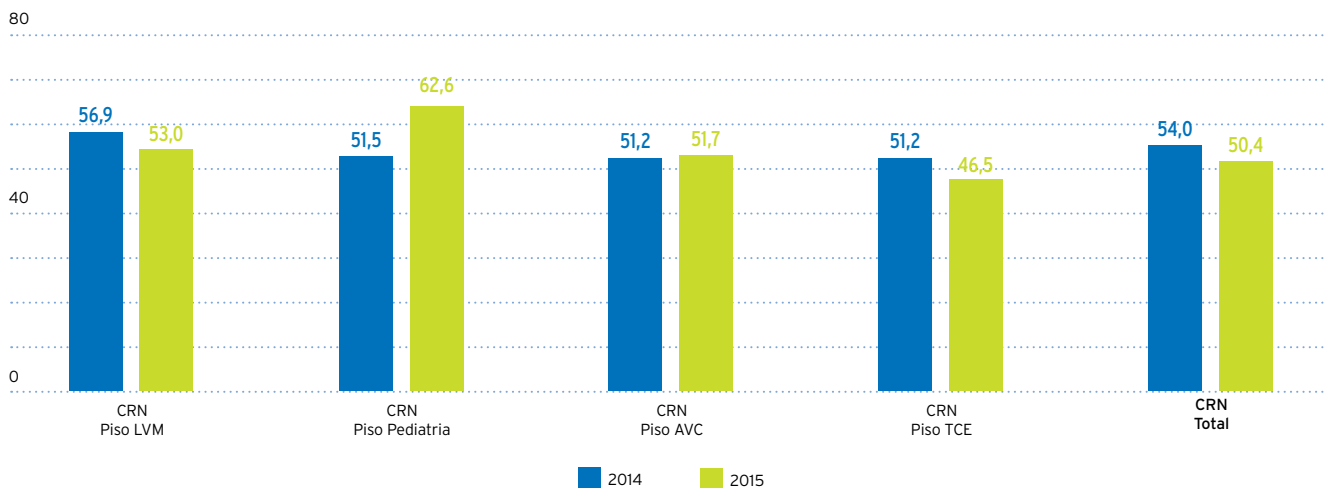


Ao longo do ano de 2015, registou-se, tendencialmente, um decréscimo da demora média mensal. No CRN, a demora média foi de 50,4 dias.

### Utentes Admitidos por Unidade Funcional



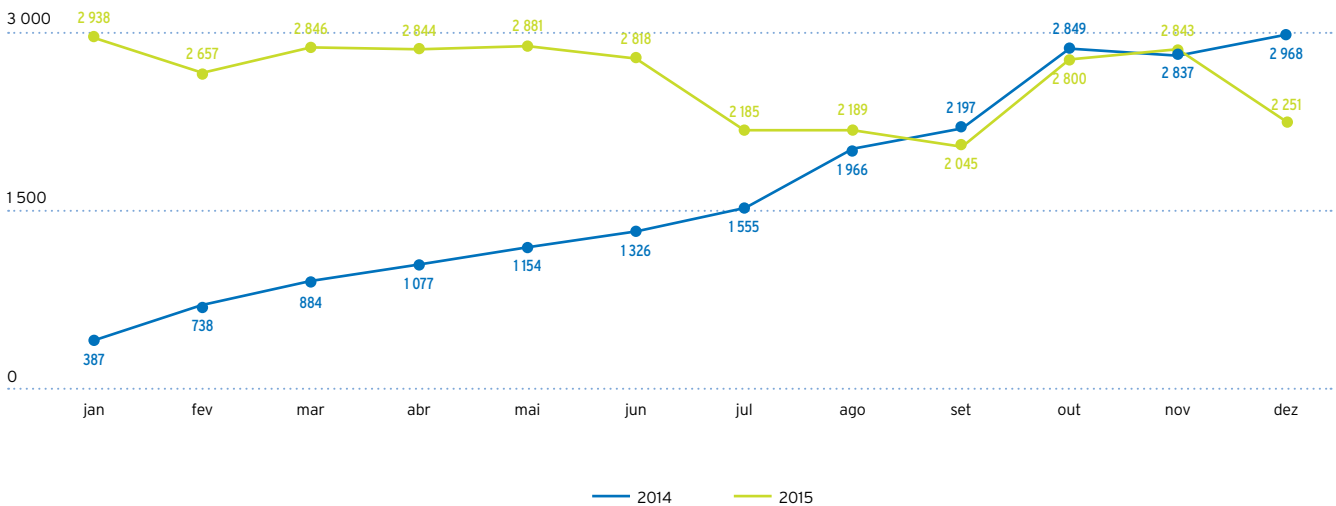
### Demora Média por Unidade Funcional



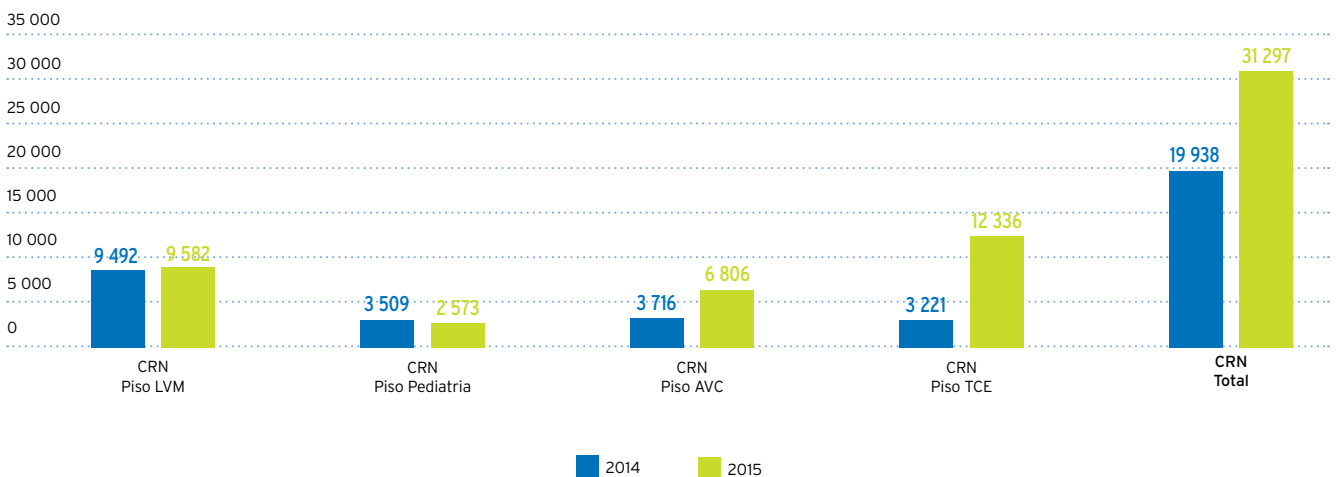


A Unidade Funcional de Traumatismo Crânio-Encefálico acolheu o maior número de utentes, 271, traduzindo-se em maior rotatividade, daí que apresente uma demora média inferior às restantes. De modo inverso, a Unidade Funcional de Pediatria internou um menor número de utentes e, conseqüentemente, exibe a demora média superior.

### Evolução Diárias Internamento



### Diárias de Internamento por Unidade Funcional

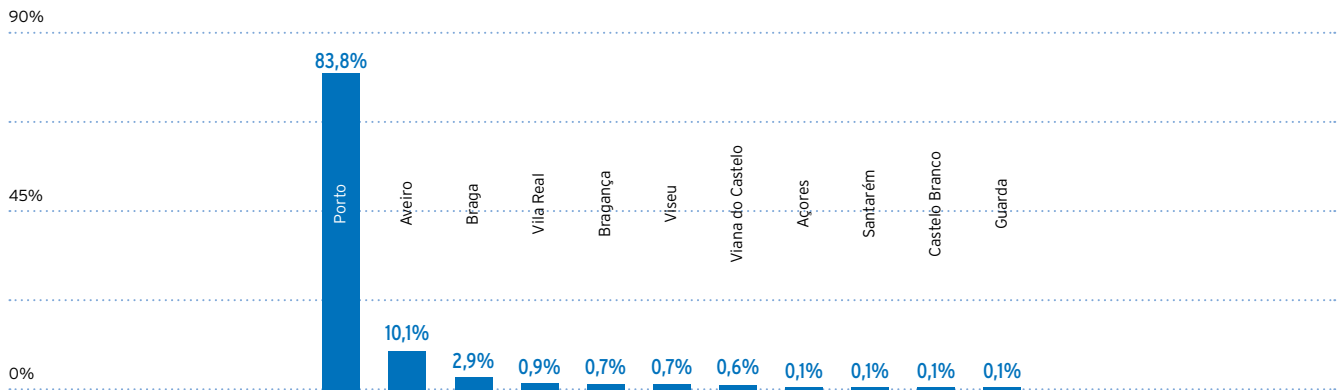


Em 2014, as diárias de internamento aumentaram analogamente à entrada em funcionamento das unidades de internamento. Em 2015, a estabilidade das diárias foi influenciada nos meses de julho a setembro e em dezembro. As Unidades Funcionais de LVM e TCE representam 70% do total de diárias.

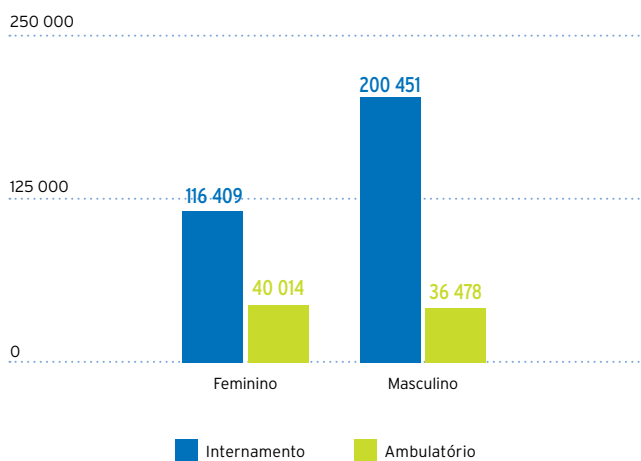


## MCDT

### % Tratamentos por Distrito

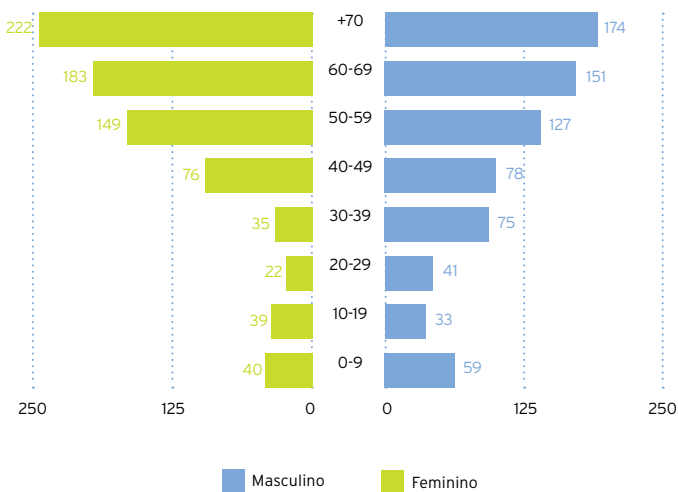


### Tratamentos por Género e Regime

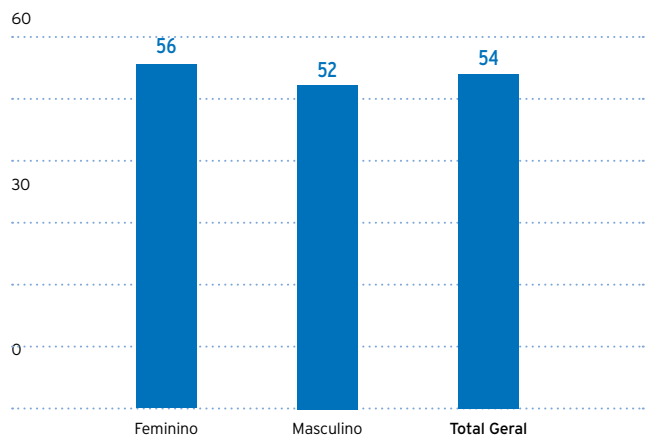


Verificou-se que os tratamentos terapêuticos foram realizados, essencialmente, a utentes residentes nos distritos do Porto e Aveiro 93,9% e do género masculino 60%.

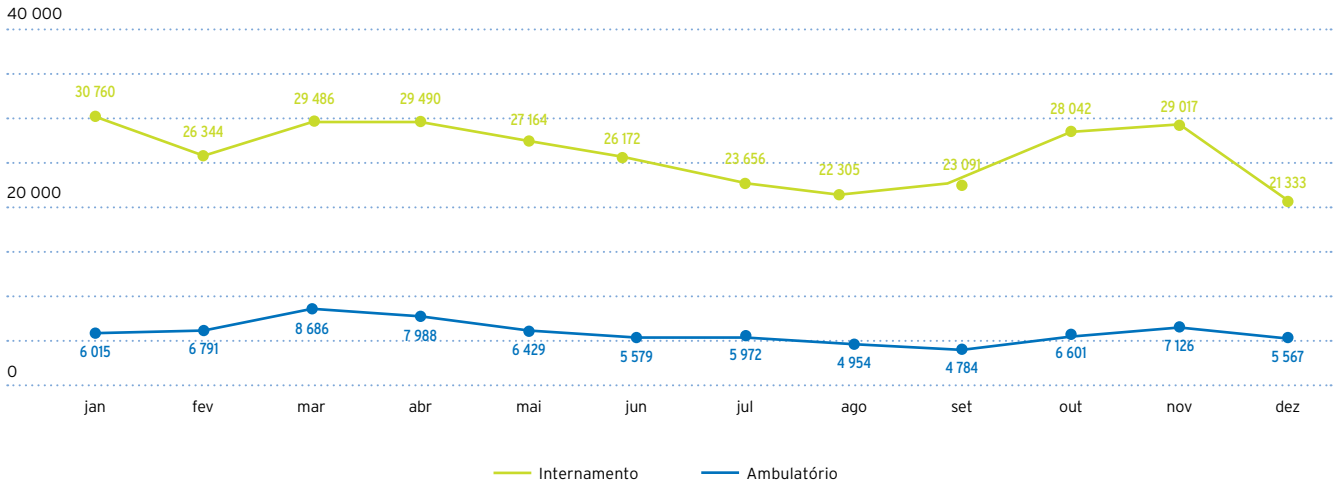
### Nº Utentes - Tratamentos por Faixa Etária



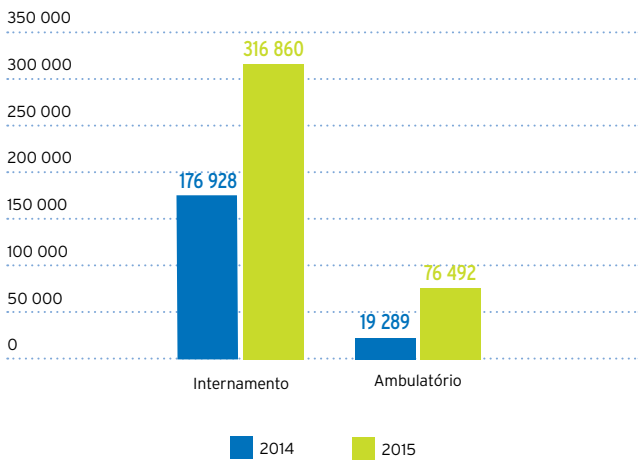
### Média Idade Tratamentos



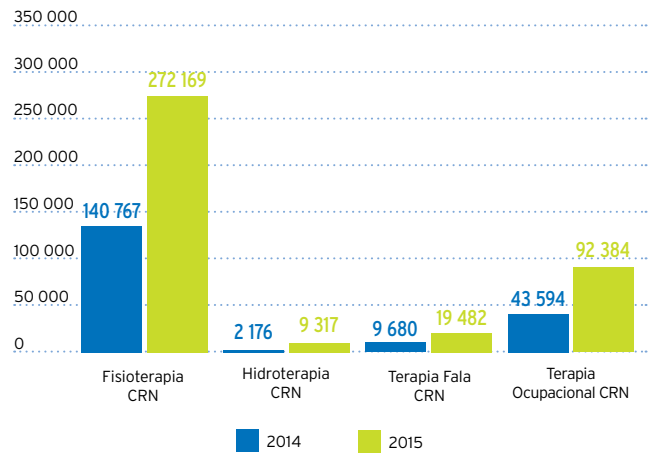
### Evolução Tratamentos



### Tratamentos por Regime



### Tratamentos por Setor

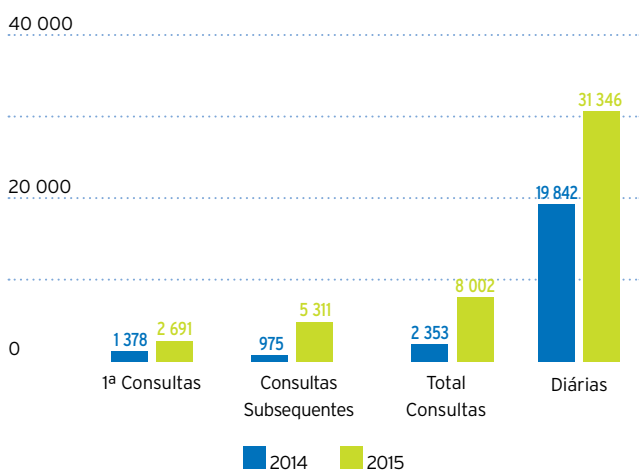


## 6.2.4. Evolução da Execução do Contrato

### CRN - Evolução da Produção

	1º Semestre	2º Semestre	2015	2014	Δ Abs	Δ %
1ª Consultas	1 217	1 474	2 691	1 378	1 313	95%
Consultas Subsequentes	2 368	2 943	5 311	975	4 336	445%
<b>Total Consultas</b>	<b>3 585</b>	<b>4 417</b>	<b>8 002</b>	<b>2 353</b>	<b>5 649</b>	<b>240%</b>
Diárias	17 013	14 333	31 346	19 842	11 504	58%

### Evolução da Produção 2014/2015



### 1. Desempenho no Internamento

	Proposta	Peso	2014	2015
1.a) Demora média no internamento	54,0	20%	53,0	50,4
1.b) Taxa de cancelamento de internamento programado	1,8	20%	0%	0,0
1.c) Taxa de reinternamento	1,8	20%	0%	0,0

### 2. Desempenho na Consulta Externa

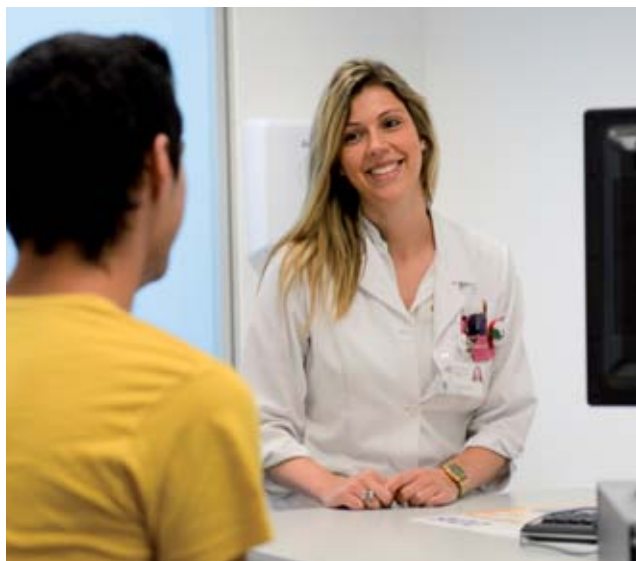
	Proposta	Peso	2014	2015
2.a) Taxa de cancelamento de consultas externas, cujo valor anual fixado não pode ser > 2%	1,8	20%	0%	0,0
2.b) Rácio de primeiras consultas/subsequentes	1,0	20%	1,6	0,5

O volume de produção contratualizado entre a EPS e a EG para 2015 foi, integralmente, executado.

## 6.2.5. Recursos Humanos Afetos à Operação

G. Categorias Profissionais	2014	2015	Δ Abs
Administrador	1	1	0
Diretor Clínico	1	1	0
Médico	14	13	-1
Enfermeiro	55	61	6
Técnicos Diag. e Terap.	35	38	3
Técnicos Superiores	6	9	3
Outros Técnicos	8	9	1
Administrativo	15	11	-4
Auxiliar	60	63	3
Operário	8	7	-1
Armazém	1	1	0
Capelão	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>215</b>	<b>10</b>

G. Categorias Profissionais	Termo incerto	Termo certo	Sem termo	Prest. Serv.	Estágio	Mobilidade	Total
Administrador			1				1
Diretor Clínico			1				1
Médico	4	1	3	3		2	13
Enfermeiro	35	1	25				61
Técnicos Diag. e Terap.	24	5	7			2	38
Técnicos Superiores	2	4	3				9
Outros Técnicos		1	6	2			9
Administrativo		2	8		1		11
Auxiliar	42	3	18				63
Operário		4	3				7
Armazém			1				1
Capelão		1					1
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>22</b>	<b>76</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>215</b>



### Avaliação dos inquéritos de satisfação aos colaboradores:

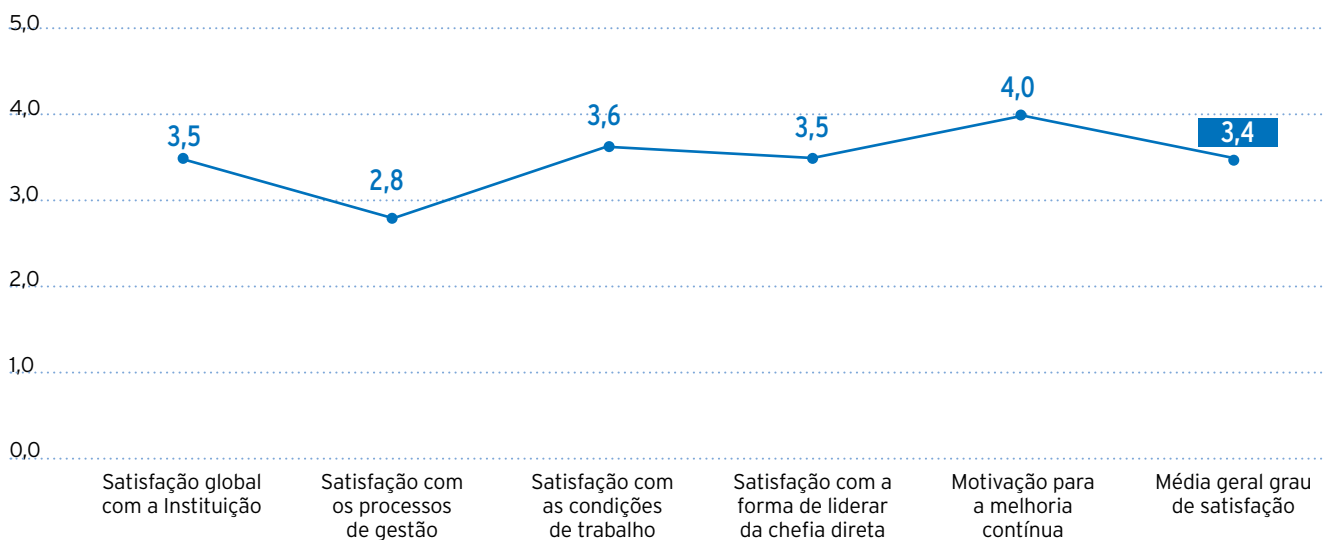
A este nível, o Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional elaborou uma **Metodologia de Avaliação de Desempenho**, para operacionalização e aplicação do questionário de satisfação aos colaboradores do CRN.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto solicitou à Entidade Externa, SGS Portugal a realização de um relatório onde fossem apresentados os resultados referentes à avaliação da satisfação dos colaboradores do Centro de Reabilitação do Norte, **Relatório Executivo da SGS - Estudo da avaliação da satisfação de colaboradores.**

Em termos globais, numa escala de 1 a 5, a análise efetuada aos resultados, evidencia uma média geral de 3,4, relativamente ao grau de satisfação dos colaboradores de 67,2%.



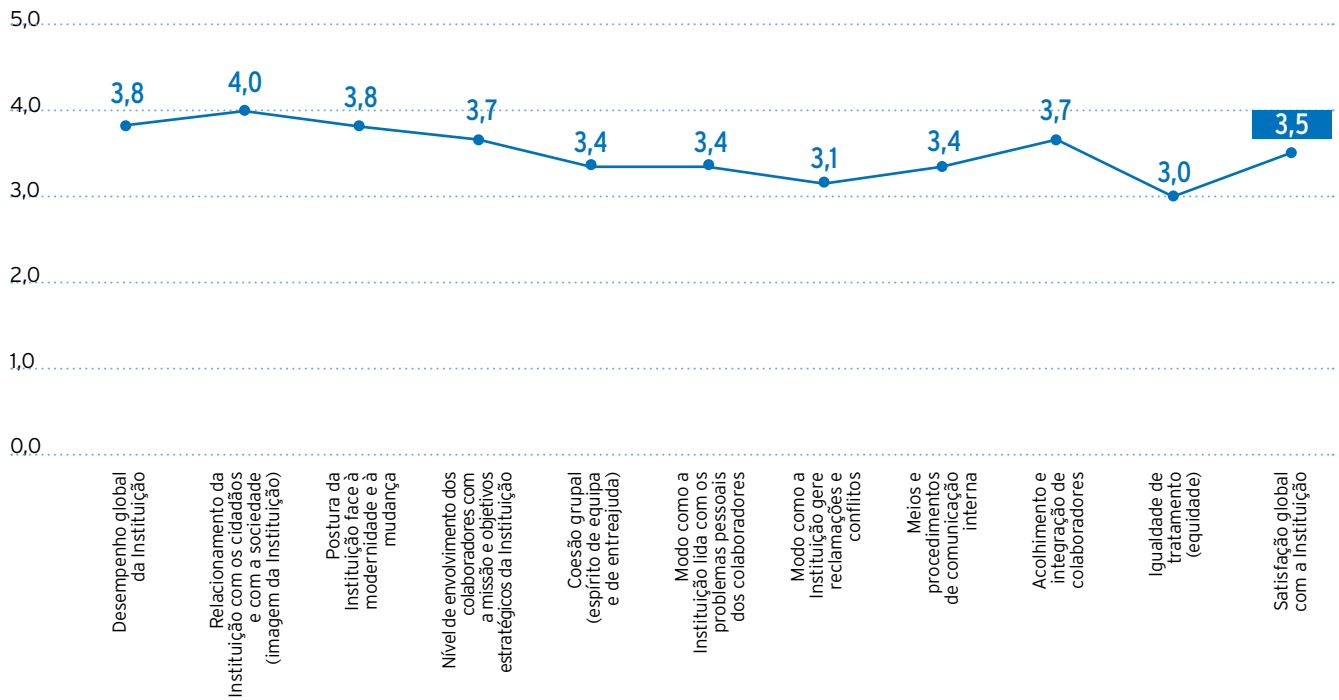
### Média da Satisfação Global





Conforme se pode verificar no quadro apresentado, os colaboradores estão satisfeitos com a Instituição que representam, apresentando uma média global de 3,5.

### Média da Satisfação Global com a Instituição



### 6.2.6. Perspetivas para 2016

A visão para o CRN, a curto e médio prazo, aponta para o fortalecimento do seu papel e atuação nas Redes do SNS e demais Subsistemas;

Garantir a transferência de conhecimento e aplicação das melhores práticas internacionais no diagnóstico e tratamento dos doentes, decorrente das experiências com Hospitais/Centros congêneres internacionais, designadamente EUA e Holanda;

Aprofundar a continuidade, humanização e proximidade de cuidados aos doentes, através de respostas inovadoras;

Incrementar a curva de experiência de toda a estrutura resultante da operação CRN, transferindo e potenciando para o SNS os seus impactos positivos;

Continuar a cumprir a missão da SCMP, aplicando os *drivers* dos tempos atuais.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

MISERICÓRDIA DO PORTO

ARSN  
ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

COMPROMISSO FORTALECIMENTO

CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE  
ENTIDADE GESTORA



## 6.3. Centro Hospitalar Conde de Ferreira

No exercício de 2015 e à imagem do que vinha sucedendo, continuou a verificar-se um esforço de contenção e racionalização de meios como forma de garantir o equilíbrio operacional e a sustentabilidade futura do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF).

### Recursos Humanos 2013/2014/2015

Recursos Humanos	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2015
Pessoal Dirigente	2	1	2
Médicos	7	7	6
Enfermeiros	63	62	55
TDT	6	6	6
Tec Prof; Tec e Tec Superiores (a); (d)	15 (a)	13 (a)	9 (a); (d)
Administrativos	14	11	7
Pessoal Auxiliar (b); (c)	99 (b)	95 (c)	92
Operários	5	5	6
Capelão	1	1	1
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>201</b>	<b>184</b>

(a) Não contempla 2 colaboradores do quadro que se encontram de licença sem vencimento em 2013, 2014 e 2015.

(b) Não contempla 1 colaborador do quadro que se encontra de licença sem vencimento em 2013.

(c) Não contempla 2 colaboradores do quadro que se encontram de licença sem vencimento em 2014.

(d) Não contempla 1 colaborador do quadro que se encontra EM REGIME DE MOBILIDADE POR INTERESSE PÚBLICO DESDE 21/09/2015. NÃO CONTEMPLA CONTRATOS TERMO INCERTO (Substituição colaboradores já considerados nos efetivos).

### Prestadores de Serviços 2013/2014/2015

Recursos Humanos	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2015
Médicos	0	0	0
Outro	4	1	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 6.3.1. Atividade Geral

Em dezembro de 2014 mas com reflexos a partir de maio de 2015, foi assinado um novo Protocolo com a Segurança Social (SS) denominado de Alojamento Social de Emergência (ASE) com 10 vagas mais 2 para a Linha Nacional de Emergência, de forma a acolher e acomodar transitoriamente, por período máximo de 72 horas, os cidadãos sinalizados por essas Entidades.

De relevar também e no que respeita à SS, a celebração em dezembro de 2014, com reflexos desde o início de 2015, de um Protocolo relativo ao Centro de Dia S. João de Deus para doentes de Alzheimer, valência de grande importância para a comunidade e que poderá vir a ser reforçada em

Foi possível também manter um nível de atividade adequado, traduzido por um volume de faturação ligeiramente superior ao verificado no exercício anterior e isto, apesar de um decréscimo do número de doentes internados.

A título de exemplo, refere-se a evolução do quadro de recursos humanos ao longo dos últimos 3 anos.

finais de 2016, com uma unidade de internamento com capacidade para 26 camas.

Mantêm-se os Protocolos com o Hospital Magalhães de Lemos ao abrigo dos quais se encontram internados utentes de evolução prolongada procedentes desse hospital, assim como se manteve o Protocolo com o IDT/ARSN para tratamento de doentes agudos na Unidade de Perturbações Aditivas (UPA).

Em dezembro de 2015 foi assinado um novo Protocolo com o Centro Hospitalar do Porto (Hospital de Santo António) que permitirá receber até 40 utentes que aguardam a sua admissão na Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI).

## 6.3.2. Consulta Externa

A Consulta Externa registou um aumento considerável do seu nível de atividade, tanto na psiquiatria como na psicologia, tendo no seu conjunto, aumentado cerca de 15%. Neste âmbito, de realçar ainda a continuidade da iniciativa criada em 2013 denominada de “Consulta Solidária” e que

pretende facilitar o atendimento psiquiátrico a pessoas sem recursos financeiros. De relevar ainda, pela sua importância estratégica, a expectativa do lançamento em 2016 de uma nova valência, a consulta externa de Pedopsiquiatria.

Utentes Internados			Consultas Psicologia			Consultas Psiquiatria		
2014	2015	%	2014	2015	%	2014	2015	%
282	275	-3	Agendadas 234	Agendadas 388	+ 66	Agendadas 2302	Agendadas 2381	+ 3
			Realizadas 192	Realizadas 347	+ 81	Realizadas 1852	Realizadas 2005	+ 8

O CHCF continuou em 2015 a prestar apoio de psiquiatria e de psicologia nos diversos estabelecimentos da SCMP.

## 6.3.3. Interdições / Inabilitações

No final de 2015, registavam-se em média 171 doentes inabilitados/interditados, dos quais 10% a curatela/tutela era exercida por familiares e 90% pelo administrador-executivo do CHCF.



## 6.3.4. Serviço de Enfermagem

Este relatório permite demonstrar de forma resumida e sucinta o conjunto de atividades desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem e AAM do CHCF ao longo do ano de 2015.

Proporcionar uma base para a retrospeção sobre o trabalho efetuado, ajudando ao planeamento do trabalho futuro no sentido de melhorarmos o desempenho e consequentemente a qualidade dos cuidados prestados. Manteve-se a mesma abordagem, realista, de simplicidade e contenção. A enorme imensidão e profundidade dos cuidados prestados por estes grupos profissionais nem sempre é possível de transpor para o papel uma vez que a multicompetência diária vai muito além do trabalho transcrito.

A Consulta Externa  
aumentou cerca de  
**15%**  
o seu nível de atividade

No quadro que a seguir se apresenta pode verificar-se as atividades de vida diária, reportadas à média de um só mês.

		Atividades de Vida Diárias								
		Enfermarias								
		Magalhães Lemos (A12)	Júlio de Matos	Sobral Cid	Paulo VI	João XXIII	São João	João Paulo II	Hospital de Dia	Centro Dia Alzheimer
Grau de Dependência		34 Utentes	44 Utentes	40 Utentes	24 Utentes	56 Utentes	21 Utentes	46 Utentes	14 Utentes	30 Utentes
Cuidados de higiene e conforto	Supervisão	17	26	3	0	4	10	3	6	2
	Moderado	10	12	26	16	20	10	22	0	1
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>32</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
Vestir e despir	Supervisão	17	26	3	13	4	16	11	1	2
	Moderado	10	12	23	3	15	4	16	0	0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>28</b>
Alimentar e hidratar	Supervisão	27	38	22	16	27	17	16	0	15
	Moderado	7	6	9	3	13	2	10	0	5
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
Mover	Supervisão	29	41	27	14	26	0	13	0	3
	Moderado	5	3	3	8	14	2	9	0	20
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
Eliminar	Supervisão	27	35	25	15	20	0	11	0	3
	Moderado	7	5	4	2	4	4	2	1	0
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>32</b>	<b>1</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>27</b>

Dado o elevado número de acidentes de trabalho verificados no hospital, foi dada formação à grande maioria dos que trabalham nas enfermarias, por forma a reduzir todos os inconvenientes daí resultantes.

### 6.3.5. Serviço de Terapia Ocupacional

A terapia ocupacional continuou a ser um pilar importante no plano de reabilitação psicossocial dos utentes, contribuindo para a recuperação da funcionalidade, a estabilização comportamental e o treino das aptidões sociais.

Relativamente às atividades realizadas pelas **Terapeutas Ocupacionais** temos resumidamente:

Atividade	Número de Utentes Inscritos
Atendimentos individuais	4
Atividades Criativas	8
Atividades Sócio Recreativas	5
AVDI - Culinária	5
AVDI - Informática	9
Cartaz Cultural	2
Cinema na Enfermaria	55
Clube de Leitura	5
Inglês	4
Jornal de Parede	12
Jornal "Voz da Nossa Gente!!!"	4
Orientação na Realidade	12
Saídas Comunitárias	12

Paralelamente existe uma monitorização de 6 utentes que estão inseridos no programa de **Jardinagem Terapêutica - Ferroviária** e também 2 utentes no **Bar** deste Centro Hospitalar.

Estas atividades terapêuticas podem ser desenvolvidas em contexto individual ou grupal; com a periodicidade semanal ou bissemanal, sendo o período de tarefa de aproximadamente uma hora.

No concurso promovido pela Câmara Municipal do Porto, o CHCF obteve o 1º prémio no Concurso dos Presépios.



### 6.3.6. Centro de Dia de Alzheimer

Pretende este relatório demonstrar de forma clara e sucinta as atividades e ações desenvolvidas ao longo do ano de 2015 de forma a concretizarmos os objetivos deste Centro de Dia: preservar e estimular as capacidades psíquicas e a autonomia ainda conservadas, retardando a evolução da doença; promover a manutenção do utente no seu ambiente familiar; dar apoio aos familiares/ cuidadores; diminuir a institucionalização do doente em Unidades Residenciais ou Unidades de Cuidados Continuados, com consequentes benefícios terapêuticos e uma considerável redução de custos; recorrer ao uso combinado das terapias farmacológicas e não farmacológicas.

### 6.3.7. Serviços Farmacêuticos

Nos Serviços Farmacêuticos (SF), foram desenvolvidos os procedimentos inerentes ao projeto de Fusão dos SF da Misericórdia do Porto, Fusão da Plataformas Aplicacionais das UOS da Misericórdia do Porto (HP-CRN e CHCF) e criação de um catálogo único de produtos (especialidades farmacêuticas e material de consumo clínico) para as UOS da Misericórdia do Porto (HP-CRN e CHCF).

### 6.3.8. Investimentos

No que respeita ao investimento realizado no CHCF, de salientar a conclusão da obra no Parque Avides Moreira e em diversos arruamentos, obras iniciadas em 2014 e finalizadas em março de 2015, para além da requalificação das novas instalações destinadas à Consulta Externa, da requalificação e substituição da cobertura das oficinas de Terapia Ocupacional, da requalificação de quatro quadras de jardinagem (A1, A3, A7 e jardim de entrada junto à Portaria) e da interligação de todas as centrais de deteção automática de incêndios com centralização da informação na Portaria.

### 6.3.9. Atividades e Eventos

Ao longo de 2015, o CHCF promoveu e desenvolveu muitos eventos, desde logo, a comemoração do seu 132º aniversário com a inauguração do Parque Avides Moreira (PAM) e o seu "Dia Aberto" em que mais de 300 visitantes conheceram e passearam por esta Horta Urbana e participaram em diversas iniciativas, desde workshops a passeios de charrete pelos jardins. O Mês de março contou ainda com a

## Criação de um catálogo único de produtos para as UOS da Misericórdia do Porto

visita de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Leal da Costa.

Foi inaugurada a estrutura de apoio no âmbito do Protocolo de Alojamento Social de Emergência (ASE) celebrado com a SS e que contou com a presença de Sua Excelência o Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho, que não deixou de enfatizar a importância deste Acordo e o papel da SCMP como parceiro do Estado no apoio a prestar aos cidadãos mais necessitados.

Foi apresentada a última obra do Prof. Mota Cardoso "O Louco, o Médico e o Génio" e realizado um workshop "Os princípios da neuropsiquiatria de Filipe Montalto à atualidade", trabalho desenvolvido por um grupo de investigadores da Universidade Nova de Lisboa.

O Teatro Nacional de S. João e o cinema Passos Manuel foram palco para a exibição de dois filmes, o "Pára-me de repente o pensamento" de Jorge Pelicano e o "O Dr. Adrian e os cinco Senhores" de Francisco Moura Relvas.

Foi promovido uma vez mais, o "Dia Voluntário do Trabalhador", evento muito apreciado pela comunidade hospitalar, que decorreu no jardim do Centro de Dia de S. João de Deus e que reuniu cerca de 350 pessoas, entre utentes, voluntários e convidados.

Realizaram-se ainda uma exposição de fotografia, múltiplas atividades no âmbito da Terapia Ocupacional, nomeadamente na Páscoa e na época balnear e foi comemorado o 5º aniversário do Centro de Dia S. João de Deus.

O Dia Mundial da Saúde Mental assinalado pela Direção Geral de Saúde em Évora, contou com a presença de um grupo de práticas teatrais do CHCF, que fez a apresentação da peça "O Rei da triste figura".



## 7. Desenvolvimento Agrícola – Quinta D'Alva

No atual contexto económico mundial a produção competitiva, qualidade dos produtos e as exigências legais levaram ao abandono das tradicionais formas de exploração das propriedades agrícolas. Surgiu a necessidade de mudança de estratégia, passando as propriedades agrícolas a ser exploradas de forma mais empresarial, garantindo padrões de qualidade e produtividade.

A aplicabilidade de um planeamento estratégico visa promover o aumento de rentabilidade da Quinta D'Alva com as atuais culturas instaladas ou outras que possam vir a ser instaladas.

Ao nível mundial tem havido avanços tecnológicos que permitem uma progressiva redução de recursos humanos, permitindo produzir e efetuar a colheita com custos cada vez mais baixos, logo maior eficiência.

Em 2015 o objetivo principal fundamentou-se da seguinte forma: repensar a Quinta D'Alva segundo a implementação do planeamento estratégico como forma de rentabilização.

Com o intuito de atingir resultados positivos foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Tornar a Quinta D'Alva uma propriedade agrícola competitiva em termos qualitativos e produtivos;
- Aumentar a área agrícola através da recuperação de olivais abandonados e plantação de novas áreas agrícolas com amendoal e fruteiras;
- Simplificação de trabalhos;
- Evitar desperdícios;
- Melhorar a capacidade funcional do sistema de rega e máquinas agrícolas;
- Redução dos custos de manutenção;
- Criação de novas fontes de receita.

Atendendo que a orografia do Douro não permite a exploração segundo o sistema super-intensivo onde são empregues inúmeros fatores de produção, a forma de obter resultados satisfatórios e com alguma expressividade é o sistema de exploração intensiva, alvo que foi tido em conta nas novas plantações da Quinta.

É necessário olhar as explorações agrícolas como um todo e analisar o custo benefício de cada uma das partes que o compõem independentemente, racionalizando uma política de gestão sustentável, reduzindo custos e investir no que verdadeiramente possa devolver margem de lucro.

Uma exploração agrícola apesar de ser olhada como uma forma de empresa no sentido da gestão económica, não pode traçar um planeamento a régua e esquadro devido aos seus fatores ambientais e climatéricos que possam surgir.

Com a transição para a Agricultura Biológica, em 2015, aumentaram-se os apoios em 175%, o que não é fácil, atendendo já que não podem ser aplicados determinados fitofármacos, adubos e regras de elaboração dos trabalhos, logo crescem as nossas responsabilidades, daí tornar-se necessário tomar medidas no sentido de simplificar trabalhos para podermos estar mais atentos à qualidade da vinha.

O ano de 2015 caracterizou-se por um ano extremo em termos de seca, mas apesar de tal facto houve capacidade de resposta de modo a assegurar uma boa colheita.

No que diz respeito às produções verificou-se uma melhoria significativa nas culturas de maior relevância económica, nomeadamente na vinha (8%) e olival (300%).

No que diz respeito ao olival talvez seja o ano com maior rentabilidade. Já quanto ao laranjal continua a apresentar maus resultados, apesar de serem evidentes as suas melhorias.

O ano de 2015 de um modo global mostrou-se um bom ano, foram atingidos quase todos os objetivos traçados.

A par de todos os trabalhos executados na lida normal da Quinta D'Alva, foi possível a elaboração de um plano estratégico, o qual foi concebido através de uma análise minuciosa de todas as lacunas visando a melhoria progressiva dos resultados culturais e económicos.

O projeto da Quinta D'Alva apresenta-se já com um carácter de franca recuperação económica e com base para um desenvolvimento sustentável.

Salienta-se que mesmo com a redução do número de colaboradores em 2015 foi possível fazer face aos trabalhos normais e recuperação de áreas abandonadas há vários anos, nomeadamente amendoal e olival.

Atendendo que foram feitas várias análises aos apoios agrícolas e projetos com recurso a fundos comunitários verificou-se que a instalação de novas áreas agrícolas, nomeadamente o amendoal, se torna mais vantajoso a obtenção de plantas germinadas e criadas por nós, bem como a execução da panóplia de trabalhos para implementação da cultura no terreno.

A título experimental iniciamos o trabalho de germinação de amendoeiras em horário pós laboral, o qual está a correr muito bem e acreditamos que venha ser um sucesso.

Foi ainda possível a criação de viveiros de pessegueiros e magnórios com variedades selecionadas que serviram para colmatar falhas dos primeiros e plantação de novas áreas dos segundos.

Ao nível do olival estamos a trabalhar no sentido de encurtar o número de anos em que as plantas não são podadas, atendendo que o mesmo se encontra bastante envelhecido.

Melhoria significativa  
nas culturas de maior  
relevância económica:  
**vinha (8%)**  
**e olival (300%)**

No que diz respeito à rega do olival iniciaram-se trabalhos que irão permitir reduzir os custos de rega e maior eficiência.

Ao nível da vinha iniciamos o processo de colmatação de falhas e trabalhos que irão possibilitar regar nos períodos mais críticos.

De um modo global mostrou-se um ano de muita mudança que culminou com a elaboração de um plano estratégico no sentido de otimizar a rentabilidade da quinta.



## 8. Ensino Especial - Centro Integrado de Apoio à Deficiência (Instituto S. Manuel e Instituto Araújo Porto)

No que respeita ao contexto da ação, o ano de 2015 revelou-se um ano de consolidação técnica, resultante dos desafios assumidos no ano anterior, concretamente: o alargamento do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e a reconversão do Lar de Apoio em Lar Residencial (LR). Neste enquadramento, foi propósito organizacional dar particular enfoque às ações de continuidade, com: *a contenção adequada dos meios disponíveis, criteriosa seleção das atividades e a sua execução com qualidade*, seguindo as seguintes linhas de força:

- Inovação;
- Qualidade e diversidade de serviços e atividades;
- Competitividade;
- Sustentabilidade organizacional;
- Práticas organizacionais socialmente responsáveis.

### 8.1. Oferta de serviços CIAD

**Centro de Atividades Ocupacionais** - As Atividades Ocupacionais destinam-se a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva. No CIAD são disponibilizados os seguintes serviços/áreas de intervenção: Bem-Estar e Cuidados Básicos; Atividades de Vida Doméstica; Música; Eco-oficina; Lances e Tecelagem; Madeiras e Olaria, Reciclagem, Expressão Plástica, Enfiamentos, Atividade Física Adaptada; Fisioterapia; Acompanhamento Psicológico.

**Lar Residencial** - O Lar Residencial é uma resposta social desenvolvida em equipamento, que proporciona alojamento temporário ou definitivo de jovens e adultos com deficiência que se encontrem impedidos de viver com a família. Tem como objetivos: a) Disponibilizar alojamento permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência; b) Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida adequadas às necessidades dos utentes; c) Reforçar a autoestima, autonomia pessoal e social dos utentes; d) Privilegiar a relação com a família e com a comunidade, para integrar as pessoas com deficiência.

**Escola de Ensino Especial** - Destina-se a alunos com neces-

sidades educativas especiais, dos 6 aos 18 anos, e visa a promoção do desenvolvimento integral e harmonioso dos alunos e a sua inserção social. Presta apoio individualizado e personalizado, de acordo com as suas capacidades e características específicas, proporcionando experiências diversificadas e enriquecedoras, abrangendo as seguintes áreas de desenvolvimento: Independência Pessoal, Comunicação, Motricidade, Socialização, Académica, Tempos Livres e lazer, Vocacional/Ocupacional.

**Imprensa Braille** - O Centro Professor Albuquerque e Castro tem como objetivo a produção em Braille de materiais diversos, que possam contribuir para uma integração do cidadão cego, visando uma cidadania plena.

**Formação Profissional** - A Formação Profissional do CIAD é vocacionada para o desenvolvimento de cursos de Formação especialmente destinados a pessoas com deficiência e incapacidades ou outros problemas no domínio da inserção socioprofissional, a partir dos 16 anos. Em 2012 ministrou-se o curso de Jardinagem e iniciou-se o curso de Atividades de Vida Hoteleira.

O ano de 2015 foi determinante para a consolidação da reestruturação que o CIAD tem vindo a efetuar nos dois últimos anos, resultante de um processo de adequação crescente às necessidades sentidas pela comunidade, concretamente pelos nossos clientes e significativos, por um lado, e de um compromisso assumido aquando da Auditoria da Certificação EQUASS, por outro, que visou o desenvolvimento de um equipamento mais funcional e modernizado.

A reestruturação das dinâmicas do CAO, concretamente dos grupos de clientes, passando estes a serem organizados não por referência de pares (elemento que foi determinante para uma mais fácil inserção dos 61 clientes de CAO que o CIAD acolheu em 2014), mas por atividades significativas, potenciando a relação daqueles com a instituição e com os seus espaços de referência.

O processo de exploração interna dos diferentes ateliês e serviços, que têm proporcionado a possibilidade de o CIAD se consciencializar das suas áreas fortes, condição funda-

mental para uma abordagem mais comercial à comunidade (como o projeto DiverCIAD), elemento importante para um processo de equilíbrio financeiro crescente.

A deslocação do Centro Professor Albuquerque e Castro - Imprensa Braille para as novas instalações na Rua Costa Cabral 606 permitiram melhorar as condições de trabalho daquele que é um serviço único em Portugal. As atuais instalações permitem potenciar a capacidade produtiva, estando já este serviço a recuperar projetos que, entretanto tinha perdido, como o *Jornal de Notícias* em Braille. O CPAC

encontra-se, também, a preparar a edição da *Visão* e da *Visão Jr.*, em Braille, para 2016.

## 8.2. Princípio EQUASS - Destaques

Numa perspetiva de prossecução dos objetivos definidos e tendo por referência os Princípios da Qualidade do Referencial EQUASS, foi propósito do CIAD intervir nos seguintes domínios:

	Descrição	Tipologia de Ações	Ações em Destaque
Liderança	Requer a “boa governação” da organização, imagem positiva e utilização eficiente de recursos, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.	Modelo de governação Contactos com poder local e central Financiamento de projetos Responsabilidade social	Revisão dos Regulamentos Internos do CIAD Articulação com a Provedoria Municipal do Cidadão com Deficiência com vista ao desenvolvimento de habitações adaptadas/acessíveis na cidade do Porto Colaboração com o CRPG no âmbito de acolhimento temporário de seis clientes de formação Colaboração com o Ministério da Justiça no âmbito do acolhimento de uma pessoa em trabalho comunitário (210 horas) Participação no Encontro Inter-Regional para Países de Língua Portuguesa sobre a Implementação do Tratado de Marraquexe (Cidade da Praia - junho)
Recursos Humanos	Supõe o recrutamento, a liderança e a gestão dos colaboradores e do respetivo desempenho, a sua qualificação e competência, as condições ambientais e de trabalho e o envolvimento com a gestão e a organização em geral.	Recrutamento Promoções Mudança de funções Estágios	Conversão de um contrato a termo em efetivo (Terapeuta Ocupacional) Início de dois estágios profissionais (IEFP) para dois ex-formandos do curso de AVH Colaboração em dois regimes de voluntariado Participação na revisão do Sistema de Avaliação de Desempenho
Direitos	Pressupõe o compromisso da organização na defesa dos direitos dos clientes, em termos de igualdade de tratamento, de oportunidades de participação, de liberdade de escolha e de autodeterminação.	Participação em estruturas de representação Auto-representação Ações de sensibilização	Dinamização de ações de sensibilização para a inclusão, em Escolas do grande Porto Revisão e aprovação das diferentes políticas do CIAD Criação das Hortas Acessíveis, enquanto espaço de trabalho para todos
Ética	Assenta no compromisso da organização no respeito pela dignidade do cliente e significativos, protegendo-os de riscos indevidos, regulando comportamentos e promovendo a justiça social.	Revisão de procedimentos e metodologias Ações de sensibilização	Reforço da articulação com as entidades parceiras com as quais se cogerem situações diversas, visando uma intervenção crescentemente integrada Acompanhamento em processos de Interdição e Tutelas
Parcerias	Preconiza o trabalho da organização em conjunto com outras entidades no sentido de assegurar os resultados e continuidade da prestação dos serviços, o qual deve gerar valor acrescentado para todos os parceiros.	Parcerias com impacto nos clientes e/ou comunidade Eventos Ações de sensibilização em parceria	Estabelecimento de protocolos com Escolas do grande Porto com vista a dar resposta a Planos Individuais de Transição Alargamento da rede de parcerias do CIAD Abertura do CIAD a múltiplas visitas de estudo (instituições nacionais e internacionais do ensino secundário e superior) Implementação de atividades assistidas por animais, resultante de um financiamento do MarShopping/ SCMP

	Descrição	Tipologia de Ações	Ações em Destaque
Orientação para o Cliente	Remete para a participação e inclusão dos clientes a todos os níveis da organização. Em colaboração com outras entidades, envolve-se na defesa dos direitos dos clientes, eliminação das barreiras, sensibilização da sociedade e promoção da igualdade de oportunidades.	Novas ofertas de serviços e/ou atividades Participação de clientes em provas desportivas, artísticas	Participação, ao nível do desporto adaptado, em competições de Natação e Boccia Participação na Colónia de Férias inclusiva em Miranda do Douro Deslocação a Madrid (Parque Warner) Acolhimentos temporários para descanso de familiares
Participação	Remete para a necessidade de assegurar os processos de trabalho implementados, orientados pelas necessidades dos clientes, atuais e potenciais, com o objetivo de promover a sua qualidade de vida.	Participação de clientes em iniciativas diversas com origem no exterior Participação de clientes em iniciativas da instituição	Desenvolvimento e apresentação pública do espetáculo "Sem Dó nem Piedade", na Casa da Música Apresentação itinerante do espetáculo "Chuva" no universo de estabelecimentos da SCMP Participação dos clientes de CAO no Dia da Fundação Decathlon, em Matosinhos, com dinamização de atividades radicais Participação no "Serralves em Festa", com a venda à comunidade de produtos feitos no CIAD
Abrangência	Remete para a necessidade de assegurar um contínuo integrado de serviços e adoção de uma visão holística das intervenções e do trabalho em parceria.	Qualidade de vida Trabalho multidisciplinar Novos projetos	Participação dos clientes de CAO em atividades terapêuticas, artísticas e lúdicas em estruturas externas Candidatura à Frota Montepio Candidatura a projeto da Fundação IKEA
Orientação para resultados	Relaciona-se com a necessidade de estabelecer objetivos de trabalho percecionáveis e mensuráveis, significando benefícios efetivos para os clientes e restantes partes interessadas.	Campanhas Sustentabilidade	Participação em atividades com vista à angariação de fundos (e.g.: "Serralves em Festa" e "Dia dos Centros Históricos") Dinamização da II Caminhada pela Inclusão
Melhoria Contínua	Relaciona-se com a necessidade de atuar em permanência sobre os fatores suscetíveis de gerar um desempenho e resultados mais favoráveis para a organização e todas as partes interessadas.	Projetos de inovação Benchmarking Plano de Melhoria Certificação da Qualidade	Revisão da documentação de suporte ao Sistema da Qualidade Sessões de trabalho no âmbito do sistema EQUASS visando a recertificação Assurance Auditorias internas a processos chave Revisão da lista de indicadores para os quadros de monitorização para 2016

### Um dos objetivos era permitir a autossustentabilidade desta unidade operacional e garantir as taxas de ocupação máximas em cada valência

Ao longo de 2015, registou-se uma ocupação de 100% em CAO e de 87,5% em LR. No Lar Residencial, a estratégia definida passou por garantir a ocupação total das vagas financiadas (21 - com 100% ao longo de todo o ano), sendo as remanescentes face à ocupação máxima permitida (24), utilizadas para situações de acolhimento temporário. Esta estratégia permitiu responder a necessidades imprevistas de famílias e parceiros, como: a) descanso de cuidadores informais; b) situações de saúde; e c) alojamento de clientes que se encontram em ações de formação específicas em entidades parceiras.

A nível da valência Escola Especial, registou-se um aumento significativo de alunos no segundo semestre (de um aluno, passamos a apoiar sete alunos, número que se mantém no ano letivo em curso).

A nível da FP foram mantidos os formandos que se encontram a frequentar cursos, tendo existido a oportunidade de iniciar duas novas turmas dos cursos existentes (OJ e AVH), e dois novos cursos (Tratador de Equinos e Operador Gráfico Braille). Em termos de formandos estas oportunidades representaram um aumento de cerca de 260% (14 para 37 formandos).

### Desenvolver a marca comercial DIVERCIAD que abarque diferentes produtos elaborados pelos clientes do CIAD e que possam ser vendáveis na comunidade

A marca DIVERCIAD atualmente engloba a elaboração de compotas de fruta da época, bolachas artesanais, azeite aromatizado, livros de dupla leitura (braille e negro) desenvolvidos pelo CPAC e produtos produzidos na horta acessível. A venda destes produtos não é ainda efetuada de forma regular e sistemática, estando pendente da realização/participação em eventos na comunidade, como foi exemplo,



a participação no “Serralves em Festa”. Encontra-se prevista a abertura da Loja Inclusiva da SCMP, situada nas novas instalações do CPAC, a qual disponibilizará os produtos DIVERCIAD de forma regular, e se prevê que ocorra em 2016.

**Conceber e implementar quatro novos projetos de inovação e empreendedorismo social, através de parcerias com instituições/entidades de referência local e nacional, de forma a promover uma maior participação e inclusão social dos nossos clientes**

Este foi um ano bastante dinâmico neste âmbito, com o nascimento e/ou concretização de vários projetos de inovação e empreendedorismo social, dos quais destacamos:

- **Escola Especial:** com o aumento do número de alunos, surgiu a necessidade de repensar o funcionamento desta resposta, tendo-se concluído que seria mais adequado a mesma funcionar no espaço infante-juvenil, potenciando a inclusão dos alunos. Assim, foi solicitada autorização ao Ministério da Educação e Ciência (MEC) para transferir esta Valência das instalações do CIAD para o Colégio de Nossa Senhora da Esperança, o qual passaria a ser a primeira escola inclusiva privada do grande Porto. Perante a resposta positiva do MEC, a transferência será concretizada no ano letivo em curso.
- **Centro de Atividades Ocupacionais:** foram concretizados vários projetos dos quais destacamos:
  - Atividades assistidas por animais. A concretização deste projeto resulta de uma parceria entre a Misericórdia do Porto, o MarShopping, a Thera Pets e a Animais de Rua. As atividades no CIAD foram iniciadas em outubro e decorrerão até maio, com cadência semanal e envolvem cerca de 70 clientes, visando a sua estimulação emocional. Este trabalho complementa o iniciado com a adoção de um cão pelos nossos clientes, os quais partilham a responsabilidade pelo seu cuidado.
  - Guiões Turísticos. Projeto iniciado no final de 2015 e que prevê o desenvolvimento de guiões turísticos das freguesias mais emblemáticas do Porto, nos quais o conteúdo é desenvolvido pelos clientes por recurso a visitas e deslocações, e inclui, para além das descrições mais habituais neste tipo de suporte, informação específica sobre as acessibilidades.
- **Lar Residencial:** para além da participação sistemática dos clientes nos projetos de CAO, destacamos:
  - Serralves em Festa. Atividade vista pela gestão de topo como uma oportunidade de divulgação dos serviços e produtos DIVERCIAD e, simultaneamente, de inclusão, foi decidido alugar um espaço no qual os clientes estivessem presentes e a comercializar os seus produtos.
  - Parque Warner. Atividade desenvolvida no período de verão (agosto) com clientes ao cuidado da instituição, para os quais sentimos ter o dever de proporcionar outras experiências, nomeadamente as que, habitualmente, são desenvolvidas em contexto familiar nesta época do ano. A atividade decorreu em dois dias e envolveu a visita ao parque, o alojamento em unidade hoteleira e as refeições em restaurantes, proporcionando aos clientes experiências normativas e de inclusão.
- **Formação Profissional:** para além da participação dos clientes no projeto da Casa da Música, destacamos:
  - Hortas Acessíveis. A necessidade de melhorar a qualidade do espaço envolvente e dos meios disponibilizados no âmbito do curso de Operador de Jardinagem, deu lugar à criação de uma horta na qual os formandos pudessem ter experiências reais de trabalho e produzirem produtos para consumo interno e venda. A vontade de tornar este espaço acessível também aos clientes de CAO, independentemente das suas limitações, fez com que a intervenção no espaço fosse efetuada de modo a garantir a total acessibilidade ao mesmo.
  - Nova oferta formativa. O curso de Operador Gráfico Braille (OGB) surgiu como uma resposta natural à divulgação e partilha do conhecimento consolidado pela Misericórdia do Porto nos últimos 60 anos na área da literacia Braille. O novo espaço do CPAC potenciou esta oferta, a qual se prevê ser maioritariamente realizada em contexto de trabalho, constituindo uma resposta formativa única em Portugal. O curso de Tratador de Equinos (TE) surgiu no âmbito de uma parceria com a Associação Equiterapêutica Porto/Matosinhos, a qual considerou ser esta uma resposta inovadora na região e adequada ao público-alvo, encontrando na Misericórdia do Porto o parceiro estratégico ideal para o projeto.



#### • Centro Professor Albuquerque e Castro - Imprensa

**Braille:** para além do envolvimento dos clientes na definição da listagem de obras a transcrever e participação sistemática nas publicações periódicas (Poliedro e Rosa dos Ventos), destacamos:

- Revista Enigma. A constatação da inexistência de publicações em Braille ao nível do lazer levou ao desenvolvimento de uma revista especializada em passatempos, com publicação bianual e distribuição por assinatura.
- Novas instalações. A preocupação da gestão de topo em dignificar a sua história e uma atividade única em Portugal, levou ao desenvolvimento de um espaço no qual a imprensa Braille pudesse potenciar a sua atividade e simultaneamente assumir um carácter pedagógico, fundamental nas relações com parceiros e comunidade.

Para além destas iniciativas, mantiveram-se algumas das atividades iniciadas no ano anterior, entre as quais a “Caminhada para a Inclusão”, atividade que alia o bem-estar físico com a componente cultural, tendo tido a participação de alguns historiadores, em pontos-chave do percurso.

No entanto, como projeto global, o nosso destaque vai para o espetáculo “Sem Dó nem piedade”, realizado no âmbito de uma parceria com a **Casa da Música**, espetáculo musical aberto à comunidade e apresentado na Sala Suggia (sala principal da Casa da Música). Este espetáculo envolveu a quase totalidade dos clientes do CIAD, com o suporte respetivo dos colaboradores, tendo registado uma afluência de cerca de 1000 espectadores, os quais geraram o retorno financeiro necessário ao seu autofinanciamento.

## 8.3. Objetivos Operacionais - Desempenho das Respostas do CIAD

### 8.3.1. Escola Especial

#### Análise dos Resultados

A EE sofreu alterações no ano letivo de 2015/2016, com o alargamento da sua resposta, de um aluno para sete alunos. Esta mudança deveu-se à necessidade de dar resposta aos alunos integrados no **Externato Ana Sullivan**, que encerrou a sua atividade em junho de 2015. Após articulação e aprovação do MEC para a criação de uma resposta verdadeiramente inclusiva que vá ao encontro das necessidades, expectativas e potencialidades dos alunos. No ano letivo de 2014/2015 a Escola Especial apenas integrava um aluno, tendo o PEI e CEI concluído com sucesso, o PIT não se aplica, por este aluno não ter idade igual ou superior a 16 anos. A integração de seis novos alunos implica a formulação de PEI, CEI e PIT para o ano letivo de 2015/2016, estes foram implementados em dezembro de 2015, contudo, a sua avaliação apenas será realizada em junho de 2016. A taxa de execução das sessões de fisioterapia, psicologia e terapia ocupacional foi superior ao previsto, dado o aumento significativo de alunos na escola especial a partir de setembro de 2015.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes - Alunos	1	7	--	↑
Taxa de Implementação do Plano Educativo Individual (PEI)	100%	--	100%	≈
Taxa de execução das ações do PEI	≥ 90%	--	92%	≈
Taxa de sucesso do PEI	≥ 80%	--	82%	≈
Grau médio de cumprimento do CEI	5	5	100%	≈
Clientes com continuidade interna	1	1	100%	≈
Clientes encaminhados para a comunidade	0	0	--	≈
Clientes sem resposta interna/ comunidade	0	0	--	≈
Fisioterapia (sessões)	100	201	201%	↑
Psicologia (sessões)	80	105	131%	↑
Terapia Ocupacional (sessões)	80	100	125%	↑
Taxa de execução das atividades da Escola Especial	100%	--	116%	↑

## 8.3.2. Centro de Atividades Ocupacionais

### Análise dos Resultados

No decurso do ano de 2015, foram integrados um conjunto significativo de clientes em atividades promovidas pela Comunidade (Fundação de Serralves, Casa da Música, Espaço t, Projeto *Transformers*, Guarda Nacional Republicana, entre outras), de forma a proporcionar o envolvimento destes em atividades cujo objetivo se prende à valorização pessoal e ao máximo aproveitamento das capacidades individuais, no sentido da sua autonomia e promoção de qualidade de vida. Algumas das atividades dinamizadas pelo CAO permitiram a criação de novas parcerias com o objetivo de aumentar a participação social e inclusiva dos clientes. Em fevereiro de 2015, realizou-se o Espetáculo na Casa da Música "Sem Dó nem Piedade", promovendo o envolvimento de pessoas com incapacidade em ocupações satisfatórias e com significados pessoais, facilitando, desta forma, a integração social. Alguns dos jovens do CIAD, mediante as necessidades, expectativas e potencialidades, estão integrados em atividades socialmente úteis (Escola Carolina Michaelis, Junta de Freguesia do Bonfim, Cantina da Segurança Social e Casa de Cedofeita), revelando-se

uma mais-valia para os clientes, através de um aumento do sentimento de autoeficácia, autoconfiança, sentido de responsabilização, autodeterminação e autonomia.

O programa e intervenção centrado no contexto - tendo por base os resultados do Supports Intensity Scale - na adequação das respostas às necessidades dos clientes do CIAD foi transferido para o ano de 2016, atendendo às alterações do contexto CIAD, que influenciarão os resultados a obter e a aplicação dos planos de intervenção.

Cada vez mais, o CIAD procura envolver os significativos ao nível das atividades desenvolvidas, procurando descortinar quais as principais necessidades, expectativas dos mesmos; o CIAD procura ajudar a família a cumprir as suas obrigações básicas, através de aconselhamento individual aos pais quando solicitado, de informação escrita, e de um processo de encaminhamento para outros técnicos e instituições da comunidade. O CIAD estabelece sistemas de comunicação bilateral, procurando disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões de significativos, reuniões individuais com a família, contactos telefónicos, caderno ida e volta) de forma a alcançar todas as famílias. As reuniões individuais com os significativos fornecem informação acerca do plano individual, questões operacionais relacionadas com os filhos e são igualmente aproveitadas para conhecer melhor a família e as suas necessidades.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	90	92	102%	≈
Clientes em Acordo de Cooperação	--	91	--	--
Clientes sem Acordo de Cooperação	--	1	--	--
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)	≥ 80%	--	95%	↑
Grau de cumprimento dos objetivos do PI	≥ 80%	--	89%	↑
Taxa de sucesso do PI (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	88,6%	↑
Clientes com continuidade interna	90	92	102%	≈
Clientes sem resposta interna/ comunidade (inclui listas de espera)	--	14	--	--
Fisioterapia (sessões)	350	441	126%	↑
Psicologia (sessões)	300	310	103%	≈
Terapia Ocupacional (sessões)	300	300	100%	≈
Taxa de execução das atividades do CAO	100%	--	101%	≈

### 8.3.3. Lar Residencial

#### Análise dos Resultados

O Lar Residencial do CIAD, apesar de possuir uma capacidade para 24 clientes, tem financiamento assegurado pela Segurança Social apenas para 21, sendo que estas 21 encontraram-se permanentemente ocupadas, tendo o CIAD utilizado as restantes três para situações de carácter temporário. Assim, no ano de 2015 estiveram integrados em Lar Residencial 23 clientes, dos quais dois foram situações temporárias, ao abrigo de uma parceria com o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia. O CIAD apoia alguns clientes daquela estrutura que se encontram em formação e avaliação, que não sejam do grande Porto, facilitando os respetivos percursos formativos individuais.

Complementarmente à dinâmica diária de estruturação individual que o Lar Residencial permite, tem havido uma ênfase crescente em atividades decorridas em momentos de lazer, nomeadamente, fins de semana e períodos de férias. Estas atividades permitiram o envolvimento social ativo e inclusivo através da realização e participação em eventos da comunidade local: cinema, jogos de futebol, circo, festa de S. João (e outras festas populares), II Caminhada pela

Inclusão, visita à Igreja dos Clérigos, Museu da Misericórdia, Casa da Prelada, “Concerto *Conversa Coliseu*”, festa de Halloween. Foram, ainda, criadas oportunidades de participação em atividades que, normalmente, não se encontram acessíveis aos nossos clientes, como: aulas de *cross training* com um professor especializado; a intervenção direta na remodelação da estrutura física dos diferentes espaços do Lar Residencial; a ida ao *Parque Warner Madrid*.

Algumas das atividades dinamizadas pelo Lar Residencial permitiram a criação de novas parcerias com o objetivo de aumentar a participação social dos clientes, nomeadamente: a parceria com um professor especializado de *cross training*, o usufruto das piscinas do Fluvial (durante o mês de agosto), aulas de Zumba na Escola António Sérgio em V.N. de Gaia, Golf Adaptado na Quinta do Fojo e participação no evento *Serralves em Festa* com a exposição e venda de produtos elaborados pelos clientes.

O projeto de sensibilização afetivo-sexual foi transferido para o ano de 2016 tendo como parceiro a equipa de saúde da Misericórdia do Porto. Contudo, a avaliação inicial, triagem, bem como acompanhamento individual, foi já realizado em 2015.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	24	23	96%	≈
Clientes em Acordo de Cooperação	21	21	100%	↓
Clientes sem Acordo de Cooperação	3	2	67%	↓
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)	≥ 80%	--	94%	↑
Grau de cumprimento dos objetivos do PI	≥ 80%	--	90%	↑
Taxa de sucesso do PI (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	77,3%	≈
Clientes com continuidade interna	20	21	105%	≈
Clientes sem resposta interna/ comunidade (inclui listas de espera)	0	12	--	--
Psicologia (sessões)	100	185	185%	↑
Terapia Ocupacional (sessões)	100	110	110%	↑
Atividades realizadas na comunidade	48	50	104%	≈
Taxa de execução das atividades do LR	100%	--	103%	≈

## 8.3.4. Formação Profissional

### Análise dos Resultados

As metas previstas tinham como principais pontos a continuidade dos cursos de Operador de Jardinagem e Atividades de Vida Hoteleira já iniciados, a candidatura a financiamento para iniciação de novas turmas dos mesmos e a candidatura a financiamento de dois novos cursos. Era também objetivo o desenvolvimento de um projeto de horta social acessível e de um projeto de serviços de catering pedagógico, isto é, desenvolvido por alunos do curso de AVH com o apoio dos respetivos monitores, para prestação de serviços em eventos da Misericórdia do Porto.

Relativamente à continuidade dos cursos em vigor e à candidatura para reposição dos mesmos, os objetivos foram atingidos na sua plenitude tendo-se iniciado 2 novas turmas dos cursos de AVH e OJ, e iniciado dois novos cursos, um de Tratador de Equinos e um de Operador Gráfico Braille. Com estas novas ofertas formativas foi possível responder às necessidades de mais 16 formandos, tendo durante o ano de 2015 registado um total de 45 formandos.

O projeto da Horta Acessível foi também concretizado com sucesso permitindo, não só aos formandos do curso de Operador de Jardinagem novas experiências na execução deste projeto e um contacto mais direto com a produção hortícola, mas também aos clientes de CAO, LR e EE usufruírem de um espaço de aprendizagem acessível a todos.

Relativamente ao serviço de catering pedagógico, apesar de este não ter sido formalmente criado, funcionou em diversas ocasiões, Inauguração Horta Acessível, Inauguração novas instalações CPAC, Magusto organizado pelo DISG no Lar N.º Sr.ª da Misericórdia e almoço de Natal do CIAD, com vantagens óbvias para os formandos em termos de simulação de experiências reais de trabalho.

No que se refere às execuções física (volume de horas) e financeira da FP, os desvios apresentados referem-se às faltas de assiduidade dos formandos, e à desistência de um, mas essencialmente remetem para o desvio entre a data prevista (em sede de candidatura) de início dos cursos e a data real de início dos mesmos, fruto do atraso registado na aprovação das candidaturas.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	16	45	281%	↑
Volume de Formação (horas)	32420	24035,5	74,1%	↓
Taxa de execução financeira da candidatura	100%	*	< 75%	↓
Clientes em Formação de Base	--	39	--	--
Clientes em Prática em Contexto de Trabalho (PCT's)	14	14	100%	≈
Total de horas PCT's	1334	1334	100%	≈
Taxa de execução das atividades do PIF	≥ 80%	--	95,6%	↑
Grau de cumprimento dos objetivos do PIF	≥ 80%	--	85,3%	↑
Taxa de sucesso do PIF (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	82,8%	≈
Clientes com continuidade interna	16	31	--	↑
Clientes encaminhados para a comunidade	0	0	--	--
Clientes sem resposta interna/ comunidade	1	12	--	--
Apresentação de candidatura a novos cursos POPH	2	2	100%	≈
Cursos aprovados POPH	4	4	100%	≈
Taxa de execução das atividades da FP	100%	--	109%	↑

\* Valor ainda em apuramento, mas que se prevê ser em linha com a execução física da candidatura.

## 8.3.5. Imprensa Braille – Centro Professor Albuquerque e Castro

### Análise dos Resultados

De uma forma global, os objetivos do Centro Professor Albuquerque e Castro para 2015 foram claramente cumpridos, sendo um ano de viragem para o CPAC. Após um período em que esteve deslocado em instalações com um espaço mais reduzido no Centro Hospitalar Conde de Ferreira, foi conseguido transferir-se a Imprensa Braille para novas instalações, sitas na Rua Costa Cabral. Estas instalações, para além do espaço ótimo de trabalho, incluem: um de arquivo, que permite armazenar o espólio único de revistas em papel e matrizes de metal, em condições de segurança e proteção e um espaço aberto ao público, facilitando a relação da Imprensa Braille com o público em geral, sensibilizando para a literacia Braille e para a universalização crescente dos materiais de informação que, na sua grande maioria, são apenas a tinta.

Apesar do novo espaço de arquivo, 2015 ficou marcado pelo início de um trabalho sistemático de conversão do espólio de livros do CPAC para formato digital, permitindo uma otimização dos tempos de resposta às solicitações dos nossos leitores. A impressão digital, revela-se mais vantajosa para tiragens de pequena escala, pelo que continuará a ser uma área de investimento em 2016.

As novas condições da Imprensa Braille, tendo tido uma ampla cobertura mediática, catalisaram a retoma de alguns serviços que, nos últimos anos, tinham sido descontinuados. Assim, numa parceria tripartida entre as Águas do Porto, o Jornal de Notícias e a Santa Casa da Misericórdia, voltou-se a imprimir, bimensalmente, o Jornal de Notícias em Braille. Ao longo de 2015, foi negociado com o grupo IMPRESA a publicação da Visão e da Visão Jr., tendo ficado fechado, em final de 2015, que o início das publicações se iniciaria em 2016.

Ao nível das publicações deveremos destacar a continuidade das revistas tiflológicas únicas - Poliedro e Rosa dos Ventos - bem como a criação da primeira revista mundial de passatempos para a comunidade cega - Enigma.

Indicadores	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	--	1353	--	--
Clientes institucionais	11	19	173%	↑
Clientes de revistas	--	1334	--	--
Rosa dos Ventos (unidades/ano)	3300	6215	188%	↑
Jornal de Notícias (unidades/ano)	--	4800	--	--
Visão (unidades/ano)	--	9720	--	--
Visão Jr. (unidades/ano)	--	3246	--	--
Produção de novos livros (unidades)	25	19	76%	↓
Produção de novos livros (volumes)	140	114	81,4%	↓
Reimpressões de livros previamente produzidos	300	455	152%	↑
Reimpressões de livros previamente produzidos (volumes)	1300	1334	103%	≈
Taxa de execução das atividades do CPAC	100%	--	129%	↑

A Mesa Administrativa tem aqui motivos para continuar a acreditar que o CIAD representa hoje em Portugal um projeto inovador e liderante para uma população que sendo objeto de preocupação nunca mereceu muito mais do que isso dos poderes instalados. A Misericórdia quer ser aqui diferente.

## 9. Educação - Colégio de Nossa Senhora da Esperança

O Colégio de Nossa Senhora da Esperança (CNSE) participa nas áreas da Educação e do Ensino, dividindo-se a sua intervenção por toda a área do ensino não superior: Creche, Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário.

O ano letivo 2014/2015 concluiu com 574 alunos, frequentando no corrente 622 alunos, distribuídos conforme as tabelas abaixo:

Os últimos anos têm registado um crescimento significativo no número de alunos, permitindo passar de 387 alunos, em 2011/2012, para 622, em 2015/2016.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição
Creche	37	40	39	40	83	83	81	- 2%
Pré-escolar	61	58	68	92	139	146	143	- 2%
1.º Ciclo	93	81	90	107	100	110	131	+ 19%
2.º e 3.º Ciclos	149	161	147	161	186	180	191	+ 6%
Secundário	33	36	44	50	50	55	76	+ 38%
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>376</b>	<b>388</b>	<b>450</b>	<b>558</b>	<b>573</b>	<b>622</b>	<b>+ 8,6%</b>

### a) Infantil

i. Creche - inclui os meninos com menos de 36 meses. A evolução do número de alunos foi:

Sala	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Berçário	10	6	5	9	19	19	18
1 ano	11	17	14	14	28	29	28
2 anos	16	20	20	17	36	35	35
<b>Totais</b>	<b>37</b>	<b>40</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	<b>83</b>	<b>83</b>	<b>81</b>

ii. Pré-escolar - inclui os meninos dos 3 aos 5 anos. A evolução do número de alunos foi:

Sala	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
3 anos	20	21	24	25	49	49	48
4 anos	16	18	22	25	48	49	46
5 anos	25	19	22	25	42	48	49
Mista				17			
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>58</b>	<b>68</b>	<b>92</b>	<b>139</b>	<b>146</b>	<b>143</b>



**b) 1.º Ciclo do Ensino Básico** - esta área inclui os quatro primeiros anos da escolaridade obrigatória. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1.º ano	29	17	25	21	27	35	42
2.º ano	16	31	17	25	22	27	39
3.º ano	15	15	27	25	25	23	25
4.º ano	33	18	21	36	26	25	25
<b>Totais</b>	<b>93</b>	<b>81</b>	<b>90</b>	<b>107</b>	<b>100</b>	<b>110</b>	<b>131</b>

**c) 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico** - inclui os anos de escolaridade compreendidos entre o 5.º e 9.º. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
5.º ano	38	45	17	40	45	48	50
6.º ano	40	36	44	18	46	38	47
7.º ano	24	33	37	42	20	36	38
8.º ano	29	19	28	35	41	20	37
9.º ano	18	28	21	26	34	38	19
<b>Totais</b>	<b>149</b>	<b>161</b>	<b>147</b>	<b>161</b>	<b>186</b>	<b>180</b>	<b>191</b>

**d) Ensino Secundário** - inclui os 10.º, 11.º e 12.º anos. O Colégio trabalha apenas com os cursos científico-humanísticos, aqueles predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos a nível superior. A evolução do número de alunos foi:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
10.º ano	9	18	18	15	17	24	30
11.º ano	12	7	18	18	10	17	26
12.º ano	12	11	8	17	23	14	20
<b>Totais</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>44</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>55</b>	<b>76</b>

## 9.1. Recursos Humanos

Os recursos do Colégio não tiveram alterações significativas em 2105.

### Pessoal operacional

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Efetivos	34	33	29	28	27	29	31
Contrato a termo	1	1	1	2	2	4	2
<b>Totais</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>33</b>

## Pessoal docente

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Efetivos	15	19	26	27	32	32	32
Contrato a termo	21	17	7	6	2	5	6
Prestadores de serviços	12	12	13	15	10	11	10
Estágios profissionais				1	2		
<b>Totais</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>46</b>	<b>49</b>	<b>46</b>	<b>48</b>	<b>48</b>

As atividades praticadas no Colégio dividiram-se da seguinte forma:

### a) Atividades letivas

As atividades letivas correspondem àquelas que visam o cumprimento dos currículos nacionais para o ensino básico e para os cursos científico-humanísticos do ensino secundário. Foram aplicados exames e provas finais nacionais aos alunos que concluíam o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, bem como aos alunos dos 11.º e 12.º anos de escolaridade. Em resultado da divulgação do ranking das escolas, o Colégio subiu nos três rankings do ensino básico e baixou no ranking do ensino secundário.

### b) Atividades não letivas

Os alunos do 1.º ciclo beneficiaram de atividades de enriquecimento curricular - Expressão Física e Desportiva, Expressão Musical, Introdução à Informática, Ensino do Inglês, Introdução ao Espanhol, Expressão Plástica, Expressão Dramática, Atividades de Ciências e Matemática e Catequese. Para 2015/2016 foi substituída a Introdução à Informática por Iniciação à Programação.

Os alunos dos 2.º e 3.º ciclos e secundário tiveram atividades de Complemento Curricular, que funcionaram como clubes - de Comunicação (Jornal / Rádio / Sítio), de Desporto (Basquetebol, Futsal, Badminton, Ginástica Acrobática), do Ambiente, do Parlamento dos Jovens e do Xadrez.

Decorreram ainda atividades extracurriculares - Karaté, Ballet, Natação, Ensino de Viola e Piano, Inglês (Pré-escolar) e um Atelier de Culinária e Boas Maneiras.

O CNSE desenvolveu igualmente vários projetos:

- Testes Intermédios**, em parceria com o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) do Ministério da Educação, com vista à preparação dos alunos para os exames nacionais;
- Escola Virtual**, em parceria com a Porto Editora permite aos alunos e professores aceder a inúmeros conteúdos multimédia, diversificando as estratégias para a aprendizagem;
- Desporto Escolar** fomenta a prática de atividades desportivas que entram em competição inter-escolas.

Em 2015, o Colégio participou com a sua equipa Ginástica Acrobática;

- Dia do Colégio / Recriação Histórica**, dinamizado para toda a comunidade do Colégio, coincidiu com o último dia de aulas. Em 2015, reviveu-se o Iluminismo, numa grande manifestação que atraiu ao Colégio mais de 400 pessoas para o programa noturno;
- Momentos Com(texto)**, deu lugar a um espetáculo realizado à noite, acompanhado de um chá, com o objetivo de promover as línguas, nas vertentes oral e escrita, sejam portuguesa, inglesa, francesa, espanhola ou alemã;
- Projeto Eco-Escolas**, um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental. Pelo 3.º ano consecutivo, o Colégio ganhou e pôde hastear a bandeira verde;
- Quadros de Honra e de Excelência**, visam distinguir os alunos pelo seu desempenho académico ou cívico. Em 2015 foram distinguidos 68 alunos;
- Newsletter digital**, com mais de quarenta edições que levaram o dia a dia do Colégio a toda a comunidade;
- Comunhões**, celebração da Primeira Comunhão e da Profissão, na Igreja do Colégio, culminou a preparação efetuada aos alunos.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos. Ao nível dos recursos humanos, o Colégio não registou alterações significativas no número de colaboradores. O crescimento não implicou um incremento de colaboradores na mesma proporção.

O Colégio de Nossa Senhora da Esperança começa a afirmar-se no panorama da oferta no Grande Porto pela qualidade das suas instalações, pela preparação do seu corpo docente e pela oferta variada de qualidade e inovação.

## 10. **Justiça** - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino)

O Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino) continua a demonstrar as virtudes desta parceria entre o Estado e a Misericórdia do Porto.

Dez anos depois do seu início esta parceria evidencia níveis de execução muito apreciáveis e apresenta-se como um modelo inovador no panorama penitenciário português que mereceu, inclusive, a visita da candidata presidencial, Marisa Matias, que teve oportunidade de avaliar a mesma.

Desde o nível de prestação de serviços de saúde em ambiente prisional até ao apoio as reclusas e crianças em meio escolar ou creche a excelência da qualidade dos referidos serviços tem demonstrada a capacidade da Misericórdia em cumprir o seu compromisso de missão assumido contra-

tualmente com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. A este exemplo poderíamos ainda acrescentar a capacidade produtiva em meio laboral que se reflete para as reclusas na obtenção de recursos financeiros que ajudam a minorar a privação de liberdade.

A Misericórdia do Porto tem colocado muito empenho no apoio às reclusas através da concessão de bolsas de estudo, em ensino superior, ou de outros apoios escolares ou médicos.

Os números de avaliação desta parceria porque muitos e variados conseguem apresentar o resultado de sucesso tendo em consideração a tipologia de destinatários.

**Níveis de execução muito apreciáveis e apresenta-se como um modelo inovador no panorama penitenciário português**

## 11. Ambiente - Parque da Prelada

O Parque da Prelada continua a ser objeto de um cuidado Plano de Pormenor que procura conjugar as necessidades de preservação daquele espaço com a transformação necessária à sua melhor inserção na vida da cidade do Porto. Concluído o Plano Estratégico para o Parque, da autoria do Arq. Pedro Guimarães, fica claro a prevalência que vai ser dada à natureza na sua harmonia com a cultura, o desporto e o lazer. Será um plano para implementar entre 2015/2020 que terá na parceria com o Sport Clube do Porto um momento significativo de relevância pela conclusão da primeira fase.

O cuidado que este processo requer obrigou a serem repensados muitos dos conceitos inicialmente previstos, mas só deste modo é possível cuidar do legado que Nicolau Nasoni desenhou para D. Francisco de Noronha e este deixou à Misericórdia do Porto.

A isso obriga a solidariedade com a natureza.



# NOTAS FINAIS

**A Mesa Administrativa tem mantido uma constante preocupação em assegurar a auto sustentabilidade da Misericórdia do Porto, procurando que o maior conjunto de unidades operacionais se afirme como não deficitárias. O atual quadro macroeconómico da Misericórdia do Porto permite definir que só a área da intervenção social e da juventude vai continuar a manter um nível deficitário, pese embora as reformas já implementadas.**

Por outro lado, o grande esforço ao nível da reabilitação patrimonial evidencia o aumento de receitas de rendas o que vai permitir afetar algumas delas a défices estruturais, a que não será alheio o facto, por força da lei da vida, da constante redução da Caixa Privativa no impacto das nossas contas.

Este esforço só faz sentido num quadro geral de empenho de todos procurando, ao mesmo tempo, cumprir a missão que aceitamos protagonizar.

Este trabalho não seria possível sem os nossos colaboradores e colaboradoras que, numa maioria significativa, compreendem e incentivam muitas das opções estratégicas, com os olhos no futuro, cientes que a sustentabilidade da Misericórdia do Porto é um valor referencial.

O nosso muito obrigado a eles e às instituições como à Câmara Municipal do Porto e de Vila Nova de Gaia, à União das Misericórdias Portuguesas e às juntas de freguesia da cidade do Porto.

Aos Irmãos e Irmãs um obrigado de reconhecimento pela palavra amiga e de apoio. A sua presença nos momentos mais difíceis é sempre estimulante.

Ao Senhor D. António Francisco dos Santos uma palavra de reconhecimento institucional e pessoal pela sua permanente presença de proximidade.

No Ano Santo da Misericórdia lembramos o Papa Francisco e o seu discurso na Assembleia Plenária do Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz quando nos diz "o estado de direito social não pode ser desmantelado e, especialmente, o direito fundamental ao trabalho. O estado social é um bem fundamental para a dignidade, para a formação de uma família, para a realização do bem comum e da paz não podendo ser considerado uma variável dependente dos mercados financeiros e monetários."

Palavras que merecem a nossa reflexão.



# SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Enquadramento Macroeconómico Português - 2015

As incertezas de cariz económico e financeiro, vividos nos últimos anos, nos panoramas nacional e internacional, mantiveram-se em 2015 com implicações diretas no dia-a-dia dos diversos setores de atividade.

O crescimento económico a níveis baixos e a, ainda, elevada taxa de desemprego são reflexo desta situação e projetam um quadro pouco animador para o futuro próximo. A elevada carga fiscal que tem vindo a ser aplicada às famílias e empresas tem ajudado a manter o nível económico e financeiro do país em condições muito débeis atrasando de forma reiterada um crescimento económico mais pujante.

A SCMP, na persecução dos seus objetivos, relacionados com a sua diversa atividade, tem sido, obviamente, condicionada pelo cenário atrás referido.

Neste contexto e não perdendo de vista o seu mais nobre desígnio - a Responsabilidade Social, tem a Instituição

envidado todos os esforços no sentido de minimizar os constrangimentos daí resultantes, não desviando, no entanto, o foco na sua sustentabilidade.

Como vem sendo apanágio, nos últimos anos da sua exploração, a SCMP procura que a sua sustentabilidade seja um propósito patente na conceção e execução dos seus planos de investimento e exploração.

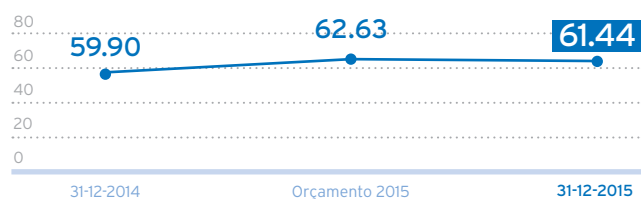
Os recursos são escassos e por isso os critérios de utilização desses mesmos recursos são uma constante preocupação.

Assim, na avaliação dos resultados apresentados, referentes a 2015, podemos constatar o esforço despendido na interpretação dessas políticas conforme se demonstra nas peças contabilísticas e financeiras presentes neste relatório.

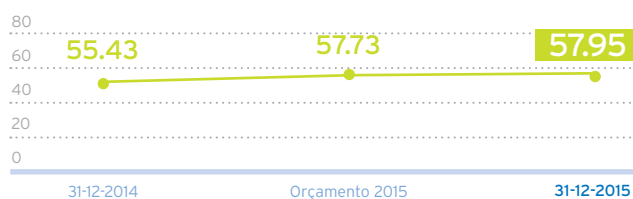
### Indicadores Económicos e Financeiros - Santa Casa da Misericórdia do Porto

Apresentamos um leque de indicadores que refletem com clareza a atividade económica e financeira da Instituição, referente ao exercício em análise e respetivo orçamento, bem como do exercício anterior, para as devidas comparações.

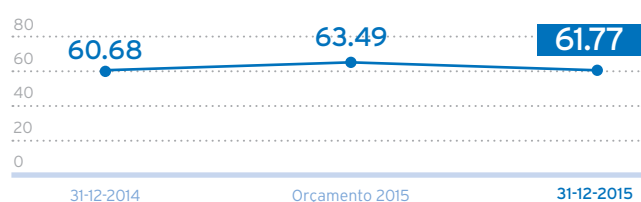
#### Evolução Rendimentos EBITDA M€



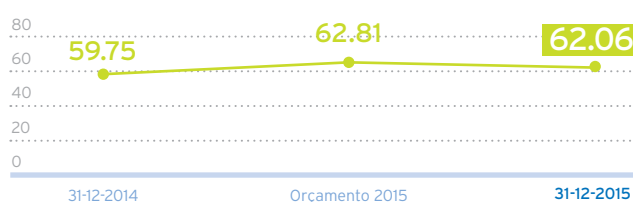
#### Evolução Gastos EBITDA M€



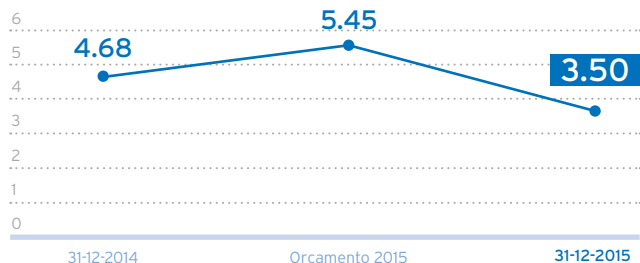
#### Evolução Rendimentos Globais M€



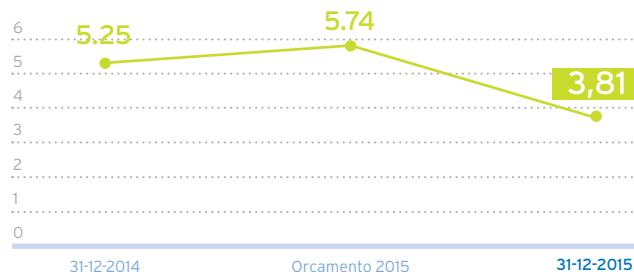
#### Evolução Gastos Globais M€



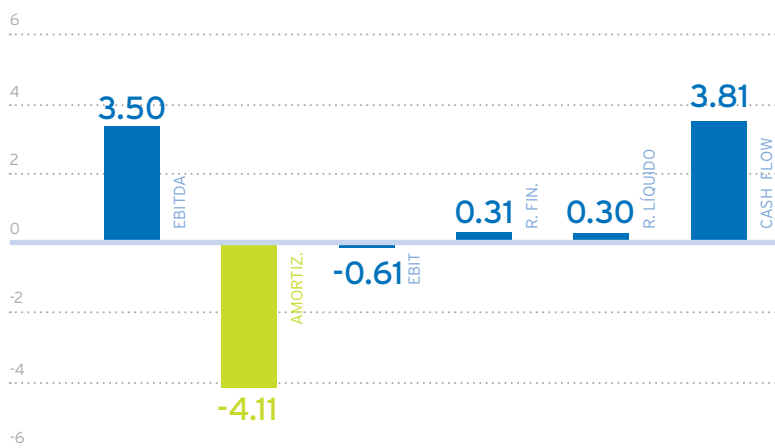
## Evolução EBITDA | Resultado Operacional m€



## Cash Flow m€

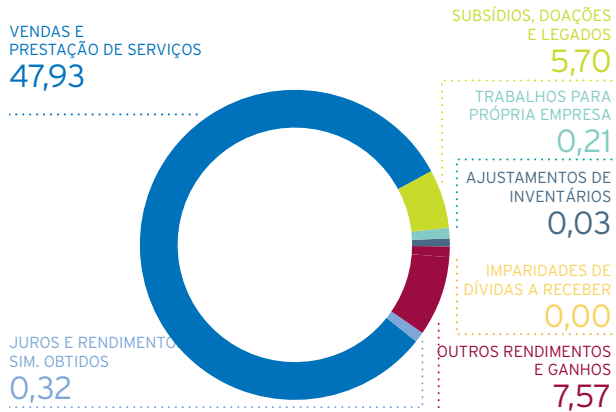


## Composição Cash Flow 2015 m€

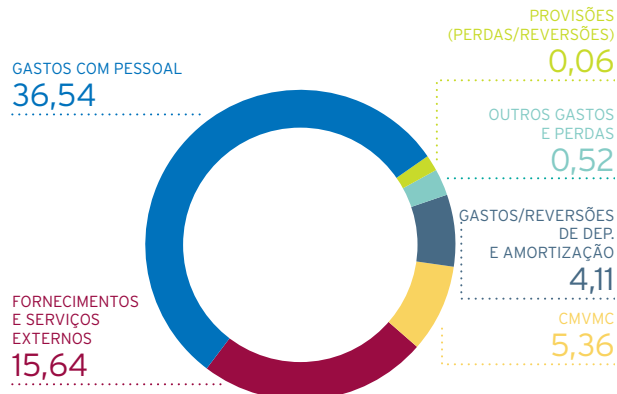


## Análise de Estrutura de Gastos e Rendimentos m€

## Rendimentos - principais rubricas

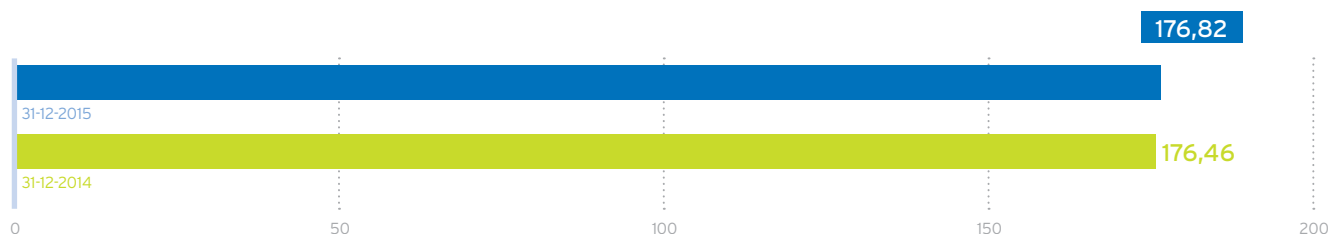


## Gastos - principais rubricas



## Análise de Estrutura do Balanço

## Fundos Patrimoniais m€



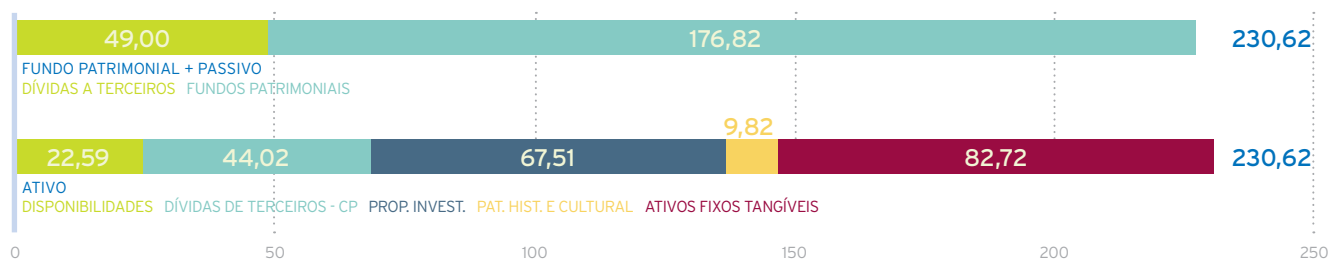
## Ativo m€



## Passivo m€



## Balanço 2015 m€



## Demonstrações dos Resultados | Área de Exploração e Centro de Resultados

A SCMP tem vindo, ao longo dos exercícios passados, a apresentar as Demonstrações dos Resultados (DR's) em duas vertentes: Informação **consolidada** e **desagregada** pelos vários setores de atividade.

Assim, o produto da soma das DR's por atividade reflete os valores apresentados na DR consolidada.

No início de 2014, a SCMP reajustou o seu modelo operativo criando para o efeito Áreas de Exploração que agregam Centros de Resultados. Para além disso, arrancou com a modelização dos Serviços Partilhados e Corporativos que agregam Áreas transversais a todo o Universo da Instituição.

Com a consolidação deste Novo Modelo Operativo impunha-se a apresentação das Contas de Exploração espelhando este novo quadro organizacional.

Assim, e para o exercício de 2015, apresentamos as DR's dos referidos Centros de Resultados com a inclusão dos Gastos e Rendimentos dos Serviços Partilhados e Corporativos.

Da mesma forma, a DR dos Serviços Partilhados e Corporativos indicam o seu resultado e, simultaneamente, a distribuição do mesmo pelos Centros de Resultados.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



# 1. Demonstrações Financeiras

## 1.1. Balanço

Montantes expressos em Euros

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2015	31 DEZEMBRO 2014 (reexpresso nota 5)
<b>ATIVO:</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	82 718 539,35	83 838 329,54
Bens do património histórico e cultural	7	9 819 988,26	8 142 219,09
Propriedades de investimento	8	67 510 633,01	68 855 918,84
Ativos intangíveis	9	1 607 648,66	2 083 048,42
Ativos biológicos	12	13 920,00	13 649,00
Outros investimentos financeiros		39 486,09	13 483,82
Outros ativos financeiros	13	970 259,95	805 821,45
Outras contas a receber	13	92 383,68	89 013,26
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>162 772 859,00</b>	<b>163 841 483,42</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	12	1 065 273,97	892 638,89
Clientes	13	4 407 826,54	4 478 111,05
Adiantamentos a fornecedores			3 074,09
Estado e outros entes públicos	21	132 643,61	53 737,21
Fundadores/benem./patroc./doadores /associados/ membros		17 277,11	20 102,54
Outras contas a receber	13	39 458 910,56	37 885 643,39
Diferimentos	14	175 869,24	245 502,48
Caixa e depósitos bancários	4 e 13	22 587 290,03	24 701 544,46
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>67 845 091,06</b>	<b>68 280 354,11</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>230 617 950,06</b>	<b>232 121 837,53</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos		58 049 247,90	58 049 247,90
Reservas		1 450 030,04	1 450 030,04
Resultados transitados		26 825 772,49	25 014 042,55
Ajustamentos em ativos financeiros		(246 558,26)	(246 558,26)
Excedentes de revalorização		48 358 882,93	48 358 882,93
Outras variações nos fundos patrimoniais		42 706 626,14	42 296 144,14
Resultado líquido do exercício		(327 810,86)	1 542 029,63
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>	<b>16</b>	<b>176 816 190,38</b>	<b>176 463 818,93</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	17 e 18	3 377 042,24	3 998 504,80
Financiamentos obtidos	19	933 836,71	1 154 991,38
Outras contas a pagar	19	102 232,89	85 971,57
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>4 413 111,84</b>	<b>5 239 467,75</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	19	2 516 740,78	2 550 621,24
Adiantamentos de clientes	20	35 618 728,68	34 941 682,57
Estado e outros entes públicos	21	1 245 010,06	1 288 593,42
Financiamentos obtidos	19	221 087,46	220 586,57
Diferimentos	22	158 602,16	194 281,84
Outras contas a pagar	19	9 628 478,70	11 222 785,21
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>49 388 647,84</b>	<b>50 418 550,85</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>53 801 759,68</b>	<b>55 658 018,60</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<b>230 617 950,06</b>	<b>232 121 837,53</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

## 1.2. Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Montantes expressos em Euros	
		2015	2014 (reexpesso nota 5)
Vendas e serviços prestados	23	47 932 016,59	48 415 304,68
Subsídios, Doações e Legados à exploração	24	5 697 210,22	5 256 850,94
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10 e 17		4 942,73
Variação nos inventários da produção	12	271,00	11 940,10
Trabalhos para a própria entidade		212 538,36	292 643,52
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(5 358 094,46)	(4 916 903,37)
Fornecimentos e serviços externos	25	(15 642 964,40)	(14 031 211,07)
Gastos com o pessoal	26	(36 538 227,44)	(35 328 421,83)
Imparidades de inventários ((perdas)/reversões)	12		127 145,57
Imparidades de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	13	30 146,00	170 379,76
Provisões ((aumentos)/reduções)	17	52 309,43	(779 298,93)
Aumentos/reduções de justo valor	13	167 835,84	(17 132,55)
Outros rendimentos e ganhos	28	7 434 653,18	6 432 597,24
Outros gastos e perdas	29	(519 481,18)	(357 282,78)
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>		<b>3 468 213,14</b>	<b>5 281 554,01</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	27	(4 106 500,90)	(4 309 597,65)
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>		<b>(638 287,76)</b>	<b>971 956,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	322 460,42	575 313,76
Juros e gastos similares suportados	30	(11 983,52)	(5 240,49)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>(327 810,86)</b>	<b>1 542 029,63</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	11		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(327 810,86)</b>	<b>1 542 029,63</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 1.3. Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS
Posição em 1 de janeiro de 2014		58 049 247,90	1 450 030,04	25 082 560,60
<b>Alterações no exercício:</b>				
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior				(366 394,28)
Ajustamentos aos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento				297 876,23
Subsídios ao investimento	16			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16 e 28			
Doações	16			
Reconhecimento de doações em resultados	16 e 28			
				(68 518,05)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>				
<b>Resultado Extensivo</b>				
Posição em 1 de janeiro de 2015		58 049 247,90	1 450 030,04	25 014 042,55
<b>Alterações no exercício:</b>				
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior				1 542 029,63
Subsídios ao investimento	16			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16 e 28			
Doações	16			269 700,31
Reconhecimento de doações em resultados	16 e 28			
				1 811 729,94
<b>Resultado líquido do exercício</b>				
<b>Resultado Extensivo</b>				
Posição em 31 de dezembro de 2015		58 049 247,90	1 450 030,04	26 825 772,49

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e de 2014

Montantes expressos em Euros

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
(246 558,26)	48 358 882,93	42 342 327,61	(366 394,28)	174 670 096,54
			366 394,28	297 876,23
		872 226,17		872 226,17
		(316 006,15)		(316 006,15)
		(602 403,49)		(602 403,49)
		(46 183,47)	366 394,28	251 692,76
			1 542 029,63	1 542 029,63
			1 793 722,39	1 793 722,39
(246 558,26)	48 358 882,93	42 296 144,14	1 542 029,63	176 463 818,93
			(1 542 029,63)	1 723 290,12
		1 723 290,12		1 723 290,12
		(440 704,32)		(440 704,32)
		(269 700,31)		
		(602 403,49)		(602 403,49)
		410 482,00	(1 542 029,63)	680 182,31
			(327 810,86)	(327 810,86)
			352 371,45	352 371,45
(246 558,26)	48 358 882,93	42 706 626,14	(327 810,86)	176 816 190,38

## 1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Montantes expressos em Euros

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	51 195 533,68	55 027 661,99
Pagamentos a fornecedores	(19 661 864,54)	(17 116 240,91)
Pagamentos ao pessoal	(38 065 429,55)	(34 112 066,64)
Caixa gerada pelas operações	(6 531 760,41)	3 799 354,44
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / (pagamentos)	3 012 431,19	1 547 564,85
Fluxos das atividades operacionais [1]	(3 519 329,22)	5 346 919,29
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(3 667 537,74)	(1 939 890,26)
Ativos intangíveis	(12 500,00)	(633 186,68)
Investimentos financeiros		(30 228,50)
Outros ativos	(3 680 037,74)	(2 603 305,44)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis		3 010,00
Investimentos financeiros		
Outros ativos	4 297 353,38	4 444 773,46
Subsídios ao investimento	584 139,08	
Juros e rendimentos similares	415 250,03	664 557,53
Dividendos	4 737,86	5 301 480,35
Fluxos das atividades de investimento [2]	1 621 442,61	8 432,81
		5 120 773,80
		2 517 468,36
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(220 707,42)	(222 219,39)
Juros e gastos similares	(1 785,24)	(1 940,28)
Outras operações de financiamento		(222 492,66)
		(224 159,67)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(222 492,66)	(224 159,67)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(2 120 379,27)	7 640 227,98
Efeito das diferenças de câmbio	6 164,84	6 262,27
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>24 701 544,46</b>	<b>17 055 054,36</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>22 587 290,03</b>	<b>24 701 544,46</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 1.5. Anexo às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”) tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada, Centro Hospitalar Conde de Ferreira e Centro de Reabilitação do Norte) e de apoio social; área dos projetos especiais (Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo); ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente e gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde e de apoio social, bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 24 de fevereiro de 2016. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e Normas Interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

#### 3.2 Ativos fixos tangíveis e Bens do património histórico e cultural

##### Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição concluiu no essencial o processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos e, em simultâneo, adoção dos critérios de mensuração requeridos pelo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Público Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), do qual resultou a adoção dos seguintes critérios de valorização dos ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1990, encontram-se registados:

- (i) ao seu custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, critério que vinha sendo utilizado em exercícios anteriores, ou
- (ii) nas situações em que o critério referido na alínea anterior não vinha sendo corretamente aplicado, ou não existia informação completa e adequada que assegurasse a sua aplicação, os correspondentes ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo montante determinado de acordo com o Justo Valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2012, o qual foi determinado pelo Valor Patrimonial Tributário apurado à data de 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais



perdas por imparidade acumuladas desde essa data, ou excecionalmente, pelo montante de acordo com avaliações externas independentes efetuadas, com referência a 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 31 de dezembro de 1990 e até 1 de janeiro de 2012 encontram-se registados ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com as disposições legais, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50-100
Equipamentos biológicos	25-50
Equipamento básico	6-9
Equipamento de transporte	5-6
Equipamento administrativo	12
Outros ativos fixos tangíveis	6

Os Equipamentos biológicos dizem respeito aos ativos biológicos de produção (essencialmente vinhas e oliveiras) localizado na Quinta D´Alva.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### Bens do Património Histórico e Cultural

Os bens do património histórico e cultural adquiridos são mensurados ao custo, enquanto que os recebidos por herança ou doação são registados inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

Estes bens têm como característica o facto de não poderem ser substituídos, e de não se destinarem a ser realizados, consumidos ou vendidos no decurso da normal atividade da instituição, não sendo assim objeto de depreciação.

### 3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Instituição mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As amortizações das propriedades de investimento encontram-se a ser efetuadas linearmente, e são registadas na rubrica "(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização", considerando uma vida útil estimada de 50 anos.

As propriedades de investimento construídas ou adquiridas são mensuradas ao custo, enquanto que as propriedades de investimento recebidas por herança ou doação são registadas inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou, de acordo com o Valor Patrimonial Tributário, na ausência de outra determinação de justo valor alternativo, por se entender que se aproxima do seu justo valor.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais se espera a realização de atividades presentes ou futuras são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

### 3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A rubrica de "Ativos intangíveis" inclui, essencialmente, (i) direito associado ao Acordo de Gestão, celebrado com o Estado Português, em 25 de novembro de 2013 ("Centro de Reabilitação do Norte" ou "CRN"), cujo custo corresponde aos encargos com a aquisição de equipamentos para o CRN no âmbito do contrato celebrado, e (ii) gastos com programas de computador e licenças.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

#### Classe de bens

Programas de computador

#### Anos

3-6

Os ativos intangíveis referentes ao Acordo de Gestão referem-se a ativos relacionados com o direito de exploração do Centro de Reabilitação do Norte, os quais decorrem da adoção supletiva da IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Estes direitos, pelo facto de se referirem à exploração de infra-estruturas que revertem para o Concedente (Estado Português) no final do período de concessão, e na medida em que lhes é conferido o direito (licença) de cobrar um preço por este serviço, não sendo o mesmo um direito incondicional de receber dinheiro, dado que as quantias dependem da medida, em que o público utiliza o serviço, enquadram-se no modelo do Ativo Intangível previsto na IFRIC 12 e, por conseguinte, todos os custos relacionados com o contrato e que dele não possam ser dissociados são registados como um ativo intangível. Estes ativos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, em virtude

de, na data de extinção do Acordo de Gestão, a Instituição ter direito a uma quantia correspondente ao valor líquido contabilístico dos investimentos naquela data. As taxas de amortização utilizadas nos bens afetos à Concessão correspondem às vidas úteis mencionadas na Nota 3.2. acima, em função da natureza respetiva dos bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

### 3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.6 Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Instituição nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Instituição incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como uma perda do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Instituição tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Instituição retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias são eliminados proporcionalmente ao interesse da Instituição nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 3.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em

que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

Os inventários da Instituição incluem igualmente artigos do património artístico, nomeadamente itens do arquivo histórico, porcelanas e pratos que se encontram registadas ao custo de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Instituição consiste no custo médio.

### 3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes, utentes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses (ou superior desde que possam ser desmobilizadas a qualquer momento sem penalização de juros) e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**d) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

**(ii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

**(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

## 3.9 Subsídios e Doações

**Subsídios**

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

## Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação são registados no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

## 3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente das propriedades de investimento é registado na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 28).

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

## 3.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

## 3.12 Imposto sobre o rendimento

De acordo com a Declaração da Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

### 3.13 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.14 Provisões

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 3.15 Benefícios aos empregados

A Instituição reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga.

### Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

### Planos de benefícios definidos

A Instituição tem um plano de benefícios definidos para complementos de reforma, mas apenas para colaboradores que já se reformaram em exercícios anteriores no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 18). A Instituição quantifica e regista uma provisão para fazer face aqueles encargos.

As responsabilidades da Instituição relacionadas com este plano são revistas em cada data de relato. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos nos resultados na rubrica "Provisões ((aumentos)/reduções)".

A Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no ativo.

## 3.16 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 3.17 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.



### 3.18 Ativos e passivos contingentes

A Instituição não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

### 3.19 Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 24 de fevereiro de 2016, data em que foram aprovadas pela Mesa Administrativa, conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 31.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Numerário	33.673,49	40.406,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	275.125,13	401.565,44
Aplicações de tesouraria	22.278.491,41	24.259.572,50
	22.587.290,03	24.701.544,46

A rubrica de “Aplicações de tesouraria” refere-se a montantes relacionados com aplicações de curto prazo, as quais se encontram efetuadas em sete diferentes instituições bancárias nacionais, e que vencem juros a taxas de juro de mercado. Algumas aplicações de tesouraria têm maturidade superior a 3 meses, sendo as mesmas apresentadas na Demonstração do Fluxos de Caixa, na rubrica Caixa e Equivalentes, pelo facto de poderem ser desmobilizadas a qualquer momento sem penalização de juros.

## 5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Na sequência da situação abaixo descrita, a Santa Casa da Misericórdia do Porto efetuou um *restatement* às suas demonstrações financeiras do exercício de 2014, em conformidade com o preconizado no Parágrafo 6.5 do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, que publicou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo, de forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

Conforme referido na Nota 3.3, as propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Instituição, mas são detidas, essencialmente, para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. Uma parte significativa das propriedades de investimento foi recebida por herança ou doação, tendo sido inicialmente registadas no ativo, ao justo valor, o qual foi determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente ou, de acordo com o Valor Patrimonial Tributário, na ausência de outra determinação de justo valor alternativo, por se entender que se aproxima do seu justo valor, por contrapartida da rubrica “Fundos” do Fundo Patrimonial.

De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos, deverão ser inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, devendo ser transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam. Contudo, desde o exercício de 2012, primeiro ano da adoção da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF -ESNL), a Santa Casa da Misericórdia do Porto não se encontrava a adotar o procedimento contabilístico acima preconizado, pelo que, nas circunstâncias, no decurso do exercício de 2015 decidiu rever a política contabilística relativa ao tratamento contabilístico das doações, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2012, data de referência não só da adoção do atual normativo

contabilístico, como também data de referência do trabalho concluído no exercício de 2014 relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos.

Esta alteração voluntária de política contabilística, para além de ir ao encontro do preconizado pelo referencial contabilístico aplicável à Santa Casa da Misericórdia do Porto, teve também por objetivo proporcionar informação mais relevante sobre os efeitos das doações no balanço e no seu desempenho financeiro. Assim, procedeu-se a reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2014, incluindo os saldos de abertura com efeitos a 1 de janeiro de 2014, de forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

A reexpressão efetuada teve os seguintes impactos:

#### (i) Balanço - Fundos Patrimoniais

	31-DEZ-14	AJUSTAMENTO 1	AJUSTAMENTO 2	31-12-2014 - REEXPRESSO	01-01-2014 REEXPRESSO
Fundos	98.401.094,73	(40.351.846,83)	-	58.049.247,90	58.049.247,90
Reservas	1.450.030,04	-	-	1.450.030,04	1.450.030,04
Resultados transitados	23.813.074,77	-	1.200.967,78	25.014.042,55	25.082.560,60
Ajustamentos em ativos financeiros	(246.558,26)	-	-	(246.558,26)	(246.558,26)
Excedentes de revalorização	48.358.882,93	-	-	48.358.882,93	48.358.882,93
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.747.668,58	40.351.846,83	(1.803.371,27)	42.296.144,14	42.342.327,61
Resultado líquido do exercício	939.626,14	-	602.403,49	1.542.029,63	(366.394,28)
	<b>176.463.818,93</b>	-	-	<b>176.463.818,93</b>	<b>174.670.096,54</b>

Esta alteração de política contabilística não teve impactos no ativo e no passivo.

## (ii) Demonstração dos resultados

## RENDIMENTOS E GASTOS

## PERÍODOS

	2014	AJUSTAMENTO 1	2014 REEXPRESSO
Vendas e serviços prestados	48.415.304,68	-	48.415.304,68
Subsídios, doações e legados à exploração	5.256.850,94	-	5.256.850,94
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	4.942,73	-	4.942,73
Variação nos inventários da produção	11.940,10	-	11.940,10
Trabalhos para a própria entidade	292.643,52	-	292.643,52
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.916.903,37)	-	(4.916.903,37)
Fornecimentos e serviços externos	(14.031.211,07)	-	(14.031.211,07)
Gastos com o pessoal	(35.328.421,83)	-	(35.328.421,83)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	127.145,57	-	127.145,57
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	170.379,76	-	170.379,76
Provisões (aumentos/reduções)	(779.298,93)	-	(779.298,93)
Aumentos/reduções de justo valor	(17.132,55)	-	(17.132,55)
Outros rendimentos e ganhos	5.830.193,75	602.403,49	6.432.597,24
Outros gastos e perdas	(357.282,78)	-	(357.282,78)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>	<b>4.679.150,52</b>	<b>602.403,49</b>	<b>5.281.554,04</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(4.309.597,65)	-	(4.309.597,65)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>369.552,87</b>	<b>602.403,49</b>	<b>971.956,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	575.313,76	-	575.313,76
Juros e gastos similares suportados	(5.240,49)	-	(5.240,49)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>939.626,14</b>	<b>602.403,49</b>	<b>1.542.029,63</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>939.626,14</b>	<b>602.403,49</b>	<b>1.542.029,63</b>

Ajustamento 1 - Transferência, com referência a 1 de janeiro de 2012, da rubrica de "Fundos" para a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", do montante equivalente ao valor líquido contábilístico das Propriedades de Investimento doadas à Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Ajustamento 2 - Efeito da transferência para resultados do montante equivalente às depreciações dos bens a que respeitam as doações.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

### 2014

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Equipam. biológicos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial - Reexpresso	38 145 996,91	66 547 198,52	16 413 944,43	904 683,48	5 968 428,75	900 165,27	2 400 139,94	3 936 864,15	135 217 421,45
Aquisições	-	3 273,37	109 621,88	22 462,44	181 862,46	121,50	-	1 005 549,12	1 322 890,77
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	3 907 481,46	-	-	14 759,34	-	-	(3 922 240,80)	-
Regulações de Conciliação do cadastro	471 895,00	(1 109 719,35)	162 993,74	122 816,30	(339 537,09)	(132 185,56)	-	40 755,84	(782 981,12)
Abates	-	-	(80,00)	-	(23 595,51)	-	-	-	(23 675,51)
Outras variações	-	(149 210,95)	-	-	-	-	-	-	(149 210,95)
<b>Saldo final</b>	<b>38 617 891,91</b>	<b>69 199 023,05</b>	<b>16 686 480,05</b>	<b>1 049 962,22</b>	<b>5 801 917,95</b>	<b>768 101,21</b>	<b>2 400 139,94</b>	<b>1 060 928,31</b>	<b>135 584 444,64</b>
<b>Amortizações Acumuladas:</b>									
Saldo inicial - Reexpresso		28 044 072,73	15 110 419,95	789 460,01	5 154 300,76	764 017,13	107 509,92	-	49 969 780,50
Depreciações do exercício (Nota 27)		1 653 140,03	580 155,77	78 737,97	351 208,17	48 832,15	53 724,42	-	2 765 798,51
Alienações		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-
Regulações de Conciliação do cadastro		(892 147,47)	109 352,07	122 816,31	(189 647,69)	(116 258,50)	-	-	(965 885,28)
Abates		-	(62,79)	-	(23 515,84)	-	-	-	(23 578,63)
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>		<b>28 805 065,29</b>	<b>15 799 865,00</b>	<b>991 014,29</b>	<b>5 292 345,40</b>	<b>696 590,78</b>	<b>161 234,34</b>	<b>-</b>	<b>51 746 115,10</b>
		<b>40 393 957,76</b>	<b>886 615,05</b>	<b>58 947,93</b>	<b>509 572,55</b>	<b>71 510,43</b>	<b>2 238 905,60</b>	<b>1 060 928,31</b>	<b>83 838 329,54</b>

## 2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Equipam. biológicos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial - Reexpresso	38 617 891,91	69 199 023,05	16 686 480,05	1 049 962,22	5 801 917,95	768 101,21	2 400 139,94	1 060 928,31	135 584 444,64
Aquisições	248 668,51	52 994,94	235 712,87	135 928,80	2 567,67	4 834,89	-	841 385,25	1 522 092,93
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(37 429 674,98)	37 679 037,03	158 301,00	-	-	-	-	(667 230,69)	(259 567,64)
Abates	-	-	(58 785,29)	(126 190,55)	(2 116,88)	(250,00)	-	-	(187 342,72)
Outras variações	-	552,13	(5 095,59)	-	(2 530,00)	(220,00)	-	-	(7 293,46)
<b>Saldo final</b>	<b>1 436 885,44</b>	<b>106 931 607,15</b>	<b>17 016 613,04</b>	<b>1 059 700,47</b>	<b>5 799 838,74</b>	<b>772 466,10</b>	<b>2 400 139,94</b>	<b>1 235 082,87</b>	<b>136 652 333,75</b>
Amortizações Acumuladas:									
Saldo inicial - Reexpresso	-	28 805 065,29	15 799 865,00	991 014,29	5 292 345,40	696 590,78	161 234,34	-	51 746 115,10
Amortizações do exercício (Nota 27)	-	1 639 843,78	406 065,61	63 033,99	194 934,82	27 043,69	53 724,42	-	2 384 646,31
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(59 341,79)	(126 190,55)	(2 116,88)	(250,00)	-	-	(187 899,22)
Outras variações	-	(1 937,03)	(4 289,00)	-	(2 621,76)	(220,00)	-	-	(9 067,79)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>30 442 972,04</b>	<b>16 142 299,82</b>	<b>927 857,73</b>	<b>5 482 541,58</b>	<b>723 164,47</b>	<b>214 958,76</b>	<b>-</b>	<b>53 933 794,40</b>
	<b>1 436 885,44</b>	<b>76 488 635,11</b>	<b>874 313,22</b>	<b>131 842,74</b>	<b>317 297,16</b>	<b>49 301,63</b>	<b>2 185 181,18</b>	<b>1 235 082,87</b>	<b>82 718 539,35</b>

Em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos na linha "Transferências" referem-se à passagem a firme de um conjunto de obras que se encontravam em curso em 31 de dezembro de 2014 e à conclusão do Parque Avides Moreira - Reabilitação da Quinta e Arruamentos do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (444.327 Euros).

Durante o exercício de 2015, transferiu-se da rubrica "Terrenos e recursos naturais" para a rubrica "Edifícios e outras construções", o montante de 37.625.334,35 Euros, correspondente ao valor estimado dos terrenos do Hospital da Prelada e do Hospital Conde de Ferreira. Este procedimento resulta do facto de todos os terrenos da Instituição com edificações neles implantadas se encontrarem, no seu conjunto, contabilisticamente registados na rubrica "Edifícios e outras construções", exceto os terrenos dos referidos Hospitais.

Na linha de transferências o valor líquido apurado de 259.567,64 Euros, corresponde à transferência de 151.301 Euros da linha de ativos intangíveis referente à reclassificação de equipamento informático anteriormente incluído no Centro de Reabilitação do Norte, e 417.868 Euros transferidos para bens do Património Artístico e Cultural correspondente a obras efetuadas no MMIPO. Em 2014 estes ativos encontravam-se em curso.

A repartição dos "Ativos fixos tangíveis em curso", em 31 de dezembro de 2015 e 2014, por projeto de investimento é como segue:

	2015	2014
Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO)	-	417 868,64
Complexo Habitacional Luso	560 995,15	-
Rua de Costa Cabral	165 378,37	-
Centro Hospitalar Conde de Ferreira	21 302,33	249 362,04
Hospital da Prelada "Dr. Domingos Braga Cruz"	85 267,53	57 212,84
Outros ativos fixos tangíveis em curso	402 139,49	336 484,79
	<b>1 235 082,87</b>	<b>1 060 928,31</b>

Em 31 de dezembro de 2015, as depreciações do exercício, no montante de 2.384.646,31 Euros (2.765.798,51 Euros em 31 de dezembro de 2014) foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 27).

## 7. BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e artístico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórico/cultural, e que se apresenta como traço

característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 9.819.988,26 Euros (8.142.219,09 Euros em 31 de dezembro de 2014). Estes bens, de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, não são objeto de depreciação.

As aquisições no exercício de 2015 referem-se, fundamentalmente, à conclusão do conjunto de obras efetuadas no MMPO - Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1.598.949 Euros).

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2015	2014
	Propriedades de Investimento	
	Arrendadas	
Saldo inicial	72.243.197,89	75.831.992,89
Regularizações de conciliação de cadastro	-	(3.588.795,00)
Alienações	(283.874,38)	-
Transferências	(0,90)	-
Saldo final - quantia bruta	71.959.322,61	72.243.197,89
Saldo inicial - amortizações	3.387.279,05	6.004.807,68
Amortizações do exercício (Nota 27)	1.075.584,82	1.078.413,37
Alienações	(14.174,27)	-
Regularizações de conciliação de cadastro	-	(3.695.942,00)
Saldo final - amortizações	4.448.689,60	3.387.279,05
Saldo final - quantia escriturada líquida	67.510.633,01	68.855.918,84

As propriedades de investimento são objeto de contratos de arrendamento.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2015			
	Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Amortizações do exercício	Resultado
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 27 e 28)	4 529 034,02	(1 075 584,82)	602 403,49	4 055 852,69
	4 529 034,02	(1 075 584,82)	602 403,49	4 055 852,69
	2014			
	Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Amortizações do exercício	Resultado
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 27 e 28)	4 444 773,46	(1 078 413,37)	602 403,49	3 968 763,58
	4 444 773,46	(1 078 413,37)	602 403,49	3 968 763,58



Uma parte significativa das propriedades de investimento corresponde a imóveis doados à Instituição. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos, deverão ser inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, devendo ser transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as amortizações dos bens a que respeitam. Assim, nos exercícios de 2015 e de 2014, foi registado na rubrica “Outros rendimentos”, um montante de 602.403,49 Euros (2014: 602.403,49 Euros) (Notas 5 e 28).

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método de quotas constantes, por duodécimos,

durante as vidas úteis estimadas e de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.3.

As amortizações do exercício, no montante de 1.075.584,82 Euros (1.078.413,37 Euros em 31 de dezembro de 2014) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 27).

O resultado acima evidenciado não inclui outros encargos afetos à gestão e manutenção das propriedades de investimento arrendadas.

## 9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2014, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

### 2014

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos p/ conta de ativos intangíveis	Contrato de concessão CRN	Total
<b>Ativos</b>					
Saldo inicial	897 264,06	41 142,38	74 033,90	-	1 012 440,34
Aquisições	43 329,97	704 024,55	-	1 236 808,24	1 984 162,76
Regularizações de conciliação do cadastro	222 540,15	-	-	-	222 540,15
Transferências	102 827,90	(479 193,87)	(74 033,90)	450 399,87	-
Regularizações	-	-	-	57 634,41	57 634,41
Saldo final	1 265 962,08	265 973,06	-	1 744 842,52	3 276 777,66
<b>Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade</b>					
Saldo inicial	513 628,46	-	-	-	513 628,46
Amortizações do exercício (Nota 27)	247 586,77	-	-	217 799,00	465 385,77
Regularizações de conciliação do cadastro	214 715,01	-	-	-	214 715,01
Saldo final	975 930,24	-	-	217 799,00	1 193 729,24
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>290 031,84</b>	<b>265 973,06</b>	<b>-</b>	<b>1 527 043,52</b>	<b>2 083 048,42</b>

## 2015

	Programas de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	Adiantamentos p/ conta de ativos fixos intangíveis	Contrato de concessão CRN	Total
<b>Ativos</b>					
Saldo inicial	1 265 962,08	265 973,06	-	1 744 842,52	3 276 777,66
Aquisições	4 428,00	102 920,50	-	222 379,76	329 728,26
Alienações/Abates	-	-	-	(556,50)	(556,50)
Transferências	39 852,00	(198 153,00)	-	-	(158 301,00)
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	1 310 242,08	170 740,56	-	1 966 665,78	3 447 648,42
<b>Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade</b>					
Saldo inicial	975 930,24	-	-	217 799,00	1 193 729,24
Amortizações do exercício (Nota 27)	189 400,23	-	-	456 869,54	646 269,77
Alienações/Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Outras variações	0,75	-	-	-	0,75
Saldo final	1 165 331,22	-	-	674 668,54	1 839 999,76
<b>Ativos líquidos</b>	<b>144 910,86</b>	<b>170 740,56</b>	<b>-</b>	<b>1 291 997,24</b>	<b>1 607 648,66</b>

Em 25 de novembro de 2013, a Instituição celebrou um Acordo de Gestão ("Acordo") com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. ("ARSN"), para a exploração do Centro de Reabilitação do Norte ("CRN"), em regime de concessão, com um modelo de exploração conforme previsto no Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro. As principais bases do referido Acordo, pela sua importância e impacto na situação económica e financeira da Instituição, são:

- A Instituição tem a obrigação de assegurar a prestação de serviços de medicina física e de reabilitação, a instalação e exploração do CRN, bem como a manutenção e conservação do edifício e a manutenção e conservação dos equipamentos integrantes do CRN. A Instituição fica, assim, investida na posse do CRN, o qual inclui o edifício, as obras subsequentes realizadas e os bens móveis afetos a esta atividade, não tendo o acordo por efeito a transferência da propriedade para a mesma;
- O Acordo tem prazo de três anos, renovável por períodos anuais posteriores, cujo limite máximo da concessão não poderá ultrapassar no seu conjunto os cinco anos.

- Com a extinção do Acordo, os bens e direitos afetos ao centro reverterão a favor ARSN, tendo, no entanto, a Instituição direito a receber o valor líquido dos bens adquiridos e afetos ao centro.

Desta forma, e de acordo com o modelo do Ativo Intangível previsto na IFRC 12 (Nota 3.4), a Instituição apresenta o investimento efetuado no CRN a reverter para o concedente como um direito na rubrica "Ativos intangíveis", e procede à sua depreciação de acordo com o descrito na Nota 3.4.

As amortizações do exercício, no montante de 646.269,77 Euros (465.385,77 Euros em 31 de dezembro de 2014) foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 27).

Os ativos fixos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.4.

## 10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Instituição evidenciava o seguinte investimento em subsidiária:

### 2015

	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária								
CASA TESTA - COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Lisboa	401 376,79	493 054,30	(91 690,24)	2 018,71	100%	2 018,71	2 018,71
							2 018,71	2 018,71

### 2014

	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária								
CASA TESTA - COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Lisboa	472 647,38	511 179,17	(38 531,79)	4 942,73	100%	4 942,73	4 942,73
							4 942,73	4 942,73

A Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, tem como atividade operacional a venda de lotaria clássica e popular, bem como a compra e venda de moedas antigas, ouro, prata e cobres, sendo uma das casas de apostas mais antigas no País.

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial em conformidade com a NCRF-ESNL.

A Instituição não se encontra a apresentar contas consolidadas, na medida em que a sua única participada, Casa Testa, não é considerada materialmente relevante para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das demonstrações financeiras da Instituição.

Em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a Instituição encontra-se a registar uma provisão no montante do Capital Próprio negativo da mesma (Nota 17).

## 11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e em 2014.

## 12. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2015			2014		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	386.233,08	-	386.233,08	59.822,38	-	59.822,38
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	732.131,32	53.090,43	679.040,89	885.906,94	53.090,43	832.816,51
	1.118.364,40	53.090,43	1.065.273,97	945.729,32	53.090,43	892.638,89

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

	2014		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	58.322,75	908.723,62	967.046,37
Compras	268.944,82	4.690.969,64	4.959.914,46
Regularizações	(4.017,63)	(60.310,51)	(64.328,14)
Saldo final	59.822,38	885.906,94	945.729,32
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	263.427,56	4.653.475,81	4.916.903,37

	2015		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	59.822,38	885.906,94	945.729,32
Compras	597.612,75	5.011.141,36	5.608.754,11
Regularizações	(7.339,41)	(70.685,16)	(78.024,57)
Saldo final	386.233,08	732.131,32	1.118.364,40
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	263.862,18	5.094.231,82	5.358.094,46

### Ativos Biológicos

A variação dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

	2014		2015	
	Produtos acabados	Total	Produtos acabados	Total
Saldo inicial	1.708,90	1.708,90	13.649,00	13.649,00
Regularizações	-	-	-	-
Saldo final	13.649,00	13.649,00	13.920,00	13.920,00
Variação dos inventários da produção	11.940,10	11.940,10	271,00	271,00

**Perdas por imparidade de inventários**

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as perdas por imparidade de inventários apresentaram o movimento conforme segue:

	2015	2014
Saldo inicial	53.090,43	180.236,00
Reversões	-	(127.145,57)
Saldo final	53.090,43	53.090,43

**13. ATIVOS FINANCEIROS****Categorias de ativos financeiros**

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 são detalhadas conforme segue:

Ativos Financeiros	2015			2014		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Não Corrente</b>						
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Outras aplicações financeiras	970.259,95	-	970.259,95	805.821,45	-	805.821,45
	970.259,95	-	970.259,95	805.821,45	-	805.821,45
Ativos financeiros ao custo:						
Outras contas a receber	92.383,68	-	92.383,68	89.013,26	-	89.013,26
	92.383,68	-	92.383,68	89.013,26	-	89.013,26
<b>Corrente</b>						
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários	22.587.290,03	-	22.587.290,03	24.701.544,46	-	24.701.544,46
	22.587.290,03	-	22.587.290,03	24.701.544,46	-	24.701.544,46
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes	5.229.082,75	(852.415,37)	4.376.667,38	5.372.856,08	(894.745,03)	4.478.111,05
Outras contas a receber	40.128.501,57	(669.591,01)	39.458.910,56	38.543.050,74	(657.407,35)	37.885.643,39
	45.357.584,32	(1.522.006,38)	43.835.577,94	43.915.906,82	(1.552.152,38)	42.363.754,44
	69.007.517,98	(1.522.006,38)	67.485.511,60	69.512.285,99	(1.552.152,38)	67.960.133,61

**Outras aplicações financeiras**

A rubrica de "Outras aplicações financeiras" refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados "Aumentos/(reduções) de justo valor". Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica analisa-se como segue:

	2015	2014
Ações cotadas	694.553,66	608.904,94
Ações não cotadas	6.126,39	11.925,21
Títulos da dívida pública	194.579,90	6.632,64
Seguro de capitalização	75.000,00	75.000,00
Outros investimentos	-	103.358,7
	970.259,95	805.821,45

**Outras contas a receber - Ativo não corrente**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Outras contas a receber" do Ativo não corrente refere-se, essencialmente, à conta a receber da Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, no montante de 60.000,00 Euros.

**Clientes e Outras contas a receber**

A rubrica de "Outras contas a receber" do Ativo corrente refere-se, essencialmente, ao valor da prestação de serviços do exercício de 2015, ainda não faturado pelo Hospital da Prelada e pelo Centro de Reabilitação do Norte à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS -Norte), nos montantes de, aproximadamente, 27.703.000 Euros e 9.000.000 Euros, respetivamente. A emissão da respetiva faturação relativamente aos montantes referidos apenas ocorrerá após o encerramento de procedimentos adminis-

trativos junto das entidades respetivas, nomeadamente a homologação do contrato programa 2015 (Hospital da Prelada) e da realização da ata de fecho de contas do exercício de 2015 (Centro de Reabilitação do Norte). Encontra-se ainda incluído nesta rubrica 1.736.527,35 Euros, relativo ao montante que se estima receber da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) relativamente ao subsídio da “Casa da Prelada (Casa e Jardins)” (Nota 16).

Do montante total da receita referida acima, a Instituição já recebeu, a título de adiantamento, o montante de aproximadamente 35.516.000 Euros refletido na rubrica “Adiantamentos de Clientes” (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2015 e em 2014, as perdas por imparidade da Instituição apresentavam-se conforme segue:

## 2014

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	1.023.932,99	79.936,21	(195.993,95)	(13.157,22)	894.745,03
Imparidade de outras contas a receber	734.656,26	-	(54.025,74)	(23.223,17)	657.407,35
	1.758.589,25	79.963,21	(250.019,69)	(36.380,39)	1.552.152,38

## 2015

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	894.745,03	90.148,77	(132.478,43)	-	852.415,37
Imparidade de outras contas a receber	657.407,35	12.183,66	-	-	669.591,01
	1.552.152,38	102.332,43	(132.478,43)	-	1.522.006,38

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram revertidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber de clientes no montante de 42.330 Euros e foram reforçadas imparidades para outras contas a receber no montante de 12.184 Euros.

seguros multirisco, no montante de 34.909,36 Euros e 154.700,66 Euros, respetivamente, e pagamentos antecipados de rendas de contratos de renting de equipamento informático, no montante de 132.385,76 Euros e de 85.618,56 Euros, respetivamente.

## 14. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” é constituída, essencialmente, por pagamentos antecipados de prémios de apólices de

## 15. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas analisa-se como segue:

Beneficiário	2015	2014	Tipo	Natureza
Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	515 000,00	515 000,00	Aval	Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática Uni., Lda.
Ministério da Justiça - Direção Regional dos Serviços Prisionais - Direção dos Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros e Patrimoniais	483 110,25	483 110,25	Garantia Bancária	Protocolo celebrado entre a Instituição e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, para a gestão do Estabelecimento Prisional Esp. St <sup>a</sup> . Cruz do Bispo (Feminino)
Administração Regional de Saúde do Norte	500 000,00	500 000,00	Garantia Bancária	Acordo de Gestão - CRN
Outros	22 813,36	38 307,36	Garantia Bancária	
	1 520 923,61	1 536 417,61		



## 16. FUNDOS PATRIMONIAIS

### Fundos patrimoniais

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - “PCIPSS”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus ativos e do registo dos seus passivos naquela data.

Conforme referido na Nota 5, no decurso do exercício de 2015 decidiu rever a política contabilística relativa ao tratamento contabilístico das doações, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2012, data de referência não só da adoção do atual normativo contabilístico, como também data de referência do trabalho concluído no exercício de 2014 relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos. Assim, na sequência deste facto, foi reclassificado, com referência a 1 de janeiro de 2012, um montante de 40.351.846,83 Euros da rubrica “Fundos” para a rubrica “Outras variações nos capitais próprios”, correspondente ao valor líquido nessa data das propriedades de investimento doadas à Instituição.

### Excedentes de Revalorização

Esta rubrica para além de reavaliações extraordinárias ao nível de ativos fixos tangíveis realizadas em exercícios anteriores, inclui também uma reavaliação ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto-lei nº 264/92, de 24 de novembro.

### Resultados Transitados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na rubrica “Resultados transitados” analisa-se como segue:

	2015	2014
1 de janeiro	25.014.042,55	25.082.560,60
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	1.542.029,63	(366.394,28)
Regularizações	269.700,31	297.876,23
31 de dezembro	26.825.772,49	25.014.042,55

Conforme deliberado pela Mesa Administrativa em 04 de março de 2015, o resultado líquido do exercício de 2014 foi transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Instituição concluiu no essencial o processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos, do qual resultou a identificação de um conjunto de erros, essencialmente relacionados com o processo de registo e valorização dos seus Edifícios e Propriedades de Investimento, adquiridos ou recebidos em doação em data anterior a 1990, bem como nas correspondentes depreciações acumuladas. Em 2014, o processo foi concluído na íntegra, tendo ainda sido relevados nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, acertos finais dos quais resultou a necessidade de registo de regularizações nestas rubricas, e cujo impacto ascendeu a 297.876,23 Euros, refletido na rubrica “Resultados transitados”.

As regularizações registadas no exercício de 2015, no montante de 269.700,31 Euros, correspondem à transferência da rubrica “Outras variações nos fundos próprios” para a rubrica “Resultados transitados”, do valor líquido contabilístico das propriedades de investimento doadas à Instituição, e que no exercício de 2015 foram alienadas.

### Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” analisam-se como segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Total
1 de janeiro de 2014	3 191 448,56	39 150 879,05	42 342 327,61
Aumentos	872 226,17	-	872 226,17
Regularizações por resultados (ver Nota 28)	(316 006,15)	(602 403,49)	(918 409,64)
31 de dezembro 2014	3 747 668,58	38 548 475,56	42 296 144,14
Aumentos	1 736 527,35	-	1 736 527,35
Diminuições	(13 237,23)	-	(13 237,23)
Regularizações por resultados (ver Nota 28)	(440 704,32)	(602 403,49)	(1 043 107,81)
Transferência para resultados transitados	-	(269 700,31)	(269 700,31)
31 de dezembro 2015	5 030 254,38	37 676 371,76	42 706 626,14

#### Subsídios ao investimento

Em 21 de dezembro de 2015, foi celebrado um contrato de financiamento entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) e a Instituição, com vista à atribuição de um subsídio não reembolsável, no montante máximo de 1.750.265,03 Euros. Este contrato enquadra-se no projeto designado por “Casa da Prelada (Casa e Jardins)”, no âmbito do Eixo Prioritário IV, cujo cofinanciamento foi aprovado de forma condicionada, em regime de overbooking, pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte, em 3 de dezembro de 2015. Pelo de ser convicção da Mesa Administrativa que este montante será efetivamente recebido, foi registado na rubrica “Outras contas a receber” um montante de 1.736.527,35 Euros, por contrapartida da rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, correspondente a melhor estimativa do subsídio a receber para cofinanciamento das obras de construção da Casa da Prelada.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2015 foi imputado a resultados um montante de 440.704,32 Euros (2014: 316.001,15 Euros) (ver Nota 28).

#### Doações

As doações relacionadas com Propriedades de Investimento são inicialmente reconhecidas nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” (ver Nota 5) e subsequentemente imputadas, numa base sistemática, como rendimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações destes ativos. No exercício de 2015 foi imputado a resultados um montante de 602.403,49 Euros (2014: 602.403,49 Euros) (ver Nota 28).

## 17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é detalhada como segue:

### 2014

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Pensões a liquidar	3.856.254,81	779.298,93	-	(675.580,73)	3.959.973,01
Provisões para participações financeiras (Nota 10)	43.474,52	-	(4.942,73)	-	38.531,79
	3.899.729,33	779.298,93	(4.942,73)	(675.580,73)	3.998.504,80

### 2015

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Pensões a liquidar	3.959.973,01	-	(105.467,88)	(569.153,13)	3.285.352,00
Provisões para participações financeiras (Nota 10)	38.531,79	55.177,16	(2.018,71)	-	91.690,24
	3.998.504,80	55.177,16	(107.486,59)	(569.153,13)	3.377.042,24

#### Pensões a liquidar

A rubrica de Pensões a liquidar refere-se a encargos para fazer face ao pagamento de pensões a liquidar no âmbito da Caixa Privativa e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 18).

#### Provisões para participações financeiras

A rubrica de "Provisões para participações financeiras" refere-se ao registo das provisões para a participação financeira na Casa Testa em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento financeiro (Nota 10).

A diminuição ocorrida nos exercícios de 2015 e 2014 na rubrica "Provisões para Participações financeiras" compreende a absorção do lucro dos exercícios de 2015 e 2014 da sua participada Casa Testa no montante de 2.018,71 Euros e 4.942,73 Euros, respetivamente. No exercício de 2015, este efeito foi evidenciado na Demonstração dos Resultados, na rubrica Provisões ((aumentos)/reduções), enquanto que no exercício de 2014, o mesmo foi evidenciado na rubrica da demonstração dos resultados "Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos".

Adicionalmente, no decorrer do exercício de 2015, esta subsidiária procedeu ao registo de um conjunto de ajustamentos e de regularizações contabilísticas, com um impacto negativo de 55.177,16 Euros. Nas circunstâncias, a Instituição procedeu ao reforço da provisão para participações financeiras no referido montante.

#### Ativos contingentes

Por sentença proferida no Tribunal de 1.ª Instância a Eurobraga - Empreendimentos Imobiliários de Braga, Lda.<sup>a</sup> foi condenada a pagar à Instituição a quantia de 150.000 Euros a que acresce juros de mora vencidos desde 13/02/2012.

#### Outros potenciais compromissos

Em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os advogados da Instituição, existem processos judiciais em curso intentados contra a Instituição, dos quais se destacam:

- Processo comum interposto por 63 colaboradores contra o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz no ano de 2013 em que é peticionado a condenação da Instituição a pagar o montante de, aproximadamente, 1.190.000 Euros, relativamente a diferenças salariais entre as remunerações pagas e as que deveriam ter sido auferidas por aqueles colaboradores;
- Ações declarativas de duas doentes destinadas à efetivação de responsabilidade médica, movida contra o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz e outros no ano de 2013, solicitando o pagamento de indemnização por danos que os autores padecem decorrentes de intervenção cirúrgica, e cujo montante global peticionado ascende a, aproximadamente, 1.658.000 Euros;
- Ação declarativa tendente à anulação de contrato de permuta de imóvel, movida contra a Instituição no ano de 2013, peticionando que a Instituição seja condenada

a restituir as frações permutadas, bem como o valor de 2.603.251,16 Euros, acrescido de juros vencidos e vincendos. Subsidiariamente, requer o pagamento do valor de 927.938,66 Euros correspondente a parcela do imóvel transmitido à autora do processo. O julgamento em 1.ª Instância absolveu a Instituição dos pedidos contra si direcionados.

A Mesa Administrativa considera que é remota a probabilidade do desfecho dos referidos processos resultar em responsabilidades para a Instituição com impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, pelo que não refletiu qualquer provisão para eventual desfecho desfavorável dos mesmos.

## 18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### Benefícios pós-emprego - planos de benefícios definidos

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, que estavam abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

**Pensões - Caixa Privativa** - Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

**Pensões - Caixa Geral de Aposentações** - Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos.

De acordo com o estudo atuarial efetuado por uma entidade independente e credenciada para o efeito, com referência a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor atual por serviços passados é conforme segue:

	31-12-2015	31-12-2014
i) Caixa Privativa	2.162.105,00	2.708.648,00
ii) Caixa Geral de Aposentações	1.123.247,00	1.251.325,01
Provisões (Nota 17)	3.285.352,00	3.959.973,01

Em 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades acima referidas incluem 52 aposentados da Caixa Privativa e 128 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (84 com pensão de aposentação e 44 com pensão de viuvez) (2014: 61 aposentados da Caixa Privativa e 140 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (93 com pensão de aposentação e 47 com pensão de viuvez)). Durante o exercício de 2015, verificaram-se 9 saídas da Caixa Privativa, 16 saídas da Caixa Geral de Aposentações, e 4 novas pensões de viuvez.

Os pressupostos atuariais utilizados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	31-12-2015	31-12-2014
i) Taxas de referência:		
Taxa de desconto	1,25%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
ii) Tabelas de mortalidade dos pensionistas		
	TV 88/90	TV 88/90

## 19. PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

Passivos Financeiros	2015	2014
<b>Não Corrente</b>		
Outras Contas a Pagar	102.232,89	85.971,57
	102.232,89	85.971,57
<b>Corrente</b>		
Fornecedores, conta corrente	2.516.740,78	2.550.621,24
Outras Contas a Pagar:		
Férias, subsídios férias e outros enc. c/ pessoal (i)	5.070.285,51	6.153.952,40
Fornecedores de imobilizado (ii)	179.170,72	982.534,20
Adiantamentos de utentes (iii)	2.846.191,36	2.833.071,19
Outros credores e encargos a liquidar	1.532.831,11	1.253.227,42
	9.628.478,70	11.222.785,21
	12.247.452,37	13.859.378,02

(i) Férias, subsídio de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte. Adicionalmente, no exercício de 2014 foi especializado um montante de 1.309.297 Euros relativo ao prémio a pagar ao pessoal médico do Hospital da Prelada, fruto da alteração acordada entre a Instituição e a ARS Norte, no que se refere ao Contrato Programa que vigorou no exercício de 2014.

(ii) Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Fornecedores de imobilizado” dizia essencialmente respeito aos investimentos efetuados no Centro de Reabilitação do Norte e por liquidar em 31 de dezembro de 2014.

(iii) Corresponde, fundamentalmente, aos adiantamentos efetuados por utentes do Hospital Conde de Ferreira.

#### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2015 e 2014 são detalhados conforme segue:

	Entidade financiadora	2015		Total	2014		Total	Vencimento
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
<b>Instituições financeiras:</b>								
<b>Empréstimos bancários:</b>								
Contrato nº 6510012824820027	CGD	101 146,34	426 470,48	527 616,82	100 973,38	424 877,34	525 850,72	01-02-2021
Contrato nº 6510012824820019	CGD	119 941,12	507 366,23	627 307,35	119 613,19	730 114,04	849 727,23	01-02-2021
Total instituições financeiras		221 087,46	933 836,71	1 154 924,17	220 586,57	1 154 991,38	1 375 577,95	

Os empréstimos em instituições financeiras têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais venceu-se em fevereiro de 2002. Adicionalmente os financiamentos beneficiam de uma bonificação de taxa de juro a suportar pelo Instituto Nacional da Habitação (INH), no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respetivamente, para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa

de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH. Como garantia destes financiamentos, foi emitida uma Procuração Notarial Irrevogável a favor da Caixa Geral de Depósitos (CGD) para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos financiamentos, para constituir hipoteca sobre os prédios construídos nos fogos objeto de financiamento.

## 20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Adiantamentos de clientes”, corresponde essencialmente aos adiantamentos efetuados por parte da ARS Norte ao abrigo do Contrato Programa do Hospital da Prelada e Acordo de Gestão do Centro de Reabilitação do Norte, no montante de 27.255.365,76 Euros e 8.261.208,96 Euros, respetivamente (2014: 27.247.581,00 Euros e 7.647.541,10 Euros, respetivamente) (Nota 13).

## 21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	474.041,79	-	459.245,77
Imposto sobre o Valor Acrescentado	132.643,61	93.673,94	53.737,21	177.135,08
Contribuições para a Segurança Social	-	666.523,49	-	644.057,21
Outros Impostos	-	10.770,84	-	8.155,36
	132.643,61	1.245.010,06	53.737,21	1.288.593,42

Em 31 de dezembro de 2015, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) no montante de 71.997,84 (53.737,21 Euros em 31 de dezembro de 2014) diz respeito à restituição do IVA suportado pela Instituição nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº20/90, de 13 de janeiro, bem como 60.645,77 Euros referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro).

## 22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” era constituída essencialmente por Rendas antecipadas de Propriedades de Investimento, no montante de 101.358,46 Euros (107.357,60 Euros a 31 de dezembro de 2014).

## 23. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição nos exercícios de 2015 e de 2014 é detalhado conforme segue:

	2015	2014
Venda de bens	555.729,13	486.972,50
Prestação de serviços		
Hospital da Prelada	29.891.900,67	33.179.215,86
Centro Reabilitação do Norte	9.001.829,60	5.958.464,09
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo	1.636.465,88	1.684.460,51
Hospital Conde de Ferreira	3.896.661,17	4.225.120,23
Outros	2.949.429,68	2.881.071,49
	<b>47.932.016,13</b>	<b>48.415.304,68</b>
Rendimentos de Propriedade de Investimento (Notas 8 e 28)	4.529.034,02	4.444.773,46
	<b>52.461.050,15</b>	<b>52.860.078,14</b>



Relativamente ao Hospital da Prelada, a receita evidenciada é, essencialmente, proveniente de prestações de serviços realizados na área da saúde no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 24 de outubro de 2008 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição, cujo prazo termina no ano de 2018, no montante de, aproximadamente, 27,7 milhões de Euros (30,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014).

Ainda relativamente ao Hospital da Prelada, o Contrato-Programa de 2015 foi alvo de processo de contratualização entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, tendo em acordo as partes fixado o volume de financiamento global de 30.298.782,30 Euros. Atendendo às alterações governamentais ocorridas, o processo encontra-se em fase de concretização pelos novos órgãos/estruturas de Governo do Ministério da Saúde. O referido montante está a ser especializado pela Instituição na rubrica do balanço "Outras contas a receber, credores por acréscimo de rendimentos" (Nota 13), registado por contrapartida da receita referente ao parágrafo acima.

A receita relativamente ao Centro de Reabilitação do Norte resulta do Acordo de Gestão celebrado em 25 de novembro de 2013 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição (Notas 3.4 e 9).

A Prestação de Serviços - Outros, refere-se fundamentalmente ao rédito obtido nas áreas da educação, infância e juventude e apoio à terceira idade.

A rubrica "Vendas" é constituída, essencialmente, por vendas de produtos alimentares e de produtos farmacêuticos dos vários estabelecimentos da Instituição.

A rubrica "Rendimentos de Propriedade de Investimento" refere-se essencialmente às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis classificados na rubrica "Propriedades de Investimento" (Notas 8 e 28).

## 24. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

Subsídio	2015	2014
Subsídios à exploração:		
Centro Regional de Segurança Social do Porto		
Terceira idade	1.123.690,72	1.201.044,30
Invalidez e reabilitação	2.280.326,62	1.849.172,15
Infância e juventude	974.664,20	937.219,71
Família e comunidade	800.975,74	814.575,47
Outros:		
DGEN	35.347,34	20.306,85
IFAP	45.894,65	30.532,21
Fundo Social Europeu - IEFP	290.448,45	264.195,16
Outros	145.862,50	139.805,09
	<b>5.697.210,22</b>	<b>5.256.850,94</b>

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2015 encontra-se registado na rubrica "Fundo Social Europeu - IEFP" um montante de 210.742 Euros (161.486 Euros em 31 de dezembro de 2014), relacionado com os subsídios para as diversas ações de formação do POPH - Programa Operacional de Potencial Humano.

## 25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme segue:

	2015	2014
Subcontratos	5.581.988,58	5.089.904,46
Conservação e reparação	1.537.095,99	1.419.097,17
Trabalhos especializados	1.593.019,34	1.146.742,69
Honorários	753.402,48	763.600,15
Eletricidade	1.045.662,73	992.688,00
Limpeza, higiene e conforto	1.021.441,43	1.060.844,14
Combustíveis	1.020.734,70	839.112,75
Água	468.124,80	376.889,02
Vigilância e segurança	757.222,17	667.429,83
Comunicação	344.332,51	273.129,17
Seguros	186.323,17	167.863,30
Outros serviços	536.198,14	421.889,70
Outros materiais	110.565,98	168.403,01
Rendas e alugueres	654.505,97	502.139,12
Artigos para oferta	7.401,79	115.998,57
Outros	24.944,86	25.479,99
	<b>15.642.964,64</b>	<b>14.031.211,07</b>

## 26. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações certas	23.501.546,67	22.423.060,88
Remunerações adicionais	6.565.612,42	6.725.937,13
Indemnizações	14.420,91	11.859,28
Encargos sobre remunerações	6.147.036,30	5.914.932,73
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	169.970,27	150.165,68
Gastos de ação social	23.466,38	21.343,60
Outros	116.174,49	81.122,53
	<b>36.538.227,44</b>	<b>35.328.421,83</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendeu a 1.452 e 1.351, respetivamente.

O aumento no número médio de colaboradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está essencialmente relacionado com o início de atividade do MMIPO e reforço do quadro de pessoal do Centro de Reabilitação do Norte.

## 27. (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 é conforme segue:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	2.384.646,31	2.765.798,51
Propriedades de investimento (Nota 8)	1.075.584,82	1.078.413,37
Ativos intangíveis (Nota 9)	646.269,77	465.385,77
	<b>4.106.500,90</b>	<b>4.309.597,65</b>

## 28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 é conforme segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	863.975,84	817.627,04
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 8 e 23)	4.529.034,02	4.444.773,46
Descontos de pronto pagamento obtidos	113.173,78	85.382,56
Diferenças de câmbio favoráveis	16.170,94	8.188,66
Ganhos em Inventários	14.915,61	1.375,52
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	465.101,59	23.004,16
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 16)	440.704,32	316.006,15
Imputação de doações a resultados (Nota 16)	602.403,49	602.403,49
Correções relativas a períodos anteriores	133.755,07	37.532,30
Outros	255.418,52	96.303,90
	<b>7.434.653,18</b>	<b>6.432.597,24</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outros” inclui o montante de 150.426 Euros (30.423 Euros em 31 de dezembro de 2014), referente a valores relativos a pensões de utentes do Centro Hospitalar Conde de Ferreira que já faleceram e que não foram objeto de reclamação pelos respetivos familiares.

## 29. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 é conforme segue:

	2015	2014
Correções relativas a períodos anteriores	289.799,50	194.356,18
Donativos	81.653,81	66.074,26
Quotizações	7.109,19	7.419,86
Impostos	43.475,26	30.459,83
Perdas em inventários	48.585,98	16.118,82
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	93,75	96,88
Dívidas incobráveis	-	6.713,27
Outros	48.763,69	36.043,68
	<b>519.481,18</b>	<b>357.282,78</b>

### 30. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 são detalhados conforme segue:

	2015		2014	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	1.776,06	1.776,06	3.173,28	3.173,28
Outros gastos de financiamento		10.207,46		2.067,21
		11.983,52		5.240,49

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 são detalhados conforme segue:

	2015		2014	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	312.622,71		553.394,46	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	577,20		547,23	
Outros	9.260,51	322.460,42	21.372,07	575.313,76
		322.460,42		575.313,76

### 31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2015 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2015.



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia do Porto ("Instituição"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 230.617.950,06 Euros e um Fundo patrimonial de 176.816.190,38 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 327.810,86 Euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no Fundo patrimonial e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação do Relatório de Atividades e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no seu fundo patrimonial e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do capítulo "Síntese Económica e Financeira" do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
 o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
 Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
 Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
 Sede: Palácio Gattomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-310 Lisboa, Portugal



**Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Porto em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu Fundo patrimonial e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal aplicáveis às Entidades do Setor não Lucrativo.

**Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do capítulo "Síntese Económica e Financeira" do Relatório de Atividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

16 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

# EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL



## ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

### CENTROS DE RESULTADOS

#### Saúde

Hospital da Prelada  
Centro Hospitalar Conde de Ferreira  
Centro de Reabilitação do Norte

#### Social

Hospital S. Lázaro  
Lar N.ª. Senhora Misericórdia  
Lar Quinta Marinho  
Lar Pereira Lima  
Casa St.º. António  
Casa da Rua  
Centro Alojamento Social D. Manuel Martins  
Centro Alojamento Social Bento XVI  
Serviço Apoio Domiciliário

#### Património de Rendimento

Complexos  
Outros Imóveis na Zona do Porto  
Imóveis de Concelhos fora do Porto  
Parques de Estacionamento

#### Educação

Colégio N.ª. Sr.ª. Esperança

#### Ensino Especial

Centro Integrado Apoio Deficiência (Instituto S. Manuel)

#### Justiça

Estabelecimento Prisional Especial St.ª. Cruz Bispo

#### Agricultura

Quinta D'Alva

#### Ambiente

Parque da Prelada  
Parque Avides Moreira

#### Juventude

Colégio Barão de Nova Sintra

#### Cultura

Museu  
Casa da Prelada

#### Artes Gráficas

Artes Gráficas Serviços Imprensa  
Centro Professor Albuquerque Castro

#### Serviços Partilhados e Corporativos

Provedoria  
Depart. Gestão Administrativa e Património  
Depart. Contabilidade e Finanças  
Depart. Recursos Humanos e Form. Profissional  
Depart. Sistemas Informação  
Depart. Empreendedorismo Social e Comunicação  
Depart. Atividades Culturais  
Depart. Intervenção Social e Gerontológica  
Gabinete Auditoria Interna  
Gabinete Assuntos Jurídicos e Contencioso  
Gabinete Religioso e Culto  
Serviços de Saúde  
Gabinete da Qualidade  
Gabinete Engenharia Organizacional  
Sede

CONTAS	ÁREAS EXPLORAÇÃO			Saúde		
	Hospital da Prelada	Centro Hospitalar Conde de Ferreira	Centro de Reabilitação do Norte	TOTAL	Artes Gráficas	Agricultura
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	29 891 901	3 896 661	9 001 744	42 790 306	45 597	191 818
VENDAS					4 199	189 958
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	29 891 901	3 896 661	9 001 744	42 790 306	41 398	1 860
Matrículas e mensalidades						
Outras	29 891 901	3 896 661	9 001 744	42 790 306	41 398	1 860
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	12 073	1 514 252	7 032	1 533 357	250 501	45 895
ISS, IP - Centros distritais		1 503 438		1 503 438	246 126	
Outros	12 073	10 814	7 032	29 919	4 375	45 895
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS						
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO						271
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE					57 829	569
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS						
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 005 364	-356 958	-293 229	-4 655 551	-24 100	-14 470
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-6.271 839	-1 616 018	-2 326 724	-10 214 580	-45 075	-24 158
Subcontratos	-2 872 155	-884 814	-604 856	-4 361 826		
Energia e fluidos	-945 488	-332 549	-447 884	-1 725 921	-2 903	-10 274
Outros	-2 454 195	-398 654	-1 273 983	-4 126 833	-42 172	-13 884
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-1 875 259	-246 760	-1 141 109	-3 263 128	-12 052	-15 281
GASTOS COM PESSOAL	-16 545 783	-3 780 577	-5 253 126	-25 579 487	-365 148	-140 395
Remunerações certas	-9 297 777	-2 643 360	-3 438 669	-15 379 807	-288 761	-104 997
Remunerações adicionais	-4 240 548	-481 104	-930 585	-5 652 236	-19 607	-10 646
Formação profissional	-1 250		-5 550	-6 800		
Encargos sobre remunerações	-2 874 185	-622 290	-842 844	-4 339 319	-61 687	-23 803
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-75 241	-22 083	-16 719	-114 043	-2 162	-646
Outros custos com o pessoal	-56 782	-11 739	-18 760	-87 281	7 068	-304
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-59 285	-24 408		-83 693		
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)						
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)						
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR						
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	889 031	450 936	150 712	1 490 678	1 574	38 805
OUTROS GASTOS E PERDAS	-59 889	-20 728	-63 568	-144 185	-1 568	-1 478
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	1 975 584	-183 599	81 732	1 873 717	-92 443	81 575
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-755 655	-766 208	-481 042	-2 002 905	-30 541	-90 746
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	1 219 929	-949 807	-399 310	-129 188	-122 984	-9 170
Juros e rendimentos similares obtidos	80	227	19	326		
Juros e gastos similares suportados	-17	-11	-45	-72		-9
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1 219 992	-949 590	-399 336	-128 934	-122 984	-9 179
Imposto sobre rendimento do período						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1,219,992	-949 590	-399 336	-128 934	-122 984	-9 179

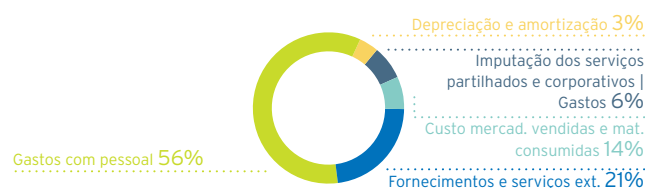
Ambiente	Cultura	Educação	Ensino Especial	Juventude	Património de rendimento	Social	Justiça E.P.E.S.C.B	Consolidado	Serviços partilhados e corporativos
2 800	49 441	1 211 995	73 667	23 064	20 518	1 670 591	1 925 226	48 005 022	50 399
	7 465	7 290	89			57 969	288 760	555 729	
2 800	41 976	1 204 705	73 578	23 064	20 518	1 612 622	1 636 466	47 449 293	50 399
		1 042 048	67 141	23 064		1 580 683		2 712 936	
2 800	41 976	162 657	6 436		20 518	31 939	1 636 466	44 736 358	50 399
	2 212	619 889	843 810	358 546		1 680 913	616	5 335 738	361 472
		619 445	776 889	355 219		1 678 540		5 179 657	
	2 212	444	66 921	3 327		2 373	616	156 081	361 472
								271	
6 585								64 984	231 071
			78 681	38 859		939 544		1 057 084	
	-8 568	-60 639	-36 852	-34 935		-200 389	-325 218	-5 360 724	-24 220
-92 058	-283 112	-503 916	-169 711	-222 739	-525 481	-1 663 462	-912 666	-14 656 957	-1 126 589
		-161 319	-81 989	-46 419		-712 432	-218 003	-5 581 989	
-8 200	-22 498	-51 979	-23 868	-28 609	-48 253	-292 235	-279 623	-2 494 365	-44 573
-83 857	-260 614	-290 617	-63 854	-147 710	-477 228	-658 794	-415 040	-6 580 604	-1 082 015
-3 270	-194 655	-113 231	-25 491	-14 695	-331 726	-538 408	-132 061	-4 643 997	
-122 112	-457 479	-1 544 357	-827 148	-523 547		-3 046 535	-569 490	-33 175 699	-3 402 019
-93 586	-344 867	-1 180 949	-621 275	-382 171		-2 111 549	-421 297	-20 929 258	-2 572 289
-7 290	-27 367	-74 522	-75 322	-48 273		-402 793	-49 763	-6 367 818	-197 794
			-285	-1 800		-1 480		-10 365	-31 573
-20 240	-76 043	-274 098	-132 921	-84 009		-500 832	-92 731	-5 605 683	-541 354
-706	-1 833	-8 839	-4 237	-2 917		-15 693	-2 845	-153 920	-16 050
-290	-7 370	-5 949	6 892	-4,378		-14 189	-2 854	-108 655	-42 960
					1 343	9 778	1 455	-71 117	101 263
									107 487
									-55 177
									167 836
6 697	99 365	184 995	20 659	2 168	5 409 764	68 392	6 704	7 329 802	104 852
-208	-8 389	-30 103	-5 544	-7 107	-34 895	-65 683	-47 345	-346 506	-172 975
-201 565	-801 185	-235 367	-47 930	-380 386	4 539 523	-1 145 260	-52 779	3 537 900	-3 656 601
-792	-176 478	-104 820	-70 526	-69 306	-1 070 739	-242 349	-9 715	-3 868 916	-237 585
-202 357	-977 663	-340 187	-118 455	-449 693	3 468 784	-1 387 610	-62 494	-331 016	-3 894 185
	800	2 441	309	165	107	997	36	5 182	317 279
		-1		-9	-1 779	-3	-103	-1 976	-10 007
-202 357	-976 863	-337 747	-118 146	-449 537	3 467 112	-1 386 615	-62 561	-327 811	-3 586 914
-202 357	-976 863	-337,747	-118 146	-449 537	3 467 112	-1 386 615	-62 561	-327 811	-3 586 914



SAÚDE	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	42 790 306	46 467 079	-3 676 773	-8	43 362 800	-572 494	-1
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	42 790 306	46 467 079	-3 676 773	-8	43 362 800	-572 494	-1
Matrículas e mensalidades							
Outras	42 790 306	46 467 079	-3 676 773	-8	43 362 800	-572 494	-1
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 533 357	1 431 954	101 403	5	1 395 734	137 623	-59
ISS, IP - Centros distritais	1 503 438	1 431 954	71 484	5	1 256 387	247 051	20
Outros	29 919		29 919		139 346	-109 428	-79
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 655 551	-5 336 167	680 616	13	-4 257 654	-397 898	-9
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-10 214 580	-10 552 733	338 153	4	-8 903 429	-1 311 152	-48
Subcontratos	-4 361 826	-4 286 064	-75 762	-2	-3 748 066	-613 760	-16
Energia e fluidos	-1 725 921	-1 645 426	-80 495	-5	-1 426 927	-298 994	-21
Outros	-4 126 833	-4 621 243	494 410	11	-3 728 435	-398 398	-11
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-3 263 128						
GASTOS COM PESSOAL	-25 579 487	-25 191 405	-388 082	-20	-25 261 844	-317 643	-1 411
Remunerações certas	-15 379 807	-15 133 076	-246 731	-2	-14 930 361	-449 446	-3
Remunerações adicionais	-5 652 236	-5 570 596	-81 641	-1	-5 870 064	217 828	4
Formação profissional	-6 800	-76 374	69 574	91	-450	-6 350	-1 411
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-4 339 319	-4 278 131	-61 188	-1	-4 259 347	-79 972	-2
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-114 043	-79 890	-34 153	-43	-110 787	-3 256	-3
Outros custos com o pessoal	-87 281	-53 338	-33 944	-64	-90 834	3 553	4
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)					127 146	-127 146	-100
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)	-83 693		-83 693		193 956	-277 649	-143
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 490 678	859 449	631 230	73	1 018 658	472 020	46
OUTROS GASTOS E PERDAS	-144 185	-10 660	-133 525	-1 253	-75 650	-68 535	-91
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	1 873 717	7 667 517	-5 793 800	-76	7 599 718	-5 726 001	-75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 002 905	-2 730 085	727 180	27	-1 979 432	-23 473	-1
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-129 188	4 937 432	-5 066 620	-103	5 620 286	-5 749 474	-102
Juros e rendimentos similares obtidos	326		326		910	-584	-64
Juros e gastos similares suportados	-72		-72		-60	-12	-20
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-128 934	4 937 432	-5 066 366	-103	5 621 137	-5 750 071	-102
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-128 934	4 937 432	-5 066 366	-103	5 621 137	-5 750 071	-102

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



HOSPITAL DA PRELADA	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	29 891 901	32 775 044	-2 883 143	-9	33 179 216	-3 287 315	-10
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	29 891 901	32 775 044	-2 883 143	-9	33 179 216	-3 287 315	-10
Matrículas e mensalidades							
Outras	29 891 901	32 775 044	-2 883 143	-9	33 179 216	-3 287 315	-10
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	12 073		12 073		33 647	-21 574	-64
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	12 073		12 073		33 647	-21 574	-64
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 005 364	-4 200 140	194 776	5	-3 672 740	-332 624	-9
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-6 271 839	-5 646 089	-625 750	-11	-5 355 289	-916 550	-17
Subcontratos	-2 872 155	-2 700 000	-172 155	-6	-2 476 680	-395 476	-16
Energia e fluidos	-945 488	-867 600	-77 888	-9	-796 092	-149 397	-19
Outros	-2 454 195	-2 078 489	-375 706	-18	-2 082 517	-371 678	-18
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-1 875 259						
GASTOS COM PESSOAL	-16 545 783	-16 551 814	6 031		-17 354 120	808 337	5
Remunerações certas	-9 297 777	-9 427 612	129 835	1	-9 641 156	343 379	4
Remunerações adicionais	-4 240 548	-4 165 468	-75 080	-2	-4 616 550	376 002	8
Formação profissional	-1 250	-45 722	44 472	97	-450	-800	-178
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-2 874 185	-2 841 469	-32 716	-1	-2 959 085	84 899	3
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-75 241	-49 770	-25 471	-51	-75 892	651	1
Outros custos com o pessoal	-56 782	-21 773	-35 010	-161	-60 987	4 205	7
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)					127 146	-127 146	-100
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)	-59 285		-59 285		195 994	-255 279	-130
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	889 031	591 441	297 590	50	622 627	266 403	43
OUTROS GASTOS E PERDAS	-59 889	-10 660	-49 229	-462	-48 739	-11 150	-23
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	1 975 584	6 957 781	-4 982 198	-72	7 727 741	-5 752 158	-74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-755 655	-1 467 213	711 557	48	-1 048 211	292 556	28
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	1 219 929	5 490 569	-4 270 640	-78	6 679 530	-5 459 601	-82
Juros e rendimentos similares obtidos	80		80		491	-411	-84
Juros e gastos similares suportados	-17		-17		-23	6	26
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1 219 992	5 490 569	-4 270 577	-78	6 679 998	-5 460 006	-82
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 219 992	5 490 569	-4 270 577	-78	6 679 998	-5 460 006	-82

Valores em euros

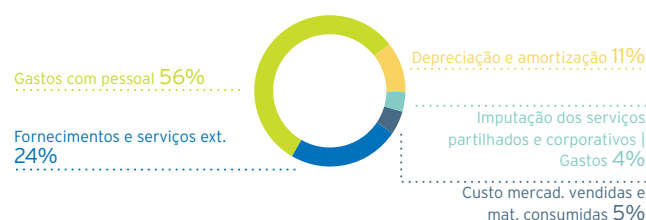
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	3 896 661	4 554 036	-657 375	-14	4 225 120	-328 459	-8
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 896 661	4 554 036	-657 375	-14	4 225 120	-328 459	-8
Matrículas e mensalidades							
Outras	3 896 661	4 554 036	-657 375	-14	4 225 120	-328 459	
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 514 252	1 431 954	82 298	6	1 355 334	158 918	12
ISS, IP - Centros distritais	1 503 438	1 431 954	71 484	5	1 256 387	247 051	
Outros	10 814		10 814		98 946	-88 132	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-356 958	-387 279	30 322	8	-369 067	12 109	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 616 018	-1 662 382	46 365	3	-1 757 799	141 781	8
Subcontratos	-884 814	-962 057	77 243	8	-958 771	73 957	
Energia e fluidos	-332 549	-381 826	49 278	13	-348 155	15 607	
Outros	-398 654	-318 499	-80 156	-25	-450 872	52 218	
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-246 760						
GASTOS COM PESSOAL	-3 780 577	-4 205 971	425 394	10	-4 178 369	397 792	10
Remunerações certas	-2 643 360	-2 949 973	306 612	10	-2 935 288	291 928	
Remunerações adicionais	-481 104	-516 146	35 042	7	-529 351	48 247	
Formação profissional		-10 450	10 450	100			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-622 290	-691 884	69 594	10	-682 160	59 869	
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-22 083	-15 573	-6 509	-42	-20 578	-1 505	
Outros custos com o pessoal	-11 739	-21 945	10 206	47	-10 993	-747	
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)	-24 408		-24 408		-2 038	-22 370	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	450 936	260 808	190 128	73	349 716	101 220	
OUTROS GASTOS E PERDAS	-20 728		-20 728		-24 675	3 947	
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-183 599	-8 835	-174 764	-1 978	-401 778	218 179	54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-766 208	-701 974	-64 233	-9	-709 109	-57 098	
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-949 807	-710 809	-238 998	-34	-1 110 887	161 080	15
Juros e rendimentos similares obtidos	227		227		228		
Juros e gastos similares suportados	-11		-11		-38	27	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-949 590	-710 809	-238 781	-34	-1 110 697	161 107	15
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-949 590	-710 809	-238 781	-34	-1 110 697	161 107	15

Valores em euros

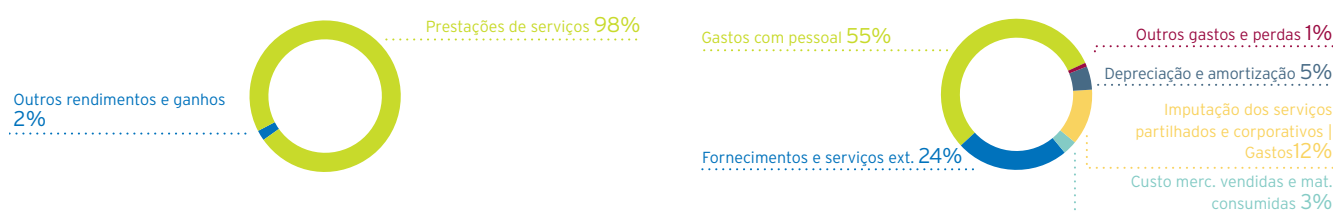
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	9 001 744	9 138 000	-136 256	-1	5 958 464	3 043 280	51
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	9 001 744	9 138 000	-136 256	-1	5 958 464	3 043 280	51
Matrículas e mensalidades							
Outras	9 001 744	9 138 000	-136 256	-1	5 958 464	3 043 280	51
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	7 032				6 753		
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	7 032		7 032		6 753	279	4
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-293 229	-748 748	455 519	61	-215 847	-77 382	-36
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-2 326 724	-3 244 262	917 539	28	-1 790 341	-536 382	-30
Subcontratos	-604 856	-624 007	19 151	3	-312 615	-292 241	-93
Energia e fluidos	-447 884	-396 000	-51 884	-13	-282 680	-165 204	-58
Outros	-1 273 983	-2 224 255	950 272	43	-1 195 046	-78 937	-7
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-1 141 109						
GASTOS COM PESSOAL	-5 253 126	-4 433 620	-819 507	-18	-3 729 354	-1 523 772	-41
Remunerações certas	-3 438 669	-2 755 491	-683 178	-25	-2 353 916	-1 084 753	-46
Remunerações adicionais	-930 585	-888 982	-41 603	-5	-724 163	-206 421	-29
Formação profissional	-5 550	-20 202	14 652	73		-5 550	
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-842 844	-744 778	-98 066	-13	-618 103	-224 740	-36
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-16 719	-14 547	-2 173	-15	-14 317	-2 402	-17
Outros custos com o pessoal	-18 760	-9 620	-9 140	-95	-18 854	95	1
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	150 712	7 200	143 512	1 993	46 315	104 397	225
OUTROS GASTOS E PERDAS	-63 568		-63 568		-2 235	-61 332	-2 744
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	81 732	718 570	-636 838	-89	273 755	-192 022	-70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-481 042	-560 898	79 856	14	-222 111	-258 931	-117
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-399 310	157 672	-556 982	-353	51 643	-450 953	-873
Juros e rendimentos similares obtidos	19		19		192	-173	-90
Juros e gastos similares suportados	-45		-45			-45	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-399 336	157 672	-557 008	-353	51 835	-451 171	-870
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-399 336	157 672	-557 008	-353	51 835	-451 171	-870

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



JUSTIÇA	Realizado	Orçamentado		Desvio	Dezembro		Desvio
Estabelecimento Prisional Esp. St <sup>a</sup> . Cruz do Bispo	2015	2015	Valor	(%)	2014	Valor	(%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 925 226	1 898 871	26 355	1	1 974 991	-49 765	-3
VENDAS	288 760	288 287	473	0	290 530	-1 770	-1
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 636 466	1 610 585	25 881	2	1 684 461	-47 995	-3
Matrículas e mensalidades							
Outras	1 636 466	1 610 585	25 881	2	1 684 461	-47 995	-3
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	616		616		55 974	-55 358	-99
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	616		616		55 974	-55 358	-99
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-325 218	-324 315	-903		-321 166	-4 052	-1
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-912 666	-890 859	-21 807	-2	-942 103	29 437	3
Subcontratos	-218 003	-218 003			-169 062	-48 941	-29
Energia e fluidos	-279 623	-263 568	-16 055	-6	-264 435	-15 188	-6
Outros	-415 040	-409 288	-5 752	-1	-508 605	93 566	18
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-132 061						
GASTOS COM PESSOAL	-569 490	-576 091	6 601	1	-564 802	-4 687	-1
Remunerações certas	-421 297	-423 794	2 496	1	-420 129	-1 168	
Remunerações adicionais	-49 763	-52 701	2 938	6	-48 296	-1 467	-3
Formação profissional		-2 692	2 692	100			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-92 731	-93 463	733	1	-91 415	-1 316	-1
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 845	-2 159	-686	-32	-2 225	-620	-28
Outros custos com o pessoal	-2 854	-1 282	-1 572	-123	-2 738	-116	-4
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	1 455		1 455		-2 237	3 692	165
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	6 704	5 834	870	15	6 603	101	2
OUTROS GASTOS E PERDAS	-47 345	-43 698	-3 646	-8	-50 140	2 795	6
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-52 779	69 741	-122 520	-176	157 119	-209 898	-134
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9 715	-9 972	258	3	-9 381	-333	-4
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-62 494	59 769	-122 262	-205	147 738	-210 232	-142
Juros e rendimentos similares obtidos	36		36		110	-75	-68
Juros e gastos similares suportados	-103		-103		-163	60	37
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-62 561	59 769	-122 329	-205	147 686	-210 246	-142
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-62 561	59 769	-122 329	-205	147 686	-210 246	-142

Valores em euros

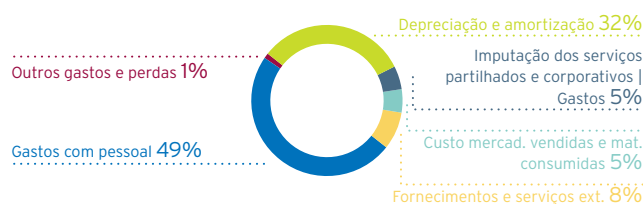
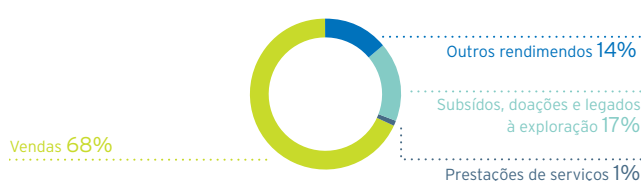
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



AGRICULTURA	Realizado	Orçamentado	Desvio	Dezembro	Desvio	
Quinta D'Alva	2015	2015	Valor	2014	Valor	
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	191 818	195 090	-3 272	142 538	49 280	35
VENDAS	189 958	188 215	1 743	141 538	48 419	34
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 860	6 875	-5 015	1 000	860	86
Matrículas e mensalidades						
Outras	1 860	6 875	-5 015	1 000	860	86
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	45 895	20 000	25 895	30 532	15 362	50
ISS, IP - Centros distritais						
Outros	45 895	20 000	25 895	30 532	15 362	50
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS						
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	271		271	11 940	-11 669	-98
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	569	1 200	-631	2 370	-1 801	-76
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS						
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-14 470	-10 738	-3 732	-11 528	-2 942	-26
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-24 158	-61 701	37 543	-60 854	36 696	60
Subcontratos						
Energia e fluidos	-10 274	-32 298	22 024	-10 544	270	3
Outros	-13 884	-29 403	15 519	-50 310	36 426	72
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-15 281					
GASTOS COM PESSOAL	-140 395	-121 035	-19 361	-109 963	-30 432	-28
Remunerações certas	-104 997	-86 859	-18 137	-75 461	-29 536	-39
Remunerações adicionais	-10 646	-10 969	323	-8 488	-2 158	-25
Formação profissional		-1 155	1 155			
Pensões						
Encargos sobre remunerações	-23 803	-21 043	-2 761	-17 773	-6 031	-34
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-646	-459	-187	-324	-322	-99
Outros custos com o pessoal	-304	-550	246	-7 918	7 614	96
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)						
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)						
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)						
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)						
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR						
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	38 805	15 978	22 826	31 283	7 522	24
OUTROS GASTOS E PERDAS	-1 478	-970	-508	-1 035	-444	-43
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	81 575	37 825	43 750	35 284	46 291	131
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-90 746	-99 655	8 909	-99 497	8 751	9
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-9 170	-61 830	52 660	-64 213	55 042	86
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados	-9		-9		-9	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-9 179	-61 830	52 651	-64 213	55 034	86
Imposto sobre rendimento do período						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-9 179	-61 830	52 651	-64 213	55 034	86

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS





AMBIENTE	Realizado	Orçamentado		Desvio	Dezembro		Desvio
Parque da Prelada	2015	2015	Valor	(%)	2014	Valor	(%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	2 800		2 800		566	2 234	395
VENDAS					566	-566	-100
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 800		2 800			2 800	
Matrículas e mensalidades							
Outras	2 800		2 800			2 800	
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO							
ISS, IP - Centros distritais							
Outros							
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	6 585	95 810	-89 224	-93	88 476	-81 891	-93
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS		-454	454	100	-265	265	100
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-92 058	-60 933	-31 125	-51	-66 121	-25 936	-39
Subcontratos					-590	590	100
Energia e fluidos	-8 200	-6 552	-1 649	-25	-13 294	5 094	38
Outros	-83 857	-54 381	-29 476	-54	-52 237	-31 620	-61
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-3 270						
GASTOS COM PESSOAL	-122 112	-152 326	30 214	20	-157 168	35 056	22
Remunerações certas	-93 586	-115 299	21 712	19	-119 426	25 840	22
Remunerações adicionais	-7 290	-10 315	3 026	29	-10 733	3 444	32
Formação profissional		-945	945	100			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-20 240	-24 709	4 469	18	-25 447	5 207	20
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-706	-609	-97	-16	-816	110	14
Outros custos com o pessoal	-290	-450	160	36	-745	455	61
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	6 697		6 697		614	6 082	990
OUTROS GASTOS E PERDAS	-208	-188	-20	-11	-194	-13	-7
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-201 565	-118 091	-83 474	-71	-134 092	-67 474	-50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-792	-747	-45	-6	-747	-45	-6
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-202 357	-118 838	-83 519	-70	-134 839	-67 519	-50
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-202 357	-118 838	-83 519	-70	-134 839	-67 519	-50
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-202 357	-118 838	-83 519	-70	-134 839	-67 519	-50

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Prestações de serviços 17%

Outros rendimentos e ganhos 42%



Trabalhos para a própria entidade 41%

Imputação dos serviços partilhados e corporativos | Gastos 1%

Gastos com pessoal 56%



Fornecimento de serviços externos 43%

## ARTES GRÁFICAS

## Artes Gráficas | Centro Prof. Albuquerque Castro

	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	45 597	35 900	9 697	27	32 010	13 587	42
VENDAS	4 199	3 900	299	8	3 062	1 137	37
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	41 398	32 000	9 398	29	28 948	12 450	43
Matrículas e mensalidades							
Outras	41 398	32 000	9 398	29	28 948	12 450	43
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	250 501	243 546	6 956	3	243 144	7 357	3
ISS, IP - Centros distritais	246 126	243 546	2 581	1	243 144	2 982	1
Outros	4 375		4 375			4 375	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	57 829	50 239	7 590	15	51 959	5 870	11
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-24 100	-24 129	28		-23 950	-151	-1
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-45 075	-20 240	-24 834	-123	-119 671	74 596	62
Subcontratos							
Energia e fluidos	-2 903	-3 097	194	6	-318	-2 584	-812
Outros	-42 172	-17 144	-25 028	-146	-119 352	77 181	65
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-12 052						
GASTOS COM PESSOAL	-365 148	-374 111	8 962	2	-369 793	4 645	1
Remunerações certas	-288 761	-288 515	-246		-292 345	3 584	1
Remunerações adicionais	-19 607	-19 943	337	2	-18 698	-909	-5
Formação profissional		-2 100	2 100	100			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-61 687	-61 030	-657	-1	-61 016	-670	-1
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 162	-1 523	-639	-42	-1 693	-469	-28
Outros custos com o pessoal	7 068	-1 000	8 068	807	3 959	3 109	79
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 574		1 574		127	1 447	1 138
OUTROS GASTOS E PERDAS	-1 568	-23	-1 545	-6 605	-63	-1 505	-2 376
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-92 443	-88 818	-3 625	-4	-186 237	93 794	50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-30 541	-31 448	907	3	-31 208	667	2
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-122 984	-120 266	-2 717	-2	-217 444	94 461	43
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-122 984	-120 266	-2 717	-2	-217 444	94 461	43
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-122 984	-120 266	-2 717	-2	-217 444	94 461	43

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



## CULTURA

## Museu/Casa da Prelada

	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	49 441	567 594	-518 153	-91	2 359	47 082	1 996
VENDAS	7 465	43 074	-35 609	-83	1 666	5 799	348
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	41 976	524 520	-482 544	-92	693	41 283	5 959
Matrículas e mensalidades							
Outras	41 976	524 520	-482 544	-92	693	41 283	5 959
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	2 212		2 212		2 820	-608	-22
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	2 212		2 212		2 820	-608	-22
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-8 568	-54 081	45 514	84	-9 934	1 366	14
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-283 112	-415 212	132 100	32	-131 790	-151 322	-115
Subcontratos							
Energia e fluidos	-22 498	-54 967	32 469	59	-7 940	-14 558	-183
Outros	-260 614	-360 245	99 631	28	-123 850	-136 764	-110
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-194 655						
GASTOS COM PESSOAL	-457 479	-323 382	-134 097	-41	-310 175	-147 304	-47
Remunerações certas	-344 867	-251 110	-93 757	-37	-243 355	-101 512	-42
Remunerações adicionais	-27 367	-14 459	-12 907	-89	-12 417	-14 949	-120
Formação profissional		-1 523	1 523	100			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-76 043	-54 240	-21 803	-40	-52 581	-23 462	-45
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 833	-1 326	-507	-38	-1 077	-755	-70
Outros custos com o pessoal	-7 370	-725	-6 645	-916	-745	-6 625	-890
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	99 365		99 365		317	99 049	31 276
OUTROS GASTOS E PERDAS	-8 389	-1 279	-7 110	-556	-1 220	-7 170	-588
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-801 185	-226 361	-574 824	-254	-447 624	-353 561	-79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-176 478	-182 410	5 932	3	-175 545	-933	-1
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-977 663	-408 771	-568 892	-139	-623 169	-354 493	-57
Juros e rendimentos similares obtidos	800		800			800	
Juros e gastos similares suportados							
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-976 863	-408 771	-568 092	-139	-623 169	-353 693	-57
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-976 863	-408 771	-568 092	-139	-623 169	-353 693	-57

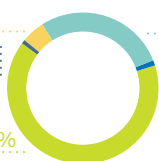
Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Vendas 5%

Juros e rendimentos similares obtidos 1%

Outros rendimentos ganhos 65%

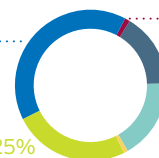


Prestações de serviços 28%

Subsídios, doações e legados à exploração 1%

Gastos com pessoal 40%

Fornecimentos e serviços ext. 25%



Outros gastos e perdas 1%

Depreciação e amortização 16%

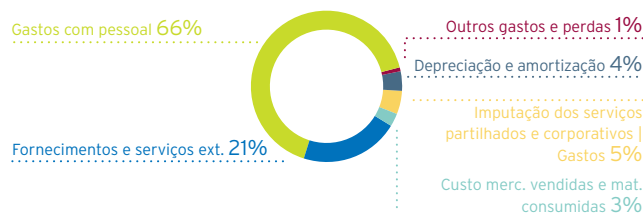
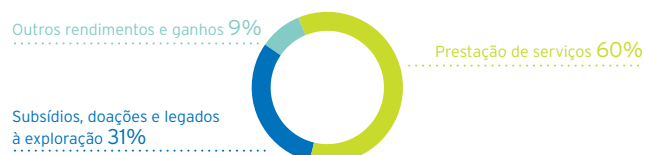
Imputação dos serviços partilhados e corporativo | Gastos 17%

Custo Mercad. vendidas e mat. consumidas 1%

EDUCAÇÃO Colégio N.º Sr.ª. da Esperança	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 211 995	1 137 894	74 101	7	1 166 801	45 194	4
VENDAS	7 290		7 290		6 890	400	6
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 204 705	1,137 894	66 811	6	1 159 911	44 794	4
Matrículas e mensalidades	1 042 048	1 002 558	39 490	4	1 006 001	36 046	4
Outras	162 657	135 336	27 321	20	153 909	8 748	6
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	619 889	557 378	62 511	11	582 412	37 477	6
ISS, IP - Centros distritais	619 445	557 378	62 067	11	582 307	37 138	6
Outros	444		444		105	339	324
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-60 639	-11 954	-48 685	-407	-47 401	-13 238	-28
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-503 916	-378 765	-125 151	-33	-425 166	-78 750	-19
Subcontratos	-161 319	-174 839	13 520	8	-164 917	3 597	2
Energia e fluidos	-51 979	-45 049	-6 930	-15	-49 287	-2 692	-5
Outros	-290 617	-158 877	-131 740	-83	-210 962	-79 655	-38
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-113 231						
GASTOS COM PESSOAL	-1 544 357	-1 464 867	-79 490	-5	-1 484 089	-60 268	-4
Remunerações certas	-1 180 949	-1 161 597	-19 352	-2	-1 147 044	-33 905	-3
Remunerações adicionais	-74 522	-77 845	3 323	4	-71 689	-2 833	-4
Formação profissional		-7 980	7 980	100			
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-274 098	-207 513	-66 585	-32	-250 523	-23 575	-9
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-8 839	-6 132	-2 707	-44	-5 880	-2 959	-50
Outros custos com o pessoal	-5 949	-3 800	-2 149	-57	-8 954	3 005	34
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	184 995	105 239	79 756	76	57 622	127 373	221
OUTROS GASTOS E PERDAS	-30 103	-1 370	-28 734	-2 098	-5 020	-25 084	-500
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-235 367	-56 446	-178 922	-317	-154 842	-80 526	-52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-104 820	-157 969	53 150	34	-159 122	54 302	34
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-340 187	-214 415	-125 772	-59	-313 963	-26 224	-8
Juros e rendimentos similares obtidos	2 441	116	2 325	1 998	116	2 325	1 998
Juros e gastos similares suportados	-1		-1		-11	10	88
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-337 747	-214 299	-123 448	-58	-313 858	-23 889	-8
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-337 747	-214 299	-123 448	-58	-313 858	-23 889	-8

Valores em euros

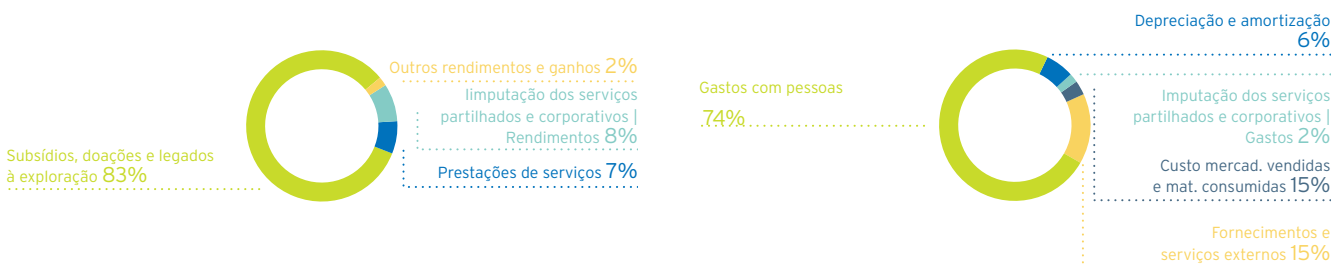
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



ENSINO ESPECIAL	Realizado	Orçamentado		Desvio	Dezembro		Desvio
Centro Integrado de Apoio à Deficiência	2015	2015	Valor	(%)	2014	Valor	(%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	73 667	78 685	-5 018	-6	46 558	27 109	58
VENDAS	89	900	-811	-90	123	-33	-27
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	73 578	77 785	-4 207	-5	46 436	27 142	58
Matrículas e mensalidades	67 141	73 498	-6 357	-9	41 197	25 944	63
Outras	6 436	4 287	2 150	50	5 238	1 198	23
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	843 810	782 891	60 918	8	630 421	213 389	34
ISS, IP - Centros distritais	776 889	768 436	8 452	1	607 403	169 486	28
Outros	66 921	14 455	52 466	363	23 018	43 903	191
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS	78 681						
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-36 852	-39 378	2 525	6	-38 123	1 271	3
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-169 711	-175 417	5 706	3	-142 916	-26 795	-19
Subcontratos	-81 989	-107 976	25 987	24	-73 457	-8 532	-12
Energia e fluidos	-23 868	-21 840	-2 028	-9	-17 240	-6 628	-38
Outros	-63 854	-45 602	-18 253	-40	-52 219	-11 635	-22
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-25 491						
GASTOS COM PESSOAL	-827 148	-817 367	-9 781	-1	-812 321	-14 827	-2
Remunerações certas	-621 275	-614 671	-6 603	-1	-608 586	-12 689	-2
Remunerações adicionais	-75 322	-65 348	-9 974	-15	-68 408	-6 915	-10
Formação profissional	-285	-5 691	5 406	95		-285	
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-132 921	-125 702	-7 219	-6	-130 251	-2 669	-2
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-4 237	-3 245	-992	-31	-2 867	-1 370	-48
Outros custos com o pessoal	6 892	-2 710	9 602	354	-2 209	9 100	412
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	20 659	9 666	10 993	114	13 414	7 245	54
OUTROS GASTOS E PERDAS	-5 544	-1 052	-4 492	-427	-6 208	664	11
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-47 930	-161 972	114 042	70	-309 175	261 245	84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70 526	-80 556	10 030	12	-82 718	12 192	15
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-118 455	-242 528	124 073	51	-391 893	273 437	70
Juros e rendimentos similares obtidos	309	309			309		
Juros e gastos similares suportados							
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-118 146	-242 219	124 073	51	-391 583	273 437	70
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-118 146	-242 219	124 073	51	-391 583	273 437	70

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



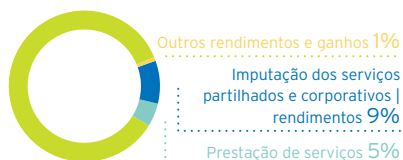
## JUVENTUDE

## Colégio do Barão de Nova Sintra

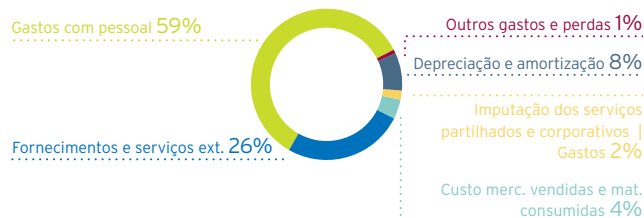
	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	23 064	25 316	-2 252	-9	21 036	2 028	10
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	23 064	25 316	-2 252	-9	21 036	2 028	10
Matrículas e mensalidades	23 064	25 316	-2 252	-9	20 166	2 898	14
Outras					870	-870	-100
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	358 546	355 219	3 327	1	355 618	2 928	1
ISS, IP - Centros distritais	355 219	355 219			354 913	306	
Outros	3 327		3 327		706	2 622	372
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS	38 859						
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-34 935	-47 144	12 208	26	-42 977	8 042	19
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-222 739	-159 970	-62 768	-39	-186 385	-36 353	-20
Subcontratos	-46 419	-61 858	15 438	25	-50 007	3 587	7
Energia e fluidos	-28 609	-22 701	-5 908	-26	-24 531	-4 078	-17
Outros	-147 710	-75 412	-72 298	-96	-111 847	-35 863	-32
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-14 695						
GASTOS COM PESSOAL	-523 547	-511 265	-12 282	-2	-518 719	-4 828	-1
Remunerações certas	-382 171	-374 044	-8 127	-2	-379 376	-2 795	-1
Remunerações adicionais	-48 273	-46 320	-1 953	-4	-50 641	2 368	5
Formação profissional	-1 800	-3 255	1 455	45		-1 800	
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-84 009	-84 122	112		-84 855	846	1
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 917	-1 975	-942	-48	-2 218	-699	-32
Outros custos com o pessoal	-4 378	-1 550	-2 828	-182	-1 630	-2 748	-169
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)							
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2 168	312	1,857	596	22 785	-20 617	-90
OUTROS GASTOS E PERDAS	-7 107	-1 302	-5 805	-446	-5 463	-1 644	-30
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-380 386	-338 834	-41 553	-12	-354 106	-26 280	-7
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-69 306	-103 739	34 433	33	-103 762	34 455	33
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-449 693	-442 573	-7 120	-2	-457 868	8 175	2
Juros e rendimentos similares obtidos	165	165			165		
Juros e gastos similares suportados	-9		-9			-9	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-449 537	-442 408	-7 129	-2	-457 703	8 166	2
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-449 537	-442 408	-7 129	-2	-457 703	8 166	2

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Subsídios, doações e legados à  
exploração 85%

Gastos com pessoal 59%

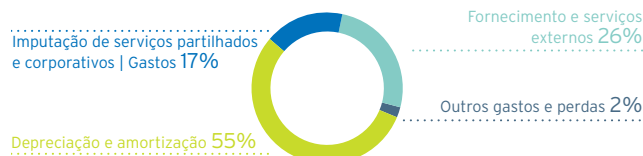




PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO Complexos   Parques Estacionamento   Outros	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	20 518	19 902	616	3	20 184	334	2
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	20 518	19 902	616	3	20 184	334	2
Matrículas e mensalidades							
Outras	20 518	19 902	616	3	20 184	334	2
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO							
ISS, IP - Centros distritais							
Outros							
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS					-5 196	5 196	100
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-525 481	-458 937	-66 544	-14	-669 221	143 740	21
Subcontratos							
Energia e fluidos	-48 253	-57 033	8 781	15	-56 801	8 548	15
Outros	-477 228	-401 904	-75 325	-19	-612 420	135 192	22
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-331 726						
GASTOS COM PESSOAL							
Remunerações certas							
Remunerações adicionais							
Formação profissional							
Pensões							
Encargos sobre remunerações							
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais							
Outros custos com o pessoal							
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)	1 343		1 343			1 343	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	5 409 764	4 427 916	981 848	22	4 549 153	860 612	19
OUTROS GASTOS E PERDAS	-34 895	-6 305	-28 590	-453	-49 598	14 703	30
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	4 539 523	3 982 576	556 947	14	3 845 321	694 202	18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 070 739	-1 073 826	3 087		-1 073 815	3 076	
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	3 468 784	2 908 750	560 034	19	2 771 506	697 278	25
Juros e rendimentos similares obtidos	107		107			107	
Juros e gastos similares suportados	-1 779	-18 251	16 472	90	-2 993	1 214	41
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3 467 112	2 890 500	576 612	20	2 768 513	698 599	25
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 467 112	2 890 500	576 612	20	2 768 513	698 599	25

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



## SOCIAL

## ERPI's | Casa da Rua | Casa Stº. António | Centros de Alojamento | SAD's

	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 670 591	1 618 618	51 973	3	1 682 255	-11 664	-1
VENDAS	57 969	40 828	17 141	42	42 598	15 371	36
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 612 622	1 577 790	34 832	2	1 639 657	-27 035	-2
Matrículas e mensalidades	1 580 683	1 537 184	43 499	3	1 601 043	-20 360	-1
Outras	31 939	40 606	-8 667	-21	38 615	-6 675	-17
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 680 913	1 907 042	-226 130	-12	1 762 887	-81 974	-5
ISS, IP - Centros distritais	1 678 540	1 907 042	-228 502	-12	1 757 858	-79 317	-5
Outros	2 373		2 373		5 029	-2 657	-53
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS	939 544						
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-200 389	-192 548	-7 841	-4	-182 945	-17 444	-10
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 663 462	-1 695 476	32 015	2	-1 800 359	136 897	8
Subcontratos	-712 432	-911 997	199 566	22	-883 805	171 373	19
Energia e fluidos	-292 235	-316 898	24 663	8	-290 534	-1 701	-1
Outros	-658 794	-466 581	-192 213	-41	-626 020	-32 775	-5
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS	-538 408						
GASTOS COM PESSOAL	-3 046 535	-3 084 701	38 166	1	-3 137 323	90 788	3
Remunerações certas	-2 111 549	-2 118 655	7 106		-2 190 386	78 837	4
Remunerações adicionais	-402 793	-422 846	20 053	5	-415 564	12 771	3
Formação profissional	-1 480	-20 874	19 394	93		-1 480	
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-500 832	-501 201	369		-509 730	8 898	2
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-15 693	-11 185	-4 508	-40	-11 300	-4 393	-39
Outros custos com o pessoal	-14 189	-9 940	-4 249	-43	-10 344	-3 845	-37
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	9 778		9 778			9 778	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	68 392	10 791	57 602	534	61 685	6 707	11
OUTROS GASTOS E PERDAS	-65 683	-9 026	-56 658	-628	-102 007	36 324	36
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 145 260	-1 445 301	300 041	21	-1 715 808	570 547	33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-242 349	-290 716	48 367	17	-299 919	57 569	19
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 387 610	-1 736 017	348 407	20	-2 015 726	628 117	31
Juros e rendimentos similares obtidos	997	997			997		
Juros e gastos similares suportados	-3		-3		-136	133	98
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 386 615	-1 735 019	348 404	20	-2 014 865	628 250	31
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 386 615	-1 735 019	348 404	20	-2 014 865	628 250	31

Valores em euros

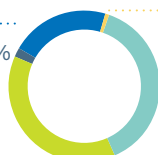
## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

## Imputação dos Serviços

Partilhados e Corporativos | Rendimentos 21%

Outros rendimentos e ganhos 2%

Subsídios, doações e legados à exploração 38%



Prestações de serviços 38%

Vendas 1%

Gastos com pessoal 54%

Fornecimentos e serviços ext. 29%

Outros gastos e perdas 1%

Depreciação e amortização 4%

Imputação dos Serviços Partilhados e Corporativos | Gastos 9%

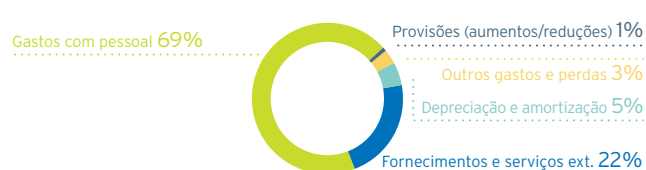
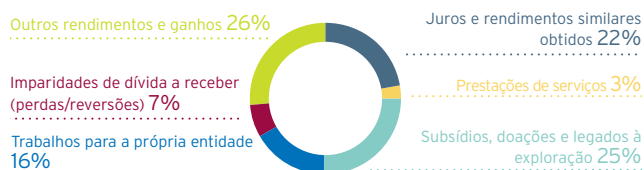
Custo merc. vendidas e mat. consumidas 3%

## SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS

	Realizado 2015	Orçamentado 2015	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2014	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	50 399	37 375	13 024	35	44 921	5 478	12
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	50 399	37 375	13 024	35	44 921	5 478	12
Matrículas e mensalidades							
Outras	50 399	37 375	13 024	35	44 921	5 478	12
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	361 472	13 304	348 168	2 617	197 309	164 162	83
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	361 472	13 304	348 168	2 617	197 309	164 162	83
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS					4 943	-4 943	-100
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	231 071	195 860	35 211	18	247 377	-16 307	-7
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   RENDIMENTOS							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-24 220	-4 440	-19 780	-446	-6, 676	-17 544	-263
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 126 589	-688 220	-438 369	-64	-696 530	-430 059	-62
Subcontratos							
Energia e fluidos	-44 573	-50 046	5 473	11	-47 724	3 151	7
Outros	-1 082 015	-638 173	-443 842	-70	-648 805	-433 210	-67
IMPUTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS   GASTOS							
GASTOS COM PESSOAL	-3 402 019	-2 741 719	-660 301	-24	-2 637 231	-764 788	-29
Remunerações certas	-2 572 289	-2 081 063	-491 226	-24	-2 016 592	-555 697	-28
Remunerações adicionais	-197 794	-177 843	-19 951	-11	-150 940	-46 854	-31
Formação profissional	-31 573	-11 131	-20 442	-184	-983	-30 590	-3 114
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-541 354	-455 438	-85 916	-19	-431 995	-109 359	-25
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-16 050	-10 943	-5 107	-47	-10 979	-5 071	-46
Outros custos com o pessoal	-42 960	-5 301	-37 660	-710	-25 744	-17 216	-67
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	101 263		101 263		-12 786	114 049	892
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	107 487		107 487		-779 299	886 786	114
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-55 177	-549 312	494 135	90		-55 177	
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	167 836		167 836		-17 133	184 968	1 080
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	104 852	8 975	95 876	1 068	59 378	45 473	77
OUTROS GASTOS E PERDAS	-172 975	-141 560	-31 415	-22	-60 685	-112 290	-185
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-3 656 601	-3 869 736	213 135	6	-3 656 410	-191	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-237 585	-301 623	64 038	21	-294 453	56 868	19
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-3 894 185	-4 171 359	277 173	7	-3 950 863	56 678	1
Juros e rendimentos similares obtidos	317 279	306 290	10 989	4	572 705	-255 426	-45
Juros e gastos similares suportados	-10 007	-1 658	-8 349	-504	-1 877	-8 130	-433
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-3 586 914	-3 866 727	279 813	7	-3 380 035	-206 878	-6
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 586 914	-3 866 727	279 813	7	-3 380 035	-206 878	-6

Valores em euros

## ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



# PARECER DO DEFINITÓRIO

**Parecer do Definitório**  
**Relatório de Gestão e Contas de 2015**



Nos termos da alínea c-), nº1 e nº3 do artigo 57º do Compromisso da Santa Casa Misericórdia do Porto, vem o Definitório apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício económico de 2015, depois de o apreciar e aprovar na sua reunião de onze de Março de 2016, documento este que nos foi apresentado pela Mesa Administrativa.

### **Âmbito**

#### **1. Relatório de Gestão**

Após análise do documento, o Definitório considerou que a informação que consta no Relatório de Gestão está isenta de distorções e é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Destacamos, pela sua importância, a decisão que a Mesa Administrativa tomou sobre a imputação de todos rendimentos e gastos dos serviços partilhados corporativos, aos diversos centros de exploração, para que estes incorporem nos seus resultados operacionais a quota-parte proporcional. É o primeiro exercício económico em que esta medida é implementada, pelo que qualquer análise de base comparável do ano 2015 face a anos anteriores, deve tomar em consideração esta nova realidade; o mesmo se aplica também, quando se pretende avaliar o desvio face ao orçamento que havia sido elaborado para 2015, já que este documento previsional fora construído sem tomar em linha de conta esta decisão.

Por outro lado e por se tratar de um tema conjuntural, à qual a gestão da SCMP é alheia, importa mencionar a revisão em baixa das condições de pagamento de serviços prestados subjacentes à nova tabela AP30, serviços estes que estão associados ao contrato programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, isto pela forma como esta alteração impacta e justifica a quebra de rendimentos no Hospital da Prelada. Ainda na área da saúde, merece igualmente realce, o facto do Acordo de Gestão do Centro de Reabilitação do Norte ter tido no ano de 2015, o seu primeiro ano de funcionamento em pleno.

## 2. Relatório e Contas

Consideramos que as políticas contabilísticas adotadas são adequadas, tendo-se usado princípios e critérios geralmente aceites em Portugal.

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pela Mesa Administrativa.

Os dados inerentes às conclusões são os seguintes: Balanço-230.617.950€; Passivo-53.801.759€; Fundos Próprios-176.816.190€; Resultado Líquido do Exercício - (327.811€); Rendimentos-61.849.441€; Gastos-62.177.252€.

Tal como acima se evidenciou, o impacto da nova tabela AP30 provocou uma quebra nas Prestações de Serviços no Hospital da Prelada em cerca de 2,8 M€ face ao orçamentado.

No global não há qualquer alteração na estrutura de rendimentos quanto à sua origem, com uma nota especial apenas para a área da cultura e em particular para o Museu, pois o seu rendimento releva somente cerca de 5 meses de atividade. Realce ainda para o acréscimo de valor que se verificou no "Património de Rendimento" devido à transferência de proveitos associados a ativos (vd rúbrica Outros Rendimentos e Ganhos cujo valor ascende aos cerca de 7,4M€ e onde 5,4M€ tem origem neste centro de resultados).

Como já referimos, a estrutura de gastos e rendimentos por centro de exploração sofreu a incorporação dos serviços partilhados e corporativos, com um total envolvido na imputação a ascender aos cerca de 4,6 M€ e 1,1M€, respetivamente.

Embora o Ativo tenha diminuído cerca de 1,5 M€ face a 2014, o Passivo acabou por diminuir mais que proporcionalmente no mesmo período ou seja, cerca de 1,9 M€, resultando daqui que os Fundos Próprios da Santa Casa da Misericórdia do Porto, embora residualmente, acabaram reforçados no final do ano 2015 face a 2014.

### Parecer

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação que consta nos documentos acima referidos, o Definitório elabora o seguinte parecer:

Handwritten signature and stamp of the Definitório. The signature is in black ink and appears to be 'V. V. V.'. Below the signature is a circular stamp with some illegible text inside.



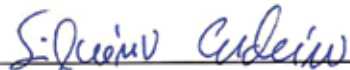
1. Por se considerar que o Relatório de Gestão e Contas apresenta de forma verdadeira, apropriada e consistente a realidade da gestão e a situação económica e financeira de todos os centros de exploração da Santa Casa da Misericórdia do Porto, propõe à Assembleia Geral que se realiza no dia 29 de Março p.f. a sua aprovação;
2. Manifesta e regista o seu apreço à Mesa Administrativa e aos Colaboradores da Santa Casa, pelo empenho e esforço que aplicaram no cumprimento dos principais objetivos de exploração, realçando a determinação que encontrou na realização do orçamento e plano de atividades.

Porto, 11 de Março de 2016

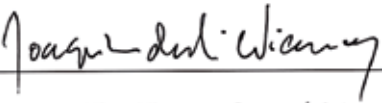
**O Definitório:**



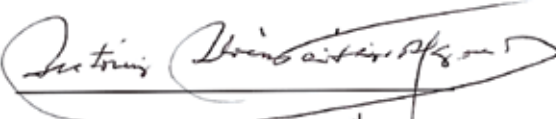
(Joaquim Sabino Rangel Pamplona - Presidente)



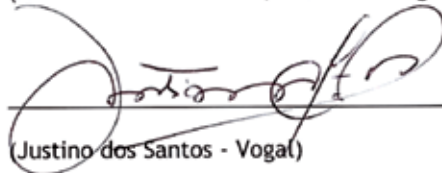
(Silvério Santos Brunhoso Cordeiro - Vice-Presidente)



(Joaquim Silva Vianez - Secretário)



(António Alves Teixeira do Carmo - Vogal)



(Justino dos Santos - Vogal)

# PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL

PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2015;
2. Que seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o Resultado Líquido do exercício € -327.810,86.

Porto, 24 de Fevereiro de 2016





ECCE AGNVS DEI

## FICHA TÉCNICA

### Coordenação

Florbela Guedes  
Departamento de Empreendedorismo Social  
e Comunicação

### Design Gráfico

B+ comunicação

### Fotografia

Hélder Rodrigues

### Impressão

Artes Gráficas SCMP

2016







